

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
e da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIRETOR RESPONSÁVEL: WALDEMAR LOPES

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação — 42-5294
Assinaturas — 42-7142

Oficinas: BUA CORDOVIL, 328 — TELEFONE 30-4747

ASSINATURA ANUAL: Cr\$ 80,00

RIO DE JANEIRO — BRASIL



SUMÁRIO

FRANK YATES	
MÉTODOS DE AMOSTRAGEM EM CENSOS E LEVANTAMENTOS	279
<i>VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA</i>	
JOSÉ FLORINDO DE SAMPAIO VIANA	291
<i>DE ONTEM E DE HOJE</i>	
DIVISÃO DO DISTRITO FEDERAL EM QUADROS URBANO, SUBURBANO E RURAL, PARA FINS CENSITÁRIOS	292
<i>A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA</i>	
COMISSÃO DE APROVEITAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS	307
<i>ESTUDOS E SUGESTÕES</i>	
NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS PREÇOS EM ALGUNS SETORES ECONÔMICOS, NO ANO DE 1949	319
<i>INFORMAÇÕES GERAIS</i>	334
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	340
<i>LEGISLAÇÃO</i>	343
<i>RESENHA</i>	347

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

PRESIDENTE
GENERAL DJALMA POLLI GOELHO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar técnica-mente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividade, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1 Um "Órgão Administrativo", que é a Secretaria-Geral do Conselho

2 "Órgãos Deliberativos", que são: a *Assembleia-Geral*, com posta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, com posta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembleia-Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J. E. C. (reúnem-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena)

3 "Órgãos Opinativos", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembleia-Geral

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 "Organização Federal", isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos

2 "Organização Regional", isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais

3 "Organização Local", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C. N. E., através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, técnica-mente, ao Departamento Estadual de Estatística

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1 Um "Órgão Administrativo", que é a Secretaria-Geral do Conselho

2 "Órgãos Deliberativos", ou sejam a *Assembleia-Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúnem-se ordinariamente uma vez por mês)

3 "Órgãos Opinativos", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 "Organização Federal", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada)

2 "Organização Regional", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3 "Organização Local", — os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas.

Sede do INSTITUTO: Av. Franklin Roosevelt, 166
RIO DE JANEIRO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL —

General Djalma Polli Coelho, Presidente do IBGE e de seus dois Conselhos; *Rubens d'Almada Horta Pôrto*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Carlos Alberto Gonçalves*, representante do Ministério das Relações Exteriores; *Dural Campelo de Macedo*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espindola*, representante do Ministério da Marinha; *Álvaro Barbosa*, representante do Ministério da Aeronáutica; *Afonso Almira*, representante do Ministério da Fazenda; *Raul do Rêgo Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Moacir Malheiros Fernandes da Silva*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Gastão Quartin Pinto de Moura*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *Alberto Martins*, representante do Ministério da Educação Saúde

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS

— ACRE: *Raul Arantes Meira*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAPÁ: *Raul Monteiro Valdez*, secretário do Governo; AMAZONAS: *Leopoldo Peres Sbrinbo*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *Orion Cavaleiro de Macedo Klautau*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: *Hypátia Ferreira*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *José Lopes dos Santos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: *José Nascimento*, secretário da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: *João Frederico Abbot Galvão*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARAÍBA: *Luiz Periquito*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: *Manoel Gomes Maranhão*, secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *Marcelo Aroucha*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: *José Cruz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAHIA: *Felipe Ney*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Hildebrando Clark*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *Antônio Lugon*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO DE JANEIRO: *Paulo Tavares da Gama*, secretário do Governo; DISTRITO FEDERAL: *Guaracy Lopes S Castro*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; SÃO PAULO: *Albano Fereira de Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARANÁ: *Alcides Vieira Azevedo*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Roberto Lacerda*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: *Maurício Filchner*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; GOIÁS: *Gealdo Campos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO: *Horândina Pitaluga de Moura*, diretora do Departamento Estadual de Estatística

CONSULTORES-TÉCNICOS — A) Seções: I — Estatística metodológica: *Milton da Silva Rodrigues*; II — Estatística matemática: *Jorge Kafuri*; III — Estatística cosmográfica: *Lúcio Gama*; IV — Estatística geológica: *Antônio Alves Bastos*; V — Estatística climatológica: *Sampaio Ferraz*; VI — Estatística territorial: *Evarado Backheuser*; VII — Estatística biológica: *José Carneiro Felipe*; VIII — Estatística antropológica: *Roquette Pinto*; IX — Estatística demográfica: *Giorgio Mortara*; X — Estatística agrícola: *Belo Lisboa*; XI — Estatística industrial:

Alde Sampaio; XII — Estatística dos transportes: *Saturnino Braga*; XIII — Estatística das comunicações: *Cel Raul de Albuquerque*; XIV — Estatística comercial: *Lafayette Belfort Garcia*; XV — Estatística do consumo: *Valentim Bouças*; XVI — Estatística dos serviços urbanos: *Luís Anhaia Melo*; XVII — Estatística do serviço social: *Monsenhor José Távora*; XVIII — Estatística do trabalho: *João Carlos Vital*; XIX — Estatística atuarial: *Lino de Sá Pereira*; XX — Estatística educacional: *Lourenço Filho*; XXI — Estatística cultural: *Fernando de Azevedo*; XXII — Estatística moral: *Alceu de Amoroso Lima*; XXIII — Estatística dos cultos: *Monsenhor Helder Câmara*; XXIV — Estatística policial: *José Gabriel Lemos Brito*; XXV — Estatística judiciária: *José Pereira Lira*; XXVI — Estatística da defesa nacional: *General Juarez Távora*; XXVII — Estatística da organização administrativa: *Luís Simões Lopes*; XXVIII — Estatística financeira: *Eugênio Gudin*; XXIX — Estatística política: — *Luís Delgado B*) Representações: I — Agricultura: *Artur Torres Filho*; II — Indústria: *Evaldo Lodi*; III — Comércio: *João Daudt d'Oliveira*; IV — Trabalho: *Oscar Saraiva*; V — Imprensa: *Paulo Filho*; VI — Ensino: *Antônio Spínola Teixeira*; VII — Religião: *Dom João da Mata*

COMISSÕES TÉCNICAS — I — Comissão de Estatísticas

Fisiográficas — Organização federal: *José Veríssimo da Costa Pereira* e *Lúcio de Castro Soares*; organização regional: *Napoléon de Azevedo Maia* (Acre), *Helena Bastos* (Alagoas) e *Manuel Guedes de Araújo* (Bahia) II — **Comissão de Estatísticas Demográficas** — Organização federal: *Luiz Nunes Briggs* e *Alceu W Carvalho*; organização regional: *Raimundo Nonato de Almeida Gouveia* (Bahia), *Irene Teixeira de Freitas* (Paraná) e *Murilo Sales* (Minas Gerais) III — **Comissão de Estatísticas da Produção** — Organização federal: *Rubens Freitas* e *Dulce Matos Meurer*; organização regional: *José Mosqueira Pereira de Melo* (Minas Gerais), *Antônio de Assis Brasil* (Rio Grande do Sul) e *Olavo Batista* (São Paulo) IV — **Comissão de Estatísticas da Circulação** — Organização federal: *Luís Timotheo da Costa* e *Gláucia Weinberger*; organização regional: *Helena Penteado* (São Paulo), *José Santiago Prudente* (Sergipe) e *Idette Alvellos* (Mato Grosso) V — **Comissão de Estatísticas da Distribuição e Consumo** — Organização federal: *Aimando Negreiros* e *Sérgio de Godói Magalhães Nunes*; organização regional: *Francisco Sanchez* (Rio de Janeiro), *Alfredo Valdeto* (Espírito Santo) e *João Batista Guerra* (Rio Branco) VI — **Comissão de Estatísticas do Bem-Estar Social** — Organização federal: *Thomas Russel Raposo* e *Írio Paes Leme*; organização regional: *Américo de Oliveira Costa* (Rio Grande do Norte), *Frederico dos Reis Coutinho* (Distrito Federal) e *Nazira da Rocha Campos* (Pernambuco) VII — **Comissão de Estatísticas de Assistência Social** — Organização federal: *Alfredo de Oliveira Pereira* e *Elpidio Prazedes de Oliveira*; organização regional: *Carlos Mendonça* (Guaaporé), *Maria José Monteiro Lobato* (Pernambuco) e *Ivo Maes* (Santa Catarina). VIII — **Comissão de Estatísticas Educacionais** — Organização federal: *Nelsina Coelho Leal* e *Maristela Fleury Ferro*; organização regional: *Clóvis Pena Teixeira* (Amapá), *Idelzuite Tavares Carneiro* (Ceará) e *Américo Pio de Almeida* (Rio Grande do Sul) IX — **Comissão de Estatísticas Culturais** — Organização federal: *Dênio Nogueira* e *Carmen Silva*; organização regional: *Odilon Nunes* (Piau), *Leomax Falcão* (Paraíba) e *Eglantina de Souza* (Amazonas) X — **Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas** — Organização federal: *Mário Peçanha de Carvalho* e *Lineu Maria Vieira*; organização regional: *Maria das Dóres Fonseca* (Goiás), *Orion Klautau* (Pará) e *Cássio Reis Costa* (Maranhão)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XII

JULHO-SETEMBRO, 1951

N.º 47

FRANK YATES

(Da Subcomissão de Amostragem Estatística, das Nações Unidas)

MÉTODOS DE AMOSTRAGEM EM CENSOS E LEVANTAMENTOS*

LAMENTO ter de falar-vos em Inglês, e não em Português. Infelizmente, meu conhecimento de vosso idioma não é suficiente para que me faça entendido. Suponho, entretanto, que a maioria dos presentes esteja em condições de me acompanhar.

Falarei, esta tarde, sobre métodos de amostragem, particularmente do ponto de vista do administrador e do economista. Como sabeis, eu próprio me acho dedicado à pesquisa agrícola; trabalho num pôsto experimental da especialidade. Temos, lá, um departamento geral de estatística, que atende não somente às necessidades dos pesquisadores, como também realiza trabalhos gerais de indagação acêrca de práticas agrícolas: como os lavradores estão plantando, quais os processos técnicos que estão usando, quais os métodos de cultura, quais os fertilizantes, etc. Isto, evidentemente, é efetuado pelo método de levantamento. Conseqüentemente, tenho tido considerável contacto com problemas de pesquisa. Preocupam-nos, também, êsses problemas, e nêles nos envolvemos, porque, no decorrer dos nossos trabalhos estatísticos de pesquisas biológicas e agrícolas, tivemos de desenvolver métodos de amostragem.

Êstes foram usados em Rothamsted, pela primeira vez, em experiências de campo. Extraímos amostras de lotes de terra cultivável, a fim de medir características da plantação em crescimento, bem como para análises químicas, e, algumas vêzes, para determinar o rendimento dos lotes, ao invés de fazer a colheita do lote inteiro. Êsse tipo de amostragem é, de fato, bastante simples, mas, mesmo assim, a teoria e a prática requerem certos cuidados, e nos ocupamos principalmente com o problema de determinar o mais eficiente método de amostragem, qual o melhor tamanho da amostra, em quantas unidades deveríamos subdividi-la, como estratificá-la, etc. Êste trabalho se enquadrava muito bem aos problemas de planejamento experimental. A determinação de erros em experiências de campo e a dos erros de amostras extraídas dessas mesmas experiências são, de algum modo, semelhantes, sendo

* Conferência pronunciada, em Inglês, no dia 29 de agosto dêste ano, a convite da Sociedade Brasileira de Estatística, no auditório do Conselho Nacional de Estatística. Tradução de responsabilidade da REVISTA

idênticas as técnicas estatísticas aplicáveis em tais casos. A análise da variância é, aí, particularmente útil.

Quando, porém, se chega ao campo da economia e da sociologia, os problemas de amostragem se apresentam diversificados. No trabalho experimental com lotes de terra, tudo é simples, porque todos os lotes são do mesmo tamanho; extraímos a amostra com o mesmo tamanho em cada caso, e tudo, enfim, é imediato. Mas, quando se usa uma amostra de assunto econômico — por exemplo, negócios ou semelhantes — as unidades são de tamanho variável, e os estratos em que se dividem também o são; o erro de amostragem varia com as diferentes unidades e, conseqüentemente, o problema é muito mais complexo.

É comum afirmar-se que os economistas negligenciaram os desenvolvimentos alcançados na estatística biológica e agrícola, e, em particular, quanto à análise da variância. Creio ser incorreta esta afirmação. A análise da variância tem, de fato, poucas aplicações, no tipo de trabalho a que me estou referindo, e seu uso arbitrário, como no caso das experiências agrícolas, não é proveitoso. Por outro lado, penso que a acusação de negligência, pelos economistas, quanto a estatísticas biológicas e agrícolas, tem certa procedência; mas não tanto no que se refere à análise da variância, e sim, porque também o desenvolvimento geral da teoria estatística se operou, na verdade, nos setores da estatística agrícola e biológica. Os princípios básicos são os mesmos, e, conseqüentemente, existem muitos pontos em que os progressos da estatística biológica e agrícola ajudam o economista. Em anos recentes, durante e depois da guerra, tem havido, no campo da amostragem, completa reunião dos dois campos na teoria e também na prática; ambos se entendem melhor agora do que antes, e creio que meu livro acerca do método de amostragem em censos e pesquisas é uma indicação de como a teoria se combina em ambos os casos.

Ao estudar os métodos de levantamentos por amostragem, consideramos em primeiro lugar os diferentes tipos de levantamentos que podem ser feitos. Podemos classificá-los sob dois títulos principais: *Informação Básica* e *Informação de Pesquisa*. Como "informação básica", considero as informações que as repartições administrativas governamentais estão encarregadas de coletar, é a chamada estatística oficial sob todos os aspectos, como a população de um país e sua classificação em raças, idades, sexos, grupos ocupacionais, etc.; os vários tipos de estatísticas econômicas, relacionadas à produção, comércio, exportação, importação; tôdas as estatísticas, enfim, que reclamam elementos numéricos que abrangem a população total e suas diversas partes.

Quanto à pesquisa, necessita-se de outros tipos de informação. É preciso saber o que está acontecendo, sem a exigência de grande exatidão nos totais. Deseja-se saber o que está afetando a maneira de viver da população, as atividades econômicas do país, por que certas atividades são lucrativas e outras não o são, e em que intensidade; e, ainda, se os processos técnicos estão sendo aplicados de maneira correta. Podemos, penso, classificar êstes inquéritos mais ou menos sob três subtítulos: 1. *campo social*, que cobre levantamentos sociais; 2. *campo econômico*; e 3. *campo técnico*. Esses campos são muito gerais e amplos, e ousou dizer que estais autorizados a pensar em outros campos ainda. Talvez eu deva acrescentar; 4. *campo sanitário ou médico*, em separado, o qual poderia ficar incluído no campo social, porque pertinente a criaturas humanas; todavia, tem, é claro, seus aspectos técnicos, e alguns econômicos.

Êstes são os maiores campos, nos quais há atividade de pesquisas. O tipo das informações necessárias, aí, é um tanto diferente do tipo

de informações básicas; exigem-se numerosos pormenores técnicos, econômicos e sanitários, concernentes aos indivíduos, ou às unidades da amostra, mas não se requerem médias gerais de grande exatidão. Se desejamos conhecer o estado sanitário e as doenças predominantes, bem assim as causas destas doenças, e como se relacionam às condições sociais, temos que estudar uma amostra razoavelmente pequena da população, e dela obter os fatos perquiridos, nas minúcias desejadas. O mesmo acontece com os problemas técnicos como, por exemplo, na agricultura, os quais mencionei como sendo uma das atividades do nosso departamento em Rothamsted, e que consistem na investigação de como os agricultores conduzem as respectivas lavouras, bem como se eles usam corretamente processos técnicos, o que exige grande número de minúcias técnicas. Por exemplo, o caso do uso de fertilizante. Não interessa conhecer a quantidade de fertilizante que está sendo usada, ou quanto gasta o lavrador em fertilizante, e somente isto. Temos de saber em que plantações ele os usa, quanto para cada cultura, a composição do fertilizante nas diferentes culturas, e sua relação ao tipo de solo lavrado, etc. Não é interessante fazer um levantamento para saber, por exemplo, com exatidão rigorosa, quanto gastam os lavradores com fertilizantes; o que é preciso é ir aos lavradores e obter informações pormenorizadas de como usam os fertilizantes nas diferentes culturas, e como isto varia de ano para ano e de campo para campo.

Eis agora as razões por que a amostragem é necessária. A informação básica é obtida, geralmente, através de uma contagem completa. Se quisermos a população total dum país, podemos efetuar um recenseamento. Se quisermos as exportações e importações, podemos obter as cifras específicas das alfândegas e somá-las. Se quisermos saber a produção agrícola, podemos obter de todos os lavradores, o que produzem. Teoricamente, não há grandes dificuldades neste tipo de censo. É óbvio, porém, que ele exige muito trabalho, principalmente se o número de unidades é grande. Assim é que, no Estado de São Paulo, há, segundo penso, cerca de 300 mil estabelecimentos agrícolas; se quisermos conhecer a produção agrícola, ou as áreas dedicadas às diferentes culturas — o que, a rigor, não vai além de estatísticas elementares — e se quisermos, também, conhecer as variações de ano para ano, temos de coletar informações, somente no Estado de São Paulo, de 300 mil estabelecimentos. E após coletá-las, somar tudo, resumi-las e classificá-las, chegando-se, então, ao preparo das estatísticas oficiais. Isto representa grande trabalho. Se pudermos obter as informações requeridas, com a exatidão almejada, tomando uma pequena amostra de estabelecimentos, um décimo ou um centésimo, é óbvio que faremos economia considerável. Há, ainda, outras vantagens. Em primeiro lugar, obter-se-á maior rapidez na consecução dos resultados. Se fôr necessário sistematizar 1/10 ou 1/100 do material, é possível que se obtenham resultados muito mais rapidamente do que se tivermos de fazê-lo com todo o material. Mesmo que tenhamos de colher dados de todos os lavradores, ainda assim a amostragem oferece rendimento, através da sumarização, apenas, de uma percentagem dos elementos colhidos. A amostragem, portanto, possui as vantagens da economia e da rapidez. Oferece, também, a ulterior vantagem da exatidão. As estatísticas oficiais podem ser inexatas por duas razões. Uma decorre do fornecimento incorreto de dados; a outra, de que alguns dos indivíduos, ou unidades, sejam, por qualquer motivo, inteiramente omitidos — ou, em alguns casos, mais raros — possivelmente duplicados. E, em muitos casos, principalmente quando não existe uma tradição de coleta dos dados em questão, e se está tratando com pessoas nem sempre alfabetizadas, o censo completo não

dá resultados mais exatos dos que poderiam conseguir-se por amostragem; em verdade, êsses resultados seriam bem menos exatos.

Nas estatísticas como as da produção agrícola, no Brasil, não creio haver dúvida de que se conseguiria considerável progresso se se trabalhasse com amostras, com a obtenção de maior rapidez e economia; podereis fazer o censo anualmente, ao invés de decenalmente, o que é quase inútil para as decisões administrativas com respeito a tendências e observações correlatas. Se o censo é feito de dez em dez anos, e se se precisa de cinco anos para a respectiva publicação, é óbvio que as estatísticas, de maneira geral, ficam muito atrasadas — em média uns 7 anos e meio. Obter-se-á, também, maior exatidão, porque será possível evitar omissões, e poder-se-ão fiscalizar os estabelecimentos escolhidos para verificar a exatidão dos dados fornecidos. Na Inglaterra, adotamos um censo anual da área total cultivada, mas é preciso lembrar que há, em primeiro lugar, nesse país, uma população agrícola quase inteiramente alfabetizada; que as respostas são obrigatórias por lei; que, sendo as perguntas anuais, os lavradores já estão acostumados a preenchê-las; e que, em cada distrito, há uma pessoa que dedica parte de seu tempo — agora o serviço foi atribuído a um conselho com tempo integral, mas era feito por uma pessoa com tempo parcial de serviço — cujo encargo principal reside no contróle da coleta e no exame dos questionários, tendo em vista seus conhecimentos pessoais sobre a área estudada. Assim, existe uma considerável organização, construída durante anos, para assegurar uma boa coleta. Mas, com exceção de que, para certos fins administrativos, antes e durante a guerra, foi necessário conhecer as colheitas e o gado, etc., de lavradores individuais — e, para isto, era necessário ter as respostas de cada um, individualmente — não há dúvida de que, no concernente às estatísticas oficiais, se obteria grande fidedignidade somente com uma amostra cada ano. Reconhecidas as possibilidades da amostragem, onde se exigem somente estatísticas, mais do que informações individuais, prefere-se sempre recorrer à amostragem, e não a censos.

Isto demonstra as vantagens da amostragem relativamente à informação básica. Para a informação de pesquisa, a amostragem é de necessidade absoluta, porque, aí, é preciso obter informações com grandes minúcias técnicas e, conseqüentemente, não se pode confiar a coleta a pessoas sem especialização; não seria possível atribuir aos lavradores o preenchimento dos formulários, com o fim de dizer como usaram fertilizantes em diferentes campos; se todos os lavradores recebessem êsses formulários, considerariam demasiada imposição preenchê-los, e simplesmente se recusariam a fazê-lo. Ainda que fossem enviados somente a uma amostra de estabelecimentos, creio que, mesmo na Inglaterra, as respostas não seriam fiéis. Em lugar disso, portanto, mandamos agentes aos agricultores para a obtenção direta das informações. E como não seria possível entrevistar 300 mil lavradores, a amostragem é absolutamente essencial.

Ficaram, assim, expostas as razões por que se usa amostragem. Pretendo, agora, tratar dos métodos de obter informações. Usa-se geralmente um questionário, ou formulário, que pode ser endereçado a quem fornece a informação, ou dirigido ao agente, a quem caberá obter as informações da melhor maneira que puder. Não pretendo discutir, em seus pormenores, a elaboração de questionários. Quero acentuar, somente que há essas duas formas diferentes. Distribuído o questionário, temos ainda o problema de como obter seu preenchimento. Podemos, aqui, usar diversos métodos: 1. *questionários postais*, isto é, enviados pelo correio; a desvantagem que apresentam consiste, é claro, em que não obteremos respostas de grande parte da amostra. Para evitar essa

contingência, que discutirei depois em breves palavras, podemos adotar a 2. *técnica de remessa postal e reiteração*, isto é, tendo enviado os questionários postais, formulam-se reclamações posteriores aos que não responderam. Na verdade, pode-se usar amostragem a esta altura. Se 20% dos questionários não foram devolvidos, pode-se tomar a metade, isto é, 10%, e fazer maiores esforços para obter informações dessa metade. É claro que, ao reunir as informações, é preciso ponderar os 10%, porque isto equivale a 20% da amostra total. Podemos, também, lançar mão do que chamamos 3. *método de remessa postal e entrevista*, ou seja, fazemos circular os questionários, com a visita posterior de um recenseador para persuadir ou ajudar cada informante a preenchê-los, coletá-los e levá-los consigo. Esse é o método muitas vezes usado nos censos; os formulários são distribuídos, seja pelo correio, seja de casa em casa, e a pessoa encarregada de coletá-los, não os encontrando preenchidos, ajuda os informantes a fazê-lo. Em quarto lugar, podemos usar 4. *o método da entrevista direta*, pelo qual se manda o agente obter a informação diretamente, normalmente sem aviso prévio, embora, se possível, com o envio de uma carta preliminar na qual se comunique a data da visita do agente.

São esses os quatro métodos. Os dois primeiros servem para as informações simples, mas, se existir alguma dúvida acerca da capacidade dos informantes em dar as respostas, ou de sua disposição em dá-las sem certa presteza, então os métodos de remessa postal e entrevista ou de entrevista, são os melhores. E, como é claro, nos questionários, em que as perguntas são feitas ao agente, isto é, perguntas não diretas à pessoa em causa, mas perguntas que o informante talvez nem mesmo entende, neste caso é preciso usar o método da entrevista. Por exemplo, em levantamentos que dizem respeito a edificações, quando se precisa de informações técnicas sobre a natureza e condições das estruturas, seria precário enviar questionários aos moradores, pois eles não entenderiam os aspectos técnicos em jogo. Do mesmo modo, em certos tipos de pesquisas sociais — como, por exemplo, condições sócio-econômicas, padrão-de-vida, etc. — é um engano formular perguntas ao entrevistado, não se podendo perguntar-lhe se a casa está sendo bem ou mal conservada ou coisa semelhante — mas pode-se muito bem fazer essa pergunta ao agente, e este formará um juízo a respeito, durante a entrevista. Existe, ainda, certo número de perguntas que o agente pode formular de diferentes maneiras, de acordo com o caráter do informante, obtendo, assim, melhores informações do que se a pergunta fôsse feita da mesma maneira para todos. Estes são os problemas de questionários. No momento, estão sendo bem compreendidos, e muitas pesquisas a respeito estão sendo executadas, principalmente nos Estados Unidos.

Desejo, agora, falar um pouco acerca de problemas mais técnicos de amostragem, problemas em que tão considerável progresso foi alcançado na Inglaterra e nos Estados Unidos durante os últimos 15 anos, mais ou menos. Penso que a Inglaterra pode reclamar ter feito as maiores contribuições básicas à teoria da amostragem, mas penso, também, que aos Estados Unidos cabe o lugar principal no desenvolvimento prático das técnicas de amostragem. Isto é devido, em parte, ao conservantismo inato da Inglaterra, e, em parte, de que sendo os Estados Unidos um país maior e com menor tradição de estatísticas oficiais, estão mais necessitados de amostragem, e, assim, tem havido, ali, maior urgência de desenvolver suas aplicações. Assim, as aplicações melhores, as aplicações em maior escala, as aplicações mais bem planejadas, são encontradas nos Estados Unidos.

Darei um esboço da maneira por que os problemas de amostragem têm sido desenvolvidos, e os aspectos que precisam ser apreciados quando

se estuda o assunto. Em primeiro lugar, temos o problema de definição de universo.

Temos de definir o universo que estamos submetendo à amostragem, isto é, o todo que vamos cobrir, e temos de estar aptos a identificar as respectivas unidades para extrairmos nossa amostra.

A estrutura de referência é denominada "frame"¹. Antes de extrair uma amostra de qualquer tipo de universo é preciso haver um "frame", o qual, algumas vezes, se acha imediatamente à mão; noutras, somente pode ser construído com dificuldades. Em universos econômicos e sociais, o "frame" tende a apresentar dificuldades, a menos que se disponha de material censitário. De fato, uma das finalidades de um censo é o de fornecer "frame" para amostragem. No caso da inexistência de cadastros, tais como os fornecidos por um censo, declarações de impostos, endereços urbanos, ou algo semelhante, podem usar-se métodos alternativos baseados em mapas. A escolha do mais conveniente depende do que se está estudando. Para alguns tipos de amostragem, certo tipo de "frame" é mais adequado do que para outros; geralmente, qualquer tipo de "frame" pode ser usado sem grandes inconveniências; muitas vezes, portanto, o tipo usado depende essencialmente do material disponível.

Determinado o "frame", é preciso decidir acêrca da unidade de amostragem. Algumas vezes, a escolha é óbvia, como, por exemplo, domicílios (se se estudam condições sociais) ou estabelecimentos agrícolas (quando se estuda a produção agropecuária); mesmo aí, às vezes, torna-se necessário escolher uma diferente unidade de amostragem que se vem ajustar ao "frame". Caso se esteja fazendo amostragem da produção agrícola baseada em mapas, pode-se, ao invés de usar estabelecimentos, utilizar áreas de um mapa.

Este método de áreas tem sido usado na Índia por MAHALANOBIS e sua escola; apresenta, porém, sérias desvantagens, porque, se tomarmos áreas como unidades, não poderemos, na realidade, obter informações dos estabelecimentos agrícolas, porque as áreas não correspondem a êstes; e há grande dificuldade na obtenção de informações sobre o gado, em vista de sua mobilidade. Assim, para fins como o de medir a produção dos estabelecimentos, principalmente pastoris, o uso de áreas não é aconselhável. Os retângulos definidos por mapas são, porém, aconselháveis no concernente à produção de madeiras, porque as matas não mudam de lugar. Temos usado áreas com muito êxito na Inglaterra, o que também tem sido feito noutros países, para amostragem de zonas florestais e determinação dos existentes montantes de madeira.

Podemos, na verdade, usar áreas para selecionar estabelecimentos agrícolas. Suponhamos que a área inteira é dividida em áreas de amostragem, que são quadrados do mesmo tamanho. Podemos dizer que qualquer estabelecimento, cuja casa de moradia caia no quadrado escolhido, seja incluído na amostra, e que qualquer estabelecimento que ficar fora da área escolhida seja excluído. As áreas finais incluídas na amostra poderiam, então, ser as áreas delimitadas pelos limites dos estabelecimentos selecionados. Isto quer dizer que, em escala maior — supondo a existência de um retângulo e uma amostra selecionada ali, e havendo uma casa aqui e outra acolá — é possível determinar os limites dos estabelecimentos, sem ordem definida; estas áreas constituiriam unidades de amostragem, que seriam de forma irregular, e não de tamanho fixado, nem conteriam número determinado de estabelecimentos. No entanto, as unidades de amostragem estariam perfeitamente bem defi-

¹ N R — Não há, ainda, na língua portuguesa, uma expressão que rigorosamente corresponda, em amostragem, ao termo "frame". Técnicos brasileiros têm, entretanto, usado a expressão "universo de trabalho".

nidas; a área inteira seria coberta por essas unidades; e as terras de cada estabelecimento ocorreriam em uma, e em somente uma, unidade de amostragem.

Aí está, precisamente, uma ilustração dos vários tipos de unidades de amostragem, que podem ser teoricamente empregadas, são de fato empregadas e de uso. Em nossa investigação florestal na Inglaterra, a pesquisa não se baseou em retângulos no mapa. Tomamos os retângulos como unidades básicas de amostragem, para definir nossa amostra. As áreas do mapa tinham a extensão de duas por três milhas.

Em lugar de procurar definir exatamente os limites desses retângulos no terreno, o que seria muito difícil, tomamos cada porção de floresta que tivesse seu ponto mais ao norte, dentro da área, e nenhuma outra. As grandes áreas florestais foram subdivididas em "secções" separadas por limites identificáveis, como estradas marcadas no mapa.

Chegamos agora à questão crucial, a seleção da amostra e o problema do "bias". Tem sido fartamente demonstrado que a não ser que se adotem métodos muito rigorosos na seleção da amostra, esta correrá o risco de ser tendenciosa. O primeiro passo consiste em obter um "frame" satisfatório e unidades de amostragem bem definidas. Feito isto, torna-se ainda necessário selecionar as unidades de amostragem a serem incluídas na amostra, o que pode ser conseguido por meio da seleção aleatória. Podem usar-se, alternadamente, processos virtualmente equivalentes à seleção aleatória. Seria possível, por exemplo, selecionar cada décimo nome de um cadastro, etc. Isso se chama "seleção sistemática". Não é aleatória, mas do ponto de vista do "bias" é equivalente à aleatória; pode-se confiar em que a seleção sistemática não introduz "bias".

O que é fatal é selecionar uma amostra sem ter um "frame" apropriado e sem usar um processo adequado de seleção. Se se executa uma pesquisa da opinião, permanecendo à esquina de uma rua, e entrevistando os transeuntes "ao acaso", como é erroneamente chamado, é bem claro que não se obterá uma seleção aleatória da população, nem algo parecido com isso. Gente na rua não constitui uma seleção aleatória da população total, nem mesmo da população adulta total. Constitui, sim, uma "amostra" muito especial. Se alguém ficasse parado, na rua, em frente a um edifício, obteria um grande número de pessoas que vão fazer compras e, em certas horas, de grande número de empregados de escritórios, não obteria operários, nem donas de casa de intensos afazeres domésticos.

Essa espécie de amostragem produz resultados que são inúteis para trabalho sério; pode ser adequada para fins de comparação, quando se desejam números grosseiros, desde que sejam reconhecidos seus defeitos e não se tente apresentar a amostra como tendo valor absoluto, mas é preciso compreender que esses defeitos podem produzir graves distúrbios.

Da mesma maneira, se selecionarmos cuidadosamente uma amostra aleatória, e não obtivermos informações de metade da amostra, por exemplo, pode produzir-se grave "bias". Por exemplo, se metade dos estabelecimentos num censo agrícola não fornece informações, não há garantia de que essa metade será igual à outra metade que respondeu. Sob alguns aspectos, é quase certo que serão diferentes, e poderão ser bem diferentes. Assim, poderão resultar "bias" muito acentuados, em decorrência de processos defeituosos de seleção.

Conseqüentemente, ao se fazer amostragem, a primeira coisa consiste em estabelecer com rigor o processo de seleção, a fim de que ao selecionar-se a amostra se obtenham dados que a cubram por completo. Se se obtém informações de 90% da amostra, então se pode no mínimo

considerar isto como cobrindo 90% do universo; os restantes 10% só podem ser tomados como desconhecidos, até que se adotem outras medidas para a coleta das informações respectivas. Reconhecida a importância da amostragem propriamente, com o uso de métodos apropriados de seleção, e cobrindo a área selecionada, temos que decidir qual o melhor método de amostragem para cada investigação particular. Existem seis principais métodos de amostragem que podem ser usados isoladamente ou em combinação: 1. *amostragem simples aleatória*; 2. *amostragem estratificada com fração uniforme de amostragem*; 3. *amostragem estratificada com fração variável de amostragem*; 4. *amostragem polietápica* ("multi-stage sampling"); 5. *amostragem polifásica* ("multi-phase sampling"), e finalmente 6. *amostragem com probabilidades proporcional ao tamanho*.

Já falamos acêrca da amostragem aleatória, que significa a seleção aleatória de unidades extraídas do total do universo. Na amostragem estratificada com fração uniforme de amostragem, divide-se o universo em grupos (ou estratos) antes de extrair a amostra, e extrai-se a mesma proporção de cada grupo. Se os grupos diferem, obtém-se maior exatidão. Na amostragem estratificada com fração variável de amostragem, divide-se o universo em grupos, e toma-se maior proporção dos grupos mais variáveis. É muito útil em trabalhos de economia. Pode-se extrair uma fração maior dos grandes estabelecimentos, por exemplo. Ou, então, pode-se extrair uma fração maior das grandes emprêsas industriais. Em qualquer trabalho desta espécie, onde o tamanho das unidades varia consideravelmente, é conveniente extrair fração maior das grandes unidades.

A amostragem polietápica ("multi-stage sampling") não constitui um expediente para aumentar o grau de exatidão; é, também, um instrumento usado para tornar a amostragem mais fácil. Ao efetuar uma amostragem de áreas determinadas num mapa, ao invés de espalhar pequenas áreas por tôda a região, pode-se primeiro dividi-lo em áreas bastante grandes e extrair uma amostra destas; em seguida, proceder à extração de uma amostra dessas pequenas áreas.

Este sistema é menos exato que o de extrair o mesmo número de pequenas amostras de áreas espalhadas pela área inteira aleatoriamente, mas isto economizará bastante em transportes, e permitirá que se extraia maior número de áreas. Outra vantagem é que não há "frame" adequado para demarcar as pequenas áreas, sendo preciso construí-lo para as grandes áreas selecionadas, apenas, em lugar de construir um "frame" que cubra tôda a região. Aí está um exemplo de amostragem por duas etapas; pode êle ser usado em qualquer número de etapas, porém. Em cada etapa, as amostras podem ser aleatórias ou estratificadas, ou estratificadas com fração variável de amostragem.

A amostragem polifásica ("multi-phase sampling") não deve ser confundida com amostragem polietápica ("multi-stage sampling"). Na amostragem polifásica, usam-se as mesmas unidades de amostragem em cada uma das fases, mas extrai-se uma grande amostra, na primeira fase, para alguns tipos simples de informações, e obtidas as informações simples da grande amostra, extrai-se uma subamostra da amostra da primeira fase, a fim de obter as informações mais difíceis. Por exemplo, podemos extrair uma grande amostra de homens para fazer um levantamento grosseiro das respectivas condições sanitárias, e, em seguida, tomar uma subamostra, muito menor, e identificar as pessoas medicamente examinadas. Fazendo a correlação entre os resultados médicos e os do levantamento, e também usando as informações da amostra maior, obteremos mais fidedignidade.

Finalmente, temos a amostragem com probabilidade proporcional ao tamanho. Não pretendo explaná-la, mas citei-a para completar a lista. É um método que tem sido muito usado nos Estados Unidos, em certos tipos de pesquisa.

O importante, nesses métodos, é que todos são processos relativamente simples. No entanto, é preciso que se reconheçam suas diferenças. Muitas das dificuldades que ocorreram nos primeiros trabalhos de amostragem surgiram em virtude de que esses diferentes processos, todos perfeitamente legítimos e práticos, não foram formalmente reconhecidos e, conseqüentemente, houve muita confusão. Uma vez que se tornarem bem conhecidas não há maior dificuldade em utilizá-los. Há um ulterior expediente de usar informações suplementares a fim de aumentar a exatidão da amostra. Se se está fazendo uma amostragem de estabelecimentos agrícolas e se se conhece a área total cultivada, então se a amostra dos estabelecimentos obtidos representa em proporção, mais ou menos que o total da área cultivada, podem-se ajustar as áreas de cultura derivadas da amostra, sabendo que devem ser ou muito pequenas ou muito grandes no conjunto.

Com todos esses métodos de amostragem, dispõe-se de meios apropriados para estimar os valores do universo. A maioria deles é bastante simples, algumas vezes, meramente uma questão de tomar a média; algumas vezes, simples ponderação. Aqui, também, é preciso conhecer os diferentes métodos, e reconhecer as diferenças respectivas. Isto constituiu outra fonte de confusão no passado.

Outra causa de confusão é que, muitas vezes, existem dois ou três métodos de estimar os valores do universo, os quais dão aproximadamente a mesma exatidão. Não sendo apreendido esse fato, haverá confusão, porque uma pessoa usará um método e outra, outro, e ambos começarão a discutir sobre qual é o mais correto.

Em relação a cada método de estimação, há um método de calcular o erro de amostragem, usando-se os resultados numéricos da amostragem. Este é o mais importante aspecto da amostragem. Quando se tem uma amostra aleatória, por exemplo, extraída de valores individuais, pode-se calcular o erro-padrão ou o desvio-padrão de cada valor simples, o que, por sua vez, dá o erro-padrão ou o desvio-padrão da média da amostra. Em outras palavras, é possível determinar a magnitude provável do erro de amostragem. E isto é verdadeiro em todos os bons métodos de amostragem. Para alguns deles, o problema é mais complicado do que para outros; todos, porém, têm métodos apropriados de calcular o erro de amostragem.

Os usos do erro de amostragem servem, em primeiro lugar, para determinar a fidedignidade da amostra extraída, e, em segundo lugar, o tamanho da amostra exigida com o fim de obter resultado de prescrita exatidão, e, finalmente, comparar a eficiência dos diversos métodos de amostragem sob diferentes circunstâncias. Quando se conhece a exatidão, por exemplo, do processo de amostragem polietápica para determinada combinação de áreas pequenas e grandes, então se pode comparar a eficiência destas diferentes combinações, e comparar as respectivas eficiências com a dum processo monoetápico. E, se se conhece o custo das várias operações, de visitar e observar as pequenas áreas, uma vez conhecidos estes custos pode-se fazer alguns cálculos simples, e determinar qual o melhor ou o ótimo processo de amostragem; em outras palavras, qual o processo de amostragem que nos dá maior exatidão por determinado preço, ou, que é o mesmo, determinada exatidão a mínimo custo.

Os erros de amostragem, portanto, possibilitam a determinação da exatidão da amostra, o tamanho da amostra necessária para uma dada exatidão, e a eficiência dos vários métodos de amostragem. Mas, para calcularmos êstes erros de amostragem, é preciso haver uma amostra aleatória. Isto significa outro importante motivo para a adoção da amostragem aleatória.

Com isto, termino minha explanação dos métodos de amostragem. Desejo, por fim; dizer breves palavras, bem breves, sôbre a organização para a execução de pesquisas à base de amostragem, na Inglaterra e nos Estados Unidos, principalmente na Inglaterra. Na Inglaterra há uma Repartição Central de Estatística, que não se encarrega de fazer pesquisas e levantamentos à base de amostragem. É um órgão de coleta e crítica, e de sistematização e pesquisa. Publica o *Monthly Digest of Statistics*, que é uma compilação muito útil das mais importantes estatísticas nacionais, e que se aproveita de estatísticas fornecidas por diversos departamentos do govêrno. A Repartição Central de Estatística foi organizada durante a guerra, e tem exercido pressão nos departamentos do govêrno, a fim de que êstes produzam boas informações, o que resultou em grande melhoria nas estatísticas oficiais. As estatísticas correntes são de responsabilidade dos respectivos Ministérios, a quem compete decidir acêrca do uso de métodos de amostragem, ou de censos, ou da combinação dos dois.

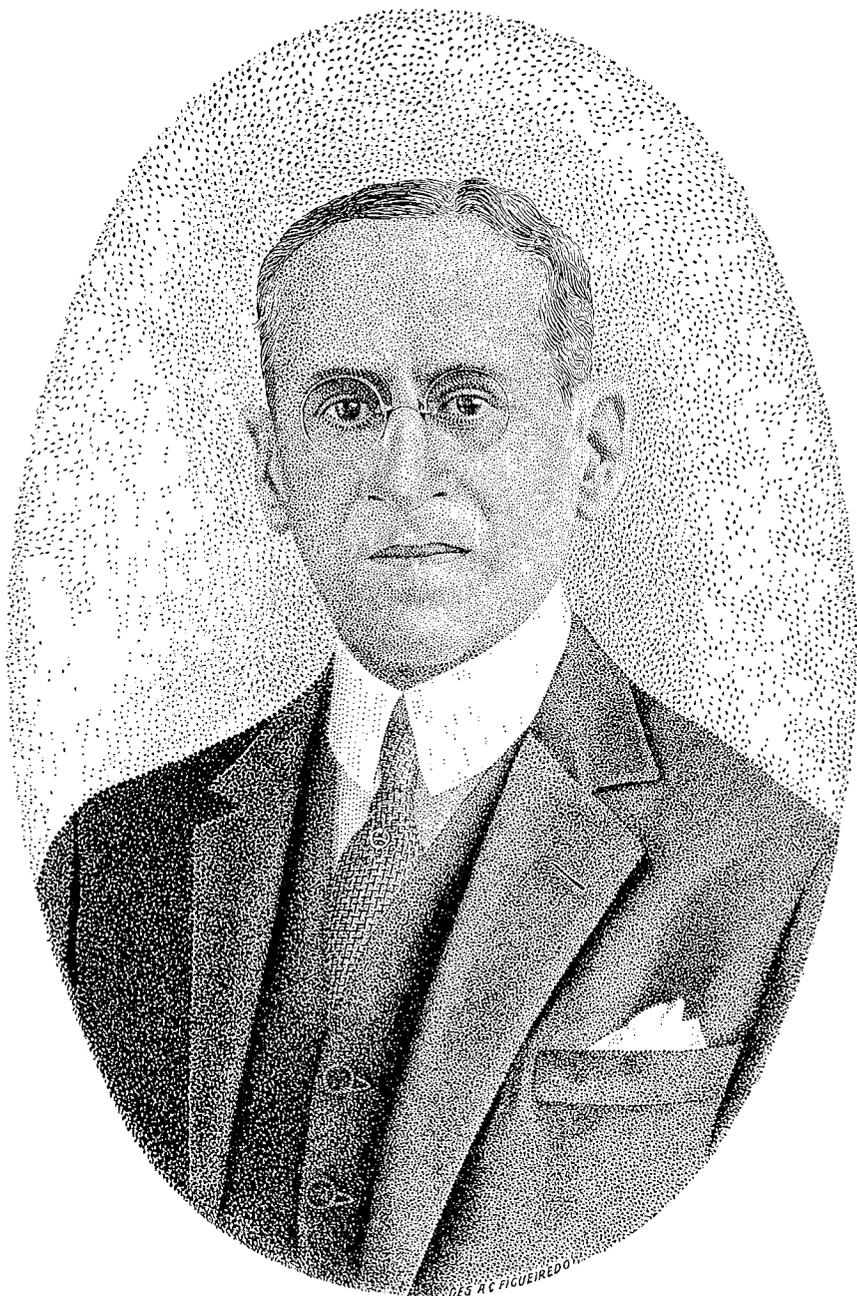
Existe, também, uma organização denominada Pesquisa Social, que faz trabalhos do tipo de inquérito social para o govêrno. É uma organização oficial e usa o método de entrevista; possui uma equipe de entrevistadores distribuídos pelo país. Praticamente, todo o seu trabalho consiste em entrevistas a domicílio, com donas de casa e trabalhadores industriais, sôbre problemas específicos, etc.

Por fim, há o trabalho executado pelas instituições de pesquisa e universidades. Praticamente, as pesquisas de diferentes tipos são conduzidas por êsses grupos. Êles se interessam pelo tipo de levantamento que exige minúcias técnicas, econômicas, médicas, etc. Êstes levantamentos, portanto, estão em mãos de pessoas que compreendem os problemas técnicos atinentes, o que me parece importante.

Da mesma maneira, as estatísticas administrativas estão nas mãos dos Ministérios que têm melhor compreensão do material que manipulam. Por exemplo, o Ministério da Agricultura colige as estatísticas agrícolas. Tem estado em contacto com os lavradores, e se presume que conheça mais acêrca de agricultura que qualquer outro Ministério. Por outro lado, é claro que os Ministérios nem sempre entendem muito de estatística. Não sabem muito bem como usar os métodos de amostragem, e quando o devem fazer ou não. É aí que entra a Repartição Central de Estatística. Pode exercer pressão sôbre os Ministérios, a fim de aperfeiçoar os respectivos métodos estatísticos e pode oferecer-lhe assistência quando solicitada.

Creio que esta situação é um tanto similar à dos Estados Unidos, exceto que o "Bureau of the Budget" possui um departamento que se encarrega de levantamentos por amostragem, sendo seu trabalho zelar para que os levantamentos por amostragem, que exigem recursos federais, sejam bem coordenados, bem planejados e executados, etc. Há, ainda, o "Bureau of the Census", que executa grande número de levantamentos; não só o censo comum de população, mas, também, estatísticas econômicas, de negócios, de trabalho, etc. Por último, existem as instituições de pesquisa e as universidades, que estão ocupadas em pesquisas e levantamentos do tipo técnico, da mesma maneira que na Inglaterra.

VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA



José Florindo de Sampaio Vianna

JOSÉ FLORINDO DE SAMPAIO VIANA

A Estatística brasileira, nos setores da Bioestatística, muito deve a JOSÉ FLORINDO DE SAMPAIO VIANA, que, durante dezenas de anos, teve esses setores sob a sua direção

Nascido nesta Capital a 29 de dezembro de 1874, era filho dos BARÕES DE SAMPAIO VIANA, tendo-se diplomado em medicina em 1898, após um curso distinto, no fim do qual defendeu, com raro brilho, uma tese que versava sobre o então palpitante problema do heribéri. Ingressando no serviço público, nesse mesmo ano, como Ajudante de Médico Demógrafo da antiga Diretoria-Geral de Saúde Pública, foi efetivado nessas funções, em 1904, a partir de quando passou a trabalhar com BULHÕES CARVALHO, a quem fôra confiada a Secção Demográfica

Deixando BULHÕES CARVALHO esse posto, em 1907, coube a JOSÉ FLORINDO DE SAMPAIO VIANA substituir, aí, essa grande figura da Estatística brasileira. Graças ao já longo tirocínio nos trabalhos bioestatísticos e, sobretudo, às suas notáveis qualidades de inteligência, senso de organização, cultura geral e especializada, devotamento e espírito público, desenvolveu SAMPAIO VIANA o serviço de bioestatística com invulgar operosidade e competência, até agosto de 1934, quando se aposentou

Em 1909 estêve na Europa, no desempenho da honrosa missão de Delegado do Brasil, na Comissão Internacional encarregada da revisão da "Nomenclatura Internacional das Moléstias e Causas de Morte", reunida em Paris. Defendendo, com ardor e convicção, teses brasileiras, propôs modificações fundamentais na classificação dos diferentes grupos de doenças, para melhor aproveitamento das estatísticas, logrando aceitação em vários pontos. Teve ensejo, nessa ocasião, de alvitrar importante medida a esse respeito, no tocante ao desdobramento da rubrica "Febre Tifóide" em "A) Febre Tifóide" e "B) Febres Paratífóides", o qual, depois de suscitar amplas e fecundas discussões, veio a ser adotado em definitivo, decorridos dez anos, em 1920

Com a chamada reforma Carlos Chagas, ocorrida em 1921, a qual atingiu os serviços sanitários do País e transformou a Diretoria-Geral de Saúde Pública no Departamento Nacional de Saúde Pública, foi a antiga Secção Demográfica elevada à categoria de Inspeção de Demografia Sanitária, Educação e Propaganda, sendo SAMPAIO VIANA nomeado para o cargo de Inspetor. Pouco depois, era desanexado da Inspeção do setor relativo à Educação e Propaganda, dêsse modo melhor se concentrando a ação de SAMPAIO VIANA nos trabalhos por assim dizer específicos da Inspeção

Famosos sanitaristas que o País conheceu à frente dos serviços de saúde pública, nos primeiros quartéis do século, como OSWALDO CRUZ, TEÓFILO TORRES, CARLOS CHAGAS e CLEMENTINO FRAGA, tiveram em SAMPAIO VIANA colaborador leal e dos mais eficientes, a eles sempre estreitamente ligado, no combate e debelação dos surtos epidêmicos que, por essa quadra, ainda ameaçavam a Capital Federal. As estatísticas que elaborou nessas ocasiões, muito contribuíram para a orientação daqueles sanitaristas. Quando da gestão de CARLOS CHAGAS no Departamento Nacional de Saúde Pública, foi designado para exercer, em comissão, o cargo de Assistente dêsse eminente sanitarista

Teve SAMPAIO VIANA sob a sua direção e responsabilidade, por longo tempo, a divulgação de um abundante e sempre oportuno repertório de dados bioestatísticos, em publicações mensais, bem como nos Anuários de Demografia Sanitária da Capital da República, cuja regularidade de lançamento, durante dezenas de anos, a êle se deve em particular

Faleceu SAMPAIO VIANA no dia 12 de agosto dêsse ano, deixando viúva a Sra. BEATRIZ DE SOUZA SAMPAIO VIANA, neta dos VISCONDES DE MAUÁ, três filhos e vários netos

DE ONTEM E DE HOJE

DIVISÃO DO DISTRITO FEDERAL EM QUADROS URBANO, SUBURBANO E RURAL, PARA FINS CENSITÁRIOS*

O Serviço Nacional de Recenseamento, ao ter em vista a divulgação dos resultados censitários de 1950 referentes ao Distrito Federal, defronta-se com um problema para o qual se impõe definitiva solução. Trata-se de decidir que critério deverá prevalecer na apresentação dos dados do Censo Demográfico, relativamente aos quadros urbano, suburbano e rural, cujas áreas não foram até aqui delimitadas.

As dificuldades que agora repontam não são novas. Elas igualmente surgiram, pelo menos, nos três últimos Recenseamentos — no de 1906, no de 1920 e no de 1940 — efetuados no Distrito Federal; e, como não podia deixar de acontecer, em tôdas as ocasiões foram causa de controvérsias insuperáveis, além de contribuírem para defeitos de comparabilidade que não se puderam evitar.

À pág. 25 da publicação *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906* lê-se:

"A variedade de meios de transporte, que existe na maior parte do território do Distrito Federal, explica uma das particularidades demográficas mais curiosas do Rio de Janeiro, qual é, sem dúvida, a facilidade com que, sem prejuízo da economia urbana, se deslocam, sob a influência de causas acidentais, o centro de sua população e o respectivo ponto médio E', talvez, isso o que mais tem contribuído para tornar antes fictícia do que real a distinção, até hoje pouco definida, entre as zonas denominadas urbana e suburbana desta Capital. Se examinarmos a divisão territorial do Rio de Janeiro nas épocas dos vários recenseamentos aqui realizados, sem esquecer a história, já em rápidos traços esboçada, da criação das diversas freguesias, convencer-nos-emos de que semelhante distinção é muito precária, se não de todo artificial, mantendo-se, quase exclusivamente, pela sua antiguidade.

Do quadro seguinte consta a relação das freguesias existentes nessas diversas épocas, reunidas nos dois agrupamentos a que se tem convencionado intitular *cidade* e *subúrbios*.

De 1890 para cá a situação não se tornou mais clara e precisa. Pelo Artigo 1º, 2ª parte, da Portaria de 17 de julho de 1893, foram consideradas fora dos limites da cidade as freguesias de Jacarepaguá, Inhaúma, Irajá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Ilhas do Governador e de Paquetá, mas o Artigo 1º

* A presente exposição foi apresentada à Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, na sessão realizada no dia 10 de novembro de 1950, tendo sido elaborada, sob a orientação e responsabilidade do Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, TULO HOSTILIO MONTENEGRO, por ALBERTO PASSOS GUIMARÃES, que compilou os elementos nela apresentados.

Na fixação dos critérios e no preparo da proposta de delimitação dos quadros colaboraram, além dos mencionados, o Engenheiro MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas na referida Junta, ANTÔNIO TEIXEIRA DE FREITAS, do Serviço de Coleta do Distrito Federal, SEBASTIÃO AGUIAR AYRES e AFRÂNIO CAVALCANTI MELO, do S N R.

do Decreto Municipal n.º 391, de 10 de fevereiro de 1903, incluiu as freguesias de Inhaúma e Irajá entre as que necessitam de licença da Prefeitura para o início de obras. Vê-se, pois, que, mesmo sob o ponto de vista administrativo, não está perfeitamente definida a distinção entre as zonas urbana e suburbana da nossa Capital E, se não é fácil precisar administrativamente a divisão de que se trata, muito mais difícil ainda se nos antolha semelhante tarefa sob o ponto de vista topográfico e, sobretudo, sob o demográfico."

AURELIANO PORTUGAL, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, em 20 de junho de 1901, sob o título "Recenseamento de 1900 no Congresso Científico Latino-Americano", revela como há cinqüenta anos o assunto já se tinha incluído entre as preocupações dos nossos demógrafos:

"A continuidade da cidade propriamente dita é tal que, em grande parte, se torna impossível estabelecer limites entre as paróquias urbanas e as chamadas *suburbanas*. Todo o percurso da Estrada de Ferro Central do Brasil, até além da Estação de Cascadura, é marginado de habitações, formando, sem quebra de continuidade, inúmeras ruas, que a freqüência e a rapidez do transporte incorporam naturalmente à cidade. O mesmo se dá com relação à vasta planície servida pelas linhas suburbanas do Norte, da Melhoramentos do Brasil e da Rio d'Ouro. Êsses subúrbios não têm existência própria, independente do centro da cidade; pelo contrário, a sua vida é comum, as suas relações íntimas e freqüentes; é a mesma população que moureja, no centro comercial da cidade, com a que reside neste, sendo naturalmente impossível separá-las. Assim, por exemplo, inútil seria tentar distinguir o número exato de óbitos que correspondem unicamente às paróquias urbanas, porque nelas se acham compreendidos muitíssimos, relativos às chamadas suburbanas, de preferência habitadas pela parte da população menos favorecida de meios de fortuna, a qual, nas suas enfermidades mais graves, procura os hospitais da Santa Casa de Misericórdia, e muitos outros, todos estabelecidos na parte mais central da cidade. Com mais justiça poder-se-iam excluir da zona urbana de Buenos Aires os povoados de Belgrano, Flores e outros, que lhe foram incorporados em 1887 e cuja continuidade com a parte verdadeiramente urbana da metrópole platina não é tão completa e perfeita como a dos nossos denominados *subúrbios* com a chamada zona urbana do Rio de Janeiro" ("In" *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de setembro de 1906*, pág. 27).

Muito embora sobre a questão se tenham emitido opiniões reconhecidamente autorizadas, sua solução continuou a encontrar resistências através do tempo. Durante este meio século em cada novo recenseamento o problema ressurge e novas críticas caem sobre sua permanente indefinição.

Merecem ser transcritas as considerações feitas, a esse propósito, em uma das publicações da Diretoria-Geral de Estatística referentes ao Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920 (Vol. II, 1ª parte, págs. 32 e seguintes):

Freguesias existentes no Distrito Federal

1799	1821	1838	1849	1856	1870	1872	1890
Sé Candelária São José Santa Rita	Sé Candelária São José Santa Rita Sant'Ana	Sacramento Candelária São José Santa Rita Sant'Ana Lagoa Glória Engenho Velho	Sacramento Candelária São José Santa Rita Sant'Ana Lagoa Glória Engenho Velho	Sacramento Candelária São José Santa Rita Sant'Ana Lagoa Glória Engenho Velho Santo Antônio	Sacramento Candelária São José Santa Rita Sant'Ana Lagoa Glória Engenho Velho Santo Antônio São Cristóvão Espírito Santo	Sacramento Candelária São José Santa Rita Sant'Ana Lagoa Glória Engenho Velho Santo Antônio São Cristóvão Espírito Santo	Sacramento Candelária São José Santa Rita Sant'Ana Lagoa Glória Engenho Velho Santo Antônio São Cristóvão Espírito Santo Gávea Engenho Novo
Engenho Velho Irajá Jacarepagua Campo Grande Inhauma Guaratiba Ilha do Governador Ilha de Paqueta	Engenho Velho Lagoa Irajá Jacarepagua Campo Grande Inhauma Guaratiba Ilha do Governador Ilha de Paqueta	Irajá Jacarepagua Campo Grande Inhauma Guaratiba Santa Cruz Ilha do Governador Ilha de Paqueta	Irajá Jacarepagua Campo Grande Inhauma Guaratiba Santa Cruz Ilha do Governador Ilha de Paqueta	Irajá Jacarepagua Campo Grande Inhauma Guaratiba Santa Cruz Ilha do Governador Ilha de Paqueta			

CIDADE

SUBÚRBIOS

FONTE: Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realizado em 20 de setembro de 1906.

"E" muito irregular a distribuição dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro pelas diversas circunscrições territoriais que constituem a Capital da República. Alguns distritos municipais, urbanos e suburbanos, não satisfazem, quanto ao número de habitantes, a exigência da Lei de 20 de setembro de 1892 que organizou o Distrito Federal e, segundo a qual, a população de cada um dos distritos não deve ser de menos de 10 000 nem exceder a 40 000 habitantes.

Entretanto, há distritos, quer na área urbana quer na suburbana, cuja população é inferior ou muito superior ao total estabelecido na lei orgânica. A má distribuição dos Municípios na vasta área da Capital Federal é, todavia, uma consequência da enorme extensão da cidade do Rio de Janeiro, circunstância que favorece o povoamento disseminado, graças à redução das distâncias pelo aumento e maior facilidade dos meios de transporte do centro para os longínquos arrabaldes, onde a vida é, em geral, menos cara e mais confortável.

É muito difícil precisar onde acaba a cidade e começam os subúrbios.

A falta de uniformidade nas divisões administrativas torna difícil o confronto numérico dos elementos coligidos nos inquéritos censitários, quer se trate especialmente do recenseamento da população, quer se trate de estatísticas de outra natureza. Assim, a divergência nos limites topográficos das circunscrições eclesiástica, judiciária e municipal dificultou, em 1906, a comparação dos resultados do inquérito censitário efetuado nesse ano com os dos recenseamentos realizados anteriormente na Capital do Brasil, sendo necessário restabelecer, mais ou menos, a divisão territorial que serviu de base ao censo de 1890, a fim de verificar, tão aproximadamente quanto possível, as alterações havidas na população de cada um dos distritos urbanos e suburbanos, durante o período decorrido entre as duas datas (1890 a 1906).

Tendo sido feitas as duas últimas operações censitárias de acordo com a mesma divisão territorial, são agora perfeitamente comparáveis os resultados do Recenseamento de 1920 com os do inquérito de 1906, pouco influido para diminuir o valor do confronto o fato da criação de mais um distrito, pela desagregação de territórios pertencentes às circunscrições municipais da Lagoa e Gávea, para formar o distrito de Copacabana.

As divergências notáveis, quer quanto às áreas dos diversos distritos, quer quanto à densidade das respectivas populações, estão indicando a conveniência de uma nova divisão territorial, no sentido de facilitar, administrativamente, a melhor execução de todos os serviços públicos a cargo da Prefeitura ou do Governo Federal.

Na reconstituição dos distritos municipais deve-se limitar, de conformidade com os elementos fornecidos pelo Recenseamento de 1920, a área propriamente urbana, separando-a, tanto quanto possível, da área rural. Assim desaparecerá a distinção anacrônica e injustificada entre área urbana e área suburbana, conservada pela Municipalidade como a principal divisão administrativa a que se sujeitam as suas posturas, ou decretos legislativos. A separação mais ou menos completa do território urbano do território rural, além de obedecer aos intuitos da lei orgânica do Município, tornaria mais perfeita a comparação, no ponto de vista estatístico, da cidade do Rio de Janeiro com outras cidades da Europa e da América, favorecendo também, sob o mesmo ponto de vista e com igual vantagem, os confrontos internos.

Em matéria administrativa, há nos Estados Unidos a preocupação de separar em dois grupos a população que vive propriamente na cidade, zona urbana, e a que vive nos campos, ou zona rural. Por isso, o Bureau of Census classifica como urbana a população que reside nas localidades incorporadas, com 2 500 ou mais habitantes, indistintamente conhecidas sob o nome de cidades, vilas, povoados, distritos etc ;

classificando como rurais as populações que vivem em localidades não incorporadas, essencialmente povoadas, com menos de 2 500 habitantes.¹ O distrito metropolitano representa uma unidade política, constituída pela população que reside dentro dos limites municipais.

É o distrito-sede, formado pelas localidades incorporadas, acrescidas dos subúrbios circunvizinhos, densamente povoados. No ponto de vista censitário é este o critério que deveria prevalecer, em geral, nos diversos países, para tornar mais perfeito o confronto do modo por que as aglomerações humanas se distribuem, progridem e se condensam nas localidades mais ou menos populosas. Infelizmente nem sempre é possível estabelecer com rigor essa comparação, porque varia muito, na maioria das metrópoles, o critério da distinção entre zona urbana e zona rural.

Pelos elementos cartográficos da planta levantada pela Diretoria de Estatística como base para a execução do censo, toda a área do Distrito Federal atinge, aproximadamente, a 1 163 933 000 metros quadrados, dos quais apenas 164 469 922 correspondem ao perímetro denominado *urbano*. Nessa área a densidade da população, segundo o Recenseamento de 1920, é de 4 808 habitantes por km², não ultrapassando

¹ Segundo o Censo de 1940, os critérios nos Estados Unidos quanto à definição das áreas urbana e rural permanecem quase inalterados, como se vê do tópico abaixo, constante da "Introdução" ao volume dedicado a Massachusetts (*Population, Second Series*), pág. 2: "As noted above the statistics for the State and for counties include figures showing the characteristic of the population in urban, rural-nonfarm, and rural-farm areas. The considerations involved in determining this classification are indicated below. In the course of its history, the Census has employed several definitions of urban population. The current definition was adopted in substantially its present form at the time of the 1910 census and was slightly modified in 1920 and again in 1930. The present compilation which has been extended back to the earliest census for the State, is made on the basis of the definition of urban population employed in 1930 and 1940. The urban area is made up for the most part of cities and other incorporated places having 2,500 inhabitants or more places of this type constituting about 96 percent of the urban places in the United States. A second type is limited to the State of New Hampshire, Massachusetts, and Rhode Island, in which States it is not the practice to incorporate as municipalities places of less than 10,000. This type is made up of towns (townships) in which there is a village or thickly settled area having more than 2,500 inhabitants and comprising, either by itself or when combined with other villages within the same town, more than 50 percent of the total population of the town. This type of urban places comprised, in 1940, 7 towns in New Hampshire, 83 towns in Massachusetts and 12 towns in Rhode Island. A third type of urban places is made up of townships and other political subdivisions (not incorporated as municipalities nor containing any areas so incorporated) with a total population of 10,000 or more and a population density of 1,000 or more per square mile. Under the special rule establishing this type, urban classification was given in 1940 to places distributed as follows: 4 towns in Connecticut, 1 town in New York, 12 townships in New Jersey, 11 townships in Pennsylvania, 2 election districts in Maryland, 1 county (which had no minor civil divisions) in Virginia, 1 militia district in Georgia, and 1 township in California.

In presenting figures for the rural population by counties, only those counties are listed which include areas of the type specified in the table title. Thus, a county classified as entirely urban will not be listed in tables restricted to the characteristics of the rural-nonfarm or rural-farm population (tables 26 and 27)."

sando de 357 habitantes por km² na chamada zona *suburbana* — o que prova que, na sua maior parte, é ela formada à custa de território rural, escassamente povoado ”

Em 1937, o então Instituto Nacional de Estatística realizou um significativo esforço para pôr termo à “desordem e confusão que sempre reinaram no quadro territorial do Brasil” Em cumprimento à Resolução n.º 26 da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, foi dirigida ao Presidente da República uma exposição-de-motivos, na qual se solicitavam medidas de conceito radical

Essas medidas vieram efetivamente a ser determinadas pelo Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, que estabeleceu normas diversas para a divisão territorial, inclusive as necessárias a fixar os limites interdistritais ou intermunicipais “segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais, não se admitindo linhas divisórias sem definição expressa ou caracterizadas pela coincidência com divisas pietéritas ou atuais”

No que se refere à delimitação entre as áreas urbana e suburbana, estabeleceu a Lei n.º 311:

“Art 11 — Nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias

Parágrafo único — O ato da delimitação será sempre acompanhado da respectiva planta

Art 12 — Nenhum Município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias ”

Antes, porém, da vigência da Lei n.º 311, que obriga à delimitação dos quadros urbano e suburbano aos novos distritos a serem instalados, a Convenção Nacional de Estatística, firmada, entre o Governo Federal e a unanimidade dos governos das Unidades Federadas, com data de 11 de agosto de 1936, estabelecia que todas as municipalidades fixassem, no decorrer do ano de 1936, os limites e a área do quadro urbano da cidade ou vila-sede do Município

Assim, todas as Unidades da Federação, inclusive o Distrito Federal, assumiram o compromisso de cumprir, entre outras, a cláusula décima-quinta da citada Convenção, redigida do seguinte modo:

“Em complemento ao disposto na cláusula precedente, e tendo em vista que a medida é necessária não só para fins gerais da administração mas principalmente para classificar a população do país em “urbana” e “rural”, com os respectivos coeficientes de densidade, as Altas Partes Federadas propõem-se, como objetivo comum, a ser conseguido pelas medidas que a organização de cada Estado permitiu, que todas as municipalidades fixem ainda este ano, determinando-lhe os limites e a área, o “quadro urbano” da cidade ou vila-sede do Município, ficando também assentado que esse quadro só possa ser modificado por ato do respectivo governo, no qual venham referidos os novos limites e o acréscimo de área resultante da alteração ”

Com o fim de pôr em prática os dispositivos do Decreto-lei n.º 311, foi baixado em 30 de dezembro de 1938 o Decreto-lei n.º 1008, fixando o critério para a inclusão do Distrito Federal nos quadros da divisão territorial ad-

ministrativa e judiciária da República, que determina em seu Artigo 3.º:

“O Ministério da Justiça designará, até 20 de janeiro próximo, uma comissão constituída de um representante da organização judiciária do Distrito Federal e de dois técnicos, um dos quais designado pelo Governo Municipal e o outro pelo Conselho Nacional de Geografia, a qual apresentará à aprovação do Governo, até 31 de maio, um projeto de decreto-lei assentando uma divisão primária em circunscrições ou “subzonas”, que possa servir de base comum a todos os fins da organização administrativa e judiciária, de acordo com os princípios da Lei n.º 311

§ 1.º — Decretada essa divisão primária, até 30 de junho de 1939, o Governo Municipal, dentro do prazo de 90 dias, e tendo em vista a densidade predial média das unidades respectivas, baixará um ato classificando-as em *urbanas*, *suburbanas* e *rurais*, para fins de todos os levantamentos estatísticos e censitários relativos ao Distrito Federal

§ 2.º — Essa distribuição, todavia, não impedirá que a área de cada “subzona” se diferencie segundo sua efetiva urbanização e valorização, tendo em vista os interesses do fisco municipal ”

Todavia, apesar da taxativa determinação legal, até a época em que foram divulgados os resultados do Censo Demográfico no Distrito Federal não se havia baixado nenhum ato classificando as unidades do Distrito Federal em *urbanas*, *suburbanas* e *rurais* As delimitações constantes dos Códigos de Obras (Anexo 1) são insatisfatórias, para fins censitários, e o Decreto-lei n.º 568, de 14 de julho de 1938, que fixa a divisão territorial do Distrito Federal, nos termos do Decreto-lei n.º 311, foi revogado pelo Decreto-lei n.º 570, de 22 de julho do mesmo ano, que revogou os dispositivos do Decreto-lei n.º 43, de 6 de dezembro de 1937, com referência à divisão judiciária da Capital da República Ao que parece, em consequência, os órgãos responsáveis pelo Recenseamento de 1940 tiveram de estabelecer a distribuição da população do Distrito Federal segundo a situação dos domicílios, tomando por base a divisão administrativa constante do Decreto Municipal n.º 3 816, de 23 de março de 1932

As inconveniências e as dificuldades decorrentes do fato de não disporem as autoridades censitárias, para a execução do Recenseamento de 1940, de elementos atualizados, com os quais delimitar as áreas urbana, suburbana e rural do Distrito Federal, podem ser avaliadas pela seguintes palavras com que se refere ao assunto o Professor GREGÓRIO MORTARA em sua Análise n.º 124, *A população de fato do Distrito Federal e a sua distribuição por zonas e circunscrições*:

“Segundo a discriminação administrativa dos quadros urbano, suburbano e rural, os habitantes do Distrito Federal distribuem-se assim:

821 082 no quadro urbano,
703 513 no quadro suburbano,
239 546 no quadro rural

Cumprido advertir, entretanto, que esta discriminação é, em grande parte, puramente convencional. É difícil entender porque a população do Engenho Novo e do Meier continua a ser considerada, na sua totalidade, suburbana, enquanto a de Copacabana e da Lagoa é considerada, na sua totalidade, urbana. E parece árduo conciliar a qualificação de rural atribuída a toda a população de Jaca-

repaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Realengo, uma parte considerável da qual vive em grandes aglomerações dotadas dos serviços típicos da cidade, com a qualificação de urbana atribuída em muitos Municípios do interior à população de áreas que abrangem poucas habitações, com apenas algumas dezenas de habitantes, desprovidas completamente daqueles serviços. De fato, no sentido sociológico e econômico, a aglomeração urbana do Rio de Janeiro já transborda as fronteiras do Distrito Federal, prolongando-se no Estado confinante, onde algumas zonas podem ser consideradas como suburbanas da Capital da República. De outro lado, encontram-se no interior do Distrito áreas que devem ser qualificadas suburbanas, contendo núcleos de população urbanizados mas distantes e nitidamente separados do núcleo principal, e outras que devem ser qualificadas rurais porque não hospedam senão população esparsa; mas toda essa discriminação precisa ser feita "ex-novo", conforme a realidade atual, e prescindindo-se das distinções tradicionais, baseadas na que foi a realidade de outras épocas, já distantes no tempo" (*Análises de Resultados do Censo Demográfico*, vol. IV, pág. 40, 10 de dezembro de 1943).

O Serviço Nacional de Recenseamento teve diante de si, em 1950, as mesmas dificuldades surgidas ante os censos precedentes, para a classificação das áreas urbana, suburbana e rural do Distrito Federal, uma vez que, até o presente momento as determinações do Decreto-lei n.º 1.008 (Artigo 3.º, § 1.º) não foram cumpridas.

Nesse caso teria de optar por uma das três seguintes hipóteses:

a) apresentação dos resultados do Censo Demográfico no Distrito Federal sem qualquer discriminação de áreas domiciliárias;

b) manutenção do critério adotado no Recenseamento Geral de 1940;

c) estabelecimento de uma nova divisão, feita pelo Serviço Nacional de Recenseamento, fixando os novos limites dos quadros urbano, suburbano e rural.

A primeira hipótese (apresentação sem discriminação das áreas) foi desde logo afastada, ao considerar-se a inconveniência decorrente da impossibilidade de comparação entre os resultados de 1950 e os dos Censos anteriores. Seria, ademais, um critério especial em contraste com os da apresentação de todas as outras Unidades da Federação.

Quanto à segunda hipótese, ou seja, a da manutenção do critério de 1940, teria contra ela argumentos ainda mais ponderáveis, porquanto os elementos básicos utilizados há dez anos, perderam a sua atualidade em 1950. Muitas das áreas que se poderiam então configurar como rurais sofreram transformações profundas e se configuram, hoje, como zonas perfeitamente definidas ora como suburbanas ora como urbanas. Insistir na manutenção do critério de 1940 seria, pois, inadmissível.

Nota-se que, fazendo face a semelhante situação, os responsáveis pelos Recenseamentos de 1920 e 1940 firmaram sua preferência pela solução referida na terceira hipótese e divulgaram os resultados demográficos do Distrito Federal segundo os três quadros — urbano, suburbano e rural —, cuja delimitação, como se presume, foi baseada nos melhores elementos da época.

Restava, por conseguinte, ao S N R aceitar a última das três hipóteses, a qual, apesar de ser a de mais custosa execução, se impôs por não só possibilitar uma melhor comparabilidade entre os resultados do Censo de 1950 e os anteriores, como também, entre outras razões, por guardar uniformidade de critério em relação às demais Unidades Federadas.

Não foi um trabalho simples o que teve de ser executado para fixar os novos limites das áreas que deveriam constituir os quadros urbano, suburbano e rural na Capital da República. Não se poderia contar com a existência de normas legais que estatuíssem como distinguir a zona urbana da zona suburbana e estas da zona rural, como precisar quais as características que as definiam e onde estabelecer as linhas divisórias que as separassem. Na ausência de tais fundamentos impossível seria fugir à influência de soluções puramente convencionais.

Vejamos quais os preceitos que orientaram a delimitação das áreas a vigorar em 1950.

Preliminarmente, considerou-se necessário:

a) evitar a subdivisão do território de uma circunscrição municipal; isso determinou, em alguns casos, a inclusão de toda a circunscrição dentro de uma só situação, se nela nitidamente predominavam características urbanas, suburbanas ou rurais. Por exemplo: a Pavuna foi em seu conjunto incluída na situação suburbana, apesar de haver nesta circunscrição, em menor escala, trechos identificados como urbanos;

b) assegurar, dentro do possível, continuidade territorial em cada uma das situações; isso determinou fôsse considerada suburbana parte da circunscrição de Jacarepaguá, que se limita com a circunscrição da Tijuca, e onde predominam características rurais; essa solução, entretanto, é perfeitamente justificável, pois a referida área é montanhosa e pouco povoada, não se prestando quer a moradia, quer a qualquer exploração econômica;

c) admitir o parcelamento de "setores censitários" (trechos de território com aproximadamente trezentas unidades domiciliárias) só em casos excepcionais, ou seja, nas áreas suburbanas e rurais onde não fôsse possível adotar a delimitação por quarteirões ou blocos;

d) integrar os "setores censitários", cuja criação precedeu, por exigência do serviço, a delimitação de que tratamos, nas situações urbana, suburbana ou rural em que estivesse compreendida a parte maior do setor; por isso, quando a linha divisória entre uma área urbana e outra suburbana ou entre uma suburbana e outra rural seccionava um "setor censitário", êsse setor ficou integrado naquela área onde se localizava sua maior parte, mesmo que, para tanto, fôsse preciso arrastar aquela linha divisória um pouco mais para adiante do que seria o seu limite natural.

Por força das limitações acima referidas, as linhas divisórias tornaram-se, aqui e ali, mais ou menos artificiais, de difícil reconhecimento no terreno, padecendo, portanto, daqueles mesmos defeitos apontados anteriormente pelos encarregados dos Recenseamentos de 1906 e 1920, como também pelo Professor

GIORGIO MORTARA É claro que foi intenção reduzir ao mínimo o aspecto convencional da atual delimitação, que parece, agora, corresponder melhor à nossa realidade

Deve-se registrar, em favor da divisão proposta (Anexo 2), que as linhas divisórias, obtidas com o rigor possível de alcançar, permitirão, nos futuros recenseamentos, uma revisão de seu traçado antes da coleta, no sentido de torná-las mais racionais e de fácil identificação, sem prejuízo da comparabilidade com os resultados anteriores, levando-se em conta o desenvolvimento que se verificar no período intercensitário. Revisão idêntica, aliás, seria aconselhável antes de cada operação censitária para todas as cidades, a fim de que os resultados apresentados em função das situações urbana, suburbana e rural exprimam, realmente, a situação das respectivas populações

E esclarecidas essas questões preliminares, passemos aos critérios que nortearam a classificação do território do Distrito Federal, segundo as várias situações

Constituíram fatores para a inclusão de áreas na situação urbana, entre outros, os seguintes:

- a) elevada concentração predial em área contínua;
- b) presença de melhoramentos tais como: abastecimento d'água, iluminação pública e domiciliária, rede de esgotos sanitários e pluviais, rede telefônica, pavimentação total ou parcial de logradouros públicos, remoção de lixo público e demociliário e transportes coletivos

Para a inclusão de áreas na situação suburbana, foram considerados, entre outros fatores, os seguintes:

- a) concentração predial em áreas descontínuas;
- b) existência, em início de construção ou em projeto, de novos logradouros públicos;
- c) presença de alguns melhoramentos comuns a situações urbanas;
- d) indícios de transformação da propriedade agrícola, explorada ou não, em lotes urbanos

Como situação rural foram classificadas as áreas onde se verificam:

- a) pequena densidade demográfica;
- b) predominância de propriedades de grande área (em relação ao Distrito Federal), com ou sem exploração agropecuária;
- c) ausência de traçado urbano;
- d) ausência da maioria dos melhoramentos comuns às situações urbana e suburbana;
- e) interligação através de estradas de rodagem

Na configuração da área suburbana do Distrito Federal teve-se de reconhecer uma situação de fato evidentemente excepcional Santa Cruz, Guaratiba e Sepetiba, apesar de sua localização no centro da zona rural, não poderiam, razoavelmente, ser incorporadas àquela zona. Suas características são, sem dúvida, por todos os motivos, semelhantes às dos demais subúrbios, com os quais, no

entanto, não mantêm ligação por continuidade

O assunto deu lugar a controvérsias, invocando-se em defesa da tese contrária à classificação daquelas áreas como suburbanas, a parte final do Artigo 9º da Resolução nº 3, de 29 de março de 1938, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, nestes termos:

"A linha de contorno do quadro suburbano deve circunscrever o mais rigorosamente possível a área que corresponde, realmente, à expansão atual ou próxima do centro urbano, sendo vedado delimitar-se, qualquer que seja o pretexto para isso invocado, mesmo a título de regularização de forma, um perímetro suburbano, que se afaste, em distância e em conformação, da área de expansão acima referida"

Mas, em verdade, o que o texto acima objetiva é, como se vê, evitar que sejam classificadas como suburbanas áreas que não possuem as características peculiares aos subúrbios. A Resolução não impede, entretanto, que sejam anexadas às zonas suburbanas, localidades distantes e descontínuas em tudo idênticas aos subúrbios, como é o caso de Santa Cruz, Guaratiba e Sepetiba. Prevaleceu, pois, a opinião de que seria muito mais razoável e mais conforme à Lei incluí-las no quadro suburbano, do que mantê-las, de um ponto de vista rigidamente topográfico, no quadro rural

A parte prática, de execução dos levantamentos das três áreas, foi concluída pelo Serviço de Coleta do Distrito Federal, em colaboração com a Divisão Técnica do S N R. Entendimentos foram efetuados com a Comissão da Prefeitura, encarregada do estudo do problema, por intermédio do Sr MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, designado pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, que de bom grado cooperou para que fôsse levado a bom êxito o trabalho. No curso desses entendimentos verificou-se que em linhas gerais as opiniões dos técnicos daquela Comissão coincidiam com os resultados a que havíamos chegado

Saliente-se ainda que um levantamento realizado anteriormente pela Light, para efeito de distribuição de luz, mostra-se, nos aspectos essenciais, de acordo com o do Serviço Nacional de Recenseamento

A par dos estudos e debates de gabinete, através dos quais os aspectos mais importantes do problema foram assentados, e como um complemento dos trabalhos realizados preliminarmente, observações "in loco" contribuíram de modo decisivo para comprovar o assêto das decisões aceitas pela Divisão Técnica do S N R. Uma vez que não se contava com elementos aerofotogramétricos, algumas dúvidas foram esclarecidas no curso de voo sobre o território do Distrito Federal, realizado em aparelho especialmente fretado para êsse fim

Admitida a inclusão dos aglomerados de Santa Cruz, Guaratiba e Sepetiba no quadro suburbano, teremos, posteriormente, a possibilidade de reagrupá-los em conformidade com as estritas normas da Lei nº 311, sem quebra da continuidade territorial dos vários quadros,

mediante a incorporação daqueles núcleos, por inteiro, à situação rural O Anexo III apresenta, em tentativa, os dados relativos à população do Distrito Federal segundo os dois critérios

O resultado de trabalho posterior realizado para enquadrar a distribuição dos setores censitários, segundo as circunscrições e as situações, e que se tornou necessário em virtude de ter sido feita a delimitação das áreas após a conclusão da coleta do Censo Demográfico, é também apresentado em Anexo (IV)

ANEXO I

Extraído do Decreto n.º 2 087, de 19 de janeiro de 1925, baixado pelo Prefeito do Distrito Federal, sob o título "Regulamento para construções, reconstruções, acréscimos e modificações de prédios no Distrito Federal" e conhecido comumente como "Código de Obras", Seção II, Divisão da cidade em zonas

Art 2º — Para a execução do presente Regulamento o Distrito Federal fica dividido em quatro (4) zonas, a saber:

Primeira ou Central, Segunda ou Urbana, Terceira ou Suburbana e Quarta ou Rural

§ 1º — A Primeira Zona ou Zona Central, que compreenderá os Distritos de Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antônio, Santana e Gamboa, se subdividirá de forma que a superfície da cidade limitada pelo mar, Avenida Rio Branco, Praça Marechal Floriano, Rua 13 de Maio, Largo da Carioca, Praça Tiradentes, Rua Visconde do Rio Branco, Praça da República, Praça Cristiano Ottoni, Rua Marechal Floriano, Rua do Acre, Praça Mauá e mar, constituirá a Parte Comercial dessa Primeira Zona

§ 2º — A Segunda Zona ou Zona Urbana compreenderá os Distritos de Glória, Lagoa, Copacabana, Santa Teresa, Espírito Santo, São Cristóvão, Engenho Velho, Andaraí, Tijuca, até o início das Estradas das Furnas e da Vista Chinesa; Gávea, até o início da Avenida Niemeyer e até o fim da Rua Marquês de São Vicente; e, bem assim, a parte dos Distritos do Engenho Novo e Méier compreendida pelos seguintes logradouros: Ruas São Francisco Xavier e 24 de Maio; trecho da Rua Lins de Vasconcelos, entre 24 de Maio e Dias da Cruz; Rua Dias da Cruz, até a Estação do Méier; Avenida Amaro Cavalcanti, até a altura da Rua Padilha; Ruas Arquias Cordeiro, Souza Barros, até o entroncamento da Rua do Engenho Novo; Ruas do Engenho Novo e D Ana Nery, até o Largo do Pedregulho

§ 3º — A Terceira Zona ou Zona Suburbana compreenderá as partes populosas dos Distritos de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Ilhas, e as partes dos Distritos de Gávea, Tijuca, Engenho Novo e Méier não compreendidas na Segunda Zona

§ 4º — A Quarta Zona ou Zona Rural compreenderá as partes dos Distritos de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Ilhas não compreendidas na Terceira Zona

§ 5º — Para os efeitos dos §§ 3º e 4º do presente Artigo, deve ser considerada parte populosa de um Distrito aquela que ficar compreendida entre os alinhamentos dos logradouros públicos, ou dos alinhamentos dos terrenos arruados, e uma linha que se de-

envolva paralelamente a êsses alinhamentos, e dêles distante cento e cinqüenta metros (150m)

§ 6º — Da divisão feita nos parágrafos anteriores ficam excluídos os morros, que serão considerados: os da Zona Central, como da Zona Urbana; os da Zona Urbana, com exceção dos de Santa Teresa e a parte do da Tijuca referida no § 2º do presente Artigo, como da Zona Suburbana; e os da Zona Suburbana, como da Zona Rural

§ 7º — Ficará ao critério da Diretoria-Geral de Obras e Viação a fixação para cada logradouro, nos morros, da altitude abaixo da qual o presente Regulamento será rigorosamente aplicado, bem como determinar a tolerância a se conceder em construções que fiquem à margem das estradas de rodagem, com afastamento até quatro metros (4), no mínimo, do respectivo alinhamento

§ 8º — A medida que forem sendo estabelecidos arruamentos na parte atualmente não arruada, que constitui a Quarta Zona, passarão os terrenos respectivos a ser considerados como pertencentes à Terceira Zona

Extraído do Decreto n.º 6 000, de 1º de julho de 1937, baixado pelo Interventor Federal no Distrito Federal, estabelecendo o Código de Obras do Distrito Federal, Capítulo II — Zoneamento —, Título I, Seção única — Divisão e subdivisão das zonas

Art 2º — Para os efeitos do presente Decreto fica o Distrito Federal dividido nas seguintes zonas: a Comercial (ZC), a Portuária (ZP), a Industrial (ZI), a Residencial (ZR) e a Rural e Agrícola (ZA)

§ 1º — A Zona Comercial (ZC) subdivide-se em duas partes — a primeira, ZC1, com uma Subzona ZE, e a segunda ZC2

§ 2º — A Zona Portuária (ZP) não tem subdivisão

§ 3º — A Zona Industrial (ZI) é composta de duas partes, sendo uma contínua e delimitada por êste Decreto e outra descontínua, constituída por núcleos industriais esparsos, a serem delimitados

§ 4º — A Zona Residencial (ZR) compreende três partes: ZR1, ZR2 e ZR3

§ 5º — A Zona Rural ou Agrícola (ZA) não tem subdivisão

Art 3º — Fica estabelecida a seguinte classificação na ordem decrescente de importância das zonas e partes de zonas: ZC1, ZE, ZC2, ZP, ZI, ZR1, ZR2, ZR3 e ZA, devendo os logradouros limítrofes de duas zonas ou partes de zonas ser considerados como pertencentes à zona mais importante, salvo em se tratando de núcleo industrial, caso em que, da delimitação respectiva deverá constar se o logradouro ou parte do logradouro limítrofe pertence ao núcleo ou à zona em que estiver êle situado

TÍTULO II — DELIMITAÇÃO DAS ZONAS

Seção I — Zona Comercial — (ZC)

Art 4º — A Zona Comercial (ZC) é limitada pelo litoral no trecho compreendido entre a Praça Mauá e a Praça Paris e por uma linha que, partindo do mesmo litoral no ponto correspondente ao prolongamento da Rua Teixeira de Freitas, segue por esta última rua e se prolonga pelos seguintes logradouros: Largo da Lapa, Rua Maranguape até a Ave-

nida Mem de Sá, Avenida Mem de Sá até a Praça dos Arcos, Rua Riachuelo, Rua Frei Caneca até a Avenida Salvador de Sá, Avenida Salvador de Sá, Rua Estácio de Sá, Largo do Estácio, Rua Joaquim Palhares, Praça da Bandeira, Rua Teixeira Soares até a Praça Alagoas, Praça Alagoas, Rua Pará até a Rua São Cristóvão até encontrar o leito da E F C B, seguindo por este leito até a Praça Cristiano Ottoni e depois pela Rua Bento Ribeiro até a Rua Barão de São Félix, Rua Barão de São Félix até a Rua Camerino, Rua Camerino até a Rua Leandro Martins, Rua Leandro Martins até a Rua Acre, e, finalmente, por este último logradouro e pela Praça Mauá até o litoral

§ 1º — Constitui a parte principal (ZC1) da Zona Comercial (ZC) a parte desta zona que fica compreendida pelo litoral entre as Praças Mauá e Paris até o ponto correspondente ao prolongamento da Rua Teixeira de Freitas e pela linha que, partindo desse ponto, segue por essa rua e se prolonga pelos seguintes logradouros: Largo da Lapa, Rua Maranguape até a Avenida Mem de Sá, Avenida Mem de Sá até a Praça dos Arcos, Praça dos Arcos, Rua Evaristo da Veiga até a Rua Senador Dantas, Rua Senador Dantas até a Rua Almirante Barroso, Rua Almirante Barroso até a Rua 13 de Maio, Rua 13 de Maio, Largo da Carioca, Rua da Carioca, Praça Tiradentes, Rua Silva Jardim, Rua Pedro I, Rua do Senado até a Rua dos Inválidos, Rua dos Inválidos até a Praça da República, Praça da República (lado dos Bombeiros, da Assistência e do Quartel-General), Rua Marechal Floriano, Rua Acre e Praça Mauá

§ 2º — A parte de ZC1, compreendida por uma linha que, partindo do litoral, na Praça Paris, no ponto correspondente ao prolongamento da Rua México, segue por esta até a Avenida Nilo Peçanha, por esta Avenida até a Rua São José, se prolonga pela Rua São José até a Rua Clapp, segue por esta rua até a Praça Marechal Ancora, e daí pela Avenida que do lado de terra limitará o Aeroporto Santos Dumont e por esta última avenida até encontrar o prolongamento da Rua México, constitui a Esplanada do Castelo, e forma a Subzona ZE de AC1 — Esta Subzona poderá, por decreto do Prefeito, ser acrescida da área compreendida pelo prolongamento da Rua São José, entre a Rua Clapp e o mar, e pelo litoral entre esse prolongamento e a Praça Marechal Ancora, e da área resultante do aterro que tiver de ser feito na enseada fronteira à Praça Paris para concordância entre o novo contorno do litoral adjacente ao Aeroporto e a ponta da Glória

Das Ruas México e São José apenas o lado adjacente à Subzona faz parte dela, fazendo o lado oposto parte de ZC1.

§ 3º — Excluída a parte ZC1 com sua Subzona ZE, constante do parágrafo precedente, a parte restante de ZC constitui a segunda parte (ZC2) da Zona Comercial

SECÇÃO II — ZONA PORTUÁRIA — (ZP)

Art 5º — A Zona Portuária (ZP), é limitada de um lado pelos seguintes logradouros: Praça Mauá (que não faz parte da zona), Rua Sacadura Cabral até a Rua do Livramento; Rua do Livramento até a Rua da Gamboa; Rua da Gamboa até a Rua da América; Rua da América até a Rua Santo Cristo; Rua Santo Cristo até a Rua Coronel Pedro Alves; Rua Coronel Pedro Alves até a Avenida Francisco Bicalho; Avenida Francisco Bicalho até a Rua Francisco Eugênio; Rua Francisco Eugênio até a Rua Melo e Souza; Rua Melo e

Souza até a Avenida Pedro II e daí por uma linha reta que vai ao encontro da Rua Melo e Souza com a Avenida Pedro II até a Rua Benedito Ottoni; Rua Benedito Ottoni até a Praia de São Cristóvão; Praia de São Cristóvão até a Praia do Caju; Praia do Caju e seu prolongamento até a extremidade da Ponta do Caju e do outro lado pelo litoral entre a extremidade da Ponta do Caju e a Praça Mauá

SECÇÃO III — ZONA INDUSTRIAL — (ZI)

Art 6º — A Zona Industrial (ZI) é delimitada por uma linha que, partindo da extremidade da Ponta do Caju, segue pelo litoral até a Praia do Caju, continua por esta Praia e pela Praia de São Cristóvão (que não fazem parte da zona) até a Rua General Bruce, continua por esta até a Rua Mourão do Vale e se desenvolve pelos seguintes logradouros e trechos de logradouros: Mourão do Vale, Conde de Leopoldina, Sá Freire, Alegria, São Luiz Gonzaga, Largo de Benfica, Avenida Suburbana até a passagem de nível da Leopoldina Railway, desce pelo leito dessa estrada até encontrar o prolongamento da rua projetada que termina no ponto de encontro das Ruas Conde de Porto Alegre e Dr Garnier, segue por aquê prolongamento até a Rua Dr Garnier e continua pelos seguintes logradouros: Rua Dr Garnier até a Praça Ubajara; Praça Ubajara; Rua Sarandi até a Rua Guararu; Rua Guararu até a Rua Lino Teixeira; Rua Lino Teixeira até a Travessa Peçanha da Silva; Travessa Peçanha da Silva até a Rua Peçanha da Silva; da Rua Peçanha da Silva até a Rua Miguel Cervantes; Rua Miguel Cervantes até a Rua Miguel Ângelo; Rua Miguel Ângelo até a Avenida Suburbana; Avenida Suburbana até a Estrada de Manguinhos; Estrada de Manguinhos até o fim do aterro da Baixada; e, do outro lado, pelo mar, entre esse ponto e a extremidade da Ponta do Caju

Parágrafo único — Os terrenos onde estão atualmente instaladas grandes fábricas ou grandes oficinas em ZC2, ZR1, ZR2 e ZR3, serão considerados núcleos industriais, devendo ser a delimitação desses núcleos estabelecida por decreto do Prefeito, mediante pedido feito por meio de requerimento do proprietário

SECÇÃO IV — ZONA RESIDENCIAL — (ZR)

Art 7º — A delimitação das três partes em que se subdivide a Zona Residencial (ZR) é estabelecida pelos parágrafos a seguir

§ 1º — A parte ZR1 da Zona Residencial (ZR) é constituída por vários setores e ramificações, assim compreendidos:

a) Na parte sul da cidade:

1º) Uma faixa contigua ao mar, limitada de um lado pelo litoral entre a Praça Paris, no ponto correspondente ao prolongamento da Rua Teixeira de Freitas, e a Avenida Pasteur, no ponto correspondente ao prolongamento da Avenida Wenceslau Braz; do outro lado é limitada por uma linha que se desenvolve pela Rua Teixeira de Freitas, Largo da Lapa, Avenida Mem de Sá e Praça dos Arcos entre essa Avenida e a Rua Joaquim Silva (não fazendo êsses logradouros, com exceção do último, parte da Zona); segue pelas Ruas Joaquim Silva, até a Rua Conde de Lage, Rua Conde de Lage até a Rua da Glória, Rua da Glória até a Rua do Catete, Rua do Catete até a Rua Pedro Américo, Rua Pedro Américo até a Rua Bento Lisboa, Rua Bento Lisboa até a Praça Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, Rua do Catete até a Praça José de Alencar; Praça José de Alencar, Rua Marquês de Abrantes até a Praia de Botafogo, Praia de Botafogo, inclusive o Largo Al-

mirante índio do Brasil, até o Pavilhão Mourisco, Avenida Pasteur até a Avenida Wenceslau Braz, excluídos os logradouros situados no morro da Glória, o Beco do Rio e a Rua Barão de Guaratiba

2º) Uma faixa compreendida de um lado pela Praça do Vigia, Rua Gustavo Sampaio até a Rua Salvador Corrêa, Rua Salvador Corrêa até a Rua Ministro Viveiros de Castro, Rua Ministro Viveiros de Castro até Rua Rodolfo Dantas, Rua Rodolfo Dantas até a Rua Conselheiro Souza Ferreira, Rua Conselheiro Souza Ferreira até a Rua Copacabana, Rua Copacabana até a Rua Francisco Otaviano e Rua Francisco Otaviano até a Avenida Atlântica, do outro lado pelo mar

3º) As ramificações compreendidas pelos seguintes logradouros: Rua Cândido Mendes até a primeira curva; Rua Benjamin Constant em toda a extensão e Rua Santo Amaro até a Rua Fialho, Rua Conde de Baependi até o encontro com a Rua Esteves Júnior; Rua das Laranjeiras; Rua Voluntários da Pátria; Rua Humaitá, entre Voluntários da Pátria e Largo dos Leões, Largo dos Leões e Rua São Clemente; Avenida Wenceslau Braz, inclusive a Praça Ozanam; Praça Juliano Moreira; Rua Honório de Lemos; Rua Salvador Corrêa; Rua Demétrio Ribeiro; Rua Dr Sampaio Corrêa; Rua Siqueira Campos

b) Na parte norte da cidade:

Pertencem à ZR1, na parte norte da cidade, os seguintes logradouros: Rua Haddock Lobo, Rua Conde de Bonfim até a Praça Saenz Peña, Rua Mariz e Barros, Rua Almirante Cockrane, Rua São Francisco Xavier até a Avenida 28 de Setembro e Avenida 28 de Setembro

§ 2º — A parte ZR2 da Zona Residencial (ZR) compreende, além dos logradouros situados no morro da Glória, o Beco do Rio e a Rua Barão de Guaratiba, a parte da cidade limitada por uma linha que, partindo da Estação de Triagem, segue pelas Ruas Licínio Cardoso, Samuel Guimarães, Figueira e Nazário, até o fim; daí por uma reta até o cruzamento das Ruas Moju e Barão de Bom Retiro; deste ponto por uma reta até o Pico da Tijuca, daí, por outra reta, até o início das Estradas das Furnas e Vista Chinesa, no lugar denominado Lampeão Grande e daí, por uma reta, até o início da Avenida Niemeyer e do outro lado pelo mar, excluídas as partes delimitadas para as zonas comercial, portuária, industrial e residencial ZR1

§ 3º — A parte ZR3 da Zona Residencial (ZR) é constituída pela área compreendida entre a linha limítrofe de ZR2 descrita no parágrafo precedente e uma linha que, partindo do início da Avenida Niemeyer, segue pelo litoral até a Barra da Tijuca, e daí pelos seguintes logradouros: Estrada da Barra da Tijuca, Estrada do Picapau até a Estrada do Muzema, Estrada do Muzema, Estrada da Tijuca até a Avenida Geremário Dantas; Avenida Geremário Dantas até o Largo do Tanque, Largo do Tanque, Rua Cândido Benício até o Largo do Campinho, Rua Domingos Lopes até a Estação de Madureira, Estrada Marechal Rangel, Largo Vaz Lobo, Estrada Monsenhor Félix até a Estrada do Quitungo, Estrada do Quitungo, Estrada do Porto Velho até o mar

Fazem parte, ainda, desta zona ZR3 as Ilhas de Paquetá e Governador e os núcleos populosos da Zona Rural e Agrícola ZA

SECÇÃO V — ZONA RURAL E AGRÍCOLA — (ZA)

Art 8º — A Zona Rural e Agrícola (ZA) é constituída por toda a área não compreendida nas demais zonas

ANEXO II

DESCRIÇÃO DAS LINHAS DIVISÓRIAS DAS ZONAS URBANA, SUBURBANA E RURAL

1 Linha divisória das zonas urbana e suburbana

Partindo do início da Avenida Niemeyer segue por uma linha poligonal que tangencia o fim das Ruas Apuanã, Um (que começa na Rua Sambaíba), Alberto Rangel, Três (que começa na Rua Sambaíba), Sambaíba e Timóteo da Costa, cortando a Rua Marquês de São Vicente, logo após o ponto onde tem início a Estrada Santa Marinha; continua contornando a Estrada Santa Marinha pelo lado esquerdo, corta essa Estrada no seu ponto final, de onde segue, ainda por uma linha quebrada, tangenciando, sucessivamente, o fim das Ruas João Borges e Doze de Maio, de onde segue, em linha reta, na direção da linha divisória Gávea-Tijuca, cortando a Rua Pacheco Leão na altura do nº Daí, acompanha a linha divisória das circunscrições de Gávea-Tijuca, Gávea-Santa Teresa e Santa Teresa-Glória até o ponto em que a divisória corta a Rua Júlio Ottoni. Dêsse ponto segue pelo eixo das Ruas Júlio Ottoni, Almirante Alexandrino e Gomes Lopes (ou Travessa dos Prazeres) até encontrar a linha divisória Santa Teresa-Rio Comprido; continua por essa linha e, depois, pela divisória Santa Teresa-Tijuca, até o ponto em que encontra a Estrada do Sumaré. Dêsse ponto, segue por uma linha que acompanha a Estrada do Sumaré, pelo lado de baixo da encosta, até encontrar a Estrada do Redentor; segue, contornando essa última estrada, ainda pelo lado de baixo da encosta, até a altura do Km . . . ; dêsse ponto, segue por uma linha reta na direção do Mirante do Excelsior, cortando a Avenida Tijuca na altura do nº . . . e atingindo a linha divisória Tijuca-Andaraí; daí, até encontrar a divisiva com o Estado do Rio, segue pelas divisórias Tijuca-Andaraí, Andaraí-Jacarepaguá, Méier-Jacarepaguá, Piedade-Jacarepaguá, Madureira-Jacarepaguá, Madureira-Realengo, Madureira-Pavuna, Irajá-Pavuna e Penha-Pavuna, onde encontra o Rio Meriti

2 Linha divisória das zonas suburbana e rural

a) Divisão Geral — Partindo da praia da Barra da Tijuca, em frente à extremidade leste da Lagoa de Marapendi, segue por uma linha reta até encontrar a foz do Rio do Anil, na Lagoa do Camorim; continua, pelo leito dêsse rio, até encontrar a Estrada Engenho d'Água; segue marginando a Estrada Engenho d'Água pelo seu lado direito, até o ponto em que desemboca na Estrada de Jacarepaguá; nesse ponto corta a Estrada Engenho d'Água e segue marginando a Estrada de Jacarepaguá até cortar o início da Estrada do Gabinal, junto à Praça Professor Camisário; continua marginando a Avenida Geremário Dantas, cortando, nos respectivos pontos iniciais, a Ladeira de Freguesia e a Rua Edgard Werneck; dêsse ponto, segue marginando a Rua Edgard Werneck até cruzar a Rua Retiro dos Artistas; segue contornando essa última rua até cruzar a Rua Caniú; logo após o cruzamento da Rua Caniú, segue por uma linha reta, em direção ao ponto onde a Rua Imutá encontra o Caminho Mundo Novo; cruza a Rua Imutá e, por uma linha reta vai cortar a Rua Caçu, no ponto de encontro com a Estrada dos Bandeirantes; dêsse ponto, corta a Estrada dos Bandeirantes, antes do encontro com a Estrada de Guerengué; continua, marginando a Estrada do Guerengué, cortando as Ruas André Rocha e Mapendi; segue marginando esta última rua até encontrar a Estrada Rodrigues Caldas; torna a cortar a Rua Mapendi, em sentido contrário, e, logo em seguida, cruza as Estradas Rodrigues Caldas e do Rio Grande, no ponto

em que as mesmas se juntam para desembocar no Largo da Taquara; segue, marginando a Estrada do Rio Grande até o seu ponto mais próximo da Praça Jauru, de onde, por uma linha reta, vai atingir essa última praça cortando a Estrada do Tindiba e indo cruzar a Estrada do Cafundá; dêsse ponto, contorna a Rua Jordão, passa por trás do Hospital Colônia de Curupaiti e, em linha reta, se dirige para a divisória Jacarepaguá-Realengo, que é atingida entre as Estradas do Japoré e do Catonho; continua pela divisória Jacarepaguá-Realengo, na direção da Estrada do Catonho, até encontrar a Estrada Manoel Nogueira de Sá; entrando novamente no território do Distrito de Jacarepaguá, contorna a Estrada Manoel Nogueira de Sá, até o ponto de junção dessa estrada com a Estrada dos Teixeiras e a Rua Esperanto; corta a Estrada dos Teixeiras e, em linha reta, se dirige para o ponto de entroncamento das Ruas Gomes de Souza e Ocaibi e Caminho da Serra do Barata; corta êsse último caminho e encontra novamente a linha divisória Jacarepaguá-Realengo; segue por essa divisória, na direção de Campo Grande e, depois, pela divisória Realengo-Campo Grande, até atingir a Avenida de Santa Cruz; dêsse ponto, segue contornando a Avenida Santa Cruz pelo lado esquerdo, cortando, no ponto inicial, a Rua Joaquim Marques, Caminho da Favelinha, Rua Jurubatuba, Caminho do Buraco do Padre, Rua Sem Nome, Caminho José Leiteiro, Rua Sem Nome, Rua Caravana e Rua Moricaba; segue, contornando a Rua Moricaba pelo lado direito, até encontrar a Rua Iperana; corta esta última, no ponto de cruzamento com a Rua Moricaba, e segue pelo seu lado direito até encontrar a Estrada do Lameirão Pequeno no ponto onde tem início a Rua Ipuaná e segue pelo seu lado direito até encontrar a Estrada do Cabuçu; dêsse ponto, segue pelo lado esquerdo da Estrada do Cabuçu, cortando novamente a Estrada do Lameirão Pequeno, em seu ponto inicial, até encontrar o Caminho do Bonde; nesse ponto cruza a Estrada do Cabuçu e segue pelo seu lado direito, cortando o início da Travessa Basílio Torreão, Rua Arthur Barreto e Rua Itajubá até encontrar a Estrada do Joari; segue pelo lado direito da Estrada do Joari até cruzar o seu ponto inicial, no entroncamento da Estrada da Cachamorra; daí, contornando a Vila Cumari, pelo lado sul, vai cruzar o início da Estrada da Iara-Quá e encontrar a Estrada do Monteiro; segue pelo lado esquerdo da Estrada do Monteiro até o ponto de início da Rua Esculápio; nesse ponto, corta a Estrada do Monteiro e vai atingir a linha da Estrada de Ferro, entre as Estações de Inhoaiba e Kosmos, por uma reta que tangencia o fim da Rua Poeraba e corta a Avenida Cesário de Melo, próximo ao início da Rua Arapaçu; continua pelo lado esquerdo do leito da linha férrea, na direção da Estação de Kosmos, até a extremidade da Rua Guarajá, que fica depois daquela Estação; nesse ponto, corta o leito da Estrada de Ferro, e em linha reta, vai atingir a Estrada da Paciência, no cruzamento com a Rua Aratimbó; segue pelo eixo da Estrada da Paciência até o cruzamento da Estrada da Pena, de onde continua pelo lado direito da Estrada da Paciência, até atingir a Estrada do Encanamento; segue pelo lado esquerdo da Estrada do Encanamento, até encontrar a Estrada do Campinho; continua pelo lado direito da Estrada do Campinho, cortando o início das Estradas do Encanamento e Inhoaiba, tangenciando o fim da Rua Sem Nome (que começa na Estrada do Campinho), indo até o ponto de início da Estrada Santa Maria; segue pelo lado direito da Estrada Santa Maria, cortando as Ruas São Jacinto, São Magno e L, de onde continua, em linha reta, na direção do ponto final do Caminho da Figueira; segue pelo lado esquerdo do Caminho da Figueira, cortando a Estrada Rio-São Paulo, Rua Vito Alves, Praça Souza Pereira, Rua Tatitara até chegar ao Largo das

Capoeiras; dêsse ponto, segue em direção ao leito da Estrada de Ferro, passando entre os Morros da Posse e das Paineiras; continua pela margem esquerda da linha férrea, na direção da Estação de Santíssimo, até encontrar a linha divisória Campo Grande-Realengo; segue por essa última linha em direção oposta ao leito da Estrada de Ferro até a Rua Teixeira Campos; contornando a Rua Teixeira Campos, pelo seu lado direito, corta a Estrada dos Coqueiros e, numa linha reta, passando pelos Morros dos Coqueiros e do Retiro, atinge o Caminho do Encanamento, no ponto de cruzamento com a Estrada do Engenho; cortando a Estrada do Encanamento, passa pela Estrada do Guandu do Sena e do Gericinó, que são cortadas em seu ponto inicial (Praça Piquirobi), continua por uma linha quebrada que tangencia o ponto terminal das Ruas Sem Nome (que começa na Rua Catiri) e Roque Barbosa, de onde, em linha perpendicular à divisa com o Estado do Rio, atinge essa divisa.

b) Divisória do núcleo suburbano de Santa Cruz — Partindo da margem da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil no ponto em que a mesma corta a linha divisória Santa Cruz-Campo Grande, segue em linha quebrada margeando a Rua Pistóia até cruzar a Avenida dos Antares e cortando, sucessivamente, as Ruas Felipe Cardoso, no ponto em que desemboca na Praça Santa Cruz, Fernanda, no entroncamento com a Estrada de Sepetiba, Cruz das Almas, antes do ponto de início da Rua Araújo, de onde segue, tangenciando o fim da Rua Projetada (que sai da Rua São Benedito), para cortar a Avenida Areia Branca na Praça Areia Branca, deixando, à direita, a Rua São Benedito e, à esquerda, a Rua Emancipação; dêsse ponto, tangenciando o fim da Estrada Aurora e da Travessa Vitor Dumas, vai cruzar o ponto de encontro das Estradas São José e Vitor Dumas; continua, contornando o Aeroporto Bartolomeu de Gusmão pelos lados leste e sul, até encontrar o Canal do Itá; pelo leito dêsse canal sobe até atravessar a linha férrea; segue entre a Estrada de Ferro e a Estrada Aterrado de Itaguaí e, depois, entre esta última e a Estrada Velha de Itaguaí, indo cruzar a Praça do Gado, cortando o ponto inicial das Estradas Aterrado de Itaguaí e do Morro do Ar; dêsse ponto, marginando a Estrada do Morro do Ar pelo seu lado direito, vai até encontrar a Vala do Cação Branco; acompanhando o leito da Vala do Cação Branco, corta a Estrada Velha do Austin e continua até atravessar o leito da Estrada de Ferro; acompanhando o leito da Estrada de Ferro, prossegue até encontrar a linha divisória Santa Cruz-Campo Grande.

c) Divisória do núcleo suburbano da Povoação da Pedra (Guaratiba) — Saindo da Praia da Pedra corta a Estrada da Matriz na ponte sobre o mesmo rio; segue, contornando a Estrada da Matriz pelo lado direito, até cortar a Estrada do Catruz, na Praça Raul Barroso; dêsse ponto, continua por uma linha quebrada que tangencia, sucessivamente, o fim do Caminho Três Orelhas e Travessa Julieta, indo cortar a Estrada da Pedra no ponto de entroncamento com as Ruas Belchior da Fonseca e Barros Alargão; daí, segue contornando a Estrada da Pedra pelo lado esquerdo até cortar a Rua Maestro; continua por uma reta até a linha divisória Guaratiba-Santa Cruz, no ponto em que a mesma atinge a Praia.

d) Divisória do núcleo suburbano da povoação de Sepetiba (Santa Cruz) — Parte da Praia do Caldas, na foz do Rio do Ponto e sobe por êsse rio até encontrar a Estrada do Piaí; segue, contornando a Estrada do Piaí até cortar a Estrada Cândida Lopes; dêsse ponto, continua por uma linha quebrada que, tangenciando o fim do Beco das Oliveiras, passa entre o Caminho do Piaí e a Vala do Alagado, cruza a Rua Pedro Leitão, no ponto em que desemboca na Estrada do Piaí, indo atingir a Estrada de Sepetiba; segue em direção à Praia de Sepetiba, contornando o lado esquerdo da Estrada de Sepetiba e passando entre as Ruas da Faxina e Presidente Nobre

ANEXO III

População do Distrito Federal, por circunscrições, segundo a situação dos domicílios — 1º-VII-1950

CIRCUNSCRIÇÕES	POPULAÇÃO REGISTRADA			
	Total	Segundo a situação dos domicílios		
		Urbana	Suburbana	Rural
1 Candelária	1 072	1 072	—	—
2 São José	6 941	6 941	—	—
3 Santa Rita	9 782	9 782	—	—
4 São Domingos	3 553	3 553	—	—
5 Sacramento	5 964	5 964	—	—
6 Ajuda	11 528	11 528	—	—
7 Santo Antônio	27 770	27 770	—	—
8 Santa Teresa	73 333	70 941	2 392	—
9 Glória	85 383	85 383	—	—
10 Lagoa	60 914	60 914	—	—
11 Gávea	90 270	84 972	5 298	—
12 Copacabana	134 526	134 526	—	—
13 Santana	15 116	15 116	—	—
14 Gamboa	31 937	31 937	—	—
15 Espírito Santo	37 780	37 780	—	—
16 Rio Comprido	72 178	72 178	—	—
17 Engenho Velho	42 572	42 572	—	—
18 São Cristóvão	77 741	77 741	—	—
19 Tijuca	82 042	75 261	6 781	—
20 Andaraí	118 292	118 292	—	—
21 Engenho Novo	124 691	124 691	—	—
22 Méier	85 674	85 674	—	—
23 Inhaúma	86 453	86 453	—	—
24 Piedade	112 171	112 171	—	—
25 Penha	142 414	142 414	—	—
26 Irajá	124 345	124 345	—	—
27 Pavuna	99 776	—	99 776	—
28 Madureira	159 283	159 283	—	—
29 Anchieta	76 494	—	76 494	—
30 Jacarepaguá	107 903	—	86 828	21 075
31 Realengo	152 268	—	146 551	5 717
32 Campo Grande	60 399	—	37 005	23 394
33 Guaratiba	20 615	—	1 821	18 794
34 Santa Cruz	31 906	—	23 665	8 241
35 Ilhas	34 550	—	34 550	—
DISTRITO FEDERAL	(1) 2 413 152	1 809 254	521 161	77 221

(1) Inclusive 5 516 pessoas recenseadas em trens, navios e aviões

ANEXO IV

DISTRITO FEDERAL

Distribuição dos Setores Censitários, segundo as circunscrições e as situações (Urbana, Suburbana e Rural)

CIRCUNSCRIÇÕES	SETORES CENSITÁRIOS			
	Total	Urbanos	Suburbanos	Rurais
1ª — Candelária	2	Todos	—	—
2ª — São José	6	Todos	—	—
3ª — Santa Rita	9	Todos	—	—
4ª — São Domingos	4	Todos	—	—
5ª — Sacramento	6	Todos	—	—
6ª — Ajuda	12	Todos	—	—
7ª — Santo Antônio	19	Todos	—	—
8ª — Santa Teresa	47	2 a 47	1	—
9ª — Glória	42	Todos	—	—
10ª — Lagoa	35	Todos	—	—
11ª — Gávea	50	Pôsto 1: Todo	—	—
		Pôsto 2: 5 a 50	Pôsto 2:1 a 4	—
12ª — Copacabana	103	Todos	—	—
13ª — Santana	11	Todos	—	—
14ª — Gamboa	17	Todos	—	—
15ª — Espírito Santo	21	Todos	—	—
16ª — Rio Comprido	43	Todos	—	—
17ª — Engenho Velho	26	Todos	—	—
18ª — São Cristóvão	53	Todos	—	—
19ª — Tijuca	50	Pôsto 1: Todo	—	—
		Pôsto 2: 41 a 43	Pôsto 2: 44 a 50	—
20ª — Andaraí	69	Todos	—	—
21ª — Engenho Novo	59	Todos	—	—
22ª — Méier	62	Todos	—	—
23ª — Inhaúma	56	Todos	—	—
24ª — Piedade	68	Todos	—	—

**Distribuição dos Setores Censitários, segundo as circunscrições e as situações
(Urbana, Suburbana e Rural)**

CIRCUNSCRIÇÕES	SETORES CENSITÁRIOS			
	Total	Urbanos	Suburbanos	Rurais
25ª — Penha	95	Todos	—	—
26ª — Trajá	87	Todos	—	—
27ª — Pavuna	69	—	Todos	—
28ª — Madureira	101	Todos	—	—
29ª — Anchieta	50	—	Todos	—
30ª — Jacarepaguá	78	—	Pôsto 1: Todos Pôsto 2: 37, 50, 51, 52(a), 53(b), 54(c) e 56 Pôsto 3: 57 a 70 e 72 (d)	Pôsto 2: 47, 48-A, 48-B, 49, 52(e), 53 (f), 54(g), 55, 74 a 78 Pôsto 3: 71 a 72(h) e 73
31ª — Realengo	96	—	Pôsto 1: Todos Pôsto 2: Todos Pôsto 3: 68 a 87 e 94 a 96	— — Pôsto 3: 88 a 93
32ª — Campo Grande	41	—	Pôsto 1: 4 a 7, 9, 12 a 15 Pôsto 2: 18, 20, 21 e 26 a 36 e 41	Pôsto 1: 1 a 3, 8, 10 a 11, 16 e 17 Pôsto 2: 19, 22 a 25 e 37 a 40
33ª — Guaratiba	24	—	Pôsto único: 6, 7 e 21	Pôsto único: 1 a 5, 8 a 20, 22 a 24
34ª — Santa Cruz	22	—	Pôsto 1: (Núcleo de Santa Cruz) 3, 4(f), 5(j), 6, 7 e 10 a 13 Pôsto 2: (Núcleo de Sepetiba) 8, 9, 15, 16, 20 a 22	Pôsto 1: 1, 2, 4(l), 5(m) e 14 Pôsto 2: 17 a 19
35ª — Ilhas	30	—	Todos	—

- a) Sômente o trecho da Estrada do Cafundá compreendido entre a Avenida Nelson Cardoso e as Ruas Jordão e Aripereana
b) Sômente o trecho da Estrada do Tindiba compreendido entre a Praça Jauru e Avenida Nelson Cardoso
c) Exclusive o trecho da Rua André Rocha (ou Estrada Tabapuá) compreendido entre a Estrada do Guerengué e a Estrada Velha do Curicica; e exclusive a Rua Cônego Felipe (ou Andiroba)
d) Sômente o trecho da Estrada dos Bandeirantes compreendido entre a Avenida Nelson Cardoso e a Estrada do Guerengué.
e) Exclusive o trecho da Estrada do Cafundá compreendido entre a Rua Jordão e Avenida Nelson Cardoso
f) Exclusive o trecho da Estrada do Tindiba compreendido entre a Praça Jauru e a Avenida Nelson Cardoso
g) Sômente o trecho da Rua André Rocha (ou Estrada Tabapuá) compreendido entre a Estrada do Guerengué e a Estrada Velha do Curicica; e inclusive a Rua Cônego Felipe (ou Andiroba)
h) Exclusive o trecho da Estrada dos Bandeirantes compreendido entre a Avenida Nelson Cardoso e a Estrada do Guerengué
i) Exclusive a Estrada do Aterrado do Leme.
j) Exclusive a Estrada Velha do Austin, Rua Pistóia e Caminho Sem Nome que sai da Rua Pistóia
l) Sômente a Estrada do Aterrado do Leme
m) Sômente a Estrada Velha do Austin, Rua Pistóia e Caminho Sem Nome que sai da Rua Pistóia.

ANEXO V

Divisão do Distrito Federal em Distritos e Circunscrições, obedecida na execução do Recenseamento Geral de 1950

DECRETO N.º 9 549, DE 5 DE JANEIRO DE 1949 *

Baixa o Regulamento do Departamento de Fiscalização da Prefeitura do Distrito Federal

O Prefeito do Distrito Federal, usando das atribuições que lhe confere o item II do § 1.º do Artigo 24 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 e nos termos da Lei n.º 296, de 9 de dezembro de 1848, decreta:

* Publicado no *Diário Oficial*, Secção 2, de 6-I-1949

TÍTULO I

Do Departamento de Fiscalização

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DO DEPARTAMENTO

Art. 3.º — As 35 Circunscrições, previstas pelo Artigo 1.º da Lei n.º 296, de 9 de dezembro de 1948, terão os seguintes limites, com as respectivas denominações e número de ordem, que também se aplicarão às 35 Delegacias Fiscais sediadas nas referidas Circunscrições

1.ª C F. — CANDELÁRIA — Início da Avenida Rio Branco (lado ímpar) até a Rua do Ouvidor, descendo por esta (inclusive) até o cais, seguindo por este até a Praça Mauá (ex-

clusivo) e daí até atingir a Avenida Rio Branco, ponto inicial

2.^a C.F. — SÃO JOSÉ — Avenida Rio Branco (lado ímpar), partindo da Rua do Ouvidor até o final; seguindo em linha reta até atingir o cais da Avenida Beira-Mar, seguindo por este até a Rua do Ouvidor, subindo pela Rua do Ouvidor (exclusive) até a Avenida Rio Branco, ponto inicial

3.^a C.F. — SANTA RITA — Praça Mauá (inclusive), Avenida Rio Branco (lado par) até a Rua Visconde de Inhaúma, subindo pela Rua Visconde de Inhaúma (inclusive), Avenida Marechal Floriano (inclusive), Ruas Visconde da Gávea (exclusive), Barão de São Félix (inclusive), Camerino (inclusive), Avenida Barão de Tefé (inclusive), Avenida Rodrigues Alves, Praça Mauá, ponto inicial

4.^a C.F. — SÃO DOMINGOS — Avenida Rio Branco (lado par), partindo da Rua Visconde de Inhaúma (exclusive) até a Rua da Alfândega (inclusive), subindo por esta até a Praça da República (exclusive), Avenida Marechal Floriano (exclusive), Rua Visconde de Inhaúma (exclusive) até a Avenida Rio Branco, ponto inicial

5.^a C.F. — SACRAMENTO — Avenida Rio Branco (lado par) a começar da Rua da Alfândega (exclusive), até a Rua Sete de Setembro (inclusive), seguindo até a Praça Tiradentes (exclusive), Rua Visconde do Rio Branco (exclusive) Praça da República (exclusive), Rua da Alfândega (exclusive), até a Avenida Rio Branco, ponto inicial

6.^a C.F. — AJUDA — Avenida Rio Branco (lado par), a começar da Rua Sete de Setembro (exclusive), até atingir o cais da Avenida Beira-Mar, Praça Deodoro, Rua Teixeira de Freitas (inclusive), Largo da Lapa (exclusive), Avenida Mem de Sá (exclusive), Rua Visconde de Maranguape (exclusive), Largo dos Pracinhas (exclusive), Rua dos Arcos (exclusive), Ruas do Lavradio (inclusive), Visconde do Rio Branco (exclusive), Praça Tiradentes (inclusive), descendo a Rua Sete de Setembro (exclusive) até a Avenida Rio Branco, ponto inicial

7.^a C.F. — SANTO ANTÔNIO — Rua Visconde do Rio Branco (inclusive), Praça da República (exclusive), Rua Frei Caneca (exclusive), até a Rua do Riachuelo, Rua do Riachuelo (inclusive), Largo dos Pracinhas (inclusive), Avenida Mem de Sá (inclusive), Rua Visconde de Maranguape (inclusive), Largo da Lapa (inclusive), Rua dos Arcos (inclusive), Rua do Lavradio (inclusive), até a Rua Visconde do Rio Branco (inclusive), ponto inicial

8.^a C.F. — SANTA TERESA — Largo dos Pracinhas (exclusive), Rua do Riachuelo (exclusive), Rua Frei Caneca (exclusive) até a Rua Catumbi, Rua do Catumbi (exclusive), Largo do Catumbi (exclusive), Rua dos Coqueiros (exclusive), Travessa Agra Filho (exclusive), do ponto terminal desta por uma linha reta que vai ter à junção da Rua Navarro (inclusive) com a Rua Elizeu Visconti, pela Rua Elizeu Visconti (inclusive) até encontrar a Rua General Galvão (exclusive), e daí por uma reta à junção da Rua Barão de Petrópolis com a Rua Gumercindo Bessa (inclusive), desse ponto seguindo em linha reta ao fim da Travessa Xavier dos Passos, pela Travessa Xavier dos Passos (inclusive), Estrada da Lagoinha (inclusive), Estrada do Sumaré (inclusive), até o Alto do Sumaré (inclusive), desse ponto em linha reta para o sul até ao alto da Pedra do Sumaré, seguindo a linha divisória das águas que passam pelas Palmeiras, Corcovado e Pico D. Marta, deste por linhas retas sucessivas ao cume do Morro do Inglês, fim da Rua Indiana (exclusive) e a entrada do Túnel do Rio Comprido (lado das Laranjeiras), continuando pela linha divisória das águas ao ponto culminante do Morro da Nova Cintra, daí em linha reta até a Rua Pedro Américo (inclusive), Rua Bento Lisboa (inclusive), Rua Silveira Martins (inclusive), até o cais da Avenida Beira-Mar, seguindo por este até a Praça Deodoro (exclusive), seguindo a Rua Teixeira de Freitas (exclusive), Largo da Lapa (exclusive), Rua Maranguape (exclusive), Avenida Mem de Sá (exclusive), Largo dos Pracinhas (exclusive), ponto inicial

9.^a C.F. — GLÓRIA — Praia do Flamengo, partindo da Rua Silveira Martins, Morro da Viúva, Praia de Botafogo, Rua Farani até a Rua Pinheiro Machado, Morro do Mundo Novo, continuando pela linha divisória das águas até o ponto mais elevado do Pico D. Marta, deste pico por uma linha reta ao Morro do Inglês, Morro do Inglês até a Rua Indiana e entrada do Túnel do Rio Comprido, continuando o divisor das águas no ponto culminante do Morro de Nova Cintra, até as Ruas Pedro Américo (exclusive), Bento Lisboa (exclusive), Silveira Martins (exclusive), até a Praia do Flamengo, ponto inicial

10.^a C.F. — LAGOA — Rua Farani, a partir da Praia de Botafogo até ao encontro da Rua Pinheiro Machado (exclusive), daí, subindo a linha divisória das águas e subindo por esta que, passando pelo Morro do Mundo Novo, vai ter ao ponto mais elevado do Pico D. Marta, deste pico, por uma linha reta, ao cruzamento da Rua São Clemente, com o princípio da Rua Real Grandeza, seguindo por esta (exclusive), ao ponto terminal da Rua Real Grandeza, seguindo por esta (exclusive), ao ponto terminal da Rua General Polidoro, deste ponto, em linha reta, ao alto do Morro da Saudade; e daí, seguindo a linha divisória das águas que, passando pelo alto dos Morros de São João, Babilônia, Urubu, Anel e Leme, vai até o Oceano Atlântico e contornando a praia deste e da Baía de Guanabara até o princípio da Rua Farani, ponto inicial

11.^a C.F. — GÁVEA — Rua Real Grandeza (inclusive), até o ponto terminal da Rua General Polidoro; deste ponto em linha reta ao alto do Morro da Saudade, seguindo a linha divisória das águas que, passando pelo alto do Morro dos Cabritos, vai ter ao Ponto do Pires; daí, por uma linha reta que, atravessando a Lagoa Rodrigo de Freitas, termina na entrada do canal, pelo canal do Oceano Atlântico; contornando pela Praia do Arpoador, Cabo dos Dois Irmãos, Praia da Gávea, Ponta do Marisco, canal que liga a Lagoa de Jacarepaguá ao oceano, até as fraldas do Morro da Gávea; daí, seguindo pela linha das águas que passam pelos Morros da Gávea, Pedra Bonita, Cochrane, Queimado, Serra Carioca, passando pelas Palmeiras, Corcovado até o Pico D. Marta, e deste ponto em linha reta ao cruzamento da Rua São Clemente com o princípio da Rua Real Grandeza, ponto inicial

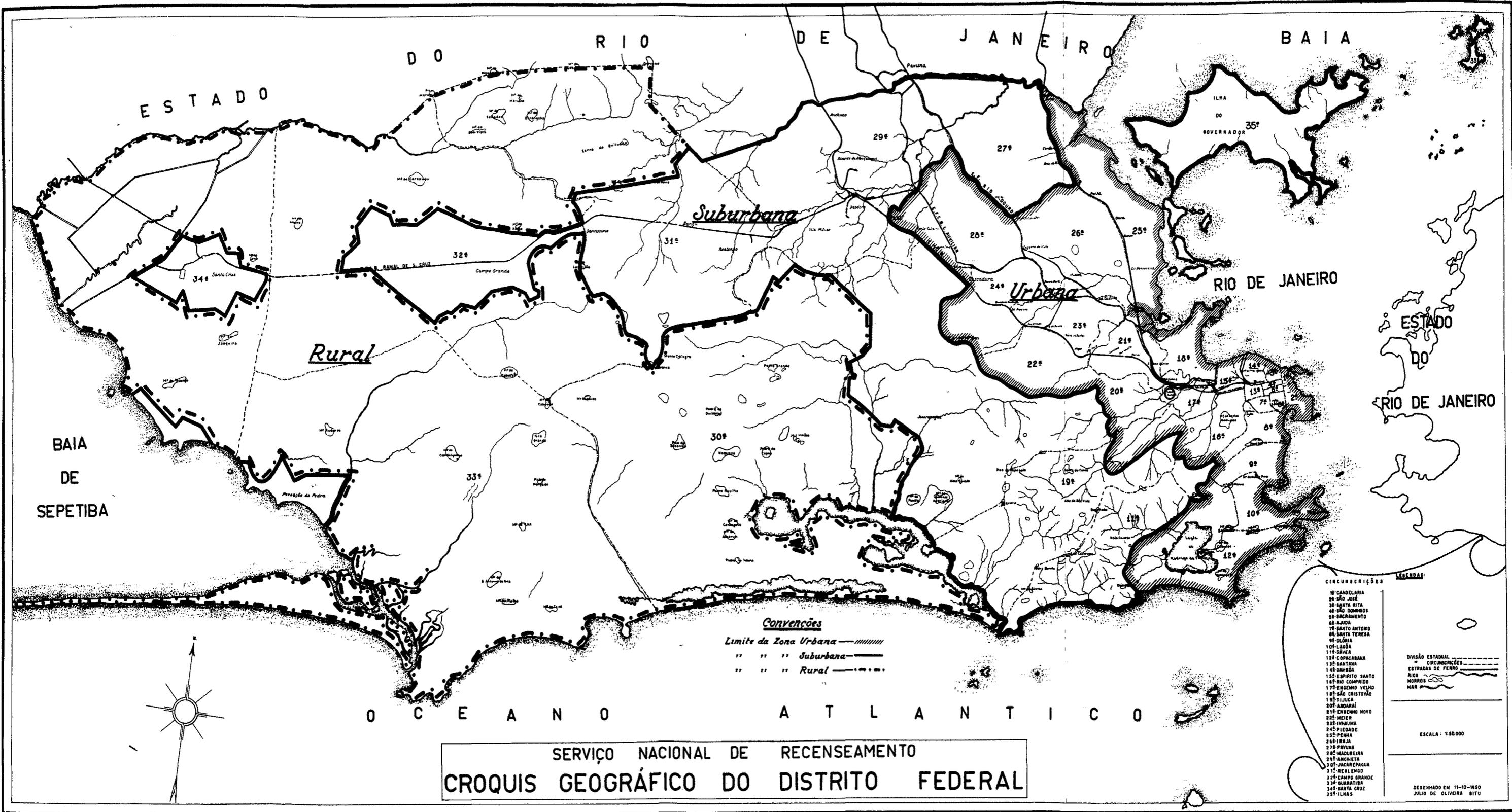
12.^a C.F. — COPACABANA — A Circunscrição de Copacabana, com os limites naturais das montanhas, estende-se da ponte do Leme até encontrar a Circunscrição da Gávea, pelo lado de Ipanema e daí pelo Oceano Atlântico, até o ponto inicial.

13.^a C.F. — SANTANA — Rua General Pedra, a partir da Praça da República, até a Rua Marquês de Sapucaí, por esta, do leito da Central do Brasil, até a Rua Frei Caneca, e daí até a Praça da República e Rua General Pedra, ponto inicial

14.^a C.F. — GAMBOA — Praça Cristiano Ottoni, Estrada de Ferro Central do Brasil até Marquês de Sapucaí, Rua da América, Praça Santo Cristo, Avenida Professor Pereira Reis, Avenida Rodrigues Alves, até a Avenida Barão de Tefé, Avenida Batão de Tefé (exclusive), Camerino (exclusive), Rua Barão de São Félix (exclusive), até a Praça Cristiano Ottoni, ponto inicial

15.^a C.F. — ESPÍRITO SANTO — Rua Frei Caneca (exclusive), partindo da Rua Marquês de Sapucaí, Praça Reverendo Álvaro Reis (exclusive), Rua Estácio de Sá (inclusive), Largo Estácio de Sá (inclusive), Rua Joaquim Palhares (inclusive), Avenida Presidente Vargas (inclusive), Avenida Francisco Bicalho (inclusive), Avenida Rodrigues Alves, Avenida Professor Pereira Reis (exclusive), Ruas da América (exclusive), Marquês de Sapucaí (exclusive), até o ponto inicial

16.^a C.F. — RIO COMPRIDO — Rua Frei Caneca (inclusive), a partir da Rua Marquês de Sapucaí, Rua Estácio de Sá (exclusive), Largo do Estácio (exclusive), Rua Haddock Lóbo (inclusive), Conde de Bonfim (exclusive), Rua Valparaíso (exclusive), em linha reta ao es-



Suburbana

Urbana

Rural

Convenções
 Limite da Zona Urbana —————
 " " " Suburbana —————
 " " " Rural —————

- CIRCUNSCRIÇÕES**
- 1º Candelária
 - 2º São José
 - 3º Santa Rita
 - 4º São Domingos
 - 5º Sacramento
 - 6º Anjo
 - 7º Santo Antônio
 - 8º Santa Teresa
 - 9º Glória
 - 10º Lapa
 - 11º Bica
 - 12º Copacabana
 - 13º Santa
 - 14º Gamboa
 - 15º Espírito Santo
 - 16º Rio Comprido
 - 17º Engenho Velho
 - 18º São Cristóvão
 - 19º Tijuca
 - 20º Andaraí
 - 21º Engenho Novo
 - 22º Mexer
 - 23º Inhaúma
 - 24º Piedade
 - 25º Piuma
 - 26º Inraja
 - 27º Pavuna
 - 28º Madureira
 - 29º Boreia
 - 30º Jacarepagua
 - 31º Realengo
 - 32º Campo Grande
 - 33º Guaratiba
 - 34º Santa Cruz
 - 35º Ilhas

LEGENDAS

— DIVISÃO ESTADUAL
 - - - - - CIRCUNSCRIÇÕES
 ——— ESTRADAS DE FERRO
 ~~~~~ RIOS  
 ■■■■■ MORROS  
 ~~~~~ MAR

ESCALA: 1:80.000

DESENHADO EM 11-10-1950
 JULIO DE OLIVEIRA BITU

SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO
CROQUIS GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

pigão que desce do Alto do Sumaré, pelo espigão até o Alto do Sumaré, e deste ponto, pelas Estradas do Sumaré (exclusive) e da Lagoinha (exclusive), Rua Xavier dos Passos (exclusive), em linha reta ao encontro das Ruas Barão de Petrópolis e Gumercindo Bessa, deste ponto em linha reta ao encontro das Ruas General Galvão e Eliseu Visconti, Rua Eliseu Visconti (exclusive), Rua Navarro até o encontro com a Rua Queirós Lima, desse ponto em linha reta ao fim da Travessa Agra Filho, Travessa Agra Filho (inclusive), Rua dos Coqueiros (inclusive), Largo de Catumbi (inclusive), Rua do Catumbi (inclusive), até o ponto inicial

17^a C F — ENGENHO VELHO — Largo Estácio de Sá (exclusive), Haddock Lóbo (exclusive), Rua São Francisco Xavier (exclusive) até o Rio Joana, e daí em linha reta à Rua Visconde de Niterói, alto do Morro dos Telégrafos, Quinta da Boa-Vista, Avenida Pedro II (exclusive), Avenida Francisco Bicalho (exclusive), Avenida Presidente Vargas (exclusive), Rua Joaquim Palhaes (exclusive), até atingir ao Largo Estácio de Sá, ponto inicial

18^a C F — SÃO CRISTÓVÃO — Avenida Pedro II, partindo da Avenida Francisco Bicalho, Quinta da Boa-Vista (exclusive), linha reta até ao alto do Morro dos Telégrafos, e daí ao Largo do Pedregulho, seguindo a Rua São Luis Gonzaga até ao Largo de Benfica (exclusive), Canal de Benfica, litoral, Avenida Francisco Bicalho (exclusive), até encontrar Pedro II, ponto inicial

19^a C F — TIJUCA — Começo da Rua São Francisco Xavier (inclusive), até a Rua Barão de Mesquita, seguindo por esta (exclusive), Rua do Uruguai até a Rua Maria Amália, em linha reta na direção desta última até encontrar o divisor das águas, por este ao Pico da Tijuca, daí pela linha de vertentes ao Pico do Papagaio, Morro da Taquara, Morro da Marimbeira, Ilha do Ribeiro e na direção sul até a praia, pela mesma e canal que liga o oceano com a Lagoa de Jacarepaguá até as fraldas do Morro da Gávea, subindo pela divisória das águas ao alto deste morro; continuando pela divisória das águas que, passando pelos Morros da Pedra Bonita, Cochrane, Queimado e Serra da Carioca vá ter à Pedra do Sumaré; deste ponto, por uma linha reta, ao Alto do Sumaré, descendo a linha divisória das águas até encontrar o ponto de uma linha reta em prolongamento à Rua Valparaíso, descendo a Rua Conde de Bonfim até o princípio da Rua São Francisco Xavier, ponto inicial

20^a C F — ANDARAÍ — Rua Barão de Mesquita (inclusive), da Rua São Francisco Xavier, Rua Uruguai, até no encontro da Rua Maria Amália (inclusive), seguindo deste ponto, em linha reta em direção desta última até encontrar a divisória das águas; por esta divisória que passa pelo Pico da Tijuca, Serra dos Três Rios e Serra do Engenho Novo (compreendendo estes limites a bacia do Rio Joana) até a Rua de São Francisco Xavier; e daí, pela Rua São Francisco Xavier (inclusive), à Rua Barão de Mesquita, ponto inicial

21^a C F — ENGENHO NOVO — Largo do Benfica (inclusive), seguindo pelo Canal do Benfica, litoral, até encontrar o Rio Jacaré, pelo mesmo, até a Avenida Vinte e Nove de Outubro (inclusive), Miguel Ângelo (inclusive), Baldraco (inclusive), Ferreira de Andrade (inclusive), Capitão Rezende (inclusive), Propícia (inclusive), Sousa Barros (inclusive), Praça do Engenho Novo (exclusive), daí à Rua Barão de Bom Retiro, e por esta (exclusive) até encontrar a Rua José do Patrocínio, daí em linha reta até ao alto da Pedra do Engenho e deste alto, pela linha das águas da referida serra, no encontro da Rua São Francisco Xavier; descendo esta (inclusive), até ao cruzamento com o Rio Joana, daí, em linhas retas sucessivas, ao ponto terminal da Rua Visconde de Niterói, alto do Morro dos Telégrafos, Rua São Luis Gonzaga, Largo do Pedregulho (inclusive), e, pela mesma rua (inclusive), até o fim, no Largo do Benfica, ponto inicial

22^a C F — MÉIER — Rua Barão do Bom Retiro, continua margeando o leito da Estrada de Ferro Central do Brasil até a Praça do Encantado, sobe à Rua Pompílio de Albuquerque, Monteiro da Luz e daí em linha reta ao alto da Serra do Mateus e pelo divisor das águas até atingir o começo da Rua Barão do Bom Retiro, ponto inicial, nos limites com o 20^o Distrito

23^a C F — INHAÚMA — Praça do Engenho Novo, em direção ao leito da Estrada de Ferro Central do Brasil até a Estação de Piedade, Rua Bernardino de Campos, Avenida Vinte e Nove de Outubro, Álvaro Miranda, Estação de Inhaúma, até encontrar a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, seguindo por esta à Estação da Liberdade, Avenida Vinte e Nove de Outubro, Miguel Ângelo (exclusive), Baldraco (exclusive), Capitão Rezende (exclusive), Propícia (exclusive) e daí a Praça do Engenho Novo, ponto inicial

24^a C F — PIEDADE — Estação de Cintra Vidal, leito da Estrada de Ferro Auxiliar até encontrar a Rua Miguel Rangel, seguindo por esta e passando pelo leito da Estrada de Ferro Central do Brasil até o início da Rua Coronel Rangel, subindo deste ponto em reta à divisória das águas, passando pelo Morro da Rica até encontrar a Rua Monteiro da Luz (exclusive), Pompílio de Albuquerque (exclusive), Estação de Encantado até a Estação de Piedade, Rua Bernardino de Campos (exclusive), Avenida Vinte e Nove de Outubro (exclusive), até a Estação Cintra Vidal, ponto inicial

25^a C F. — PENHA — Da ponte da Leopoldina Railway sobre o Rio Jacaré, desce o Rio Jacaré até a Baía de Guanabara, e daí pelo litoral até o Rio São João de Meriti, e seguindo o rio até o leito da Estrada de Ferro Leopoldina, segue por esta até o ponto inicial

26^a C F — IRAJÁ — Da ponte da Leopoldina Railway sobre o Rio Jacaré, seguindo pelo leito da Leopoldina Railway até encontrar a Rua Albertino Araújo, seguindo pela Rua Albertino Araújo (exclusive), até encontrar a Estrada Vicente de Carvalho (exclusive), Estação Vicente de Carvalho, leito da Estrada de Ferro Rio D'Ouro, Estação do Engenho do Mato, daí pelo trecho compreendido entre esta Estação e a de Tomás Coelho na Linha Auxiliar, continuando pelo leito da Estrada até a Estação Cintra Vidal e daí seguindo a Rua Álvaro Miranda até a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, seguindo o leito até a Estação da Liberdade, Avenida Vinte e Nove de Outubro, ponto inicial

27^a C F — PAVUNA — Estrada de Ferro Leopoldina, onde começa a Rua Albertino Araújo, até o Rio São João de Meriti, e daí pelo rio do leito da Estrada de Ferro Rio D'Ouro, na Estação de Pavuna seguindo pelo leito da Estrada até o cruzamento com a Estrada Vicente de Carvalho, por esta em continuação até a Estrada Braz de Pina, Albertino Araújo (exclusive), até o ponto inicial

28^a C F. — MADUREIRA — Estrada de Ferro Rio D'Ouro na garganta entre a Estação do Engenho do Mato e de Vicente de Carvalho, leito da Estrada de Ferro até a Estação de Coelho Neto, Rua Ururai, Rua das Safiras, Estação de Honório Gurgel, Ruas Coruripe, América da Rocha, leito da Estrada de Ferro Central do Brasil, Rua Miguel Rangel (exclusive), até o encontro da Estrada de Ferro Central do Brasil (Linha Auxiliar), continuando pelo leito da Estrada até a Estação de Tomás Coelho, e deste ponto a praça da Estação de Engenho do Mato, Estrada de Ferro Rio D'Ouro e daí pelo leito da Estrada ao ponto inicial

29^a C F. — ANCHIETA — Estação de Coelho Neto, Avenida Automóvel Clube, Rio Pavuna, seguindo o Rio Pavuna até o Rio Cabral até a Estrada do Cabral e daí seguindo a Estrada do Cabral até a Estrada do Engenho Novo (inclusive), Estrada Água Branca (exclusive) até o leito da Estrada de Ferro Central do Brasil, pelo leito da Estrada de Ferro Central do Brasil a Deodoro, Rua Carolina Machado até a Rua Americo da Rocha (exclusive), Rua Coruripe, Rua das Safiras

(exclusive), Rua Ururai (exclusive), Estrada do Areal (exclusive), até a Estação de Coelho Neto

30^a C F — JACAREPAGUÁ — Partindo da Rua Coronel Rangel (inclusive), em frente à Estação de Cascadura, em linha reta ao divisor das águas que, passando pelos Morros da Bica, Inácio Dias, Serra do Mateus, Serra dos Três Rios vá ter ao Pico da Tijuca; daí pelo divisor de águas, ao Pico do Papagaio, Morro da Taquara, Morro da Marimbeira, Ilha do Ribeiro e na direção do sul até a praia, contornando esta até ao Pontal de Sernambetiba; dêste ponto, por uma reta, ao encontro do Rio Vargem Grande e subindo por este rio até as suas nascentes; daí, por uma reta, ao alto do Morro dos Caboclos e pela divisória das águas que passa, sucessivamente, por este morro, Morro da Pedra Branca, Morro do Barata, até a garganta onde passa o Caminho do Barata; seguindo este e o Rio Piraguara até a Estrada Intendente Magalhães, por esta (exclusive) até a Estrada Henrique de Melo (exclusive), por esta até o leito da Estrada de Ferro Central do Brasil e por este ao ponto inicial

31^a C F — REALENGO — Partindo da Estrada do Cabral, limite com o Estado do Rio, segue a Estrada do Cabral (exclusive), Estrada do Engenho Novo (exclusive), Estrada de Água Branca (inclusive), até o leito da Estrada de Ferro Central do Brasil, por este até o cruzamento da Estrada Henrique de Melo com a Rua João Vicente e pela Estrada Henrique de Melo (inclusive), até a Estrada Intendente Magalhães (inclusive), até encontrar o Rio Piraguara, donde seguirá pelos atuais limites do Distrito de Jacarepaguá até o Alto da Pedra Branca, cujas vertentes acompanhará até o Alto do Lameirão; daí, em direção às nascentes do Rio dos Cachorros, cuja margem direita seguirá até a confluência com o Rio da Prata, continuando pela margem direita dêste rio até a sua confluência com o Rio da Prata do Mendanha; daí, em linha reta atingirá a estrada do Rio Gandu do Sapé, no ponto de passagem do encanamento de água de Santa Cruz; continuando depois, na mesma direção, até aos limites com o Estado do Rio de Janeiro, ponte da Estrada Rio-São Paulo sobre o Tingui ou Guandu-Mirim, daí para o Pico de Marapicu, de onde acompanhará os limites com esse Estado, passando pela Serra de Manoel José, Morro do Guandu, Gericinó, de onde seguirá em reta até a Cancela Prêta e, finalmente, por outra reta à Estrada do Cabral, ponto inicial

32^a C F. — CAMPO GRANDE — Ponte da Estrada Rio-São Paulo sobre o Tingui ou Guandu-Mirim, daí pelo citado rio até o começo do Rio Itaguaí (fim do limite dêste Distrito com o Estado do Rio); dêste último ponto, por uma reta, ao marco-limite na Estrada de Santa Cruz; dêste marco, por outra reta, em direção sul, à Ilha de Guaraquessaba, até ao ponto em frente ao extremo ocidental da Serra de Cantagalo; dêste ponto, por uma linha reta em direção do oriente, até encontrar a linha divisória das águas da Serra de Cantagalo; seguindo esta divisória e da Serra de Inhoaba até a parte mais oriental, daí, por uma linha reta que vá ter ao marco-limite da Estrada do Monteiro, próximo ao entroncamento das Estradas de Margaça e Mato Alto, dêste marco, por uma linha reta ao alto do Morro dos Caboclos, Pedra Branca cujas vertentes acompanhará até ao Alto do Lameirão, daí em direção às nascentes do Rio dos Cachorros, cuja margem esquerda seguirá

até a confluência com o Rio da Prata, continuando pela margem esquerda dêste rio até a sua confluência com o Rio da Prata do Mendanha, daí por uma linha reta atingirá a Estrada do Rio Guandu do Sapé, no ponto da passagem do encanamento de abastecimento de água a Santa Cruz, continuando depois, na mesma direção até os limites com o Estado do Rio de Janeiro, na ponte da Estrada Rio-São Paulo, sobre o Guandu-Mirim

33^a C F — GUARATIBA — Do pontal de Sernambetiba, pelo litoral no Oceano e pela Restinga de Marambaia, contornando até encontrar a linha reta que, na direção do sul vem do marco-limite na Estrada de Santa Cruz e passa pela Ilha de Guaraquessaba; por esta linha, na direção norte, até o ponto situado em frente ao extremo ocidental da Serra de Cantagalo; seguindo esta divisória e a Serra do Inhoaba até a parte mais oriental; daí, por uma linha reta que vá ter ao marco-limite na Estrada do Monteiro, próximo ao entroncamento das Estradas de Margaça e Mato Alto; e por outra reta dêste ponto no alto do Morro Cabuçu; daí continuando pela divisória das águas ao alto do Morro dos Caboclos; dêste alto, por uma linha reta que descendo a Serra de Santa Bárbara vá encontrar a nascente do Rio Vargem Grande; por este rio, ao ponto em que ele se perde nos campos de Sernambetiba, e daí, por uma linha reta, ao pontal de Sernambetiba, ponto inicial

34^a C F — SANTA CRUZ — Do ponto em que começa o Rio Itaguaí até a sua foz, na Baía de Sepetiba, desta foz pelo litoral até ao ponto em que passa uma linha reta cujos extremos são a Ilha de Guaraquessaba e marco-limite na Estrada de Santa Cruz; dêste ponto ao litoral, por uma linha reta ao referido marco e dêste marco, por outra reta, ao ponto inicial Fazem parte desta distribuição as Ilhas da Pescaria, do Tatu e Guaraquessaba

35^a C F — ILHAS — Fazem parte desta Circunscrição tôdas as ilhas sujeitas à fiscalização da Prefeitura do Distrito Federal, excetuando as que pertencem as 33^a e 34^a Circunscrições

Art 4.º — Fica estabelecida a seguinte correspondência entre as Circunscrições do Departamento de Fiscalização e os Distritos dos demais Departamentos:

- 1º Distrito — Compreende as 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a, 6^a, 13^a e 14^a C F
- 2º Distrito — Compreende as 15^a, 16^a, e 17^a C F.
- 3º Distrito — Compreende as 7^a, 8^a, e 9^a C F
- 4º Distrito — Compreende as 10^a e 11^a C F
- 5º Distrito — Compreende a 12^a C F
- 6º Distrito — Compreende a 18^a C F
- 7º Distrito — Compreende a 19^a C F
- 8º Distrito — Compreende as 20^a e 21^a C F
- 9º Distrito — Compreende as 22^a, 23^a e 24^a C F.
- 10º Distrito — Compreende as 26^a, 27^a e 28^a C F.
- 11º Distrito — Compreende a 25^a C.F
- 12º Distrito — Compreende a 30^a C F
- 13º Distrito — Compreende as 29^a e 31^a C F.
- 14º Distrito — Compreende as 32^a e 33^a C F.
- 15º Distrito — Compreende a 34^a C F
- 16º Distrito — Compreende a 35^a C F

A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA

COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS

O estabelecimento da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais (C O I N S) originou-se de uma proposição do Comitê Executivo do Instituto Interamericano de Estatística (I A S I), no sentido de obter-se o aperfeiçoamento e a coordenação das estatísticas no Hemisfério Ocidental. A referida proposição foi apresentada por ocasião do II Congresso Interamericano de Estatística, reunido em Bogotá, em janeiro de 1950 Considerando a eficiência demonstrada pelo Comitê do Censo das Américas de 1950 (C O T A), constituído de representantes de 22 nações e que reúne os dirigentes dos censos nacionais nos diversos países, o II Congresso de Estatística recomendou que se criasse uma Comissão de tipo similar, com base mais ampla do que a da C O T A , órgão que teria como objetivo geral o aperfeiçoamento das estatísticas oficiais, bem como a coordenação destas por meio de um programa estatístico integral.

A C O I N S foi criada posteriormente pelo Comitê Executivo do I A S I , nas condições referidas, sendo integrado do "funcionário estatístico principal" (ordinariamente, o diretor-geral da estatística nacional) de cada país, na condição de "representante nacional" ou membro com direito a voto, e de "observadores" das diversas organizações internacionais que atualmente desenvolvem programas estatísticos no Hemisfério Ocidental.

De acôrdo com a sua constituição, a C O I N S representa um plenário em cujo seio os representantes nacionais examinam e discutem seus problemas comuns e adotam medidas conjuntas para resolvê-los, antecipando-se assim ao propósito de melhorar a qualidade e ampliar o alcance das estatísticas nacionais. Um princípio fundamental para orientar seu funcionamento consistirá em obter, na etapa preparatória do programa que se deve levar a cabo, a participação direta dos que tenham interesse primordial, autoridade suficiente e responsabilidade dentro de seus próprios países para o aperfeiçoamento das estatísticas oficiais. Por êsse motivo, o Comitê Executivo constituiu "ex-officio" a lista de membros da C O I N S , por exercício de funções, ao invés de por nomes de indivíduos.

Uma vez que as sessões da C O I N S serão convocadas para a realização de um trabalho intensivo de índole técnica, suas normas de funcionamento especificam que somente um número muito limitado de tópicos pode ser tratado em cada sessão.

I Sessão da C O I N S

A I Sessão da C O I N S . realizou-se no período de 4 a 8 de junho de 1951, no Salão das Américas da União Pan-Americana, em Washington, D C , imediatamente antes da ce-

lebração da IV (e última) Sessão da C O T A Graças ao fato de que os mesmos participantes se encontravam em muitos casos na situação de atender a ambas as sessões, e a fim de limitar o tempo durante o qual os Diretores-Gerais de Estatística tinham que permanecer ausentes de seus países, a duração da Sessão da C O I N S reduziu-se a uma semana.

Estiveram presentes os "representantes nacionais", ou seus suplentes devidamente escolhidos, de dezoito países, a saber: Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Um dos três países restantes esteve representado por um "membro suplente interino" (sem direito a voto), designado pelo Secretário-Geral do I A S I ., só para o período da I Sessão. Compareceram, ainda, "observadores" das seguintes organizações internacionais: Fundo Monetário Internacional, Instituto Internacional de Estatística, Bureau de Estatística das Nações Unidas, Bureau Internacional do Trabalho, Organização dos Estados Americanos, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, e Organização Mundial da Saúde. Também estiveram presentes vários "especialistas convidados", a fim de participar de certas fases das discussões técnicas. O número total de participantes registrados foi de 68.

Programa e Organização

A agenda incluiu três tópicos principais de discussão, a saber: estatísticas do comércio externo, estatísticas industriais e medidas ou meios para ajudar a obtenção da cooperação estatística nacional, bem como vários tópicos sobre organização e administração. O trabalho da Sessão foi levado a efeito em três reuniões plenárias gerais e cinco reuniões dos Grupos de Trabalho nos três tópicos principais do programa.

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Sr. ALBERTO LLERAS CAMARGO, pronunciou o discurso de abertura, na reunião plenária inaugural, saudando os Delegados e esboçando a importância dos objetivos da Comissão e do trabalho desdobrado pelo I A S I . O primeiro Vice-Presidente do I A S I , Sr. MANUEL PERES GUERRERO, fez em seguida uma exposição sobre a constituição da C O I N S , referindo-se ao programa e ao significado da mesma. O resto da primeira reunião plenária foi dedicado à eleição de uma Junta Coordenadora da C O I N S , integrada por cinco membros, e às designações do Presidente, para a Sessão, e dos Presidentes dos

três Grupos de Trabalho Os membros da Junta, que permanecerão em suas funções até a eleição a realizar-se na próxima Sessão da C O I N S , são os seguintes: WALDEMAR LOPES, Brasil; HERBERT MARSHALL, Canadá; STUART A RICE, Estados Unidos; GILBERTO LOYO, México; e CARMEM MIRÓ, Panamá

As duas últimas reuniões plenárias foram dedicadas à consideração das medidas propostas

As providências adotadas pelo Comitê Executivo do I A S I , durante a sua VII Sessão, relativas ao término da C O T A , constitui um tópico de discussão na reunião plenária de encerramento da C O I N S Imediatamente após, e de acódo com a solicitação do Comitê Executivo do I A S I , foi eleita uma Subcomissão* para os trabalhos pendentes do programa do Censo de 1950, composta dos seguintes membros: CALVERT L DEDRICK, TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO e RAUL SIERRA FRANCO

Documentação

Quatro documentos principais de trabalho foram apresentados para a I Sessão da C O I N S — dois a respeito de estatísticas do comércio externo, um de estatísticas industriais e um sobre coordenação nacional da estatística Quanto aos dois primeiros, um versa acêrca dos problemas de preparação e uso do Manual de Codificação, em Espanhol, para a Aplicação Regional da Classificação Uniforme para o Comércio Internacional, enquanto o outro contém propostas de aperfeiçoamento nas práticas básicas das estatísticas de comércio externo nos países americanos O terceiro documento de trabalho, preparado pela Diretoria de Estatística do Domínio do Canadá em colaboração com o I A S I , apresentou um programa para o desenvolvimento das estatísticas industriais O quarto e último documento se refere à coordenação das estatísticas nacionais, e contém os antecedentes necessários para uma revisão dos problemas relativos ao programa do I A S I sobre o Ponto Focal Nacional

Todos os documentos de trabalho foram preparados com o propósito de atrair a maior participação dos membros da C O I N S nas discussões de mesa redonda Cada documento apresentou os antecedentes do tema e os problemas pelo mesmo abrangidos, ao mesmo tempo que antecipou perguntas específicas sobre pontos de problemas cujo estudo havia sido considerado desejável pelos membros da C O I N S Além disso, continham todos número elevado de citações de documentos de "referência", também disponíveis durante a I Sessão

Entre os referidos documentos se encontrava um extrato do informe da VI Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, realizada em maio de 1951, no qual se formulam recomendações relativas às estatísticas

industriais básicas Na realidade, êsse extrato serviu como documento adicional de trabalho no tópico das estatísticas industriais para a I Sessão da C O I N S

Principais Resultados

Os principais resultados da I Sessão da C O I N S basearam-se nos informes e anteprojetos dos Grupos de Trabalho, que foram revisados, modificados e adotados pela Comissão, em reunião plenária Os membros da C O I N S concordaram em tomar medidas apropriadas a fim de compilar as estatísticas de comércio externo, de acódo com a Classificação Uniforme para o Comércio Internacional, seguindo tão de perto quanto possível as sugestões das Nações Unidas no que se refere à freqüência e conteúdo dessas estatísticas Fica evidenciado que, neste campo, será necessária assistência técnica às nações A Comissão recomendou que se realizassem investigações relativas às definições e práticas do comércio externo nos respectivos países

No que diz respeito às estatísticas industriais, a C O I N S endossou as recomendações da Comissão de Estatística das Nações Unidas, em sua VI Sessão, mas também reconheceu que, como medidas preparatórias para levar adiante as recomendações mais amplas, muitos países necessitariam dar certos "passos preliminares", de acódo com o proposto no documento de trabalho do I A S I , a saber: preparar um registro, começando com as indústrias mais importantes; medir a exatidão dêsse registro por meio de um censo experimental; e preparar e publicar uma lista de estabelecimentos Estes passos conduziram ao levantamento subsequente de um censo industrial A Comissão solicitou que o I A S I , em colaboração com as Nações Unidas, prepare uma edição, em Espanhol, do manual de codificação e do índice alfabético correspondente dos principais produtos e operações especificados na Classificação Industrial Uniforme

A C O I N S expressou interêsse particular pelo problema da coordenação das estatísticas nacionais, acordando acêrca de certos requisitos indispensáveis para um plano geral de um sistema adequado de estatísticas nacionais; recomendou também que o assunto fôsse objeto de estudos posteriores e incluído na agenda da II Sessão

Conforme a solicitação feita pelo Comitê Executivo do I A S I , foi levada a efeito uma revisão cuidadosa do programa do Ponto Focal Nacional Insistiu-se na necessidade de que os Diretores-Gerais de Estatística o apoiem, solicitando-se ao Instituto que continui a prestigiar e estimular as repartições centrais de estatística na sua tarefa tendente a alcançar o desenvolvimento efetivo daqueles centros de informação estatística

RECOMENDAÇÕES APROVADAS PELA C O I N S

Estatísticas do Comércio Externo

1 A respeito das estatísticas do comércio externo, a Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais considerou os problemas

* Esta Subcomissão foi posteriormente denominada pelo Comitê Executivo, durante sua VIII Sessão, como "Subcomissão da C O I N S para o Censo das Américas." De acódo com a constituição da C O I N S a referida Subcomissão é um corpo assessor da Secretaria do I A S I

que ocorrem na aplicação da Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (C U C I), bem como aqueles decorrentes das definições e práticas do comércio externo A Comissão examinou os seguintes documentos:

955 b Manual de Codificação, em Espanhol, para a Aplicação Regional da Classificação Uniforme para o Comércio Internacional

UN E/CN 3/120 (I A S I 956 Sp) Situação e Uso da Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (tradução de UN documento E/CN 3/120)

UN Relatórios estatísticos, série M, n° 10 Classificação Uniforme para o Comércio Internacional

957 b Proposta de Aperfeiçoamentos em Algumas das Práticas Estatísticas Básicas do Comércio Externo nas Nações Americanas

UN E/CN 3/126 (I A S I 958 Sp). Definições para as Estatísticas do Comércio Internacional (tradução de UN documento E/CN 3/126)

UN E/CN 3/127 (I A S I. 959 Sp). Os Territórios Aduaneiros do Mundo (extratos de UN documento E/CN 3/127)

Resolução n° 24, do II Congresso Interamericano de Estatística, Bogotá, 1950

2 A Comissão teve em vista que o II Congresso Interamericano de Estatística reunido em Bogotá, em 1950, insistiu na urgente necessidade de uma classificação definitiva de mercadorias para uso internacional e recomendou que todos os países americanos preparassem suas estatísticas conforme a classificação internacional, logo que possível A Classificação Uniforme para o Comércio Internacional foi elaborada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, e aprovada para uso mundial pelo Conselho Económico e Social, em julho de 1950

3 Quase todos os representantes nacionais presentes apresentaram esclarecimentos verbais sobre os progressos realizados até a aplicação da C U C I Alguns consideram que seus países não serão capazes de fornecer dados acerca do comércio externo, de acordo com a C U C I , até fins de 1951, em virtude das dificuldades para estabelecer a convertibilidade entre as classificações nacionais e a C U C I

4 O fornecimento de estatísticas do comércio externo, por parte de cada país americano, de acordo com a C U C I , seria de grande valor não só para entidades internacionais, mas também para cada país em particular, uma vez que muitos deles tentam, atualmente, comparar seus próprios dados com os de outros países A C U C I , serviria como instrumento para resumir os dados nacionais do comércio externo, obter maior grau de comparabilidade internacional no que se refere às mercadorias, e, também, proporcionar novos meios de análise dos dados nacionais

5 Considerou-se a relação existente entre as classificações estatísticas e as nomenclaturas alfandegárias As estatísticas do comércio externo de muitos países são compiladas de acordo com classificações nacionais e nomenclaturas alfandegárias e, ao que parece, estão servindo de maneira mais ou menos adequada às necessidades

6 Assinalou-se que, em futuro imediato, as Nações Unidas publicarão uma segunda edição da C U C I , a qual mostrará, para cada caso, os correspondentes da nova nomenclatura alfandegária de Bruxelas de 1950 (B T N) Esta nova edição apresentará também as rubricas da nova nomenclatura de Bruxelas (B T N), indicando os casos correspondentes da C U C I Como a nova nomenclatura de Bruxelas (B T N) contém cerca de 1 100 rubricas adotadas, obedecendo primordialmente aos princípios alfandegários, a nova edição da C U C I deveria ser de grande ajuda para os países, na conversão de suas classificações nacionais até que se publique o Manual de Codificação para aplicação da C U C I

7 Considerou-se a urgência de que este Manual seja colocado à disposição dos países logo que possível, a fim de que possam aqueles que já estabeleceram índices preliminares de conversibilidade confrontar seu trabalho com o referido Manual

8 Tendo em vista as considerações anteriores,

A COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS:

a) Recomenda que seus membros adotem as medidas cabíveis para fornecer as estatísticas do comércio externo conforme a Classificação Uniforme para o Comércio Internacional, seguindo tanto quanto possível as sugestões das Nações Unidas no concernente à frequência e conteúdo destas estatísticas

b) Solicita que o Instituto Interamericano de Estatística e as Nações Unidas cooperem no sentido de proporcionar aos países que a solicitem a assistência técnica necessária no campo das estatísticas do comércio externo, e que esta assistência seja cuidadosamente coordenada

c) Solicita ao Instituto Interamericano de Estatística que, em consulta com os países americanos, estude a aplicação regional da C U C I e a necessidade de subdividir as rubricas da classificação, e que apresente as subdivisões sugeridas à consideração das Nações Unidas

9 Os métodos de aperfeiçoamento das estatísticas do comércio externo nos países americanos devem ser considerados com base no documento 957 do I A S I As nações americanas usam atualmente dois sistemas de coleta das estatísticas do comércio externo, a saber: o sistema de "comércio geral" e o de "comércio especial" Os representantes explanaram a situação vigente em seus respectivos países Examinaram-se as vantagens relativas a ambos os sistemas, mas não se considerou conveniente formular recomendações em favor de nenhum deles Tornou-se evidente que a falta de comparabilidade nas estatísticas do comércio externo nos diferentes países se originava em parte das diversidades existentes nos sistemas empregados Insistiu-se no fato de que, para realizar análises sob qualquer dos referidos sistemas, somente seria necessária uma informação adicional nos casos em que as mercadorias entrassem nos armazéns de depósito ou fossem mantidas sob vigilância das alfândegas por longos períodos ou em quantidades consideráveis Isto não ocorre com frequência

na maioria dos países do continente Reconheceu-se, entretanto, que os países devem apresentar uma explicação clara dos processos que adotam em suas publicações do comércio externo

10 Quanto ao problema das mercadorias e das transações que deveriam incluir-se ou excluir-se das estatísticas do comércio externo, salientou-se que a Comissão de Estatística das Nações Unidas solicitara fôsse efetuada uma investigação das práticas nacionais a respeito e que se obtivessem os pontos de vista e comentários dos países em questão

11 Existem dois sistemas de avaliação das importações em nosso continente, a saber: livre a bordo (F O B); e custo, seguro e frete (C I F) As vantagens do sistema F O B , para o registro do valor das importações, foram consideradas de particular importância para os países que transportam grande parte de suas importações em navios e veículos pertencentes a seus próprios habitantes O sistema F O B também apresenta vantagens para fins de comparabilidade internacional, uma vez que o valor de uma mercadoria nas estatísticas do país exportador coincidirá aproximadamente com o valor da mesma mercadoria nas estatísticas de comércio do país importador Por outro lado, considerou-se que o valor C.I F nas importações oferece ao país dados que refletem adequadamente o custo de suas importações

12 A COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS SUGERE:

Que as nações americanas considerem a possibilidade de coletar dados suplementares, tão minuciosamente quanto possível, sobre os seguros e fretes pagos por elas em seu comércio externo

13 No concernente aos métodos para determinação dos países de origem e de destino das importações e das exportações, os membros da C O I N S citaram exemplos de falta de comparabilidade motivada pelo emprêgo de práticas diferentes Examinaram-se as vantagens do sistema pelo qual as estatísticas do comércio externo são coletadas, quanto à importação, de acôrdo com o país produtor e, quanto à exportação, de acôrdo com o país de consumo Assinalou-se que apesar das vantagens deste sistema, segundo o qual podia registrar-se o tráfego de mercadorias, não oferecia êle informação importante quanto aos aspectos financeiros da transação

14. A COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS SUGERE:

Que seria aconselhável que os países estabelecessem, caso possível, um registro subsidiário que lhes permitisse apresentar seus dados do comércio externo segundo o país comprador e o vendedor, ou segundo o país de consignaçoão

15 Tendo em vista as considerações anteriores e o fato de que a comparabilidade internacional das estatísticas do comércio interno dos países americanos poderia aperfeiçoar-se com a padronização das definições e práticas neste campo,

A COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS RECOMENDA:

a) que seus membros empreendam uma investigação das definições e práticas das es-

tatísticas do comércio externo em seus respectivos países, incluindo especificamente as relativas a inclusões e exclusões, bem como a respeito dos motivos que as fundamentam;

b) que seus membros apresentem o resultado de suas investigações ao Instituto Interamericano de Estatística e às Nações Unidas, como orientação para o estabelecimento de padrões neste campo

16 A Comissão julgou que seria mais fácil compreender as causas da falta de comparabilidade se se pudesse realizar uma investigação das transações entre dois países determinados, cujas estatísticas do comércio externo mútuo apresentem discrepâncias consideráveis não explicadas As causas destas discrepâncias poderiam encontrar-se em diferenças nas definições das mercadorias incluídas na transação, nos métodos de avaliação do valor, nos métodos de registro do país de origem e de destino, ou outros fatores semelhantes Essa investigação teria como base uma amostra extraída de tôdas as transações efetuadas num dado período. E' muito provável que essa investigação revele que as causas principais da falta de comparabilidade se acham no tratamento dado a um número limitado de mercadorias Proceder-se-ia logo ao estudo do tratamento diferente dado a tais mercadorias nas estatísticas de ambos os países, por meio de uma comparação entre a forma em que cada transação foi registrada em cada país Uma investigação dessa natureza proporcionaria elementos explicativos das razões da falta de comparabilidade, oferecendo assim base para a padronização das definições e práticas do comércio externo

17 Em face do exposto,

A COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS RECOMENDA QUE O INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA:

a) seleccione (tendo em vista as sugestões dos países-membros) um número limitado de pares de países americanos que apresentem discrepâncias consideráveis não explicadas nas estatísticas referentes ao seu comércio recíproco, e solicite a êsses países que investiguem as causas dessas discrepâncias, descobrindo a forma pela qual se registrou, nas estatísticas de cada um dêles, uma amostra de carregamentos importantes;

b) envie os resultados destas investigações aos membros da C O I N S e às Nações Unidas, para que os mesmos sejam utilizados no estabelecimento de definições e práticas uniformes

Estatísticas Industriais

1 O desenvolvimento das estatísticas industriais na América Latina foi objeto de considerações por parte da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais, a qual dispôs dos seguintes documentos:

961 b Programa para o Desenvolvimento das Estatísticas Industriais.

962 b. As Estatísticas Industriais no Canadá.

965 b. O Censo Industrial de 1949 em Porto Rico

UN E/CN.3/124 (I A S I 964 Sp) Padrões propostos para as Estatísticas Industriais Básicas (Extratos de UN documento E/CN.3/124)

UN E/ (sem identificar) (I A S I 1 024 b) Conclusões da VI Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas quanto às Estatísticas Industriais Básicas (Extratos)

UN Relatórios estatísticos, série M, n° 4 Classificação Industrial Internacional Uniforme de todas as Atividades Econômicas

1 075 ab Estatísticas industriais

Resolução n° 25, do II Congresso Interamericano de Estatística, Bogotá, 1950

Resolução 34, da III Sessão do Comitê do Censo das Américas de 1950, Bogotá, 1950

2 Desses documentos, dois foram adotados como documentos de trabalho, a saber: o 961 b, a respeito de um programa para o desenvolvimento das estatísticas industriais, preparado pela Diretoria de Estatística do Canadá, em colaboração com o I A S I, e o 1 024 b, que contém extratos das conclusões em matéria de estatísticas industriais da VI Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas Em termos gerais, esses documentos se completam numa forma muito útil, uma vez que o da Comissão de Estatística recomenda que os países colem e publiquem determinadas estatísticas industriais, enquanto o documento 961 b apresenta um programa prático para alcançar esse fim A C O I N S decidiu que a Resolução n° 34 da III Sessão da C O T A. era aplicável aos países que se dispunham a realizar censos industriais e comerciais em 1950: entretanto, a C O I N S está se ocupando, atualmente, dos censos a realizarem-se depois de 1950

3 De acordo com as informações verbais dos representantes nacionais, quase todos os países projetam levar a efeito um censo industrial dentro dos próximos quatro anos, sendo que a maioria em 1952 ou 1953 Em alguns casos, este censo pertencerá à série dos realizados anteriormente ou por efetuar no futuro, a intervalos regulares; em outros, será o primeiro censo realizado no país

4 Quanto às recomendações da Comissão de Estatística das Nações Unidas (veja-se o documento 1 024 b), a C O I N S deu-se conta de que a referida Comissão recomendara uma lista de itens para investigação e publicação a intervalos não maiores de dez anos, e uma lista menor para ser investigada anualmente Além disso, a Comissão de Estatística das Nações Unidas recomendou que os países que realizassem um censo industrial pela primeira vez deveriam limitar as perguntas e sugeriu, como mínimo, apenas quatro, a saber: número de estabelecimentos, número de pessoas que trabalham, total de vencimentos e salários pagos e valor da produção (ou das vendas) A Comissão também recomendou: a) que o campo coberto pelos dados deveria abranger a mineração, indústria manufatureira, construção, eletricidade, gás; b) que a classificação deveria fazer-se de acordo com a Classificação Industrial Internacional Uniforme (C I I U), mostrando separadamente o grupo de indústrias ao nível de três algarismos, a menos que a pro-

dução de algum grupo seja insignificante; e c) que, em princípio, todo o campo industrial seja coberto Todas estas recomendações foram apoiadas pela C O I N S para aplicação nos países americanos A C O I N S apoiou em particular a opinião de que os países que realizem censos pela primeira vez cubram relativamente poucos tópicos

5 Admitiu-se que alguns países possam considerar especialmente difícil a inclusão da indústria de construções em seu censo industrial e que, portanto, julguem necessário omitir esta atividade

6 Como meio de satisfazer as recomendações da Comissão de Estatística das Nações Unidas e de desenvolver outras estatísticas industriais, as sugestões feitas no documento 968 do I A S I foram recebidas com interesse pela C O I N S, instando-se a que os países desejosos de desenvolver suas estatísticas industriais as considerem amplamente Foram as seguintes, em resumo, as referidas sugestões:

a) os estabelecimentos a incluir na investigação deverão ser identificados e localizados, organizando-se e mantendo-se um registro, a iniciar-se com as indústrias importantes e a ampliar-se mais tarde para todas as indústrias;

b) deve realizar-se um censo experimental, no qual os estabelecimentos registrados sejam objeto de um mínimo de perguntas, o suficiente apenas para comprovar a exatidão do registro e para permitir a classificação correta dos estabelecimentos de acordo com a indústria e o número de empregados;

c) em seguida ao censo experimental, poder-se-á preparar e publicar uma relação de estabelecimentos, de maneira a que o censo propriamente dito possa ser realizado posteriormente

7 Na discussão destas sugestões, a C O I N S assinalou os seguintes pontos:

a) O passo mais importante para o desenvolvimento das estatísticas industriais é a criação e manutenção de um registro de estabelecimentos As relações de estabelecimentos existentes em registros de seguro social, fiscais e outros, devem ser utilizadas até onde seja possível Na falta desses registros é aconselhável pedir às autoridades locais que organizem relações dos estabelecimentos situados em suas zonas

b) Deve continuar-se a estudar o conceito de "estabelecimento" A Comissão de Estatística das Nações Unidas recomendou que, em princípio, todas as formas de produção industrial devem ser cobertas É claro que será muito difícil ou impossível incluir em registro todas as pequenas unidades nas quais exista atividade industrial A solução poderia consistir na definição de um limite baseado, por exemplo, no valor da produção ou no número de empregados, ou em ambos, e talvez variável de indústria a indústria Abaixo desse limite, nenhum estabelecimento seria incluído no registro Certas indústrias domésticas que não estejam incluídas nas relações disponíveis também poderiam ser omitidas Esses pequenos estabelecimentos podem ser cobertos num censo demográfico, de habitação ou agropecuário Nos países em que as

"Indústrias domésticas" sejam importantes, deve ter-se muito cuidado em descrever tão minuciosamente quanto possível as indústrias que sejam incluídas e excluídas, respectivamente

c) Existe um aparente conflito entre a recomendação da Comissão de Estatística das Nações Unidas, de que as estatísticas industriais deveriam ser classificadas de acordo com a C I I U , e a proposta contida no documento 961 a respeito de uma classificação por graus de importância. Não se trata, no entanto, de uma discrepância real, uma vez que a distinção por graus de importância só foi sugerida para o caso de ser necessária a fixação de prioridade na elaboração do registro; teve-se em conta, sempre, que as estatísticas deveriam ser classificadas de acordo com a C I I U

d) Antes de empreender um censo industrial é essencial que se proceda a consultas com os representantes dos grupos a serem investigados, assegurando a sua cooperação, explicando-lhes o valor dos resultados e solicitando-lhes conselhos sobre a forma exata em que devem redigir-se as perguntas. Seria útil fazer circular um "anteprojeto" dos questionários para teste de sua praticabilidade. Nada obstante o fato de que em muitos países a indústria se acha obrigada por lei a fornecer as informações solicitadas, e que, noutros, as repartições de estatística dispõem de faculdade para inspecionar os livros das empresas com a finalidade de verificar os dados proporcionados, somente deverão ser utilizados esses meios como último recurso

e) No preparo do registro ou no levantamento real do censo industrial, deve-se emprestar atenção especial ao problema de utilização do correio (com as seguranças adequadas) para a distribuição e recolhimento dos questionários. A escolha entre o uso do correio e o emprego de recenseadores, ou da combinação mais eficaz de ambos, dependerá das circunstâncias locais, a extensão do país e a eficiência do serviço de correios

f) Nos casos em que os países estejam em condições de fazê-lo, parece conveniente que, além dos quatro pontos mínimos propostos pelas Nações Unidas, assinala-se o valor das matérias-primas utilizadas no período coberto pelo censo

g) O emprego da C I I U seria consideravelmente facilitado com o desenvolvimento de um índice alfabético dos principais produtos e operações incluídos sob cada título

8 Em vista das considerações anteriores,
A COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS
ESTATÍSTICAS NACIONAIS:

a) Concorda emprestar seu apoio à recomendação da Comissão de Estatística de que as Nações Unidas se encarreguem do preparo de um índice alfabético dos principais produtos e operações especificados na Classificação Industrial Internacional Uniforme

b) Expressa a sua esperança de que este trabalho será prontamente iniciado em Inglês, Espanhol e Francês

c) Solicita ao Instituto Interamericano de Estatística que, em colaboração com as Nações Unidas, prepare uma edição, em Espanhol, do manual de codificação e do índice alfabético respectivo

9 A COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS RECOMENDA TAMBÉM:

Que se estabeleçam meios para aumentar o intercâmbio de dados sobre aspectos tais como métodos, processos manuais e ordens de serviço relativos a todas as fases de um censo, durante o período em que os países carentes de experiência em censos industriais se estejam preparando para realizá-los

Coordenação Nacional da Estatística

1 Para a discussão acerca da coordenação nacional da estatística foram utilizados como base, em geral, os seguintes documentos:

967 b Medidas para ajudar a coordenação nacional da Estatística

968 ab Nota informativa sobre os Comitês Nacionais de Estatísticas Vitais e Sanitárias

598 Extratos relativos aos Métodos de Coordenação Nacional da Estatística

Resolução n° 1 do II Congresso Interamericano de Estatística, Bogotá, 1950

2 Constitui fato amplamente admitido que a complexidade econômica e social da vida moderna origina uma procura imperativa de informações verazes que sirvam para orientar a solução dos problemas emergentes. Em grande número de casos, essas informações têm que se expressar em estatísticas. A urgência em desenvolver sistemas estatísticos adequados se evidencia pelos esforços que estão fazendo tanto os países, para aperfeiçoar seus sistemas estatísticos, como as diversas organizações internacionais para assisti-los nessa tarefa. A Comissão de Estatística, a Repartição de Estatística e os órgãos especializados das Nações Unidas e o Instituto Interamericano de Estatística e o Instituto Internacional de Estatística têm trabalhado incessantemente, durante os últimos anos, na formulação de normas de comparabilidade internacional e na assistência aos governos para a formação de séries estatísticas essenciais de que estes careciam

3 Exige-se, entretanto, muito mais do que esses esforços das organizações internacionais. Embora se deva proporcionar a esses países todo o auxílio de que necessitem e que seja possível, o progresso efetivo dos serviços estatísticos dependerá primordialmente do apoio decidido que lhes prestem os respectivos governos. Existe um aspecto sob o qual tal apoio é realmente decisivo. As necessidades estatísticas gerais de qualquer país somente podem ser total e adequadamente satisfeitas mediante a planificação cuidadosa e o trabalho coordenado de todos os interessados. Esse trabalho deve ir além da coordenação das atividades estatísticas existentes atualmente. Deverá abranger o planejamento de um sistema estatístico completo e eficaz que sirva para orientar as pessoas, empresas e governos na solução dos diversos problemas que se lhes apresentem

4 Essa coordenação pode tomar muitas formas diferentes. Uma delas pode consistir na existência de uma Diretoria Nacional de Estatística, na qual se concentre o trabalho correspondente a todos os campos estatísticos. Ou-

tros meios assumem a forma de: a) órgãos coordenadores criados por disposição legal, com suficientes atribuições e autoridades; b) comissões de caráter permanente, cujos acordos sejam obrigatórios para todos os seus membros; c) controles pré-orçamentários; d) comissões "ad-hoc" ou permanentes; e) conferências; f) vínculos de amizade e interesse mútuo entre o pessoal das repartições estatísticas

5 Qualquer que seja o plano geral de um sistema estatístico adequado e a forma que tenha a coordenação entre os órgãos que o integrem, há alguns requisitos indispensáveis para seu bom êxito, dentre os quais os mais importantes são:

a) O órgão estatístico, indiscutivelmente, deverá ser estabelecido pelo governo, mas deverá ter suficiente autonomia técnica para dirigir as atividades estatísticas, isto é, os resultados estatísticos devem ser estritamente objetivos

b) O pessoal estatístico deverá ser escolhido tendo em vista sua competência, assegurando-se continuidade no serviço. As mudanças que ocorram no governo não devem afetar a estabilidade do pessoal num trabalho técnico tão importante como o estatístico

c) Qualquer que seja a forma do órgão nacional de coordenação a ser escolhido, deverá este possuir suficiente autoridade técnica e autonomia administrativa. Caso esse órgão seja diferente de uma Diretoria Nacional de Estatística e disponha de controle sobre todo o campo estatístico (e que se presume resulte sua autoridade da Lei Estatística), deverá ter o direito de decidir onde, como e quando se coletam as estatísticas. Esta autoridade é indispensável para a obtenção de uniformidade de conceitos e definições, bem assim para evitar duplicidades desnecessárias no trabalho. Deverá, ainda, ter autoridade para formular programas estatísticos suficientemente amplos para satisfazer às necessidades do público, das empresas e do governo

d) O caráter confidencial dos formulários estatísticos deve constituir requisito legal e também a divulgação dos dados respectivos deve ser proibida por lei. Tais dados não devem ser utilizados para fins não estatísticos

e) Embora deva haver autoridade legal responsável pela coleta e publicação de estatísticas, haverá que insistir na cooperação. A colaboração das pessoas e empresas será mais facilmente obtida através da divulgação da importância da estatística para o bem-estar geral

6 Tendo em vista as considerações anteriores e o fato de que as deliberações evidenciaram a existência de variações consideráveis no grau em que se encontra a coordenação de estatística nos países do continente, e que, apesar dos recentes progressos obtidos nesse sentido, restam muitos problemas a resolver,

A COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS RECOMENDA:

a) que se prossiga no estudo da parte relativa à "coordenação nacional das estatísticas", incluindo-a na agenda na próxima sessão da C O I N S ;

b) que os países adotem as medidas que julguem necessárias para promover a coordenação estatística;

c) que o Instituto Interamericano de Estatística, com a cooperação das Nações Unidas, realize uma investigação sobre a organização estatística nos países americanos, quanto à coordenação estatística e o funcionamento dos Pontos Focais Nacionais;

d) que, como meio de ajuda à coordenação nacional, o Instituto Interamericano de Estatística desenvolva todos os esforços para continuar e ampliar o seu programa de educação estatística e assistência técnica, em cooperação com as organizações internacionais e outras entidades;

e) que se insista junto aos governos no sentido de que aproveitem os serviços de consulta, proporcionados pelas organizações internacionais, sobre os problemas da coordenação estatística

Ponto Focal Nacional de Informação Estatística

1 Formaram a base geral da discussão sobre o Ponto Focal Nacional os seguintes documentos:

697 b Medidas para Ajudar a Coordenação Nacional da Estatística

823 b Plano para um Ponto Focal de Informação Estatística

Resolução n° 1 do II Congresso Interamericano de Estatística, Bogotá, 1950

Resolução n° 17 do I Congresso Interamericano de Estatística, Washington, D C , 1947

2 O conceito do Ponto Focal Nacional (P F N) foi criado e projetado principalmente para satisfazer a necessidade de facilitar o intercâmbio de informação estatística entre os órgãos estatísticos internacionais e nacionais oficiais

3 Nos países onde a idéia alcançou completo desenvolvimento, trata-se de um dos meios mais valiosos para a distribuição de informação estatística a quem quer que dela necessite, bem como para a ajuda à coordenação das estatísticas nacionais. Noutros países, entretanto, há muito ainda que fazer. Insiste-se sobre os seguintes pontos em conexão com o programa do P F N :

a) É essencial que se estabeleça e mantenha uma corrente livre de informação estatística entre os órgãos estatísticos nacionais e internacionais e entre os diferentes órgãos estatísticos nacionais. As classificações internacionais, padrões ou processos recomendáveis não podem prevalecer no campo nacional a menos que os técnicos nacionais interessados conheçam sua existência e saibam como utilizá-las

b) Exige-se interesse pessoal, bem como o apoio do Diretor-Geral de Estatística e de outros altos funcionários do governo, no programa do P F N , para assegurar vigilância técnica capacitada e pessoal competente

c) Exige-se do Ponto Focal um esforço contínuo no sentido da atualização de dados no campo da estatística

4 Tendo em vista as considerações anteriores,

A COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS SOLICITA:

a) que o Instituto Interamericano de Estatística continue seu trabalho de promover e estimular a criação de Pontos Focais Nacionais nos países do continente;

b) que as Diretorias-Gerais de Estatística continuem adotando medidas para o desenvolvimento dos Pontos Focais Nacionais efetivos em suas repartições, levando em conta os princípios anteriores e o plano previamente descrito no documento 323;

c) que, no futuro, o I A S I se refira aos "Pontos Focais Nacionais" como "Pontos Focais Nacionais de Informação Estatística"

IV SESSÃO DO COMITÊ DO CENSO DAS AMÉRICAS DE 1950

Damos, abaixo, o texto das Resoluções aprovadas pela IV e última Sessão da C O T A , que, consoante foi atrás noticiado, se converteu numa Subcomissão da C O I N S para o Censo das Américas

RESOLUÇÃO 1 CENSO DE POPULAÇÃO: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A IV Sessão do Comitê do Censo das Américas de 1950, reunida em Washington, D C , de 11 a 15 de junho de 1951,

Considerando:

as informações reunidas nos documentos preparados para a IV Sessão da C O T A e nela discutidos sobre caracteres individuais dos censos de população, e tendo em conta a experiência dos países representados,

Recomenda:

1 População Total

A inclusão, na Tabela I do documento da C O T A que propõe tabulações mínimas padronizadas para o censo de população, como mínimo, somente da distribuição por idade e sexo da população total, de acordo com a definição que o país tenha adotado para essa expressão. A definição deverá figurar nas publicações, indicando, de modo claro, quais os seguintes grupos incluídos e quais os excluídos: "pessoal militar e diplomático estrangeiro em serviço no país", "pessoal militar e diplomático do próprio país em serviço no exterior", e "pessoas que vivem fora da estrutura sócio-econômica do país". Na medida do possível, devem também publicar-se informações sobre estes grupos especiais, com todas as indicações de sexo e idade de que se disponha

2 Idade

a) Que os países que o possam realizar, preparem uma tabulação, por meses, dos menores de um ano

b) Que, durante a revisão, se atribua uma idade a cada uma das pessoas que não a tenham declarado ou estimado durante o recenseamento, sempre que essas pessoas constituam uma proporção pequena da população total (embora, uma vez tabulado o censo, não seja de utilidade especial realizar essa distribuição do grupo de idade desconhecida). Aquêles países que eliminarem as idades desco-

nhecidas deverão informar o tamanho do grupo cujos componentes não declararam a própria idade, assim como o método utilizado para efetuar a sua distribuição

c) Que se peça à Secretaria do Instituto Interamericano de Estatística que continue os estudos sobre a conveniência de utilizar a data de nascimento como um meio de se investigar a idade, tendo em vista a experiência do Brasil e de outros países que tenham feito investigações especiais sobre este quesito

3 Estado civil

a) Que os países expliquem claramente em suas publicações a especificação de cada um dos conceitos censitários sobre estado civil e, em especial, a dos conceitos de "casados" e de "uniões livres", levando em conta os efeitos das instruções aos recenseadores, e também as bases adotadas para a crítica e codificação deste quesito

b) Que, em relação aos censos futuros, se considere o tratamento estatístico a ser dado às condições das pessoas divorciadas ou separadas que vivem em um país no qual não se reconhecem legalmente estas condições

4 Nível educacional

Que as tabelas sobre nível educacional sejam acompanhadas de uma descrição do sistema educativo do país e das reformas importantes havidas no passado. Tal descrição não só contribuiria para uma melhor interpretação dos dados nacionais, como também facilitaria a comparabilidade internacional

5 Assistência escolar

Que o I A S I empreste particular atenção a este quesito, tendo em conta os sistemas usados pelos países, com o fim de esclarecer quais os tipos de ensino que devem ser investigados nos censos de população

6 Fecundidade

Que em vista do fato de que o cumprimento da tabulação referente a crianças menores de 5 anos recomendada na Resolução n.º 31, ponto 9 b, parágrafo 1, da III Sessão da C O T A , requer um trabalho adicional de codificação e perfuração que não estaria ao alcance de alguns países, se altere a tabulação mínima de forma que proporcione índices que representem o número de crianças menores de 5 anos por 1 000 mulheres de 15 a 44 anos, ambos inclusive

7 Tamanho da aglomeração

Que nas tabulações cruzadas segundo o tamanho da aglomeração com outras características (tais como analfabetismo) se usem pelo menos 3 grupos: aglomerações de 10 000 ou mais habitantes; aglomerações definidas de menos de 10 000 habitantes; e população não incluída em aglomerações definidas¹

8 Família censitária

a) Que, em vista de que os dois conceitos alternativos recomendados (vide a Resolução n.º

¹ Por aglomerações "definidas" se compreendem os conglomerados de população classificados durante o recenseamento, tendo por base critérios específicos estabelecidos antecipadamente para cada país

31, ponto 11 a, da III Sessão da C O T A) não foram sempre aplicados devidamente, a Secretaria do I.A.S.I. realiza um estudo minucioso das definições usadas nos censos de 1950, para que recomende finalmente o conceito que ache mais conveniente à comparabilidade internacional.

b) Que, em relação com outros problemas abordados no documento de trabalho n.º 972 (pontos 20-24) referentes ao uso do critério de não alimentação em comum, no primeiro conceito, a linha divisória entre família censitária e grupo não familiar, a determinação do chefe de família e dos membros temporariamente ausentes, cada país apresente ao I.A.S.I. a sua experiência e opinião a respeito, tão cedo disponham dos dados necessários, para que se torne possível o estabelecimento de um conceito mais claro e que proporcione resultado mais uniforme

c) Que, em vista da importância que possuem as estatísticas de famílias na análise da população, os países incluam tabulações adicionais sobre famílias em seus futuros censos, como base para estudos especiais sobre a composição e características da família censitária. Para os países que ainda possam apresentar tabulações adicionais sobre famílias censitárias e outros grupos em seus censos de 1950, recomenda-se que se consulte o documento de trabalho 975, da C O T A. referente a tabulações adicionais acerca de famílias.

9. População dependente da agricultura

Que, em vista de não ter sido possível à maior parte dos países o preparo da Tabela 18, do documento 837 da C O T A (que contém as tabulações indicadas na Resolução n.º 31, ponto 16 b, da III Sessão da C O T A), se apresentem, no mínimo, informações sobre a população dependente da agricultura, indicando os critérios básicos adotados para a sua classificação. Em face dos problemas que têm aparecido em diversos países, quanto a este quesito, recomenda-se ao I A S I que continue dedicando sua atenção aos muitos e difíceis problemas metodológicos que têm surgido em torno deste conceito

10. Outros problemas

Que o I.A.S.I., em consulta com a Subcomissão da C O I N S sobre o Censo das Américas, e em cooperação com as organizações internacionais competentes, realize os estudos necessários com o fim de acumular suficiente material básico para elaborar recomendações que possam ser úteis aos censos futuros, acerca de vários dos problemas expostos nos documentos de trabalho da C O T A Estes problemas, embora considerados importantes, não foram estudados em sua totalidade na IV Sessão porque se referiam a modificações ou ampliações futuras das definições contidas no Programa Censitário Interamericano, e porque a maioria dos países não poderia opinar acerca deles, por não contar ainda com as tabulações necessárias para lançar alguma luz sobre os referidos problemas

RESOLUÇÃO 2 CENSO DE POPULAÇÃO: ASPECTOS ECONÔMICOS

A IV Sessão do Comitê do Censo das Américas de 1950, reunida em Washington, D C , de 11 a 15 de junho de 1951,

Considerando:

que é de conveniência a adoção de medidas que conduzam à mais adequada comparabilidade internacional dos dados censitários referentes à população economicamente ativa, com base na experiência adquirida no levantamento dos censos de população de 1950;

que os países que ainda não fizeram seus censos de população possam beneficiar-se de tal experiência;

que não há precisão nem clareza em diversas definições fundamentais referentes à população economicamente ativa;

que a Secretaria da C O T A , atendendo à recomendação contida na Resolução n.º 18 aprovada pelo II Congresso Interamericano de Estatística, e tomando em conta os comentários formulados por diversos países ao Terceiro Projeto de Classificação Ocupacional para o Censo das Américas de 1950, preparou uma edição definitiva da citada Classificação;

que é indispensável chegar-se a um acordo sobre definições básicas a fim de ser assegurada a comparabilidade das estatísticas de ocupações entre os países americanos,

Recomenda:

1 Que se considere a possibilidade de basear a definição da pessoa "economicamente ativa", sob qualquer dos conceitos específicos que se podem usar sobre a duração total das atividades econômicas de cada recenseado durante o ano anterior ao censo, não só na sua atividade "habitual" ou "atual", como também em todas as atividades econômicas que haja exercido durante o ano

2 Que se solicite às organizações internacionais competentes efetuem novos estudos sobre o conceito de "ter um emprego" e sobre a definição de "desempregado" Da mesma maneira, recomenda-se aos países americanos que já levantaram seus censos de população, que apresentem quanto antes ao I. A.S.I., para apreciação e estudo, os problemas encontrados na aplicação destes conceitos

3 Que os países que empregarem o conceito de "mão-de-obra" em seus censos de população investiguem, com a colaboração do I A S I e outras organizações internacionais, a possibilidade de uniformizar o "período de referência"

4 Que os países considerem, em relação às inclusões ou exclusões para a composição da população economicamente ativa recomendadas pela III Sessão da C O T A a conveniência de fixar os processos e especialmente as instruções de maneira tal que essas inclusões ou exclusões possam ser feitas de modo apropriado

5 Que os países que empregarem o conceito de "trabalhador remunerado", enumerem as pessoas que "procuram trabalho", distinguindo os "trabalhadores antigos" dos "novos"

6 Que se dêem instruções claras para a identificação dos "trabalhadores remunerados" e para o dos "trabalhadores familiares não remunerados", e que se considere a possibilidade de incluir uma pergunta adicional nos questionários dos censos de população sobre "ocupações suplementares"

7 Que os países que utilizam o conceito de "mão-de-obra", incluam sempre em seus questionários de população as três perguntas básicas recomendadas na 1ª sessão da Junta Coordenadora da C O T A , ou suas equivalentes

8 Que em relação às tabulações de emprego e desemprego, se apresentem as seguintes:

a) Tabulação separada de pessoas empregadas e desempregadas

b) Tabulação das pessoas "desempregadas" em dois grupos separados: 1 "Assalariados" e 2 "Outros grupos de categoria de ocupação"

c) Tabulação das pessoas desempregadas, por classe de ocupação (pelo menos para os grupos principais da Classificação Ocupacional para o Censo das Américas de 1950) e por ramo de atividade econômica (pelo menos para as divisões de um algarismo da Classificação Industrial Internacional Uniforme de Todas as Atividades Econômicas) Recomenda-se que seja feita a tabulação, pelo menos, segundo o ramo de atividade econômica

d) As tabulações sobre desemprego podem limitar-se aos ramos não agropecuários de atividades econômicas e ocupações, se a maioria da população economicamente ativa é agropecuária, sem que isto impeça que se efetuem tabulações para todos os ramos de atividade econômica e ocupações nos países que estejam em condições de fazê-lo

9 Que na tabulação da população economicamente ativa por ocupação ou por ramo de atividade econômica, em relação com a categoria de ocupação (posição ocupacional), se levem em conta as recomendações feitas pela C O T A na edição definitiva de sua Classificação Ocupacional, pelas Nações Unidas, e pela VII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, a respeito da conveniência de apresentar, como grupo separado, as pessoas que procuram seus primeiros empregos Isto se pode efetuar, estabelecendo uma categoria separada para estas pessoas na classificação por categoria de ocupação

10 Que em relação à edição definitiva da Classificação Ocupacional para o Censo das Américas de 1950 se observe o seguinte:

a) que se considere esta Classificação como aprovada pela C O T A para uso nos países americanos;

b) que os países americanos que a considerem possível, a adotem para a tabulação de seus censos de população, e que os países em que não seja possível adotá-la, tomem as medidas necessárias para conseguir a *conveniência* de suas classificações nacionais aos subgrupos desta Classificação;

c) que o pessoal que deverá aplicar em cada país, a Classificação para fins de crítica,

codificação e tabulação, receba instruções especiais sobre o conteúdo dos conceitos e termos empregados na Classificação, para assegurar a aplicação satisfatória dos mesmos;

d) que, com o fim de alcançar o objetivo assinalado no parágrafo anterior, todas as Diretorias de Estatísticas e Censos nos países de língua castelhana, adaptem os termos e títulos correspondentes a subgrupos ou grupos unitários às modalidades do idioma em cada país, porém sem alterar seus conteúdos;

e) que cada um dos países forme uma nomenclatura nacional de ocupação, de acordo com a Classificação Ocupacional para o Censo das Américas de 1950, e que consulte a Secretaria do I A S I acerca das dificuldades encontradas, tanto na adaptação da Classificação às modalidades do idioma, como em sua aplicação

RESOLUÇÃO 3 CENSO DE HABITAÇÃO

A IV Sessão do Comitê do Censo das Américas de 1950, reunida em Washington, D C , de 11 a 15 de junho de 1951,

Considerando:

que é necessário que se façam estudos mais completos sobre a metodologia do censo de habitação, levando em conta a experiência adquirida nos países que, em cumprimento do programa do Censo das Américas de 1950, realizaram censos de habitação;

que é de conveniência aproveitar tal experiência em benefício dos países que não fizeram censos de habitação, e para trabalhos futuros relacionados com investigações dessa natureza;

que é necessário dar maior importância ao censo de habitação nos programas censitários,

Recomenda:

1 Que a Secretaria do Instituto Interamericano de Estatística, em contacto com a Subcomissão da C O I N S sobre o Censo das Américas inicie, com a maior brevidade possível, um estudo sobre os censos de habitação realizados nos diversos países, o qual deve abranger uma análise dos processos usados, bem como a extensão destes censos, sua simultaneidade com os de população, aplicação do mínimo interamericano, tabulações e apresentação de resultados para efeitos de comparabilidade, devendo formular as sugestões cabíveis

2 Que neste estudo se considere a conveniência de que a investigação sobre habitações desocupadas inclua o motivo da desocupação

3 Que a fim de permitir a comparabilidade dos resultados censitários, no mesmo estudo se examinem as definições de "família censitária", "habitação familiar" e "habitação de grupo não familiar", usadas pelos diferentes países, assim como esclarecer o conceito de "habitação temporária", por existir diversas interpretações a respeito

4 Que os países que recolheram dados sobre os aluguéis preparem tabulações mínimas para utilizar estas informações.

5 Que nos censos futuros, os dados acerca do valor da propriedade sejam solicitados unicamente para as habitações ocupadas pelos seus proprietários

RESOLUÇÃO 4 CENSO AGROPECUÁRIO

A IV Sessão do Comitê do Censo das Américas de 1950, reunida em Washington, D C , de 11 a 15 de junho de 1951,

Considerando:

que alguns países manifestaram a impossibilidade de preparar tôdas as tabelas que foram aprovadas na III Sessão da C O T A como mínimos para o censo agropecuário;

que a C O T A sempre tratou de adaptar seu programa às necessidades e possibilidades dos países do Hemisfério Ocidental;

que a heterogeneidade dos sistemas de unidades de medida usados em alguns países do Continente Americano poderia ser um obstáculo para a comparabilidade das tabulações finais do censo agropecuário, se se fizessem uso deles nas publicações finais;

que o conhecimento dos problemas técnicos do censo agropecuário e das formas por que eles foram resolvidos nos países seria valioso para os censos futuros;

que a análise adequada dos dados do censo agropecuário e a utilização máxima dos mesmos por parte dos países são indispensáveis para levar à sua conclusão lógica o programa censitário neste campo;

que é de conveniência conhecer com a maior brevidade possível os resultados preliminares dos censos,

Recomenda:

1 Que a Tabela 7 do documento 984, sobre número de propriedades classificadas segundo a quantidade específica de cabeças de gado vacum, seja tida como facultativa e que seja suprimida a anotação que aparece no fim das tabulações cruzadas; e que a Tabela 11, sobre uso da força motriz segundo extensão das propriedades, seja preparada sobre a base de uma tabulação completa dos questionários agropecuários

2 Que ao publicar os resultados do censo agropecuário, os países utilizem o sistema métrico decimal, ou não sendo isto possível, o sistema anglo-americano

3 Que o Instituto Interamericano de Estatística, em cooperação com as organizações internacionais competentes, realize um estudo com base em informes detalhados, proporcionados pelas nações americanas, dos problemas técnicos encontrados em seus censos agropecuários, e que as conclusões do referido estudo sejam submetidas à consideração de uma futura sessão da C O I N S

4 Que se convide o autor do documento I 003, sobre utilização do censo agropecuário, ou algum outro especialista na matéria, para que prepare um estudo mais amplo, ilustrado com exemplos, que ajude a orientar os países na análise e utilização de seus censos agropecuários

5 Que os países solicitem a ajuda técnica que os organismos que participam nos programas de cooperação técnica da O E A e das Nações Unidas estão capacitados a oferecer no campo dos censos agropecuários

6 Que se insista no sentido de que os países publiquem, no menor prazo possível, em forma provisória ou definitiva, o número total de propriedades agrícolas recenseadas, com sua respectiva área, por divisões administrativas maiores (estado, províncias, etc)

RESOLUÇÃO 5 ESTUDOS RELACIONADOS COM O PROGRAMA CENSITÁRIO

A IV Sessão do Comitê do Censo das Américas de 1950, reunida em Washington, D C , de 11 a 15 de junho de 1951,

Considerando:

que quando se dispõe dos resultados de um censo de população e de habitação, existe a oportunidade de efetuar certas classes de estudos estatísticos que são de transcendental importância e que não podem ser realizados com eficácia noutras épocas; e que êsses estudos são de grande valor não só para outras entidades como também para os organismos estatísticos nacionais na direção de suas atividades principais,

Recomenda:

que, até onde seus recursos o permitam, os diversos países levem a terno os seguintes estudos como uma atividade vinculada a seus respectivos programas censitários:

1 Preparação e publicação de tábuas de mortalidade nacionais

2 Realização de uma prova de exatidão do registro de nascimentos, relacionando os nascimentos registrados com as crianças enumeradas para uma amostra da população

3 Avaliação da subenumeração nos censos e investigação de outros fatores que afetem a qualidade dos dados censitários

4 Aperfeiçoamento e prova dos processos de cálculo de estimativas da população

5 Publicação de um atlas censitário, que contenha dados demográficos, e, se possível, econômicos, e que sirva, também, para conservar os materiais cartográficos censitários

RESOLUÇÃO 6 AOS PAÍSES QUE AINDA NÃO LEVANTARAM SEUS CENSOS DENTRO DO PROGRAMA DO CENSO DAS AMÉRICAS

A IV Sessão do Comitê do Censo das Américas de 1950, reunida em Washington, D C , de 11 a 15 de junho de 1951,

Considerando:

que em relação com o programa do Censo das Américas a grande maioria das nações americanas, em 1950 ou em torno deste ano, já conseguiu levantar seus respectivos censos de população, e vários já levantaram, também, seus censos de habitação e agropecuários;

que somente em quatro países os respectivos planos censitários não foram ainda levados

até a etapa de enumeração, apesar do esforço elogiável desenvolvido pelos organismos técnicos encarregados de prepará-los e executá-los;

que os resultados estatísticos dos censos que forem levantados em futuro próximo constituiriam uma contribuição valiosa à experiência censitária do Continente Americano, tanto por sua comparabilidade internacional como pela unidade do mencionado programa, principalmente para completar as informações censitárias do Hemisfério,

Concorda:

1 Expressar seu mais vivo anseio de que as nações americanas cujos planos censitários ainda não atingiram a etapa de enumeração, logrem levá-los a uma conclusão feliz tão rapidamente quanto as circunstâncias o permiti-

tam, com o fim de que os resultados estatísticos correspondentes possam ser comparáveis com os dos demais países do Hemisfério

2. Solicitar ao Secretário-Geral do Instituto Interamericano de Estatística que, pelos meios que julgue apropriados, transmita aos governos dos países em causa o propósito deste ato do Comitê do Censo das Américas de 1950 e a esperança nêle contida

3 Solicitar, ainda, ao Secretário-Geral que ponha à disposição dos referidos governos as mais amplas informações acêrca da experiência técnica dos diferentes países em relação à aplicação do programa do Censo das Américas, sem prejuízo de prestar-lhes, também, a colaboração que aquêles governos considerem oportuno solicitar

ESTUDOS E SUGESTÕES

NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS PREÇOS EM ALGUNS SETORES ECONÔMICOS, NO ANO DE 1949*

I — NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS PREÇOS DO PRODUTOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO ANO DE 1949

SUMÁRIO: 1 Introdução. — 2. Quantidades dos principais produtos agrícolas no ano de 1949 — 3 Números-índices sintéticos das quantidades de 19 produtos agrícolas. — 4 Preços do agricultor dos principais produtos no ano de 1949 — 5 Números-índices sintéticos dos preços de 19 produtos agrícolas — 6 Conclusões.

1 Estendem-se, neste trabalho, ao ano de 1949 as séries dos números-índices sintéticos das quantidades e dos preços do agricultor de dezenove produtos, divulgados anteriormente,¹ aproveitando-se os resultados definitivos referentes a esse ano publicados pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

Os produtos considerados nos cálculos desses números-índices constituem, em conjunto, uma parcela preponderante do valor total da produção agrícola incluída na estatística compilada pelo referido Serviço; no ano de 1949, cerca de 96,5%

Comparam-se, ainda, neste estudo os números-índices sintéticos das quantidades e dos preços do agricultor, correspondentes aos anos de 1935 a 1949, com base nas médias anuais do quinquênio 1935-1939 e obtidos por médias aritméticas ponderadas segundo os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE, com os números-índices do valor total, facilitando-se, assim, a análise da marcha da produção agrícola

* * *

2 Figuram na Tabela I os valores, as quantidades e os preços do agricultor dos produtos considerados na elaboração dos diferentes índices

O valor total da produção agrícola conhecida atingiu aproximadamente 40 bilhões de cruzeiros, no ano de 1949; apenas sete produtos, — o café, o milho, o arroz, o algodão, a cana-de-açúcar, a mandioca e o feijão — contribuíram com 80% para esse valor total.

Os números-índices das quantidades, expostos na Tabela II, ilustram o andamento das diferentes produções nos anos de 1946 a 1949

Em 1949, relativamente ao quinquênio 1935-1939, os mais fortes acréscimos quantitativos da produção foram apresentados pelo trigo, 223%, pela mandioca, 128%, pelo arroz, 99%, pela batata inglesa, 95%, e pela cana-de-açúcar, 78%

As safras de alguns produtos — café, arroz de algodão, abacaxi e milho — não atingiram em 1949 a média do quinquênio 1935-1939

* Estudos compilados no Laboratório de Estatística do I.B.G.E

¹ Vejam-se os estudos "Números-índices das quantidades dos principais produtos agrícolas, para o período 1935-1948", nesta REVISTA, n.º 42, 1950, págs 313 a 316, e "Números-índices dos preços do agricultor nos anos de 1946 a 1948", no *Boletim Estatístico* n.º 30, 1950, págs 12 a 15

De 1948 para 1949 houve aumentos nas safras dos produtos mais importantes, com exceção do milho, cuja quantidade sofreu ligeiro decréscimo

* * *

3 Os seguintes números-índices sintéticos medem as variações da quantidade da produção agrícola, segundo os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE; pelo primeiro critério, supõe-se a constância dos preços dos diversos produtos no nível médio do quinquênio 1935-1939, enquanto pelo segundo se supõem, sucessivamente, os preços no período-base iguais aos de cada ano considerado

Números-índices da quantidade da produção agrícola (1935-1939 = 100)

| ANO | CRITÉRIO DE LASPEYRES | CRITÉRIO DE PAASCHE |
|------|-----------------------|---------------------|
| 1935 | 90,9 | 90,0 |
| 1936 | 101,3 | 101,0 |
| 1937 | 100,9 | 100,5 |
| 1938 | 105,4 | 105,1 |
| 1939 | 102,2 | 101,7 |
| 1940 | 99,6 | 98,4 |
| 1941 | 108,2 | 105,3 |
| 1942 | 97,5 | 97,4 |
| 1943 | 108,6 | 107,8 |
| 1944 | 112,6 | 106,3 |
| 1945 | 105,3 | 100,1 |
| 1946 | 115,6 | 107,8 |
| 1947 | 113,7 | 108,7 |
| 1948 | 117,4 | 112,9 |
| 1949 | 124,7 | 118,1 |

Esses dados mostram variações moderadas nos anos de 1935 a 1942; depois deste ano o número-índice da quantidade da produção agrícola esteve sempre acima da média anual do quinquênio 1935-1939, com excedentes que variaram entre o mínimo de 5% em 1945 e o máximo de 25% em 1949, conforme os índices calculados pelo critério de LASPEYRES, e entre 0 e 18%, conforme os índices calculados pelo critério de PAASCHE

* * *

4 Na Tabela III estão expostos os números-índices dos preços do agricultor dos dezenove produtos considerados, nos anos de 1946 a 1949

Relativamente ao quinquênio 1935-1939, as maiores elevações dos preços no ano de 1949 foram apresentadas pelo café, 462%, pelo tri-

go, 444%, pelo abacaxi, 416%, pelo milho, 382%, e pelo côco, 347%, enquanto as menores elevações foram da laranja e do caroço de algodão, 88%

De 1948 para 1949, houve baixa nos preços da batata inglesa, cacau, caroço de algodão, feijão, fumo, mamona, trigo e uva, prosseguindo a alta dos preços dos demais produtos

* * *

5 Os números-índices sintéticos mostram o andamento do nível dos preços do agricultor nos anos de 1935 a 1949 relativamente ao quinquênio 1935-1939

Números-índices dos preços do agricultor
(1935-1939 = 100)

| ANO | CRITÉRIO DE LASPEYRES | CRITÉRIO DE PAASCHE |
|------|-----------------------|---------------------|
| 1935 | 93,1 | 92,2 |
| 1936 | 99,8 | 99,6 |
| 1937 | 102,7 | 102,3 |
| 1938 | 103,4 | 103,1 |
| 1939 | 101,7 | 101,1 |
| 1940 | 100,0 | 98,8 |
| 1941 | 104,0 | 103,1 |
| 1942 | 118,5 | 118,4 |
| 1943 | 145,7 | 144,6 |
| 1944 | 203,6 | 192,1 |
| 1945 | 242,8 | 230,8 |
| 1946 | 295,7 | 275,8 |
| 1947 | 329,6 | 314,8 |
| 1948 | 369,7 | 355,5 |
| 1949 | 412,8 | 391,0 |

Segundo êsses números-índices, o nível dos preços do agricultor variou pouco nos anos de 1935 a 1941; nos anos seguintes foi sempre ascendente, excedendo, em 1949, na proporção de 313%, segundo o critério de LASPEYRES, e de 291%, segundo o de PAASCHE, o nível médio anual do quinquênio 1935-1939

* * *

6 As variações moderadas das quantidades produzidas e as mais fortes dos preços do agricultor, expressas pelos respectivos números-índices sintéticos, concorreram para as seguintes variações do valor da produção agrícola

Números-índices do valor da produção agrícola
(1935-1939 = 100)

| ANO | ÍNDICE |
|------|--------|
| 1935 | 83,9 |
| 1936 | 100,8 |
| 1937 | 103,3 |
| 1938 | 108,7 |
| 1939 | 103,4 |
| 1940 | 98,4 |
| 1941 | 109,5 |
| 1942 | 115,4 |
| 1943 | 157,1 |
| 1944 | 216,4 |
| 1945 | 243,1 |
| 1946 | 318,9 |
| 1947 | 358,1 |
| 1948 | 417,3 |
| 1949 | 487,4 |

Assim, o aumento de 387% no valor da produção agrícola em 1949, comparativamente ao período 1935-1939, resultaria da subida de 313% ou de 291% do nível dos preços do agricultor e do aumento de 25% ou de 18% da quantidade da produção agrícola.

É interessante comparar-se a elevação dos preços do agricultor em 1949 com a observada nos principais setores comerciais: cabotagem, exportação e importação

Números-índices dos preços em 1949

| ESPECIFICAÇÃO | CRITÉRIO DE LASPEYRES | CRITÉRIO DE PAASCHE |
|---------------|-----------------------|---------------------|
| Agricultura | 412,8 | 391,0 |
| Cabotagem | 419,6 | 410,6 |
| Exportação | 385,0 | 391,5 |
| Importação | 305,5 | 257,5 |

TABELA I

Preços do agricultor dos principais produtos agrícolas no ano de 1949

| PRODUTO | VALOR
(Cr\$ 1 000) | QUANTIDADE
(t) | PREÇO
(Cruzeiros
por tonelada) |
|--|-----------------------|-------------------|--------------------------------------|
| 1 Abacaxi | 107 143 | 81 658 | 1 312,09 |
| 2 Alfafa | 171 203 | 179 247 | 955,12 |
| 3 Algodão em pluma | 4 774 228 | 395 969 | 12 057,08 |
| 4 Arroz com casca | 5 347 364 | 2 720 159 | 1 965,83 |
| 5 Banana | 885 393 | 1 181 568 | 749,34 |
| 6 Batata inglesa | 1 100 773 | 747 764 | 1 472,09 |
| 7 Cacau | 615 707 | 133 376 | 4 616,33 |
| 8 Café | 8 485 763 | 1 068 283 | 7 943,37 |
| 9 Cana-de-açúcar | 2 752 105 | 30 928 755 | 88,98 |
| 10 Caroço de algodão | 500 050 | 779 940 | 641,14 |
| 11 Côco | 248 232 | 159 763 | 1 553,75 |
| 12 Feijão | 2 388 483 | 1 256 848 | 1 900,38 |
| 13 Fumo | 630 336 | 114 504 | 5 504,93 |
| 14 Laranja | 585 203 | 1 018 413 | 574,62 |
| 15 Mamona | 239 209 | 201 179 | 1 189,04 |
| 16 Mandioca | 2 695 590 | 12 615 735 | 213,67 |
| 17 Milho | 5 693 309 | 5 448 879 | 1 044,86 |
| 18 Trigo | 1 067 389 | 437 506 | 2 439,71 |
| 19. Uva | 278 527 | 235 279 | 1 183,82 |
| TOTAL | 38 566 007 | — | — |
| Valor total da produção agrícola incluída na estatística | 39 962 317 | — | — |
| Percentagem dos 19 produtos sobre o total | 96,5 | — | — |

TABELA II

Números-índices das quantidades dos principais produtos agrícolas, nos anos de 1946 a 1949

(Média 1935-1939 = 100)

| PRODUTO | NÚMERO-ÍNDICE | | | |
|----------------------|---------------|-------|-------|-------|
| | 1946 | 1947 | 1948 | 1949 |
| 1 Abacaxi | 78,5 | 79,1 | 85,3 | 93,6 |
| 2 Alfafa | 115,1 | 120,0 | 133,9 | 127,1 |
| 3 Algodão em pluma | 98,4 | 90,3 | 83,3 | 103,2 |
| 4 Arroz com casca | 202,1 | 190,2 | 187,1 | 199,3 |
| 5 Banana | 149,7 | 162,8 | 174,0 | 188,6 |
| 6 Batata inglesa | 140,9 | 149,7 | 152,2 | 194,5 |
| 7 Cacau | 93,7 | 91,7 | 74,6 | 102,7 |
| 8 Café | 68,1 | 70,3 | 77,0 | 79,3 |
| 9 Cana-de-açúcar | 161,2 | 166,5 | 177,5 | 177,7 |
| 10 Caroko de algodão | 83,1 | 76,3 | 70,3 | 87,1 |
| 11 Coko | 114,8 | 159,9 | 172,7 | 173,3 |
| 12 Feijão | 130,7 | 127,0 | 137,5 | 152,6 |
| 13 Fumo | 128,6 | 119,6 | 126,9 | 123,5 |
| 14 Laranja | 88,8 | 89,4 | 103,2 | 100,6 |
| 15 Mamona | 122,2 | 136,2 | 172,2 | 149,8 |
| 16 Mandioca | 221,1 | 214,2 | 225,3 | 228,2 |
| 17 Milho | 100,8 | 96,9 | 98,8 | 96,0 |
| 18 Trigo | 159,9 | 265,2 | 299,0 | 322,9 |
| 19 Uva | 105,6 | 80,8 | 114,6 | 112,7 |

TABELA III

Números-índices dos preços do agricultor dos principais produtos, nos anos de 1946 a 1949

(Média 1935-1939 = 100)

| PRODUTO | NÚMERO-ÍNDICE | | | |
|----------------------|---------------|-------|-------|-------|
| | 1946 | 1947 | 1948 | 1949 |
| 1 Abacaxi | 361,8 | 470,3 | 498,6 | 515,9 |
| 2 Alfafa | 235,7 | 272,3 | 322,6 | 384,2 |
| 3 Algodão | 240,4 | 279,2 | 324,3 | 358,6 |
| 4 Arroz com casca | 227,1 | 252,7 | 317,8 | 386,3 |
| 5 Banana | 304,1 | 331,7 | 367,1 | 397,5 |
| 6 Batata inglesa | 333,7 | 442,6 | 457,3 | 368,8 |
| 7 Cacau | 321,1 | 618,7 | 605,8 | 430,4 |
| 8 Café | 411,5 | 413,1 | 439,9 | 562,0 |
| 9 Cana-de-açúcar | 273,3 | 299,3 | 310,9 | 352,4 |
| 10 Caroko de algodão | 121,5 | 172,8 | 201,9 | 187,8 |
| 11 Coko | 417,6 | 349,3 | 408,3 | 447,2 |
| 12 Feijão | 299,1 | 390,1 | 556,7 | 440,7 |
| 13 Fumo | 264,9 | 283,6 | 267,8 | 281,9 |
| 14 Laranja | 141,7 | 159,7 | 177,5 | 187,6 |
| 15 Mamona | 356,8 | 439,3 | 311,1 | 245,3 |
| 16 Mandioca | 172,6 | 188,5 | 204,2 | 230,5 |
| 17 Milho | 329,2 | 367,6 | 431,4 | 481,5 |
| 18 Trigo | 396,7 | 577,1 | 562,6 | 543,6 |
| 19 Uva | 224,0 | 328,8 | 342,1 | 334,3 |

II — NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS PREÇOS DO PRODUTOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL, NOS ANOS DE 1948 e 1949

SUMÁRIO: 1 Introdução. — 2 Quantidade dos principais produtos da indústria extrativa mineral nos anos de 1948 e 1949. — 3. Números-índices sintéticos das quantidades de nove produtos, no período 1935-1949 — 4 Preços do produtor na indústria extrativa mineral, nos anos de 1948 e 1949 — 5 Números-índices sintéticos dos preços do produtor de nove produtos, no período 1935-1949 — 6 Conclusões

1 Estendem-se, neste trabalho, ao ano de 1949 as séries dos números-índices sintéticos das quantidades e dos preços do produtor na indústria extrativa mineral, divulgados anteriormente,¹ aproveitando-se os dados mais recentes publicados pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura

Na elaboração das séries dos números-índices foram incluídos os seguintes produtos: arsênico, carvão-de-pedra, mármore, mica, minério de ferro, minério de manganês, ouro, prata e sal, de conformidade com as estatísticas disponíveis; não foram, assim, incluídos alguns produtos, como o cristal-de-rocha e as pedras preciosas e semipreciosas, de certa importância no comércio de exportação, e vários minérios cuja exploração ainda se efetua em pequena escala

Os números-índices sintéticos foram calculados por médias aritméticas ponderadas, segundo os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE, tomando-se por base o quinquênio 1935-1939

* * *

¹ Vejam-se os estudos "Números-índices das quantidades dos primeiros produtos da indústria extrativa mineral, para o período 1935-1948", nesta REVISTA, n.º 42, 1950, págs 317 a 319, e "Números-índices dos preços do produtor na indústria extrativa mineral nos anos de 1946 a 1948, no Boletim Estatístico n.º 30, 1950, págs 16 a 19

2 Na Tabela I figuram os valores, as quantidades e os preços do produtor dos nove produtos considerados, para os anos de 1948² e 1949

Os números-índices da Tabela II facilitam o estudo das variações das quantidades de cada produto, nos quatro anos de 1946 a 1949

Os seguintes produtos apresentaram acréscimos quantitativos no ano de 1949, relativamente ao quinquênio 1935-1939: minério de ferro, 532%, carvão-de-pedra, 152%, mica, 60%, sal, 47%, mármore, 46%, arsênico, 42%, e minério de manganês, 10%

A produção de ouro no triênio 1947-1949 e a de prata no quadriênio 1946-1949 não alcançaram a média anual do quinquênio 1935-1939

De 1948 para 1949 aumentaram as produções de carvão-de-pedra, minério de ferro, minério de manganês e sal, enquanto diminuíram as dos demais produtos

* * *

3 Os seguintes números-índices sintéticos, calculados pelos critérios de LASPEYRES e de PAASCHE, tendo por base as médias anuais do quinquênio 1935-1939, medem a influência das variações quantitativas sobre o valor do

² Os dados definitivos de 1948 retificam os preliminares que foram utilizados no Estudo anterior

conjunto da produção extrativa mineral incluída na elaboração, nos anos de 1935 a 1949

Números-índices sintéticos das quantidades
(Média 1935-1939 = 100)

| ANO | CRITÉRIO DE LASPEYRES | CRITÉRIO DE PAASCHE |
|------|-----------------------|---------------------|
| 1935 | 80,0 | 81,0 |
| 1936 | 87,4 | 87,3 |
| 1937 | 103,7 | 102,5 |
| 1938 | 114,2 | 115,4 |
| 1939 | 114,7 | 114,0 |
| 1940 | 127,0 | 126,2 |
| 1941 | 142,1 | 143,8 |
| 1942 | 145,4 | 150,2 |
| 1943 | 145,5 | 154,9 |
| 1944 | 146,9 | 156,4 |
| 1945 | 145,8 | 154,5 |
| 1946 | 139,6 | 152,1 |
| 1947 | 134,7 | 152,6 |
| 1948 | 155,0 | 172,7 |
| 1949 | 152,8 | 175,9 |

Segundo êsses números-índices, nos anos de 1935 a 1939 a produção extrativa mineral progrediu moderadamente; no decorrer da guerra mundial, nos anos de 1940 a 1945, assumiu maior desenvolvimento; nos anos de 1946 e 1947 apresentou ligeiro declínio; mas nos anos seguintes, 1948 e 1949, subiu para níveis superiores aos atingidos anteriormente

No ano de 1949, relativamente ao quinquênio 1935-1939, o aumento das quantidades produzidas foi de 53%, segundo o critério de LASPEYRES, ou de 76%, segundo o de PAASCHE

Os afastamentos entre os resultados da aplicação desses dois critérios refletem as modificações da importância comparativa dos diversos ramos da indústria extrativa mineral, no curso do período considerado. Trata-se, aliás, de uma indústria que está ainda atrasada no seu desenvolvimento em comparação aos recursos disponíveis, especialmente no que diz respeito aos minérios de ferro e de manganês

* * *

4 Os números-índices da Tabela III mostram as variações dos preços de cada produto nos quatro anos de 1946 a 1949

No ano de 1949, relativamente ao quinquênio 1935-1939, as mais fortes elevações dos preços do produtor foram apresentadas pelo carvão-de-pedra, 246%, pelo sal, 211%, pelo minério de ferro, 204%, e pelo mármore, 202%

No quadriênio 1946-1949, o preço da mica não alcançou a média anual do quinquênio 1935-1939.

De 1948 para 1949, verificou-se diminuição de preços para os minérios de ferro e de manganês, enquanto houve aumento para os demais produtos

* * *

5 A marcha dos preços do produtor na indústria extrativa mineral é resumida pelos seguintes números-índices sintéticos, calcula-

dos segundo os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE

Números-índices sintéticos dos preços do produtor
(Média 1935-1939 = 100)

| ANO | CRITÉRIO DE LASPEYRES | CRITÉRIO DE PAASCHE |
|------|-----------------------|---------------------|
| 1935 | 89,5 | 90,5 |
| 1936 | 92,5 | 92,4 |
| 1937 | 90,3 | 89,3 |
| 1938 | 111,9 | 113,1 |
| 1939 | 109,7 | 109,0 |
| 1940 | 110,8 | 110,1 |
| 1941 | 117,6 | 119,1 |
| 1942 | 118,9 | 122,9 |
| 1943 | 127,5 | 135,7 |
| 1944 | 133,5 | 142,0 |
| 1945 | 153,8 | 162,9 |
| 1946 | 157,2 | 171,3 |
| 1947 | 168,9 | 191,3 |
| 1948 | 182,7 | 203,5 |
| 1949 | 220,3 | 253,7 |

Observa-se a subida dos preços do produtor depois do ano de 1939, até atingir o nível mais elevado no ano de 1949; nesse ano, relativamente ao quinquênio 1935-1939, o acréscimo dos preços do produtor foi de 120%, segundo o critério de LASPEYRES, ou de 154%, segundo o de PAASCHE

O aumento dos preços do produtor na indústria extrativa mineral, no período de 1935 a 1949, foi moderado em comparação aos que foram registrados em outros setores econômicos

* * *

6 As variações das quantidades e dos preços do produtor contribuíram para as variações do valor total da produção incluída na elaboração, as quais são resumidas pelos seguintes números-índices

Números-índices do valor da produção extrativa mineral

(Média 1935-1939 = 100)

| ANO | ÍNDICE |
|------|--------|
| 1935 | 72,4 |
| 1936 | 80,8 |
| 1937 | 92,5 |
| 1938 | 129,2 |
| 1939 | 125,1 |
| 1940 | 139,8 |
| 1941 | 169,2 |
| 1942 | 178,7 |
| 1943 | 197,4 |
| 1944 | 208,7 |
| 1945 | 237,6 |
| 1946 | 239,1 |
| 1947 | 257,7 |
| 1948 | 315,5 |
| 1949 | 387,6 |

Depois de 1939, o valor da produção foi crescendo; no ano de 1949, em comparação com o quinquênio 1935-1939, ao aumento de 288%

do valor da produção corresponderam os aumentos de 53%, ou de 76% nas quantidades produzidas e as elevações de 120% ou de 154%

no nível dos preços do produto, conforme um ou outro dos dois critérios aplicados no cálculo dos números-índices

TABELA I

Produção dos principais produtos da indústria extrativa mineral nos anos de 1948 e 1949

| PRODUTO | VALOR
(G\$ 1 000) | | QUANTIDADE
(t)* | | PREÇO DO PRODUTOR
(Cruzeiros por tonelada)* | |
|-----------------------|----------------------|----------------|--------------------|--------------------|--|------------------------|
| | 1948 | 1949 | 1948 | 1949 | 1948 | 1949 |
| 1 Arsênico | 4 078 | 4 045 | 1 019 | 959 | 4 001,96 | 4 843,50 |
| 2 Carvão-de-pedra | 281 724 | 376 616 | 2 024 989 | 2 128 858 | 139,12 | 176,91 |
| 3 Mármore | 8 038 | 9 507 | 20 824 | 20 270 | 386,00 | 469,02 |
| 4 Mica | 21 081 | 20 884 | 2 141 | 1 363 | 9 846,33 | 15 322,08 |
| 5 Minério de ferro | 78 862 | 91 076 | 1 571 666 | 1 887 777 | 50,18 | 48,25 |
| 6 Minério de manganês | 20 839 | 23 626 | 164 002 | 231 417 | 127,07 | 102,09 |
| 7 Ouro ^b | 115 084 | 110 450 | 4 051 ^b | 3 707 ^b | 28 408 79 ^b | 37 887,78 ^b |
| 8 Prata ^b | 409 | 409 | 718 ^b | 654 ^b | 569,64 ^b | 625,33 ^b |
| 9 Sal | 84 754 | 88 252 | 781 333 | 805 632 | 108,47 | 109,54 |
| TOTAL | 614 869 | 755 465 | — | — | — | — |

* Para o ouro e a prata, quantidades em quilogramas e preços em cruzeiros por quilograma

TABELA II

Números-índices das quantidades dos principais produtos da indústria extrativa mineral nos anos de 1946 a 1949
(Média 1935-1939 = 100)

| PRODUTO | NÚMERO-ÍNDICE | | | |
|-----------------------|---------------|-------|-------|-------|
| | 1946 | 1947 | 1948 | 1949 |
| 1 Arsênico | 122,8 | 148,3 | 151,0 | 142,1 |
| 2 Carvão-de-pedra | 224,8 | 236,9 | 240,0 | 252,3 |
| 3 Mármore | 199,4 | 91,5 | 149,7 | 145,7 |
| 4 Mica | 192,9 | 144,2 | 251,9 | 160,4 |
| 5 Minério de ferro | 195,1 | 204,6 | 526,4 | 632,3 |
| 6 Minério de manganês | 81,8 | 80,2 | 77,8 | 109,9 |
| 7 Ouro | 103,0 | 99,4 | 95,5 | 87,4 |
| 8 Prata | 88,8 | 82,1 | 93,4 | 85,0 |
| 9 Sal | 111,0 | 102,5 | 142,4 | 146,8 |

TABELA III

Números-índices dos preços do produtor na indústria extrativa mineral nos anos de 1946 a 1949
(Média 1935-1939 = 100)

| PRODUTO | NÚMERO-ÍNDICE | | | |
|-----------------------|---------------|-------|-------|-------|
| | 1946 | 1947 | 1948 | 1949 |
| 1 Arsênico | 169,1 | 169,7 | 169,8 | 205,5 |
| 2 Carvão-de-pedra | 238,4 | 268,0 | 271,7 | 345,5 |
| 3 Mármore | 257,6 | 213,1 | 248,4 | 301,9 |
| 4 Mica | 57,9 | 56,0 | 50,0 | 78,8 |
| 5 Minério de ferro | 208,6 | 266,7 | 316,6 | 304,4 |
| 6 Minério de manganês | 73,8 | 98,2 | 126,9 | 101,9 |
| 7 Ouro | 118,5 | 130,4 | 140,1 | 186,8 |
| 8 Prata | 214,1 | 216,5 | 243,2 | 267,0 |
| 9 Sal | 208,9 | 263,3 | 308,0 | 311,0 |

III — NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DAS PRINCIPAIS MERCADORIAS DO COMÉRCIO DE CABOTAGEM NO ANO DE 1949

SUMÁRIO: 1 Introdução — 2 Valores, quantidades e valores médios unitários das principais mercadorias no ano de 1949 — 3 Números-índices sintéticos das quantidades, dos valores médios unitários e do valor total de 30 mercadorias do comércio de cabotagem, no período 1935-1949. — 4 Conclusões

1 Prossegue-se no presente estudo a atualização das séries dos números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários de trinta mercadorias do comércio de cabotagem, divulgadas anteriormente,¹ aproveitando-se as estatísticas desse comércio publicadas pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda

As trintas mercadorias consideradas nos cálculos dessas séries de números-índices representam, no ano de 1949, cerca de 53% do valor total do comércio de cabotagem, proporção igual à verificada no ano anterior

Convém relembra que os números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários foram calculados por médias aritméticas ponderadas, segundo os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE, servindo, assim, ao lado dos números-índices do valor total, para o esclarecimento da marcha do comércio de cabotagem no período 1935-1949

* * *

2 Figuram na Tabela I os valores e as quantidades das trinta mercadorias incluídas nos cálculos dos números-índices sintéticos, bem como os valores totais do comércio de cabotagem, para os anos de 1948 e 1949

Esses dados revelam que aumentou de 8,1% o valor total desse comércio no ano de 1949, relativamente ao ano anterior, sem, contudo, alterar-se a proporção das mercadorias consideradas, em relação a esse valor total

Pelos números-índices expostos na Tabela II, estudam-se, mais facilmente, as variações quantitativas das mercadorias consideradas, nos anos de 1948 e 1949, em comparação com o quinquênio 1935-1939

Observam-se aumentos dos números-índices das quantidades do açúcar, de 125,9 para 165,0, da carne seca, de 77,3 para 85,6, e dos produtos farmacêuticos, de 97,6 para 115,6, e diminuições dos números-índices das quantidades do algodão em rama, de 230,3 para 158,2, e dos tecidos de algodão, de 87,6 para 71,8, entre as mercadorias mais importantes do comércio de cabotagem

No ano de 1949, em relação ao período 1935-1939, os mais fortes acréscimos das quantidades das mercadorias transportadas foram apresentados pela borracha, cerca de 268%; pela cera de carnaúba, cerca de 242%; pelo ferro em barras, vergalhões e verguinhas, cê-

ca de 155%; pelo pinho, cerca de 152%; e pela lã em bruto, cerca de 136%

No mesmo período, as mais fortes reduções quantitativas foram apresentadas pelos calçados de couro, cerca de 70%; pelas batatas, cerca de 54%; pelos cigarros, cerca de 44%; e pela cerveja, cerca de 33%

Na Tabela III estão inscritos os valores médios unitários das trinta mercadorias consideradas, para os anos de 1948 e 1949, e os respectivos números-índices com base no quinquênio 1935-1939

Observam-se aumentos dos números-índices dos valores médios unitários do algodão em rama, de 306,2 para 384,1; do açúcar, de 283,7 para 316,8; da carne seca, de 446,1 para 478,7; dos tecidos de algodão, de 404,4 para 462,0, e diminuição do número-índice do valor médio unitário dos produtos farmacêuticos, de 359,4 para 340,6, entre as mercadorias mais importantes

No ano de 1949, em relação ao quinquênio 1935-1939, os mais fortes aumentos dos valores médios unitários foram apresentados pela cerveja, cerca de 604%; pelos cigarros, cerca de 551%; pelo óleo de linhaça, cerca de 494%; pela borracha, cerca de 466%; e pela manteiga, cerca de 453%

No mesmo período, observa-se que o menor aumento do valor médio unitário foi apresentado pelos fósforos, cerca de 94%

* * *

3 Reúnem-se, na Tabela IV, os números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários, calculados por médias aritméticas ponderadas, segundo os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE, tendo como base o quinquênio 1935-1939

Os números-índices sintéticos das quantidades calculadas pelo primeiro critério foram ponderados pelos preços médios do referido quinquênio, enquanto os calculados pelo segundo critério foram ponderados pelos preços em cada ano. Do mesmo modo, os números-índices sintéticos dos valores médios unitários calculados pelo primeiro critério foram ponderados pelas quantidades médias do quinquênio 1935-1939, enquanto os calculados pelo segundo critério foram ponderados pelas quantidades em cada ano

* * *

¹ Vejam-se os estudos "Números-índices das quantidades das principais mercadorias do comércio de cabotagem, para o período 1935-1948", nesta REVISTA, n.º 42, 1950, pág. 309, e "Números-índices dos valores médios unitários das principais mercadorias no comércio de cabotagem nos anos de 1947 e 1948", no Boletim Estatístico n.º 27, 1949, págs. 5 a 9

4 No ano de 1949, comparativamente ao de 1948, revelam os números-índices calculados por ambos os critérios ligeiro decréscimo das quantidades das mercadorias transportadas por cabotagem, prosseguindo, todavia, a marcha ascendente dos números-índices dos valores mé-

dios unitários, com acréscimos de 9% ou de 10%, de conformidade com os diferentes critérios adotados. O número-índice do valor total, também inscrito na Tabela IV, mostra, nesse período, o aumento de 8%.

No ano de 1949, relativamente ao quinquênio 1935-1939, o nível das quantidades das

mercadorias do comércio de cabotagem teria crescido de 21% ou de 16%, enquanto o nível dos valores médios unitários teria subido de 316%, ou de 299%, correspondendo o aumento de 383% do valor total da parte desse comércio, constituída pelas mercadorias consideradas no presente estudo.

TABELA I

Valores e quantidades de 30 principais mercadorias do comércio de cabotagem, nos anos de 1948 e 1949

| MERCADORIA | 1948 | | 1949 | |
|--|-----------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | Valor
(Cr\$ 1 000) | Quantidade
(t) | Valor
(Cr\$ 1 000) | Quantidade
(t) |
| 1 Pelas e couros | 341 214 | 14 155 | 319 879 | 14 180 |
| 2 Borracha | 571 655 | 28 377 | 566 367 | 27 263 |
| 3 Álcool | 36 312 | 10 224 | 60 671 | 15 620 |
| 4 Cêra de carnaúba. | 24 030 | 859 | 43 222 | 1 548 |
| 5 Fumo em folhas | 213 193 | 24 133 | 257 704 | 28 167 |
| 6 Pinho | 202 815 | 180 891 | 261 488 | 221 312 |
| 7 Óleo de linhaça | 107 661 | 6 087 | 107 974 | 5 928 |
| 8 Carvão-de-pedra | 133 097 | 626 563 | 118 402 | 497 701 |
| 9 Cimento Portland, comum | 37 201 | 51 799 | 33 026 | 41 171 |
| 10 Ferro em barras, vergalhões e verguinhas | 84 812 | 25 470 | 116 920 | 31 172 |
| 11 Sal para uso industrial | 139 562 | 526 032 | 129 431 | 450 074 |
| 12 Algodão em rama | 1 088 936 | 90 090 | 938 022 | 61 868 |
| 13 Lã em bruto | 128 677 | 8 671 | 185 853 | 8 400 |
| 14 Açúcar | 1 043 521 | 413 601 | 1 526 966 | 542 041 |
| 15 Arroz | 682 146 | 206 410 | 843 828 | 204 479 |
| 16 Batatas | 29 356 | 11 180 | 30 342 | 15 036 |
| 17 Cebolas | 108 447 | 41 961 | 122 876 | 40 319 |
| 18 Cerveja | 136 992 | 17 417 | 166 990 | 21 652 |
| 19 Café em grão | 181 658 | 33 615 | 305 515 | 39 843 |
| 20 Farinha de mandioca | 111 402 | 66 843 | 127 436 | 73 186 |
| 21 Feijão | 169 882 | 43 320 | 221 657 | 73 155 |
| 22 Banha de porco | 514 093 | 32 234 | 443 055 | 29 128 |
| 23 Carne seca | 583 881 | 60 161 | 693 599 | 66 598 |
| 24 Manteiga | 98 661 | 3 405 | 120 425 | 3 805 |
| 25 Calçados de couro | 61 434 | 752 | 53 714 | 690 |
| 26 Cigarros | 155 795 | 2 050 | 118 129 | 1 406 |
| 27 Fósforos | 151 421 | 6 731 | 75 213 | 3 499 |
| 28 Papel para impressão | 55 507 | 8 476 | 51 635 | 7 732 |
| 29 Tecidos de algodão | 1 957 229 | 34 711 | 1 831 796 | 28 440 |
| 30 Produtos farmacêuticos | 434 246 | 10 673 | 487 608 | 12 645 |
| TOTAL | 9 584 836 | — | 10 359 803 | — |
| Total geral da cabotagem | 17 985 441 | — | 19 446 741 | — |
| <i>Porcentagem das 30 mercadorias no total</i> | <i>53,8</i> | — | <i>53,8</i> | — |

TABELA II

Números-índices das quantidades de 30 principais mercadorias no comércio de cabotagem, nos anos de 1948 e 1949

(Média 1935-1939 = 100)

| MERCADORIA | NÚMERO-ÍNDICE | |
|---|---------------|-------|
| | 1948 | 1949 |
| 1 Peles e couros | 143,7 | 144,0 |
| 2 Borracha | 383,3 | 368,2 |
| 3 Alcool | 88,5 | 135,3 |
| 4 Cera de carnaúba | 189,6 | 341,7 |
| 5 Fumo em folhas | 148,3 | 173,1 |
| 6 Pinho | 206,2 | 252,3 |
| 7 Óleo de linhaça | 233,7 | 227,6 |
| 8 Carvão-de-pedra | 288,2 | 229,0 |
| 9 Cimento Portland, comum | 93,5 | 74,3 |
| 10 Ferro em barras, vergalhões e verguinhas | 208,2 | 254,8 |
| 11 Sal para uso industrial | 158,2 | 135,3 |
| 12 Algodão em rama | 230,3 | 158,2 |
| 13 Lã em bruto | 243,1 | 235,5 |
| 14 Açúcar | 125,9 | 165,0 |
| 15 Arroz | 164,5 | 162,9 |
| 16 Batatas | 34,5 | 46,4 |
| 17 Cebolas | 150,3 | 144,5 |
| 18 Cerveja | 54,0 | 67,2 |
| 19 Café em grão | 114,1 | 135,3 |
| 20 Farinha de mandioca | 114,3 | 125,2 |
| 21 Feijão | 92,1 | 155,6 |
| 22 Banha de porco | 94,5 | 85,4 |
| 23 Carne seca | 77,3 | 85,6 |
| 24 Manteiga | 71,2 | 79,5 |
| 25 Calçados de couro | 33,1 | 30,4 |
| 26 Cigarros | 81,2 | 55,7 |
| 27 Fósforos | 195,8 | 101,8 |
| 28 Papel para impressão | 163,1 | 148,7 |
| 29 Tecidos de algodão | 87,6 | 71,8 |
| 30 Produtos farmacêuticos | 97,6 | 115,6 |

TABELA III

Valores médios unitários de 30 principais mercadorias no comércio de cabotagem, 1948-1949, e correspondentes números-índices

| MERCADORIA | VALOR MÉDIO UNITÁRIO
(Cruzeiros por tonelada) | | NÚMERO-ÍNDICE
(Média 1935-1939=100) | |
|---|--|-----------|--|-------|
| | 1948 | 1949 | 1948 | 1949 |
| 1 Peles e couros | 24 105,55 | 22 558,46 | 294,8 | 275,9 |
| 2 Borracha | 20 145,01 | 20 774,20 | 548,0 | 565,7 |
| 3 Alcool | 3 551,64 | 3 884,19 | 277,5 | 303,5 |
| 4 Cera de carnaúba | 27 974,39 | 27 921,19 | 279,8 | 279,2 |
| 5 Fumo em folhas | 8 834,00 | 9 151,28 | 279,3 | 289,3 |
| 6 Pinho | 1 121,20 | 1 181,54 | 414,8 | 437,1 |
| 7 Óleo de linhaça | 17 687,04 | 18 214,24 | 576,7 | 593,8 |
| 8 Carvão-de-pedra | 212,42 | 237,90 | 321,4 | 359,9 |
| 9 Cimento Portland, comum | 718,18 | 802,17 | 255,5 | 285,4 |
| 10 Ferro em barras, vergalhões e verguinhas | 3 329,88 | 3 750,80 | 240,0 | 270,4 |
| 11 Sal para uso industrial | 265,31 | 287,58 | 295,7 | 320,5 |
| 12 Algodão em rama | 12 087,20 | 15 161,67 | 306,2 | 354,1 |
| 13 Lã em bruto | 14 839,03 | 22 125,36 | 245,7 | 366,3 |
| 14 Açúcar | 2 523,01 | 2 817,07 | 283,7 | 316,8 |
| 15 Arroz | 3 304,81 | 4 126,72 | 365,8 | 456,8 |
| 16 Batatas | 2 625,76 | 2 017,96 | 447,6 | 344,0 |
| 17 Cebolas | 2 584,47 | 3 047,60 | 270,8 | 319,3 |
| 18 Cerveja | 7 865,42 | 7 712,45 | 717,9 | 703,9 |
| 19 Café em grão | 5 404,08 | 7 667,97 | 363,1 | 515,2 |
| 20 Farinha de mandioca | 1 666,62 | 1 741,26 | 407,4 | 425,6 |
| 21 Feijão | 3 921,56 | 3 029,96 | 580,0 | 448,2 |
| 22 Banha de porco | 15 948,78 | 15 210,62 | 568,0 | 541,7 |
| 23 Carne seca | 9 705,31 | 10 414,71 | 446,1 | 478,7 |
| 24 Manteiga | 28 975,33 | 31 649,15 | 505,8 | 552,5 |
| 25 Calçados de couro | 81 694,15 | 77 846,38 | 437,0 | 416,4 |
| 26 Cigarros | 75 997,56 | 84 017,78 | 589,0 | 651,2 |
| 27 Fósforos | 22 496,06 | 21 485,57 | 202,6 | 193,6 |
| 28 Papel para impressão | 6 548,73 | 6 678,09 | 276,7 | 282,1 |
| 29 Tecidos de algodão | 56 386,42 | 64 409,14 | 404,4 | 462,0 |
| 30 Produtos farmacêuticos | 40 686,40 | 38 591,33 | 359,4 | 340,6 |

TABELA IV
 Números-índices sintéticos das quantidades, dos valores médios mercadorias no comércio de cabotagem
 (Média 1935-1939 = 100)

| ESPECIFICAÇÃO | 1935 | 1936 | 1937 | 1938 | 1939 | 1940 | 1941 | 1942 | 1943 | 1944 | 1945 | 1946 | 1947 | 1948 | 1949 |
|---|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Quantidades (LASPEYRES)..... | 98,6 | 98,9 | 99,8 | 96,8 | 106,3 | 102,3 | 114,2 | 95,2 | 84,4 | 107,2 | 105,5 | 122,0 | 132,9 | 125,1 | 121,0 |
| Quantidades (PAASCHE)..... | 98,4 | 99,1 | 99,9 | 96,8 | 105,5 | 101,7 | 113,1 | 95,1 | 82,9 | 102,4 | 101,1 | 116,1 | 98,7 | 117,3 | 115,3 |
| Valores médios unitários (LASPEYRES) | 88,0 | 98,5 | 108,4 | 102,9 | 102,1 | 109,5 | 123,6 | 158,1 | 204,9 | 260,4 | 296,5 | 345,3 | 383,4 | 381,1 | 415,5 |
| Valores médios unitários (PAASCHE)..... | 88,3 | 98,6 | 108,4 | 102,9 | 101,7 | 108,9 | 122,4 | 159,6 | 201,3 | 248,8 | 284,0 | 329,6 | 367,5 | 365,1 | 399,3 |
| Valor total..... | 83,6 | 97,6 | 108,2 | 99,6 | 108,0 | 111,3 | 139,9 | 152,0 | 169,9 | 268,7 | 299,7 | 402,2 | 378,3 | 447,1 | 483,2 |

IV — NÚMEROS-ÍNDICES DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DAS PRINCIPAIS MERCADORIAS EXPORTADAS E IMPORTADAS NO ANO DE 1949

SUMÁRIO: 1 Introdução — 2 Valores, quantidades e valores médios unitários das principais mercadorias exportadas no ano de 1949 — 3 Números-índices sintéticos das quantidades, dos valores médios unitários e do valor total de 25 mercadorias exportadas, no período 1935-1949, calculados por médias aritméticas ponderadas — 4 Valores, quantidades e valores médios unitários das principais mercadorias importadas no ano de 1949 — 5 Números-índices sintéticos das quantidades, dos valores médios unitários e do valor total de 25 mercadorias importadas, no período 1935-1949, calculados por médias aritméticas ponderadas — 6 Conclusões

1 Estendem-se, pelo presente estudo, ao ano de 1949 as séries dos números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários das principais mercadorias exportadas e importadas, divulgadas anteriormente,¹ aproveitando-se as estatísticas do comércio exterior publicadas pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda

As vinte e cinco mercadorias consideradas nos cálculos dos números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários representam cerca de 91%, no caso da exportação, e cerca de 42%, no caso da importação, dos respectivos valores totais no ano de 1949

Esses números-índices sintéticos foram calculados por médias aritméticas ponderadas, segundo os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE, contribuindo, assim, ao lado dos números-índices do valor total, para o esclarecimento da marcha do comércio exterior no período 1935-1939

* * *

2 Na Tabela I figuram os valores e as quantidades das principais mercadorias exportadas nos anos de 1948 e 1949

O valor total da exportação diminuiu de 7,1% no último ano, relativamente ao anterior, em consequência de variações verificadas seja nas quantidades seja nos valores médios unitários das diversas mercadorias

Pela Tabela II, que contém os números-índices das quantidades das vinte e cinco mercadorias consideradas, nos anos de 1948 e 1949, relativamente a 1935-1939, verificam-se aumentos dos índices do café em grão, de 116,2 para 128,7, e do cacau em grão, de 59,9 para 110,4, e diminuições dos índices do algodão em rama, de 110,8 para 59,9, e dos couros e peles, de 108,2 para 103,9, entre as mercadorias mais importantes do comércio de exportação

No ano de 1949, em relação ao período 1935-1939, os mais fortes acréscimos das quantidades exportadas foram apresentados pelos minérios de ferro, cerca de 205%, e pelas madeiras, cerca de 87%. Além desses produtos, apenas o café, o cacau, os couros e peles, a cera de carnaúba, a mamona e os óleos vegetais mostram aumentos nas quantidades ex-

portadas, em comparação com o quinquênio 1935-1939

No mesmo período, as mais fortes reduções das quantidades exportadas foram apresentadas pelo arroz, cerca de 98%; pelos farelos, cerca de 84%; pela borracha, cerca de 75%, e pelas carnes em conserva, cerca de 62%

Os valores médios unitários e os respectivos números-índices, relativamente a 1935-1939, constam da Tabela III

Observam-se, nos anos de 1948 a 1949, aumentos dos números-índices do café em grão, de 345,7 para 401,9, e do algodão em rama, de 321,3 para 352,6, e reduções dos números-índices do cacau em grão, de 815,0 para 399,3, e dos couros e peles, de 317,2 para 299,8

No ano de 1949, relativamente ao quinquênio 1935-1939, os mais fortes aumentos dos valores médios unitários foram apresentados pelas madeiras, cerca de 488%; pelo cristal de rocha, cerca de 484%; pelos farelos, cerca de 418%; e pelas carnes frigorificadas, cerca de 411%

No mesmo período, os menores aumentos foram os das castanhas com casca, cerca de 94%, e da borracha, cerca de 95%

* * *

3 Os números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários, calculados por médias aritméticas ponderadas segundo os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE, esclarecem a situação do comércio de exportação no ano de 1949, comparativamente à dos anos anteriores

Na Tabela VII estão expostos esses números-índices, que têm como base o quinquênio 1935-1939 e como pesos os preços médios no referido quinquênio, no caso do número-índice das quantidades segundo LASPEYRES, ou os preços em cada ano, no caso do número-índice das quantidades segundo PAASCHE, ou as quantidades médias no citado quinquênio, no caso do número-índice dos valores médios unitários segundo LASPEYRES, ou as quantidades em cada ano, no caso do número-índice dos valores unitários segundo PAASCHE

Os números-índices sintéticos das quantidades revelam a diminuição da quantidade exportada, de 10,3% ou de 7,3%, enquanto os números-índices sintéticos dos valores médios unitários acusam a elevação de 2,5% ou de 5,8%, resultando dessas variações a baixa de 5,0% do valor total da exportação de acordo

¹ Vejam-se os estudos "Números-índices das quantidades das principais mercadorias exportadas e importadas no período 1935-1948", nesta REVISTA, n.º 42, 1950, págs 301 a 308, e "Números-índices dos valores médios das principais mercadorias exportadas e importadas nos anos de 1947 e 1948", no *Boletim Estatístico* n.º 26, 1949, págs 7 a 14

com os índices dos valores totais, no ano, de 1949 relativamente a 1948 :

* * *

4 Constam da Tabela IV os valores e as quantidades das principais mercadorias importadas nos anos de 1948 e 1949. Consta, ainda, que o valor da importação total diminuiu de 1,6% no ano de 1949, comparativamente ao ano anterior. A redução do valor das vinte e cinco mercadorias consideradas foi, porém, mais forte: cerca de 12,7%.

Com o auxílio da Tabela V, observam-se de 1948 para 1949 aumentos dos números-índices das quantidades importadas do trigo em grão, de 33,0 para 84,7, e da gasolina, de 335,0 para 418,5, e reduções dos números-índices das quantidades importadas dos automóveis de toda espécie, de 405,0 para 224,8 e do carvão-de-pedra, de 79,1 para 57,2, entre as mercadorias mais importantes do comércio de importação.

No ano de 1949, relativamente a 1935-1939, os mais fortes aumentos das quantidades importadas foram apresentados pelo cimento Portland, comum, cerca de 517%; pela gasolina, cerca de 319%; pelos óleos combustíveis, cerca de 215%; e pela farinha de trigo, cerca de 212%.

No mesmo período, as mais fortes reduções das quantidades importadas foram apresentadas pelos trilhos, cremalheiras e acessórios, cerca de 91%; pelo algodão em fio, cerca de 81%; pela juta, cerca de 67%; pelo ferro e aço em lâminas ou placas, cerca de 66%; e pelo azeite de oliva, cerca de 54%.

Figuram na Tabela VI os valores médios unitários e os respectivos números-índices, com base no período 1935-1939, das principais mercadorias importadas nos anos de 1948 e 1949.

Observa-se que, de 1948 para 1949, diminuíram os números-índices do trigo em grão, de 662,5 para 437,5, e do carvão-de-pedra, de 281,9

² A baixa do valor total da exportação medida pelos índices dos valores totais representa apenas a baixa do valor das vinte e cinco mercadorias consideradas. O valor da exportação total diminuiu de 7,1% no mesmo período.

para 248,4, tendo aumentado, porém, os números-índices da gasolina, de 162,9 para 167,2, e dos automóveis de toda espécie, de 247,3 para 281,0, entre as mercadorias mais importantes do comércio de importação.

No ano de 1949, em relação ao período 1935-1939, os mais fortes aumentos dos valores médios unitários foram apresentados pelo algodão em fio, cerca de 502%, pelo azeite de oliva, cerca de 370%; pelo bacalhau, cerca de 363%; pelo trigo em grão, cerca de 338%; pela lã, cerca de 314%; e pelo ferro e aço em lâminas ou placas, cerca de 309%.

No mesmo período, os menores aumentos foram os do querosene, cerca de 2,6%, das cores de anilina, cerca de 48%; da gasolina, cerca de 67%; e das folhas de Flandres em lâmina, cerca de 98%.

* * *

5 Os números-índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários das mercadorias importadas, que constam da Tabela VII, foram calculados de acordo com os mesmos critérios empregados no caso das mercadorias exportadas.

Segundo esses números-índices, a variação da quantidade importada, no ano de 1949, relativamente ao ano anterior, seria de 6,1% para menos ou de 3,9% para mais, enquanto o nível dos valores médios unitários teria baixado de 16,0% ou de 7,1%, resultando a diminuição de 12,7%, já assinalada, no valor total das vinte e cinco mercadorias consideradas.

* * *

6 Pelos números-índices calculados segundo os diferentes critérios, conclui-se que o nível dos valores unitários das mercadorias exportadas prosseguiu em elevação no ano de 1949, enquanto o nível dos valores médios unitários das mercadorias importadas acusou uma baixa. Ao mesmo tempo, decresceu a quantidade exportada, tendo sofrido apenas pequena alteração a quantidade importada.

SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR

TABELA I

Valores e quantidades das principais mercadorias exportadas nos anos de 1948 e 1949

| MERCADORIA | 1948 | | 1949 | |
|-------------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|
| | Valor
(Cr\$ 1 000) | Quantidade
(t)* | Valor
(Cr\$ 1 000) | Quantidade
(t)* |
| 1 Café em grão | 9 018 564 | 1 049 540 | 11 610 705 | 1 162 140 |
| 2 Algodão em rama | 3 384 997 | 258 703 | 2 006 879 | 139 760 |
| 3 Cacáu em grão | 1 065 884 | 71 681 | 963 505 | 132 244 |
| 4 Couros e peles | 763 023 | 63 462 | 692 573 | 60 938 |
| 5 Mate | 138 016 | 46 775 | 148 327 | 47 369 |
| 6 Fumo | 268 277 | 25 344 | 279 268 | 28 265 |
| 7 Laranja | 171 225 | 99 753 | 121 470 | 71 963 |
| 8 Carnes frigorificadas | 158 197 | 20 849 | 199 297 | 24 248 |
| 9 Arroz | 740 811 | 212 643 | 3 151 | 991 |
| 10 Cêra de carnaúba | 285 738 | 9 292 | 343 397 | 11 109 |
| 11 Açúcar | 691 574 | 361 277 | 78 096 | 38 700 |
| 12 Mamona | 439 715 | 163 515 | 261 252 | 132 213 |
| 13 Carnes em conserva | 281 529 | 23 221 | 120 125 | 9 073 |
| 14 Castanhas com casca | 56 184 | 11 651 | 69 535 | 16 830 |
| 15 Borracha | 47 011 | 5 446 | 27 542 | 3 241 |
| 16 Madeiras | 976 400 | 723 616 | 702 737 | 495 420 |
| 17 Castanhas sem casca | 27 351 | 1 856 | 64 932 | 4 334 |
| 18 Bananas | 102 935 | 162 834 | 110 789 | 167 913 |
| 19 Farelos | 22 750 | 13 703 | 29 942 | 22 612 |
| 20 Óleos vegetais | 261 533 | 31 509 | 190 552 | 29 207 |
| 21 Babaçu | 163 017 | 31 765 | 82 026 | 20 470 |
| 22 Minérios de manganês | 32 334 | 141 253 | 48 226 | 149 896 |
| 23 Minérios de ferro | 61 089 | 599 289 | 102 756 | 675 574 |
| 24 Cristal de rocha | 83 945 | 720 | 25 042 | 299 |
| 25 Diamantes | 18 805 | 12 086 | 11 277 | 7 529* |
| TOTAL | 19 260 904 | — | 18 293 401 | — |
| Total da exportação | 21 696 874 | — | 20 153 034 | — |
| Porcentagem | 88,8 | — | 90,8 | — |

* Para os diamantes, gramas

TABELA II

Números-índices das quantidades das principais mercadorias exportadas nos anos de 1948 e 1949
(Média 1935-1939 = 100)

| MERCADORIA | NÚMERO-ÍNDICE | |
|-------------------------|---------------|-------|
| | 1948 | 1949 |
| 1 Café em grão | 116,2 | 128,7 |
| 2 Algodão em rama | 110,8 | 59,9 |
| 3 Cacáu em grão | 59,9 | 110,4 |
| 4 Couros e peles | 108,2 | 103,9 |
| 5 Mate | 73,8 | 74,7 |
| 6 Fumo | 77,8 | 86,7 |
| 7 Laranja | 64,9 | 46,8 |
| 8 Carnes frigorificadas | 40,4 | 47,0 |
| 9 Arroz | 385,5 | 1,8 |
| 10 Cêra de carnaúba | 106,9 | 127,7 |
| 11 Açúcar | 774,0 | 82,9 |
| 12 Mamona | 150,1 | 121,4 |
| 13 Carnes em conserva | 95,9 | 37,5 |
| 14 Castanhas com casca | 52,1 | 75,3 |
| 15 Borracha | 42,3 | 25,2 |
| 16 Madeiras | 272,8 | 186,8 |
| 17 Castanhas sem casca | 39,6 | 92,5 |
| 18 Bananas | 72,2 | 74,4 |
| 19 Farelos | 9,4 | 15,5 |
| 20 Óleos vegetais | 116,0 | 107,6 |
| 21 Babaçu | 112,0 | 72,2 |
| 22 Minérios de manganês | 88,3 | 93,7 |
| 23 Minérios de ferro | 270,1 | 304,5 |
| 24 Cristal de rocha | 165,1 | 68,6 |
| 25 Diamantes | 67,6 | 42,1 |

TABELA III

Valores médios unitários das principais mercadorias exportadas nos anos de 1948 e 1949 e correspondentes números-índices

| MERCADORIA | VALOR MÉDIO UNITÁRIO
(Cruzeiros por tonelada*) | | NÚMERO-ÍNDICE
(Média 1935-39=100) | |
|-------------------------|---|-----------|--------------------------------------|-------|
| | 1948 | 1949 | 1948 | 1949 |
| 1 Café em grão | 8 592,87 | 9 990,80 | 345,7 | 401,9 |
| 2 Algodão em rama | 13 084,49 | 14 359,47 | 321,3 | 352,6 |
| 3 Cacáu em grão | 14 869,83 | 7 285,81 | 815,0 | 399,3 |
| 4 Couros e peles | 12 023,31 | 11 365,21 | 317,2 | 299,8 |
| 5 Mate | 2 950,64 | 3 131,31 | 292,3 | 310,2 |
| 6 Fumo | 10 585,42 | 9 880,35 | 425,6 | 397,3 |
| 7 Laranja | 1 716,49 | 1 637,95 | 264,6 | 260,2 |
| 8 Carnes frigorificadas | 7 587,75 | 8 219,11 | 471,7 | 510,9 |
| 9 Arroz | 3 483,83 | 3 179,62 | 497,4 | 454,0 |
| 10 Cêra de carnaúba | 30 750,97 | 30 911,60 | 294,0 | 295,5 |
| 11 Açúcar | 1 914,25 | 2 017,98 | 331,4 | 349,4 |
| 12 Mamona | 2 089,14 | 1 975,99 | 381,6 | 280,4 |
| 13 Carnes em conserva | 12 123,90 | 13 239,83 | 449,3 | 490,7 |
| 14 Castanhas com casca | 4 822,25 | 4 131,61 | 226,4 | 193,9 |
| 15 Borracha | 8 632,21 | 8 497,99 | 197,6 | 194,6 |
| 16 Madeiras | 1 349,33 | 1 418,47 | 559,1 | 587,8 |
| 17 Castanhas sem casca | 14 735,53 | 14 932,00 | 212,3 | 215,9 |
| 18 Bananas | 632,15 | 659,80 | 434,7 | 453,7 |
| 19 Farelos | 1 690,22 | 1 324,16 | 649,2 | 517,8 |
| 20 Óleos vegetais | 8 309,26 | 6 524,19 | 451,5 | 354,9 |
| 21 Babaçu | 5 131,97 | 4 007,13 | 396,4 | 309,5 |
| 22 Minérios de manganês | 228,91 | 321,73 | 185,3 | 260,4 |
| 23 Minérios de ferro | 101,94 | 152,10 | 236,8 | 353,3 |
| 24 Cristal de rocha | 116 590,27 | 83 752,51 | 813,3 | 584,2 |
| 25 Diamantes | 1 555,93 | 1 497,81 | 213,5 | 205,5 |

* Para os diamantes, cruzeiros por grama

TABELA IV

Valores e quantidades das principais mercadorias importadas nos anos de 1948 e 1949

| MERCADORIA | 1948 | | 1949 | |
|---------------------------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | Valor
(Cr\$ 1 000) | Quantidade
(t) | Valor
(Cr\$ 1 000) | Quantidade
(t) |
| 1 Celulose para fabricação de papel | 187 057 | 45 382 | 264 506 | 96 043 |
| 2 Carvão-de-pedra | 406 749 | 1 060 150 | 259 383 | 767 377 |
| 3 Cimento Portland, comum | 252 701 | 361 014 | 251 276 | 433 820 |
| 4 Cobre | 137 978 | 12 886 | 266 187 | 27 110 |
| 5 Ferro e aço em lâminas ou placas | 87 270 | 24 349 | 70 439 | 13 575 |
| 6 Gasolina | 889 235 | 1 132 408 | 1 140 643 | 1 414 853 |
| 7 Óleos combustíveis | 828 008 | 1 726 961 | 609 956 | 1 814 006 |
| 8 Óleos refinados lubrificantes | 280 024 | 97 065 | 218 054 | 78 648 |
| 9 Querosene | 131 992 | 192 116 | 121 979 | 208 308 |
| 10 Algodão em fio | 63 926 | 269 | 43 547 | 199 |
| 11 Juta | 219 111 | 27 760 | 80 950 | 9 641 |
| 12 Lã | 236 342 | 2 829 | 210 262 | 1 855 |
| 13 Côres de anilina | 96 640 | 1 149 | 156 027 | 1 684 |
| 14 Azeite de oliveira | 139 269 | 4 178 | 71 812 | 2 008 |
| 15 Bacalhau | 210 679 | 18 648 | 234 517 | 21 190 |
| 16 Farinha de trigo | 1 345 715 | 402 219 | 373 240 | 133 749 |
| 17 Trigo em grão | 1 146 463 | 312 977 | 1 941 571 | 802 655 |
| 18 Papel para impressão de jornais | 184 234 | 52 603 | 148 073 | 46 701 |
| 19 Fôlhas de Flandres em lâminas | 255 853 | 67 745 | 186 252 | 45 732 |
| 20 Trilhos, cremalheiras e acessórios | 76 899 | 27 484 | 20 494 | 5 798 |
| 21 Soda cáustica | 235 237 | 58 312 | 136 538 | 55 810 |
| 22 Máquinas de costura | 122 887 | 2 561 | 194 050 | 3 749 |
| 23 Máquinas de escrever | 82 622 | 545 | 93 789 | 620 |
| 24 Arame farpado | 73 452 | 16 446 | 185 709 | 42 845 |
| 25 Automóveis de toda espécie | 2 348 554 | 115 896 | 1 481 216 | 64 315 |
| TOTAL | 10 038 897 | --- | 8 760 470 | --- |
| Total da importação | 20 984 880 | --- | 20 648 081 | --- |
| Percentagem | 47,8 | --- | 42,4 | --- |

TABELA V

Números-índices das quantidades das principais mercadorias importadas nos anos de 1948 e 1949

(Média 1935-1939 = 100)

| MERCADORIA | NÚMERO-ÍNDICE | |
|---------------------------------------|---------------|-------|
| | 1948 | 1949 |
| 1 Celulose para fabricação de papel | 54,9 | 116,2 |
| 2 Carvão-de-pedra | 79,1 | 57,2 |
| 3 Cimento Portland, comum | 513,4 | 616,9 |
| 4 Cobre | 135,7 | 285,5 |
| 5 Ferro e aço em lâminas ou placas | 60,7 | 33,8 |
| 6 Gasolina | 335,0 | 418,5 |
| 7 Óleos combustíveis | 299,5 | 314,6 |
| 8 Óleos refinados lubrificantes | 253,7 | 205,5 |
| 9 Querosene | 196,0 | 212,5 |
| 10 Algodão em fio | 26,4 | 19,5 |
| 11 Juta | 96,5 | 33,5 |
| 12 Lã | 161,9 | 108,1 |
| 13 Côres de anilina | 156,3 | 229,1 |
| 14 Azeite de oliveira | 95,1 | 45,7 |
| 15 Bacalhau | 100,6 | 114,3 |
| 16 Farinha de trigo | 938,4 | 312,1 |
| 17 Trigo em grão | 33,0 | 84,7 |
| 18 Papel para impressão de jornais | 108,0 | 95,8 |
| 19 Fôlhas de Flandres em lâminas | 153,4 | 103,5 |
| 20 Trilhos, cremalheiras e acessórios | 45,2 | 9,5 |
| 21 Soda cáustica | 210,6 | 201,6 |
| 22 Máquinas de costura | 90,6 | 132,6 |
| 23 Máquinas de escrever | 175,8 | 200,0 |
| 24 Arame farpado | 75,9 | 197,7 |
| 25 Automóveis de toda espécie | 405,0 | 224,8 |

TABELA VI

Valores médios unitários das principais mercadorias importadas nos anos de 1948 e 1949 e correspondentes números-índices

| MERCADORIAS | VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS
(Cruzeiros por tonelada) | | NÚMEROS-ÍNDICES
(Média 1935-39 = 100) | |
|---------------------------------------|--|------------|--|-------|
| | 1948 | 1949 | 1948 | 1949 |
| 1 Celulose para fabricação de papel | 4 121,83 | 2 754,04 | 454,7 | 303,8 |
| 2 Carvão-de-pedra | 383,67 | 338,01 | 281,9 | 248,4 |
| 3 Cimento Portland, comum | 699,98 | 579,22 | 404,3 | 334,5 |
| 4 Cobre | 10 707,59 | 9 818,78 | 219,5 | 201,3 |
| 5 Ferro e aço em lâminas ou placas | 3 584,13 | 5 188,88 | 282,7 | 409,2 |
| 6 Gasolina | 785,26 | 806,19 | 162,9 | 167,2 |
| 7 Óleos e combustíveis | 479,46 | 336,25 | 297,3 | 208,5 |
| 8 Óleos refinados lubrificantes | 2 884,91 | 2 772,53 | 218,2 | 209,7 |
| 9 Querosene | 687,04 | 585,57 | 120,4 | 102,6 |
| 10 Algodão em fio | 237 643,12 | 218 829,14 | 653,9 | 602,1 |
| 11 Juta | 7 893,05 | 8 396,43 | 349,7 | 372,0 |
| 12 Lã | 83 542,59 | 113 348,78 | 305,1 | 414,0 |
| 13 Côres de anilina | 84 107,92 | 92 652,61 | 134,3 | 147,9 |
| 14 Azeite de oliveira | 33 333,89 | 35 762,95 | 438,1 | 470,0 |
| 15 Bacalhau | 11 297,67 | 11 067,34 | 472,1 | 462,5 |
| 16 Farinha de trigo | 3 345,73 | 2 790,60 | 428,8 | 357,6 |
| 17 Trigo em grão | 3 663,09 | 2 418,94 | 662,5 | 437,5 |
| 18 Papel para impressão de jornais | 3 502,35 | 3 170,66 | 372,7 | 337,4 |
| 19 Fôlhas de Flandres em lâminas | 3 776,71 | 4 072,68 | 183,4 | 197,8 |
| 20 Trilhos, cremalheiras e acessórios | 2 797,96 | 3 534,67 | 284,5 | 359,4 |
| 21 Soda cáustica | 4 034,11 | 2 446,48 | 341,4 | 207,0 |
| 22 Máquinas de costura | 47 983,99 | 51 760,47 | 268,0 | 289,1 |
| 23 Máquinas de escrever | 151 600,00 | 151 272,58 | 227,5 | 227,0 |
| 24 Arame farpado | 4 466,25 | 4 334,44 | 329,1 | 319,4 |
| 25 Automóveis de toda espécie | 20 264,32 | 23 030,65 | 247,3 | 281,0 |

TABELA VII
 Números-índices sintéticos das quantidades, dos valores médios unitários e do valor total das principais mercadorias exportadas e importadas
 (Média 1935-1939 = 100)

| ESPECIFICAÇÃO | 1935 | 1936 | 1937 | 1938 | 1939 | 1940 | 1941 | 1942 | 1943 | 1944 | 1945 | 1946 | 1947 | 1948 | 1949 |
|--|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| EXPORTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | |
| Quantidades (LASPEYRES) | 89,2 | 94,4 | 92,1 | 111,8 | 118,3 | 92,4 | 97,3 | 67,7 | 66,5 | 80,3 | 84,8 | 113,0 | 106,2 | 114,9 | 103,1 |
| Quantidades (PAASCHE) | 88,1 | 94,2 | 90,9 | 111,4 | 117,8 | 95,9 | 100,6 | 73,0 | 75,0 | 86,4 | 83,5 | 110,4 | 106,3 | 113,3 | 105,0 |
| Valores médios unitários (LASPEYRES) | 94,5 | 105,5 | 112,7 | 91,8 | 95,5 | 99,6 | 122,1 | 169,2 | 182,2 | 204,1 | 225,9 | 290,1 | 358,0 | 398,3 | 377,6 |
| Valores médios unitários (PAASCHE) | 93,4 | 105,3 | 111,3 | 91,5 | 95,1 | 103,3 | 126,2 | 182,7 | 205,4 | 219,9 | 222,3 | 283,6 | 358,2 | 363,4 | 384,4 |
| Valor total | 89,3 | 99,4 | 102,5 | 102,3 | 112,5 | 95,5 | 122,8 | 123,6 | 136,7 | 176,5 | 188,6 | 320,4 | 380,5 | 417,4 | 396,4 |
| IMPORTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | |
| Quantidades (LASPEYRES) | 90,3 | 96,3 | 110,0 | 100,7 | 103,6 | 95,3 | 96,8 | 72,5 | 78,9 | 87,8 | 96,3 | 111,7 | 171,4 | 166,5 | 156,4 |
| Quantidades (PAASCHE) | 90,2 | 96,3 | 108,0 | 100,2 | 103,2 | 84,8 | 98,7 | 64,1 | 62,4 | 78,8 | 90,7 | 90,8 | 138,4 | 126,0 | 130,9 |
| Valores médios unitários (LASPEYRES) | 91,4 | 100,5 | 108,9 | 104,3 | 96,8 | 122,9 | 131,8 | 159,4 | 189,4 | 181,8 | 186,7 | 244,6 | 322,5 | 375,9 | 315,8 |
| Valores médios unitários (PAASCHE) | 91,2 | 100,5 | 105,8 | 103,7 | 96,4 | 122,3 | 127,6 | 140,9 | 149,7 | 163,1 | 178,8 | 198,9 | 260,4 | 284,5 | 264,2 |
| Valor total | 82,4 | 96,8 | 116,5 | 104,5 | 99,9 | 116,5 | 123,5 | 102,1 | 118,1 | 148,2 | 172,1 | 222,2 | 446,4 | 473,6 | 413,3 |

INFORMAÇÕES GERAIS

BRASIL

O MERCADO BRASILEIRO DE CIMENTO

A marcha da produção brasileira de cimento, ofereceu, no período 1938-1950, duas tendências bem definidas: a primeira, que compreende os anos de 1938 a 1945, mostrou, apenas, ligeira elevação, apresentando queda no biênio 1942-1943 e em 1945; a outra, a par-

tir de 1946, exibiu acentuada ascensão, trazendo a retomada de atividades da fase de após-guerra

No que concerne ao valor, nota-se elevação bem maior do que a apresentada pelas quantidades, conforme se vê na Tabela I

TABELA I

Produção brasileira de cimento — 1938-1950

| ANOS | QUANTIDADE | | VALOR | |
|----------|------------|--------------------------------|------------|--------------------------------|
| | Toneladas | Números relativos (1938 = 100) | Cr\$ 1 000 | Números relativos (1938 = 100) |
| 1938 | 617 896 | 100 | 138 306 | 100 |
| 1939 | 697 793 | 113 | 159 302 | 115 |
| 1940 | 744 673 | 121 | 183 188 | 132 |
| 1941 | 707 506 | 124 | 203 279 | 147 |
| 1942 | 752 833 | 122 | 232 975 | 168 |
| 1943 | 747 409 | 121 | 267 485 | 193 |
| 1944 | 809 908 | 131 | 282 414 | 204 |
| 1945 | 774 378 | 125 | 312 134 | 226 |
| 1946 | 826 382 | 134 | 343 839 | 249 |
| 1947 | 913 525 | 148 | 424 169 | 307 |
| 1948 | 1 112 467 | 180 | 618 394 | 447 |
| 1949 ... | 1 281 228 | 207 | 714 768 | 517 |
| 1950 (1) | 1 381 976 | 224 | 769 318 | 556 |

FONTE — Serviço de Estatística da Produção
(1) — Dados sujeitos a retificação

A Tabela II (a e b) especifica a distribuição geográfica da produção. Os Estados de Minas Gerais e Pernambuco, que começaram a produzir a partir de 1939 e 1942, respectivamente, mostraram-se com ritmo de produção francamente crescente. O mesmo fenômeno é observado com relação aos Estados de São

Paulo e Rio de Janeiro, maiores produtores nacionais. O Estado da Paraíba apresentou irregularidades, e o Espírito Santo se manteve quase estacionário, com a maior produção no triênio 1948-1950 e a menor no quadriênio 1943-1946. O Rio Grande do Sul aparece como produtor a partir de 1947.

TABELA II

Produção brasileira de cimento, segundo as Unidades da Federação — 1938-1950

a) Quantidade

| ANOS | DADOS NUMÉRICOS (t) | | | | | | | |
|----------|---------------------|------------|--------------|----------------|----------------|-----------|-------------------|-----------|
| | Paraíba | Pernambuco | Minas Gerais | Espírito Santo | Rio de Janeiro | São Paulo | Rio Grande do Sul | Brasil |
| 1938 | 41 507 | — | — | 10 660 | 250 937 | 314 702 | — | 617 896 |
| 1939 | 36 829 | — | 37 944 | 12 633 | 269 817 | 340 570 | — | 697 793 |
| 1940 | 37 839 | — | 49 004 | 11 345 | 279 011 | 367 474 | — | 744 673 |
| 1941 | 50 447 | — | 58 892 | 13 031 | 278 936 | 366 200 | — | 767 506 |
| 1942 | 42 002 | 12 306 | 67 255 | 13 861 | 278 152 | 338 357 | — | 752 833 |
| 1943 | 23 874 | 44 205 | 40 795 | 9 589 | 309 950 | 318 966 | — | 747 409 |
| 1944 | 14 155 | 48 833 | 49 619 | 9 837 | 312 718 | 374 446 | — | 809 908 |
| 1945 | 10 785 | 54 201 | 67 070 | 7 031 | 310 613 | 324 078 | — | 774 378 |
| 1946 | 15 152 | 57 909 | 98 049 | 8 127 | 330 901 | 316 244 | — | 826 382 |
| 1947 | 312 | 59 473 | 156 804 | 12 733 | 319 700 | 356 948 | 7 555 | 913 525 |
| 1948 | 38 619 | 66 995 | 155 567 | 15 617 | 314 219 | 499 716 | 21 734 | 1 112 467 |
| 1949 | 61 302 | 70 344 | 196 241 | 15 129 | 401 953 | 513 996 | 22 263 | 1 281 228 |
| 1950 (1) | 65 031 | 71 573 | 211 228 | 14 420 | 471 430 | 518 439 | 29 855 | 1 381 976 |

FONTE — Serviço de Estatística da Produção
(1) — Dados sujeitos a retificação

TABELA II

Produção brasileira de cimento, segundo as Unidades da Federação — 1938-1950

b) Valor

| ANOS | DADOS NUMÉRICOS (Cr\$ 1 000) | | | | | | | |
|---------|------------------------------|------------|--------------|----------------|----------------|-----------|-------------------|---------|
| | Paraíba | Pernambuco | Minas Gerais | Espírito Santo | Rio de Janeiro | São Paulo | Rio Grande do Sul | Brasil |
| 1938 | 8 047 | — | — | 2 382 | 65 458 | 62 410 | — | 138 306 |
| 1939 | 6 780 | — | 7 874 | 2 397 | 72 371 | 69 880 | — | 159 302 |
| 1940 | 10 595 | — | 10 954 | 2 621 | 77 842 | 81 176 | — | 183 188 |
| 1941 | 16 035 | — | 14 708 | 3 191 | 84 122 | 85 223 | — | 203 279 |
| 1942 | 19 526 | 4 879 | 21 332 | 3 909 | 94 573 | 88 706 | — | 232 975 |
| 1943 | 14 136 | 18 710 | 17 318 | 3 004 | 116 576 | 97 741 | — | 267 465 |
| 1944 | 6 661 | 20 152 | 23 570 | 3 967 | 113 295 | 114 769 | — | 282 414 |
| 1945 | 5 760 | 30 982 | 29 033 | 3 487 | 117 522 | 125 350 | — | 312 134 |
| 1946 | 7 536 | 33 792 | 47 450 | 4 272 | 123 660 | 127 129 | — | 343 839 |
| 1947 | 217 | 35 048 | 84 524 | 6 823 | 134 977 | 155 025 | 7 555 | 424 169 |
| 1948 | 25 049 | 42 828 | 95 363 | 9 143 | 173 607 | 249 842 | 22 472 | 618 394 |
| 1949 | 38 777 | 46 530 | 119 284 | 9 095 | 213 770 | 266 987 | 20 325 | 714 768 |
| 1950(1) | 43 320 | 47 455 | 130 801 | 9 820 | 247 625 | 264 764 | 25 533 | 769 318 |

FORTE — Serviço de Estatística da Produção
(1) — Dados sujeitos a retificação:

Melhor visão da participação de cada Estado oferecem os dados da Tabela III, através das percentagens estaduais da produção. Enquanto no triênio 1938-1940 São Paulo concentrava cerca de 50% da produção nacional, já nos últimos anos do período nota-se, graças ao

aumento verificado nos demais Estados, melhor distribuição. Assim é que, em 1950, São Paulo contribuiu com 37,51%; Rio de Janeiro, 34,11%; Minas Gerais, 15,28%; Pernambuco, 5,18%; Paraíba, 4,71%; Rio Grande do Sul, 2,16%; e Espírito Santo, 1,04%.

TABELA III

Dados percentuais da produção brasileira de cimento, segundo as Unidades da Federação — 1938-1950

| ANOS | DADOS NUMÉRICOS (%) | | | | | | | |
|------|---------------------|------------|--------------|----------------|----------------|-----------|-------------------|--------|
| | Paraíba | Pernambuco | Minas Gerais | Espírito Santo | Rio de Janeiro | São Paulo | Rio Grande do Sul | Brasil |
| 1938 | 6,72 | — | — | 1,73 | 40,61 | 50,95 | — | 100,00 |
| 1939 | 5,28 | — | 5,44 | 1,81 | 38,67 | 48,81 | — | 100,00 |
| 1940 | 5,08 | — | 6,58 | 1,52 | 37,47 | 49,35 | — | 100,00 |
| 1941 | 6,57 | — | 7,67 | 1,70 | 36,34 | 47,71 | — | 100,00 |
| 1942 | 5,70 | 1,63 | 8,93 | 1,84 | 36,95 | 44,94 | — | 100,00 |
| 1943 | 3,19 | 5,91 | 5,46 | 1,28 | 41,47 | 42,68 | — | 100,00 |
| 1944 | 1,75 | 6,03 | 6,16 | 1,21 | 38,61 | 46,23 | — | 100,00 |
| 1945 | 1,39 | 7,00 | 8,66 | 1,00 | 40,11 | 41,85 | — | 100,00 |
| 1946 | 1,83 | 7,01 | 11,86 | 0,98 | 40,04 | 38,27 | — | 100,00 |
| 1947 | 0,03 | 6,51 | 17,16 | 1,39 | 35,00 | 39,07 | 0,83 | 100,00 |
| 1948 | 3,47 | 6,02 | 13,98 | 1,40 | 28,25 | 44,92 | 1,95 | 100,00 |
| 1949 | 4,78 | 5,49 | 15,32 | 1,18 | 31,37 | 40,12 | 1,74 | 100,00 |
| 1950 | 4,71 | 5,18 | 15,28 | 1,04 | 34,11 | 37,51 | 2,16 | 100,00 |

Na Tabela IV (a e b) encontram-se dados sobre a importação de cimento, segundo os principais países de procedência. De 1938 a 1943, a tonagem da importação oscilou em torno de um baixo nível, representando os totais do triênio 1938-1940, respectivamente, 8,75%, 5,89%, e 3,06% da produção verificada naqueles anos. A partir de 1944, entretanto, a importação cresceu fortemente. No triênio 1948-1950, as quantidades importadas representaram, respectivamente, 32,51%, 33,99%, e 29,20%, das produzidas no País.

No que se refere aos países exportadores, nota-se acentuada irregularidade nos forneci-

mentos. No biênio 1938-1939, a Alemanha foi o principal abastecedor. Os Estados Unidos e a Inglaterra, sempre presentes no comércio de cimento, apresentaram fortes oscilações. A Polônia se incluiu entre os fornecedores a partir de 1946, e a União Belgo-Luxemburguesa, que interrompeu suas vendas no período de guerra (1941 a 1945), voltou, a partir de 1946, a figurar, aparecendo, em 1947 e 1950, com a maior contribuição: 156 760 e 150 482 toneladas, respectivamente.

A Tabela V mostra dados percentuais da importação, ressaltando a contribuição de cada país em relação ao total.

TABELA IV
 Importação brasileira de cimento, segundo os países de procedência — 1938/1950
 a) Quantidade (t)

| PAÍSES | 1938 | 1939 | 1940 | 1941 | 1942 | 1943 | 1944 | 1945 | 1946 | 1947 | 1948 | 1949 | 1950 |
|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Alemanha..... | 40 506 | 22 276 | — | 25 | — | — | — | — | — | — | 10 872 | 28 317 | 28 900 |
| Dinamarca..... | 2 301 | 822 | 183 | — | — | — | — | — | 2 211 | 10 437 | 14 627 | 25 139 | 32 194 |
| Estados Unidos..... | 1 783 | 4 095 | 3 160 | 10 611 | 6 712 | 9 327 | 80 594 | 194 753 | 143 042 | 37 377 | 91 033 | 11 544 | 641 |
| Grã-Bretanha..... | 5 507 | 8 014 | 14 439 | 1 452 | 450 | 3 679 | 3 501 | 59 944 | 70 076 | 56 166 | 76 010 | 103 622 | 48 544 |
| Polónia..... | — | — | — | — | — | — | — | — | 31 444 | 54 908 | 80 139 | 87 405 | 11 905 |
| Suécia..... | 486 | 605 | — | — | — | — | — | — | — | — | 1 436 | 17 103 | 42 285 |
| União Belgo-Luxemburguesa..... | 2 328 | 5 248 | 522 | — | — | — | — | — | 93 119 | 156 760 | 72 914 | 102 645 | 150 482 |
| Outros..... | 1 019 | 536 | 4 482 | 6 220 | 67 652 | 3 074 | 19 292 | 3 020 | 11 580 | 11 942 | 14 649 | 59 750 | 88 274 |
| TOTAL..... | 54 092 | 41 098 | 22 786 | 18 308 | 74 814 | 16 080 | 103 387 | 257 747 | 351 472 | 347 590 | 361 680 | 435 530 | 403 525 |

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

Importação brasileira de cimento, segundo os países de procedência — 1938/1950
 b) Valor (Cr\$ 1 000)

| PAÍSES | 1938 | 1939 | 1940 | 1941 | 1942 | 1943 | 1944 | 1945 | 1946 | 1947 | 1948 | 1949 | 1950 |
|--------------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Alemanha..... | 8 408 | 5 469 | — | 22 | — | — | — | — | — | — | 5 731 | 14 899 | 13 074 |
| Dinamarca..... | 547 | 128 | 97 | — | — | — | — | — | 1 273 | 8 073 | 10 629 | 16 803 | 18 668 |
| Estados Unidos..... | 1 001 | 2 197 | 2 126 | 6 816 | 4 105 | 6 791 | 46 993 | 115 182 | 87 213 | 35 671 | 69 712 | 9 465 | 702 |
| Grã-Bretanha..... | 1 169 | 1 588 | 3 994 | 746 | 347 | 2 791 | 1 998 | 32 302 | 38 892 | 46 699 | 56 697 | 68 974 | 30 485 |
| Polónia..... | — | — | — | — | — | — | — | — | 17 063 | 36 254 | 51 392 | 43 390 | 4 493 |
| Suécia..... | 98 | 118 | — | — | — | — | — | — | — | — | 1 949 | 10 599 | 23 774 |
| União Belgo-Luxemburguesa..... | 356 | 906 | 125 | — | — | — | — | — | 51 772 | 107 012 | 51 423 | 59 410 | 81 118 |
| Outros..... | 385 | 292 | 1 012 | 2 696 | 33 797 | 2 146 | 11 555 | 1 836 | 6 770 | 8 112 | 7 764 | 29 908 | 37 127 |
| TOTAL..... | 11 964 | 10 728 | 7 354 | 10 280 | 38 249 | 11 728 | 63 546 | 149 320 | 203 013 | 241 821 | 254 597 | 253 446 | 209 441 |

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

TABELA V
 Dados percentuais da importação brasileira de cimento, segundo os países de procedência
 1938-1950

| PAÍSES | 1938 | 1939 | 1940 | 1941 | 1942 | 1943 | 1944 | 1945 | 1946 | 1947 | 1948 | 1949 | 1950 |
|--------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Alemanha..... | 74,88 | 54,20 | -- | 0,14 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 3,01 | 6,50 | 7,16 |
| Dinamarca..... | 4,86 | 0,78 | 0,80 | -- | -- | -- | -- | -- | 0,63 | 3,00 | 4,04 | 5,77 | 7,98 |
| Estados Unidos..... | 3,30 | 9,96 | 13,87 | 57,96 | 8,97 | 58,00 | 77,95 | 75,57 | 40,70 | 16,51 | 25,17 | 2,65 | 0,16 |
| Grã-Bretanha..... | 10,37 | 19,50 | 63,37 | 7,83 | 0,60 | 22,88 | 3,39 | 23,26 | 19,94 | 16,16 | 21,02 | 23,79 | 12,10 |
| Polónia..... | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 8,95 | 15,80 | 22,16 | 20,07 | 2,95 |
| Suécia..... | 0,90 | 1,47 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 0,40 | 3,93 | 10,48 |
| União Belgo-Luxemburguesa..... | 4,30 | 12,77 | 2,29 | -- | -- | -- | -- | -- | 26,49 | 45,10 | 20,16 | 23,57 | 37,29 |
| Outros..... | 1,88 | 1,30 | 19,07 | 33,97 | 90,43 | 19,12 | 18,66 | 1,17 | 3,29 | 3,44 | 4,05 | 13,72 | 21,88 |
| TOTAL..... | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

ESTRANGEIRO

PRODUÇÃO MUNDIAL DE MINÉRIO DE FERRO

Médias mensais da produção mundial de minério de ferro, no período 1937-1950, são publicadas no *Monthly Bulletin of Statistics* das Nações Unidas, no volume referente ao mês de julho do corrente. Além da produção, o *Bulletin* divulga, ainda, o teor aproximado de ferro contido no minério extraído nos diversos países produtores. Esses dados se acham sistematizados, segundo os principais países, na Tabela abaixo.

Os Estados Unidos figuram na liderança da produção mundial. O ano de 1933 revela forte decréscimo relativamente ao ano anterior, mas a partir de 1939 a atividade extrativa de minério de ferro cresceu até atingir, em 1942, o ponto máximo da curva da produção norte-americana do aludido minério no referido período. Verifica-se nova fase de depressão a partir do ano seguinte, a qual perdurou até 1946, quando a produção média mensal registrou 5 998 milhares de toneladas. O quadriênio 1947-1950, revela ainda oscilações, mas, já agora, em torno de nível mais elevado.

A seguir, com diferença para menos bem significativa, aparece a França, mostrando tendência decrescente no período 1937-1940, com leve recuperação nos três anos seguintes e queda sensível nos dois últimos anos de guerra. No pós-guerra, verifica-se nova fase de recuperação. A Grã-Bretanha figura no terceiro posto. Os anos de 1940 a 1943 assinalaram a fase de maior atividade na produção. A seguir,

aparece a Suécia, com decréscimo durante a guerra, fenômeno observado na maioria dos países produtores. O Japão, todavia, mostrou, no período 1937-1945, forte crescimento: de 51,6 milhares de toneladas mensais em 1937 para 292,4, em 1944, o que lhe garantiu, nesse ano, o quinto posto na produção mundial. A partir de 1945 a produção japonesa caiu sensivelmente.

O Brasil deixa de figurar na Tabela em virtude de o *Bulletin* fornecer apenas os quantitativos da nossa exportação. Segundo o *Anuário Estatístico do Brasil* (Volumes X e XI) as médias mensais da produção brasileira de minério de ferro foram as seguintes, respectivamente, nos anos de 1939 a 1949: 44; 49; 69; 59; 68; 64; 54; 49; 51; 131; e 157 milhares de toneladas, sendo que os dados até 1944 foram calculados com base na exportação e no consumo interno.

No que se refere ao teor de ferro do minério — em dados aproximados —, nota-se que o do Brasil é o que apresenta maior concentração, (68%). A seguir, vêm os minérios da Noruega, Turquia e União Sul-Africana, 65%; Chile, Filipinas, Maláia, e Suécia, 60%; Marrocos Espanhol, 58%; Argélia, Canadá, e Tunísia, 55%; Espanha, 51%; Estados Unidos, Itália, Japão, e Marrocos Francês, 50%; Áustria e Bélgica, 35%; França, 33%; Grã-Bretanha e Luxemburgo, 30%; e, finalmente, Alemanha Ocidental, 25%.

Médias mensais da produção mundial de minério de ferro, segundo os principais países produtores — 1937-1950
(Milhares de toneladas)

| ANOS | Teor aproximado de ferro contido no minério | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|---|---------|---------|--------|-------|--------|-------------------|--------|----------------------|--------|-------|-----------------|--------|--------------------------------|---------------|--------|
| | 25% | 55% | 35% | 55% | 60% | 51% | 50% | 33% | 30% | 50% | 50% | 30% | 60% | 58% | 65% | 60% |
| | ALE-
MANHA
OCI-
DENTAL | ARGÉLIA | ÁUSTRIA | CANADÁ | CHILE | ESPAÑA | ESTADOS
UNIDOS | FRANÇA | GRÁ-
BETA-
NHA | ITÁLIA | JAPÃO | LUXEM-
BURGO | MALAIÁ | MAR-
ROCOS
ESPA-
NHOL | NORU-
EGA3 | SUECIA |
| 1937..... | (2) 589 | 202 | 157 | — | 127 | 105 | 6 104 | 3 153 | 1 204 | 83,1 | 51,6 | 647 | 132,2 | 118,7 | 89,6 | 1 245 |
| 1938..... | 759 | 255 | 222 | — | 134 | 212 | 2 409 | 2 765 | 1 004 | 82,5 | 60,8 | 428 | 136,8 | 111,8 | 122,6 | 1 131 |
| 1939..... | .. | 245 | 248 | 9 | 135 | 203 | 4 380 | 2 749 | 1 226 | 79,0 | 75,9 | 488 | 164,5 | 86,5 | 116,3 | 1 149 |
| 1940..... | .. | 134 | 262 | 31 | 146 | 186 | 6 240 | 1 518 | 1 469 | 98,3 | 91,2 | 407 | 116,2 | 32,5 | 55,6 | 941 |
| 1941..... | .. | 27 | 239 | 30 | 141 | 143 | 7 824 | 1 742 | 1 606 | 111,7 | 115,1 | 569 | 97,3 | 46,2 | 52,3 | 877 |
| 1942..... | .. | 27 | 250 | 41 | 34 | 134 | 8 935 | 2 083 | 1 685 | 99,4 | 180,3 | 426 | 7,7 | 45,6 | 28,8 | 811 |
| 1943..... | .. | 15 | 267 | 48 | — | 132 | 8 573 | 2 652 | 1 566 | 69,6 | 219,2 | 438 | 4,1 | 45,6 | 23,8 | 902 |
| 1944..... | .. | 66 | 250 | 42 | 2 | 125 | 7 969 | 1 350 | 1 320 | 32,5 | 202,4 | 243 | 0,9 | 56,7 | 27,4 | 604 |
| 1945..... | .. | 100 | .. | 86 | 23 | 98 | 7 483 | 650 | 1 200 | 11,2 | 97,8 | 117 | 1,1 | 63,7 | 8,9 | 327 |
| 1946..... | 326 | 139 | 39 | 117 | 98 | 133 | 5 968 | 1 351 | 1 031 | 13,9 | 46,3 | 187 | — | 65,6 | 9,4 | 572 |
| 1947..... | .. | 130 | 74 | 145 | 145 | 126 | 7 882 | 1 558 | 939 | 13,9 | 41,4 | 166 | 9,1 | 72,2 | 16,5 | 741 |
| 1948..... | 605 | 155 | 100 | 121 | 226 | 135 | 8 581 | 1 918 | 1 195 | 45,3 | 46,3 | 283 | 0,1 | 72,3 | 24,0 | 1 111 |
| 1949..... | 759 | 211 | 124 (3) | 289 | 229 | 151 | 7 195 | 2 619 | 1 135 | 43,4 | 63,0 | 346 | 0,7 | 78,6 | 31,2 | 1 114 |
| 1950..... | 907 | 215 | 155 | 276 | 246 | 173 | 8 311 | 2 469 | 1 036 | 36,8 | 68,5 | 319 | 42,2 | 71,6 | 33,6 | 1 124 |

FONTE — *Monthly Bulletin of Statistics*.

1. Inclusive ferrotitâmo.

2. 1936.

3. A partir de abril de 1949, e inclusive a Terra Nova.

BIBLIOGRAFIA

MADOW, WILLIAM G. — *Teoria dos Levantamentos por Amostragem* — Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1950.

Entre 1946 e 1947, o Professor WILLIAM G MADOW, da Universidade de Illinois, Estados Unidos, ministrou um curso de Estatística Matemática na Universidade de São Paulo; no período de férias, atendendo ao convite da Sociedade Brasileira de Estatística, veio ao Rio, onde, durante três meses, ensinou a selecionada audiência os fundamentos da amostragem. Dentre os alunos desse segundo curso, encontram-se os Srs VASCO PINTO DE MAGALHÃES, português, e OCTÁVIO ALEXANDER DE MORAES, brasileiro, os quais tomaram minuciosos apontamentos das aulas dadas pelo ilustre professor norte-americano. Em 1950, o nomeado técnico português reconstituiu aquelas aulas, e submeteu seu trabalho à crítica do segundo técnico acima evidenciado MADOW, finalmente, examinou o trabalho de PINTO DE MAGALHÃES-ALEXANDER DE MORAES e autorizou a respectiva publicação por parte do Instituto Nacional de Estatística, de Portugal. Essa, a história de *Teoria dos Levantamentos por Amostragem*, que ora comentamos

* *
*

A escassez de tempo e a heterogeneidade do grupo discente comprometeram bastante o programa que MADOW pretendia cumprir. Vale assinalar que houve necessidade de se interromper o ritmo do curso, para o ensino de noções de teoria da expectância, encargo esse de que se desobrigou, com segurança e brilho, JESSÉ MONTELO.

Ao apreçar, agora, o livro de MADOW, é de mister ter presente essa escassez de tempo e essa heterogeneidade do grupo discente, circunstâncias, aliás, que curiosamente têm caracterizado — conforme assinalamos em nota anterior — os cursos sobre Amostragem efetivados na América: o de NIELSENSEN no México; o de TANG, na Costa Rica, etc.

Nada obstante isso, MADOW realizou obra meritória, e seu livro — embora sem o alcance ou a profundidade do de YATES (*Sampling Methods*), ou o de DEMING (*Some Theory of Sampling*) — pode ser situado entre os bons trabalhos sobre amostragem, publicados no mundo, nestes últimos cinco anos. Aos MADOWS, aliás — WILLIAM e LILLIAN — devem-se contribuições das mais valiosas, especialmente no campo da amostragem sistemática.

Teoria dos Levantamentos por Amostragem, entretanto, contém, a nosso ver, algumas falhas, que poderiam ter sido facilmente evitadas, dada a mestria com que o A domina a matéria.

A primeira delas concerne ao próprio problema da Amostragem, que, segundo o A, se apresentaria na prática sob dois aspectos, o da apuração e o do levantamento. Ao leitor menos avisado, essa dicotomia dar-lhe-á visão

unilateral do problema, uma vez que silencia, implícita e explicitamente, sobre aspectos da maior relevância no campo de aplicação da Amostragem, como por exemplo, na amostragem de aceitação ("acceptance sampling"), no controle da qualidade da produção industrial, na amostragem de fiscalização, etc.

A segunda diz respeito à omissão a partes relevantes da Amostragem, como, por exemplo, testes de hipóteses, precisão, binomial, distribuição de variância, erros alheios à Amostragem e alguns outros pontos mais. Parece-nos que, no ensino da Amostragem, a determinação do tamanho da amostra, dentro de certos intervalos de confiança, e a estimação da precisão da estimativa constituem matéria que não pode ser olvidada, tal a sua importância. De outro lado, a amostragem de atributos, ocorrente na prática de cada dia, também não pode ser esquecida.

A terceira é pertinente à dosagem não equilibrada da matéria exposta. Se, a alguns capítulos, — conglomerados, por exemplo — o A dá-lhes admirável desenvolvimento, a outros, não menos importantes, lhes atribui, por assim dizer, posição hierárquica inferior.

Teoria dos Levantamentos por Amostragem é um livro para futuras edições, tal a sua utilidade e tal o seu mérito. Em sendo assim, é conveniente que a matéria contida no atual volume seja cuidadosamente revista, a fim de que os leitores das próximas edições possam adquirir os necessários e suficientes conhecimentos básicos de amostragem.

Há que referir, ainda, ao trabalho de impressão. Talvez a prensa em divulgar a obra seja a responsável por enganos e erros em não poucas fórmulas. A exposição da matéria, de outro lado, contém passagens bem obscuras que possibilitam interpretações bem diferentes do verdadeiro sentido do pensamento do Autor.

* *
*

Essas observações não têm em mira, conforme se verá honestamente, atribuir qualquer demérito à obra de MADOW, a quem, não de hoje, devotamos a nossa maior simpatia. Vivam elas, sim, chamar a atenção do A para alguns pontos relevantes. A obra é tão importante que novas edições não de surgir, e é justo exigir sucessivos melhoramentos nessas edições.

Estão de parabéns os estatísticos de língua portuguesa em face da publicação — graças a MADOW, PINTO DE MAGALHÃES e ALEXANDER DE MORAES — da primeira obra sobre Amostragem no idioma vernáculo. E ela, por sem dúvida, virá prestar-lhes assinalados serviços, agora que, em ambos os países, se vai reconhecendo a indispensabilidade da Amostragem, sem a qual as estatísticas — notadamente as chamadas estatísticas oficiais — continuam a ser incômodamente atrasadas, caras e inseguras.

TANG, P. C — *Course in Sampling — Latin American Training Center for Agricultural Statistics (F A O)* — San José de Costa Rica, 1951

Os cursos intensivos de Amostragem, ultimamente levados a efeito neste Hemisfério, dedicados a técnicos latino-americanos, permittem-nos a seguinte dicotomia: a) cursos de longa duração; b) cursos de rápida duração

No grupo a), há que inclui, apenas, o de DEMING, realizado em Washington, D C, de janeiro a julho de 1951, com a participação dos professores B. TEPPING, ROBERT HANSON, MORRIS HANSEN, EARL HOUSEMAN, WALTER HENDRICKS, J. STEVENS STROCK, ENRIQUE CANSADO, THOMAS GREVILLE, SAMUEL SHAPIRO e outros

No grupo b), incluímos o de MADOW, no Brasil, em 1947; o de NIELSENSEN, no México, em 1948; o de TANG, na Costa Rica, sob o patrocínio da F A O, em 1951. Esses três cursos apresentaram interessantíssimos caracteres comuns: 1) rápida duração; 2) heterogeneidade cultural do corpo discente; 3) alterações substanciais no programa pré-estabelecido, em virtude da característica anterior; 4) publicação das aulas ministradas

Ninguém, desde que familiarizado com o desenvolvimento metodológico atual da Estatística — e, em especial, com o que se vem fazendo nos Estados Unidos — desconhece os trabalhos e os méritos de MADOW e NIELSENSEN; quanto a TANG, chinês, é nome ainda novo. Os cursos que ministraram, todavia, não se acham à altura da capacidade de cada um. O de MADOW, por exemplo, atingiu pontos elevados — amostragem à base de conglomerados, amostragem sistemática, estratificação, etc — ao tempo em que sobrevoou com excessiva velocidade pontos importantes (estimativa de razões, por exemplo) e silenciou totalmente sobre outros da maior relevância (distribuição binomial e hipergeométrica, medidas de precisão, etc); MADOW, aliás, confessa que se viu contingenciado a reduzir extraordinariamente, simplificando-o, o programa que se impusera, dado o desnível do grupo discente, do qual participavam elementos não suficientemente versados em cálculo dos valores esperados

Quanto à elementaridade das aulas e do livro de NIELSENSEN, já formulamos comentários em número anterior desta REVISTA

Examinemos, hoje, as aulas e o livro de TANG. Diz o técnico chinês — Doutor em Ciências pela Universidade de Londres, Professor de Estatística na Universidade de Nanquim, assistente da F A O — que seus alunos ofereciam “diversificados graus culturais”, o que o levou a sacrificar o programa previsto, em extensão e em profundidade: muitos pontos foram tratados tão elementarmente quanto possível; outros, deixados sem estudo (amostragem dupla, estimativas de razões, idem de regressão, etc)

Ainda que cortando, por momentos, o fio da meada de nossas observações, desejamos pôr de manifesto que os três cursos ora referidos — MADOW, NIELSENSEN e TANG — não atingiram o objetivo visado, em virtude da escassez do tempo e da deficiência de parte do pessoal discente. Parece-nos que isto há de servir-nos de experiência, no Brasil, quando ini-

ciarmos a complexa tarefa da formação de técnicos de Amostragem. Um curso eficiente, na especialidade, estará condicionado a dois fatores relevantes: a) disciplinado homogêneo e suficientemente preparado em Matemática e Estatística Matemática; b) duração compatível, isto é, de 6 a 8 meses, sob regime intensivo de 8 horas diárias de trabalho (teoria, experimentação)

Retomemos o fio da meada. O livro de TANG reflete, destarte, as deficiências do próprio curso, e põe o A a salvo de algumas críticas, cabíveis, que lhe poderiam ser feitas, caso se não considerassem aquelas restrições. De modo geral, porém, TANG realizou obra útil, claramente expositiva, bastante exemplificada e com respeitável segurança na conceituação. Neste último aspecto, algumas passagens merecem reparos, como, por exemplo, quando o A afirma que se deve procurar construir conglomerados tão homogêneos quanto possível. Tal como se acha expressa, a afirmativa pode propiciar equívocos, uma vez que o que se tem em vista é tornar nula a variância externa (σ^2) em troca da maior variância interna (σ_w^2), obtido isto através da constituição de conglomerados, internamente heterogêneos

Mas, repetimos, a obra de TANG é útil a quem se inicia em Amostragem; bastante melhor, mesmo, que a de NIELSENSEN; melhor, em conjunto, que a de MADOW; do nível da de CANSADO, aqui comentada há pouco

TANG, entretanto, não conseguiu fugir à influência de YATES. Em numerosos trechos ou passagens de seu livro, o técnico chinês introduz trechos e mais trechos, ou passagens e mais passagens, da obra de YATES (*Sampling Methods for Censuses and Surveys*, Griffin, London, 1949), sem qualquer referência ao grande estatístico inglês. TANG usa, ainda, o mesmo expediente em relação a DEMING (*Some Theory of Sampling*, JOHN WILEY, New York, 1950) e a exercícios de NIELSENSEN (obra anteriormente comentada aqui, neste registro)

L C

DALENIUS, TORE — *A Design for a General Purpose Sample in Sweden Economic Co-operation Administration* — Washington, D C, 1951.

Nosso primeiro contacto pessoal com TORE DALENIUS ocorreu no Bureau do Censo, em Washington, D C, onde ambos, sob a orientação de HANSEN e TEPPING, estudávamos os métodos modernos de Amostragem. Esse contacto, ao depois, se tornava mais freqüente, diário, graças ao curso de Amostragem, dirigido por DEMING

Quei num, quei nouito ponto, DALENIUS revelou, sempre, lato espírito de investigação científica, manifestando a preocupação de aprender, minuciosamente, os métodos estatísticos norte-americanos, a fim de levá-los para a sua pátria, a Suécia, onde o esquema clássico das contagens completas continuaria a pontificar, graças à influência pessoal de elementos envelhecidos a serviço das estatísticas oficiais, e crentes de que somente há estatísticas certas quando se esmiuçam tôdas as uni-dades dum universo

DALENIUS devotou-se à Amostragem, e seu "The Problem of Optimum Stratification" (*Skandinavisk Aktuarietidskrift*, 1950) enfrenta, com seriedade, o problema da estratificação ótima. Continuaria o A preocupado com o mesmo problema, e, daí, o complemento daquele trabalho, realizado de parceria com MARGARET GURNEY (do Bureau do Censo) e publicado sob forma mimeográfica, no próprio "Bureau of the Census", em meados de maio de 1951 (*The Problem of Optimum Stratification* — II)

Entretanto, DALENIUS envia material e observações para a elaboração de um plano básico de amostragem destinado à Suécia. Surgiu, então, já ao apagar das luzes de 1951, *A Design for a General Purpose Sample in Sweden*, com o objetivo, bem evidente, de alertar a nova geração de estatísticos suecos para a indispensabilidade da aplicação da Amostragem em seu país.

DALENIUS, inicialmente, focaliza o problema das pesquisas por amostragem, e chega a interessantes conclusões; depois disso, cuida do planejamento antes referido, em bases nacionais, para, finalmente, tratar de investigações específicas.

Trata-se de um trabalho eminentemente prático, e tem, antes de tudo, o caráter de um normal, onde se expõem todos os possíveis passos de uma pesquisa. Grande parte da experiência adquirida pelo Bureau do Censo, nesses anos de prática da Amostragem, aí está, nesse volume, como, por exemplo, a amostragem de conglomerados, onde a unidade primária é um quarteirão, para a estimação de certos características demográficas.

O novo trabalho de DALENIUS é útil, acima de tudo: resolve um problema e não perde a objetividade. A exposição é clara, há segurança na conceituação, e os exemplos são bem felizes e de imediata compreensão.

L. C.

BANCO DO BRASIL — Relatório de 1950 — Rio, 1951.

Além das operações e atividades outras que desenvolve o Banco do Brasil, os relatórios do nosso principal estabelecimento de crédito ferrem, também, assuntos gerais ligados à economia nacional e sua expansão, bem como à vida financeira do País.

Sob esse aspecto, tornaram-se de todo interesse, de muitos anos para cá, essas publicações, nas quais encontram os observadores e estudiosos de nossas realidades, elementos de toda valia para a análise das condições econômico-financeiras ambientes. São estudos introdutórios que muito ajudam a compreender e interpretar as cifras que constam das tabelas referentes aos movimentos focalizados pelos relatórios.

O volume relativo ao ano passado não foge ao critério de apresentação anteriormente seguido. Sob o título "A Economia Brasileira no Ano de 1950", são apreciados os fatos que mais influenciaram, no período, a produção, o comércio e a situação monetária do País.

O relatório dedica a parte final à divulgação de dados estatísticos acerca da economia brasileira, acompanhados de gráficos.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Serviço Nacional de Recenseamento — Documentos Censitários — Rio, 1951.

No intuito louvável de reunir e sistematizar a mais ampla documentação possível a respeito das atividades censitárias no País, o Serviço Nacional de Recenseamento publicou, recentemente, mais os seguintes trabalhos, em edições mimeográficas: *O Recenseamento de 1920 em Minas Gerais (Série B — n.º 2)*; *Aspectos da Propaganda Censitária (Série B — n.º 3)*; *Divisão do Distrito Federal em Quadros Urbano, Suburbano e Rural, para fins censitários (Série C — n.º 4)*; *Informações sobre o VI Recenseamento Geral do Brasil (Série C — n.º 6)*; *Base Geográfica do Recenseamento Geral de 1950 (Série C — n.º 5)*; *Geografia e Cartografia para fins Censitários (Série D — n.º 2)*.

Instituto Nacional de Estadística — Matemática y Estadística (Conferencias de Preparación) — Madrid, 1950.

Ao comentar, em um dos números anteriores desta REVISTA, o livro de ENRIQUE CANSADO, *Muestreo Estadístico*, publicado em Madrid, no ano passado, dissemos que o "Instituto Nacional de Estadística", da Espanha, compreendera a necessidade de racionalizar seus métodos de trabalho, até há pouco presos ao esquema clássico das contagens totais, com todos os inconvenientes de resultados atrasados, caros e de duvidosa precisão. A aplicação dos métodos da Amostragem, todavia, impunha a existência de pessoal técnico altamente qualificado, muito raro no mercado de trabalho espanhol, à vista da "insuficiência do ensino de Estatística no país", segundo o depoimento de JOSÉ ROS JIMÉNS.

Deliberou o Instituto, por isso, empreender a tarefa de formar pessoal daquele quilate. Em outubro de 1949, inaugurou um "curso inicial sobre os fundamentos da Amostragem", de que participaram 60 alunos, todos já de formação universitária. Esse curso, a cargo de SIXTO RÍOS (catedrático de Estatística Matemática, na Universidade de Madrid) contou, no corpo docente, com professores bem credenciados, e teria obtido o melhor rendimento.

As aulas ministradas na fase inicial foram reconstituídas e publicadas, em conjunto, num volume editado pelo próprio Instituto, sob o título de *Conferencias de Preparación de Matemática y Estadística*. Compreendem essas aulas: Conjuntos e Integrais, Axiomática do Cálculo de Probabilidades, Distribuições de Probabilidades, Teoria da Estimação e Testes de Hipóteses.

O desenvolvimento dado à matéria põe de manifesto a profundidade do curso, cuja segunda parte consistiu de estudo de teoria e prática da Amostragem, a cargo de ENRIQUE CANSADO, e cujo livro mereceu comentário anterior.

LEGISLAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ASSEMBLÉIA-GERAL

- EMENTÁRIO DAS RESOLUÇÕES BAIXADAS
NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1951
- Nº 467 — Assinala o significado histórico e cultural do IV Centenário da cidade de Vitória
- Nº 468 — Registra moção relativa à “Fundação Serviço Social e Rural” e formula apêlo a favor da criação das primeiras Colônias-Escolas brasileiras
- Nº 469 — Sugere providências para a elaboração de monografias sobre a história da estatística brasileira
- Nº 470 — Inclui nos Anais do Conselho a “Mensagem da Esperança”
- Nº 471 — Aplauze a criação do Instituto Joaquim Nabuco e sugere a colaboração do Conselho aos seus trabalhos
- Nº 472 — Reverência a memória de AURELIANO PORTUGAL no primeiro centenário de seu nascimento
- Nº 473 — Submete ao Sr Presidente da República considerações sobre uma petição dos Estatísticos do Ministério da Educação e Saúde
- Nº 474 — Registra pronunciamentos sobre aspectos da Campanha de Alfabetização e Educação de Adultos relacionados com as verificações estatísticas
- Nº 475 — Assegura cooperação e apoio aos objetivos da União Internacional para o Estudo Científico da População
- Nº 476 — Rende homenagem à memória do Professor JOSÉ CARNEIRO FELIPE, Diretor do Recenseamento Geral de 1940, e determina providências
- Nº 477 — Formula ponderações decorrentes da interferência que teve o Instituto no movimento em prol da racionalização ortográfica
- Nº 478 — Exprime congratulações à direção da Fundação Getúlio Vargas, pela iniciativa da criação da Escola Brasileira de Administração Pública, e formula um voto
- Nº 479 — Traduz o regozijo do Conselho ante pronunciamentos do seu atual Presidente sobre os princípios e a atuação do Instituto
- Nº 480 — Assinala os serviços prestados ao Instituto, como presidente interino, pelo Sr RUBENS PÓRTO, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política
- Nº 481 — Formula apêlo ao Departamento de Aeronáutica Civil
- Nº 482 — Consigna um apêlo ao Departamento dos Correios e Telégrafos
- Nº 483 — Registra e agradece os serviços que ao Conselho prestou, nas funções de Secretário-Geral, o Sr RAFAEL XAVIER
- Nº 484 — Aprova as contas do Conselho Nacional de Estatística
- Nº 485 — Testemunha aprêço e reconhecimento cívico ao Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, organizador do I B G E e seu primeiro presidente
- Nº 486 — Determina aperfeiçoamentos no plano de apresentação tabular da estatística do ensino primário, tendo em vista os novos elementos proporcionados pelo Registro Escolar
- Nº 487 — Solicita ao Sr Presidente da República providência a respeito da regulamentação da “Guia Nacional de Exportação”
- Nº 488 — Demonstra a necessidade de legislação orgânica para regular as alterações do quadro territorial, judiciário-administrativo, do País
- Nº 489 — Dispõe sobre a realização da XIII Sessão Ordinária da Assembléia-Geral do Conselho
- Nº 490 — Dispõe sobre a adoção de modelos padronizados para as comunicações referentes à exportação por vias internas
- Nº 491 — Registra pronunciamento sobre o I Congresso Brasileiro de Folclore e determina providências
- Nº 492 — Exprime congratulações ao Sr Presidente do Conselho por motivo dos seus patrióticos esforços em prol da mudança da Capital da República para o Planalto Central, e formula um voto
- Nº 493 — Reconhece a necessidade da criação de um serviço especializado para o levantamento das estatísticas do café
- Nº 494 — Ressalta as vantagens da localização no Brasil do Centro de Ensino da Estatística Econômica e Financeira e formula um apêlo
- Nº 495 — Registra o pronunciamento do Conselho sobre o Projeto de Lei nº 1182, de 1949, da Câmara dos Deputados
- Nº 496 — Estabelece providências para o aperfeiçoamento da Estatística do Registro Civil
- Nº 497 — Sugere medidas para o aproveitamento do “Boletim Individual”, da estatística de “Crimes e Contravenções”, por parte das repartições regionais

- N.º 498 — Formula apêlo para que seja promulgada a Lei Nacional de Padronização Orçamentária
- N.º 499 — Homologa as deliberações das Juntas Executivas do Conselho
- N.º 500 — Estabelece providências para a aprovação da “Consolidação das Resoluções da Assembléia-Geal do Conselho”
- N.º 501 — Formula apêlo relativamente ao aumento do “auxílio” concedido ao Conselho pelo Governo da União
- N.º 502 — Dispõe sobre a constituição de Comissões de Bioestatística e Estatística da Saúde em cada Estado e Território
- N.º 503 — Recomenda o estudo do projeto de “Classificação de Indústrias” elaborado pelo Serviço Nacional de Recenseamento
- N.º 504 — Assinala o vigésimo aniversário do Convênio das Estatísticas Educacionais e Conexas
- N.º 505 — Dispõe sobre a elaboração do plano para a execução das Campanhas Estatísticas
- N.º 506 — Consigna votos relativos a um levantamento de documentação rural e publicação do Calendário Agrícola e Pecuário
- N.º 507 — Consigna pronunciamentos sobre o VI Recenseamento Geral do Brasil
- N.º 508 — Registra a criação da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais e exprime regoziljo pela participação do Brasil em sua Junta Coordenadora
- N.º 509 — Assinala a conveniência de que ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho somente sejam atribuídos encargos de natureza estatística
- N.º 510 — Registra pronunciamento sobre os trabalhos do Laboratório de Estatística
- N.º 511 — Formula congratulações à Sociedade Brasileira de Estatística e incorpora aos Anais do Instituto um discurso de seu Presidente

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

Resolução n.º 364, de 3 de agosto de 1951

Modifica o orçamento da “Caixa Nacional de Estatística Municipal”

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

RESOLVE:

Art 1º — Fica suplementada de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200 000,00) a dotação prevista no Artigo 3º da Resolução n.º 356, de 29 de dezembro de 1950, e destinada ao custeio da administração geral dos serviços municipais de estatística e da arrecadação da “quota de es-

tatística”, a cargo da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

Art 2º — Os recursos necessários ao crédito suplementar de que trata o artigo precedente serão obtidos mediante destaque dos recursos “em ser” da Caixa Nacional de Estatística Municipal

Resolução n.º 365, de 3 de agosto de 1951

Reclassifica funções em comissão nas Tabelas Numéricas de Mensalistas das Inspetorias Regionais de Mato Grosso, Minas Gerais e Paraíba

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando a proposta, devidamente justificada, da Secretaria-Geral do Conselho,

RESOLVE:

Artigo único — Ficam estabelecidas, a partir desta data, as referências adiante especificadas para as seguintes funções:

I — Chefe da Secção de Estatística da T N M da Inspetoria Regional de Estatística em Mato Grosso — 290;

II — Chefe da Secção de Estatística da Capital da T N M da Inspetoria Regional de Estatística de Minas Gerais — 360;

III — Chefe da Secção de Estatística da T N M. da Inspetoria Regional de Estatística em Paraíba — 320

Resolução Censitária n.º 23, de 28 de junho de 1951

Dispõe sobre o provimento da função de Auxiliar-Técnico Especializado do Serviço Nacional de Recenseamento

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que, de acôrdo com o Artigo 3º § 2º, da Lei n.º 651, de 13 de março de 1949, a admissão do pessoal censitário é “condicionada, sempre que possível e em face da natureza das funções ou das condições locais, a prévia demonstração de capacidade em prova pública”;

considerando que, em obediência, a êsse princípio, rigorosamente observado no Serviço Nacional de Recenseamento, e nos termos das Resoluções Censitárias n.ºs 4, 8 e 18, da Junta, foi realizada prova pública para admissão na função de Auxiliar-Técnico Especializado (Operadores de máquinas reprodutoras, reprodutoras-resumo, interpretadoras, intercaladoras, multiplicadoras, separadoras e tabuladoras do sistema I B M);

considerando que, embora se inscrevessem para essa prova 119 candidatos, o número dos que à mesma se submeteram (74) foi inferior ao das vagas existentes (96);

considerando que, dos candidatos submetidos à prova teórica, apenas 55 demonstraram conhecimentos que os qualificariam para o estágio prático previsto na Resolução Censitária n.º 18;

considerando que, dos candidatos habilitados na forma da Resolução n.º 18, quase 70% preferem trabalhar no turno da manhã, o que acentua ainda mais a insuficiência do pessoal necessário para o turno da tarde, ocasionando desequilíbrios prejudiciais à boa marcha dos trabalhos;

considerando, finalmente, que a situação atual da elaboração censitária requer providências imediatas quanto ao provimento das funções de Auxiliar-Técnico Especializado, a fim de que não sejam retardados os trabalhos de apuração,

RESOLVE:

Art 1º — Fica o Serviço Nacional de Recenseamento autorizado a abrir novas inscrições para seleção de candidatos à função de Auxiliar-Técnico Especializado

§ 1º — As inscrições serão gratuitas e privativas dos candidatos do sexo masculino, maiores de 18 e menores de 45 anos, que comprovem conhecimento teórico das máquinas I B M ou prática de trabalho com as mesmas

§ 2º — A comprovação a que se refere o parágrafo anterior será fornecida pela Direção do Estabelecimento ou Curso que frequentou ou pelo Chefe da Seção Mecanizada onde trabalhe ou tenha trabalhado o candidato

Art 2º — Se se inscreverem cem (100) ou mais candidatos, no prazo de 15 dias a ser aberto para as inscrições, a seleção será feita em duas etapas, a saber:

a) prova escrita de natureza teórica, de que constem perguntas objetivas sobre cartões e máquinas I B M e ligações de painéis;

b) estágio de caráter prático, que permita aferir, em relação a cada candidato, os requisitos indispensáveis ao bom desempenho da função

Art 3º — Se o número de candidatos inscritos for inferior a cem (100), a prova será

constituída somente do estágio previsto no item b do artigo precedente

Art 4º — Em qualquer caso, o estágio será feito no horário normal de expediente, por um período mínimo de 6 dias, percebendo os candidatos convocados o salário-dia de Cr\$ 50,00

Parágrafo único — A convocação para o estágio obedecerá:

a) à ordem de classificação na prova teórica, se esta for realizada;

b) à ordem de inscrição, se não for realizada a prova teórica

Art 5º — Continuam em pleno vigor, no que não colidam com os dispositivos da presente Resolução, as normas estabelecidas nas Resoluções Censitárias ns 4, 8 e 18 da Junta, de 17 de janeiro de 1950, 18 de abril de 1950 e 12 de janeiro de 1951

Resolução Censitária n.º 24, de 21 de setembro de 1951

Autoriza destaques e suplementações de verbas

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que o andamento dos trabalhos do Serviço Nacional de Recenseamento requer, para o último quadrimestre do corrente ano, o refêiço dos saldos atualmente existentes em algumas das dotações estabelecidas pela Resolução Censitária n.º 17, de 19 de dezembro de 1950,

considerando que essa suplementação pode ser feita mediante aproveitamento dos saldos de outras dotações,

RESOLVE:

Artigo único — Ficam autorizados os destaques e suplementações de verbas abaixo especificados, do orçamento aprovado pela Resolução Censitária n.º 17, de 19 de dezembro de 1950:

DESTAQUES

| | | | Cr\$ |
|----------------------|---------------------|----|------------|
| Verba 1, consignação | III, subconsignação | 12 | 7 000,00 |
| Verba 1, consignação | III, subconsignação | 13 | 100 000,00 |
| Verba 1, consignação | III, subconsignação | 18 | 10 000,00 |
| Verba 1, consignação | IV, subconsignação | 26 | 20 000,00 |
| Verba 1, consignação | IV, subconsignação | 27 | 20 000,00 |
| Verba 1, consignação | V, subconsignação | 32 | 70 000,00 |
| Verba 1, consignação | V, subconsignação | 38 | 40 000,00 |
| Verba 2, consignação | I, subconsignação | 04 | 15 000,00 |
| Verba 2, consignação | II, subconsignação | 16 | 30 000,00 |
| Verba 3, consignação | II, subconsignação | 04 | 6 000,00 |
| Verba 3, consignação | III, subconsignação | 14 | 35 000,00 |
| Verba 3, consignação | IV, subconsignação | 19 | 8 000,00 |
| Verba 3, consignação | IV, subconsignação | 20 | 15 000,00 |
| Verba 3, consignação | IV, subconsignação | 21 | 30 000,00 |
| Verba 4, consignação | I, subconsignação | 05 | 40 000,00 |
| Verba 4, consignação | I, subconsignação | 09 | 5 000,00 |
| Verba 4, consignação | I, subconsignação | 10 | 40 000,00 |
| Verba 4, consignação | II, subconsignação | 13 | 607 000,00 |
| Verba 4, consignação | II, subconsignação | 53 | 300 000,00 |

TOTAL

1 400 000,00

SUPLEMENTAÇÕES

| | | | | Cr\$ |
|----------------------|------|----------------|----|--------------|
| Verba 1, consignação | III, | subconsignação | 06 | 800 000,00 |
| Verba 1, consignação | III, | subconsignação | 17 | 100 000,00 |
| Verba 1, consignação | V, | subconsignação | 39 | 50 000,00 |
| Verba 2, consignação | I, | subconsignação | 08 | 50 000,00 |
| Verba 2, consignação | II, | subconsignação | 13 | 50 000,00 |
| Verba 2, consignação | II, | subconsignação | 14 | 50 000,00 |
| Verba 2, consignação | II, | subconsignação | 17 | 20 000,00 |
| Verba 3, consignação | I, | subconsignação | 01 | 100 000,00 |
| Verba 3, consignação | III, | subconsignação | 13 | 20 000,00 |
| Verba 3, consignação | V, | subconsignação | 34 | 20 000,00 |
| Verba 3, consignação | V, | subconsignação | 35 | 40 000,00 |
| Verba 5, consignação | II, | subconsignação | 01 | 100 000,00 |
| TOTAL | | | | 1 400 000,00 |

RESENHA

XI ASSEMBLÉIA-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

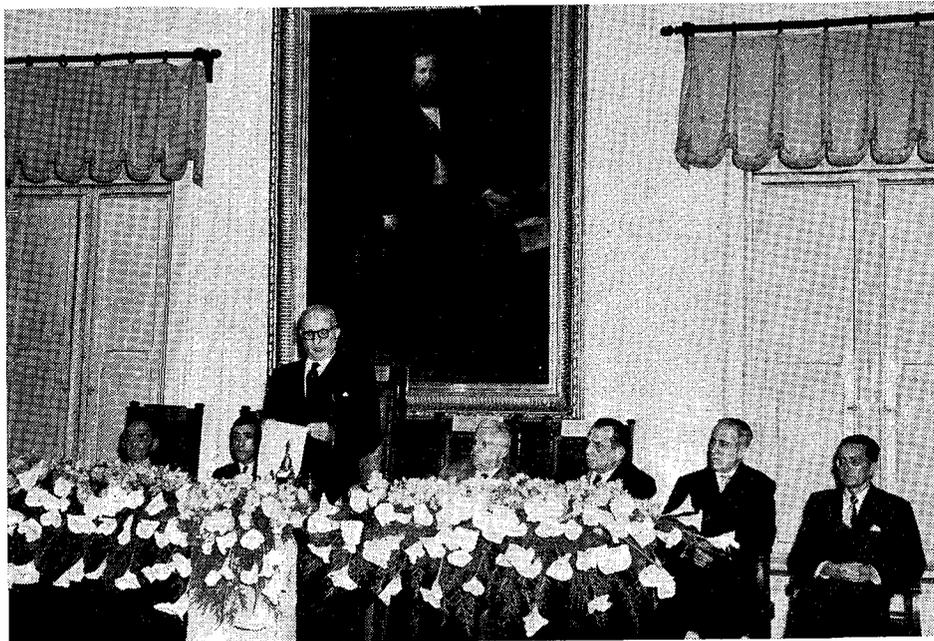
Reuniram-se, nesta capital, no período de 1 a 12 de setembro dêste ano, as Assembléias-Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia

Presidida pelo General DJALMA POLLI COELHO, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a solenidade de instalação realizou-se no dia 1º, às 20,30 horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a presença das delegações federais e regionais, altas autoridades civis e militares, estatísticos e geógrafos,

cas de contas, entre as esferas administrativas da União e dos Estados e Territórios, empenhadas que se acham tôdas no programa de fazer mapas e estatísticas, para a Nação

Nessas reuniões, tem sido possível assinalar alguns progressos substanciais, no desenvolvimento daquele programa que, afinal de contas, não é outra cousa senão o inventário, que precisamos cada vez mais aperfeiçoar, do nosso potencial territorial, a cargo da Geografia, e do nosso potencial humano, a cargo da Estatística

No período decorrido desde o encerramento da Assembléia-Geral de 1950 até a abertura da atual, o Brasil conheceu uma mudança em sua situação política interna, com o ad-



Aspecto da mesa que presidiu à solenidade de abertura da XI Sessão das Assembléias-Gerais do I B G E, vendo-se o General DJALMA POLLI COELHO, presidente da entidade, ao pronunciar o discurso de abertura dos trabalhos

além de outras figuras de relêvo dos nossos meios sociais e culturais

Abertos os trabalhos, pronunciou o General DJALMA POLLI COELHO o seguinte discurso:

“Ao abrir os trabalhos desta Assembléia-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quero congratular-me, em nome do Governo da República, com os ilustres representantes dos serviços geográficos e estatísticos dos Estados e dos Territórios. Quero igualmente congratular-me com os dignos representantes federais, dos Ministérios, da Prefeitura do Distrito Federal e das entidades filiadas aos órgãos deliberantes do I B G E, alguns dos quais comparecem a esta magna reunião pela primeira vez

É esta a XI Assembléia-Geral do I B G E. Desde 1936, têm sido realizadas as reuniões magnas, que são verdadeiras prestações recípro-

cas de novo governo do Sr GETÚLIO VARGAS, que foi o criador, em seu governo anterior, do nosso Instituto. Sendo o atual Presidente da República um grande amigo e animador das atividades geográficas e estatísticas, cuja importância, utilidade e necessidade urgente S Exª reconhece no mais alto grau, podemos e devemos esperar que, tão logo se amenize a grave situação financeira que o governo defronta, os interesses gerais da geografia e da estatística nacionais serão ainda melhor atendidos

A mudança do Governo, como era de esperar, deu lugar a modificações na administração do I B G E, ocasionando a minha investitura na Presidência, por escolha pessoal do Chefe da Nação

Desejoso de fazer com que ambas as alas dêste Instituto fôsse dirigidas por distintos e ilustres brasileiros, desde longa data integrados em suas atividades, escolhi e nomeei para os cargos de Secretários-Gerais o Tenente-Coronel

EDMUNDO GASTÃO DA CUNHA e o Dr. WALDEMAR LOPES

E' com êsses dois nomes à sua frente que o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística comparecem a esta Assembléa-Geral, em que vão ser estudados, em comum com os senhores delegados dos departamentos correspondentes dos Estados e dos Territórios, os novos problemas que nos tiverem sido sugeridos pelas atuais circunstâncias

Devo aqui lealmente dizer que a nova administração do I.B.G.E., contando apenas 4 meses de existência, não pode apresentar uma contribuição para esta Assembléa tão valiosa quanto desejaria fazê-lo. Teve de começar solicitando ao Exmo. Sr. Presidente da República o adiamento da realização da Assembléa, do mês de julho para o de setembro, a fim de poder preparar as medidas que eram indispensáveis para o melhor êxito dos trabalhos que temos agora de levar a efeito.

Num programa mínimo de modificações que teve de realizar, foi necessário contar com certa margem de tempo. Mas já agora a situação permite que encaremos as tarefas que temos diante de nós.

Os votos que faço neste momento, como Presidente do Instituto, são para que os trabalhos possam decorrer num ambiente de perfeita harmonia e de franca camaradagem, a exemplo dos anos anteriores e, também, para que a Assembléa-Geral de 1951 venha a produzir os mais benéficos frutos para a Nação, no importante domínio de suas atividades que nos está entregue.

Essa atividade, na esfera federal, estadual e municipal, já tem merecido aplausos, quer de nossos patrícios, quer de várias entidades estrangeiras.

Entretanto, somos perfeitamente conscientes da realidade. Não nos queremos enganar com o mero aspecto das cousas. Faremos uma grande obra somente se nos mantivermos vigilantes e precavidos, buscando atingir a significação real e profunda do que estamos fazendo. Se conservarmos o prumo na mão, se formos capazes de assegurar a plena utilidade de nossos esforços, afastando tudo o que não seja realmente pertinente à nossa missão, então teremos correspondido às esperanças do Brasil.

Lamento não haver sido possível distribuir aos senhores Delegados o relatório anual de 1950 do I B G E

Allás, os relatórios de 1948 e 1949 ainda não puderam ser distribuídos, embora já se encontrem elaborados.

O Serviço Gráfico, demasiadamente sobrecarregado com a impressão do material necessário ao Censo de 1950, não pôde aprontar tais relatórios, os quais, entretanto, dentro em breve poderão ser divulgados.

Cabe-me, agora, fazer-vos uma breve síntese das primeiras realizações do Instituto, no período que vai do encerramento da Assembléa-Geral de 1950 até a abertura da atual

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

As atividades do C N G, no período de 1950-1951, consistiram principalmente em trabalhos técnicos das Divisões de Geografia e Cartografia.

Quanto à primeira, houve 13 viagens de estudos que cobriram considerável área do território nacional. Houve duas excursões ao Território do Amapá, duas outras no Nordeste, três na região Leste, quatro na região Sul e finalmente duas na região Centro-Oeste.

Dessas excursões resultaram diversos trabalhos alguns já escritos e outros em preparação, destinando-se todos à publicidade, após os necessários exames e críticas.

No desempenho dos trabalhos que se relacionam com o Convênio celebrado entre o Conselho e a Comissão do Vale do São Francisco, foram elaborados 21 mapas da bacia desse rio, com todos os textos explicativos que correspondem a êsses mapas.

Foram realizados trabalhos para o Atlas Geral da Colonização do Brasil, para o Atlas Econômico da Bahia, para a delimitação da

Floresta Amazônica e para os mapas econômicos do Planalto Central, para onde está prevista a mudança da Capital da República.

Foram publicados 4 números da *Revista Brasileira de Geografia* e 10 números do *Boletim Geográfico*.

Estiveram em contacto com a Divisão de Geografia, realizando estudos e trabalhos, os técnicos estrangeiros LEO WAIBEL, GOTTFRIED PFEIFER e PRESTON E. JAMES. Esse contacto com técnicos estrangeiros de nomeada, tem sido muito proveitoso para os nossos geógrafos.

Quanto à Divisão de Cartografia, houve intenso trabalho de campo e de Gabinete, prosseguindo-se nos serviços de triangulação e nivelamento de 1ª ordem, bem como na determinação das coordenadas geográficas para o levantamento expedito e para fins geodésicos (pontos de LAPLACE).

Os trabalhos de Gabinete foram consideráveis, principalmente quanto à preparação das folhas de carta ao milionésimo e à compilação de folhas de carta na escala 1:250 000.

Foram aproveitadas, para as compilações cartográficas, cerca de 17 000 fotografias aéreas trimetrogon, obtidas durante a última guerra, pelos americanos.

Os cálculos referentes aos trabalhos geodésicos tiveram o andamento que foi possível lhes dar dentro dos recursos disponíveis em pessoal.

De um modo geral, o C N G sofreu inconvenientes derivados de fatos ocorridos em sua direção geral. Modificações se tornaram necessárias em virtude do rumoroso inquérito administrativo relacionado em tais fatos. A nova administração tem-se esforçado no sentido de corrigir todos os inconvenientes que foram constatados, no que está sendo bem sucedida, esperando-se que tudo será em breve normalizado.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Não seria possível referir, mesmo de passagem, toda a multiforme atuação do Conselho Nacional de Estatística, no interregno dos trabalhos de sua Assembléa-Geral. Daí cingir-me a apontar, apenas, algumas de suas mais importantes realizações, capazes de definir a extensão e a complexidade das tarefas em que esteve empenhado.

O encargo mais relevante, e que exigiu a mobilização dos melhores esforços do Conselho, para colocar-se à altura da responsabilidade assumida, foi a realização do VI Recenseamento Geral do Brasil, empreendimento que pôs à prova, com os mais felizes resultados, a eficiência da rede nacional de Agências Municipais de Estatística. Realizado em julho de 1950, já em março último, ou seja, nove meses depois do início dos trabalhos de coleta, pôde o Instituto publicar a *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*, com os seus resultados gerais e provisórios, e já inicia, neste momento, com o volume relativo ao Distrito Federal, a divulgação de dados definitivos referentes a cada Unidade da Federação. Encontram-se aprovados os planos das Sinopses Regionais que deverão conter os dados preliminares relativos aos Censos Industrial e Comercial e em fase de ultimização o projeto relativo ao Censo dos Serviços. O ritmo imprimido aos trabalhos de crítica e apuração — a ponto de já aproximarem-se da casa dos vinte e cinco milhões o número de cartões perfurados — confere-nos a grata certeza de que dentro dos prazos legais estarão divulgados os resultados do Recenseamento Geral de 1950.

Vale referir, ainda no campo censitário, o impulso dado pela Secretaria-Geral do C N E à publicação dos dados do Recenseamento de 1940, desde quando essa tarefa colocada, em 1949, sob sua responsabilidade direta. Dos trinta e cinco tomos previstos no plano de divulgação, dez já se encontram publicados, cinco distribuídos e todos os demais em fase de impressão, no Serviço Gráfico do Instituto.

A melhoria da rede de coleta do Conselho permitiu que a XIV Campanha Estatística, nada obstante a intercorrência dos trabalhos

censitários, tivesse desenvolvimento satisfatório, encerrando-se dentro do prazo estabelecido. De 1º de outubro a esta data foram distribuídos às Inspetorias Regionais, para a coleta da XV Campanha, mais de um milhão de questionários. A situação atual dessa Campanha pode ser expressa pelo recebimento, até agosto último, de 42% do material relativo ao Caderno A e 35% relativo à série Q. Prosseguiram normalmente, por outro lado, os demais inquéritos a que procede a Secretaria-Geral, inclusive o levantamento do comércio interestadual, para cujo êxito ainda se faz sentir a ausência de uma Guia Nacional de Exportação.

O Laboratório de Estatística prosseguiu na realização de estudos da mais alta valia, tanto no domínio das pesquisas demográficas, como em relação a aspectos relevantes da economia brasileira. Na série dos *Estudos de Estatística Teórica e Aplicada*, mais onze volumes foram lançados: oito referentes à estrutura da nossa economia agropecuária e três relativos à Estatística Demográfica.

A atuação cultural e informativa do Conselho continuou a exercer-se de várias maneiras: através do *Anuário Estatístico do Brasil*, lançado em maio deste ano, da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, da *Revista Brasileira dos Municípios*, do *Boletim Estatístico* e, ainda, de sinopses relativas a capitais de Estados e Territórios e a municípios de maior importância econômico-social.

Foi lançado, também, o volume da *Divisão Territorial* correspondente ao quadro em vigor neste quinquênio.

Tiveram constante desenvolvimento os serviços de informações estatísticas, inclusive através de fecundo intercâmbio com organizações do Exterior.

No plano de cooperação internacional de que o Conselho vem participando ativamente, inclusive através de suas relações com o Instituto Internacional de Estatística e o Instituto Interamericano de Estatística, uma iniciativa merece registro especial: a recente realização, nesta capital, sob os auspícios da F A O e do I B G E, de um Seminário de Apuração Mecânica, destinado ao aperfeiçoamento de técnicos dos países latino-americanos.

Muitos foram os problemas de natureza administrativa que reclamaram a atenção do Conselho, inclusive o prosseguimento do plano de organização das Agências Municipais e Inspetorias Regionais. Nenhum, entretanto, supera o das dificuldades financeiras que o Conselho vem enfrentando, em face da insuficiência da arrecadação da quota de estatística, para atender aos pesados compromissos da administração da rede de coleta instituída por força dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal. É este um problema de primeira urgência, pelos seus reflexos sobre as condições de vida dos nossos dedicados cooperadores em todos os pontos do País, senão mesmo sobre a eficiência dos serviços cuja execução nos compete.

Duas ocorrências significativas, estreitamente relacionadas com o prevalecimento dos Convênios, devem ser refeitas: o reconhecimento, pelo Tribunal de Recursos, da inteira compatibilidade entre os ajudados acordos e a Constituição Federal de 1946 e a revogação, pela Prefeitura Municipal de Santos, do ato que anteriormente determinara a exclusão do Município do sistema estatístico nacional. A 27 de outubro o Egrégio Tribunal Federal de Recursos, em sessão plena, reconheceu unanimemente a constitucionalidade dos Convênios e da cobrança da "quota de estatística", o que anulou a ação de certos elementos que, por motivos exclusivamente materiais, empreenderam campanha sistemática contra a atual organização do sistema de coleta estatística. A Câmara de Vereadores de Santos, por outro lado, convenientemente esclarecida por delegados do Instituto e pela patriótica e incansável atividade de alguns dos seus ilustres pares, reconsiderou, em elevada demonstração de civismo, sua atitude anterior e propiciou os meios legais necessários para que o grande

município paulista novamente se integresse na comunidade estatística brasileira.

São esses, senhores Delegados dos Estados e dos Territórios, as principais informações que julguei vos fossem prestadas nesta oportunidade. Resta-me reiterar-vos os votos que já formulei, no sentido de que, de vosso contacto com os órgãos representativos dos serviços geográficos e estatísticos da União, resulte um fecundo labor em proveito dos interesses supremos de nossa Pátria.

Em seguida, os Secretários-Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia, Tenente-Coronel EDMUNDO GASTÃO DA CUNHA, e de Estatística, Sr WALDEMAR LOPES, procederam à chamada dos representantes federais e delegados estaduais presentes.

Saudando as delegações estaduais à Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia, falou o Engenheiro WALDEMAR PARANHOS DE MENDONÇA, representante do Distrito Federal no Diretório Central do C N G, seguindo-se com a palavra o Sr AFONSO ALMIRO, representante do Ministério da Fazenda na Junta Executiva Central do C N E, que assim se expressou:

"O privilégio de saudar os congressistas dos Estados e dos Territórios, apresentando-lhes os votos de boas vindas, cabe sempre ao membro mais novo da Junta Executiva Central. É esta a norma que vem sendo observada nas Assembléias-Gerais do Conselho Nacional de Estatística.

É esta tradição que impõe para que os neófitos dessa grande família ibicana possam manifestar de público o seu entusiasmo pelo sistema estatístico nacional.

A estrutura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o seu entrosamento harmônico nas três esferas administrativas, a perfeita coordenação dos organismos federais, estaduais e municipais, assim como os seus magníficos trabalhos de que tanto se orgulha o País, podem ser — e o são verdadeiramente — admirados e respeitados por quantos tomam deles conhecimento.

Mas, este sentimento de admiração e respeito pela modelar organização e pela eficiência dos serviços prestados se agiganta à medida que nos aproximamos desta oficina de trabalho e tomamos maior contacto com as dificuldades e precariedades inerentes à coleta de informações, quando auscultamos mais de perto os obstáculos e impecilhos de ordem material e de ordem subjetiva, a escassez de elementos de coleta, as distâncias, os meios de comunicação morosos e insuficientes, e tantos outros fatores, não raro agravados pela incompreensão de uns e pela má fé de outros.

É tudo isso que é suplantado galhardamente pela tenacidade e pela dedicação do estatístico brasileiro.

É contagiado por este espírito construtivo e patriótico que aqui domina e que se estende por todo o nosso vasto território, congregando os estatísticos pelo laço indestrutível da cooperação franca e leal, onde quer que eles se encontrem, é integrado neste pensamento de bem servir, é empolgado pela grandiosa e benemérita obra do I. B. G. E., que me cabe a honra de saudar os diretores dos Departamentos Estaduais de Estatística — sentinelas vanguardistas deste valioso exército da técnica — transmitindo-lhes uma mensagem de fé na ação eficiente da Assembléia que se instala.

O prestígio e a confiança nos resultados estatísticos é algo de transcendental que se faz por merecer e cujo preço é a exatidão dos dados e a presteza de sua divulgação.

Trabalho metódico, persistente, forjado no anonimato dos números, distante do trombeta da propaganda, a estatística não se presta a fins demagógicos: ela busca sempre a verdade dos fatos, sem a preocupação prévia dos resultados.

Para que possa bem desempenhar a sua função de bússola orientadora da administração e da política, deve a estatística manter-se independente e alheia a uma e a outra

Fiéis a esta orientação — e justamente por isso — recebemos, nós, ibgeanos, com orgulho cívico, as palavras de reconhecimento e incentivo de S. Ex.^a o Sr. Presidente GETÚLIO VARGAS, que dedicou todo um capítulo de sua primeira Mensagem da atual Legislação à apreciação do sistema estatístico brasileiro

Senhores Delegados Estaduais:

Bem sabeis que as Assembléias anuais têm como principal escopo a prestação de contas do que foi realizado, o estudo e a programação das diretrizes a seguir. Mas, a meu ver, o mais importante das reuniões como esta, não está nas agendas oficiais; é o que resulta deste convívio cordial dos estatísticos de todo o Brasil. É a aproximação pessoal dos que já se encontram irmanados pelos mesmos ideais. Ideais de perfeição e de lealdade, visando apresentar, pelos reflexos de nossas fôças e de nossas fraquezas, o retrato do Brasil em crescimento. É aqui, vibrando pelos mesmos sentimentos, dando expansão à amizade comum, que alimentamos a chama do entusiasmo — característica tão marcante do estatístico brasileiro, e que é também o segredo da pujança de suas realizações, por cuja continuidade e sucesso nos cumpre zelar.

É de ontem o resultado da última Assembléia, que repetiu o sucesso das anteriores.

Presidiu-a o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, eminente homem público, benemérito estatístico, que aqui deixou a marca indelével de sua exuberante personalidade, iluminada por uma auréola de iresrita amizade e profundo respeito.

Secretariou-a RAFAEL XAVIER, que allou o vigor de sua brilhante inteligência à extraordinária capacidade de trabalho, para dedicar-se inteiramente ao serviço do IBGE.

Ambos aqui se encontram, presentes em nossos corações, embora afastados das funções que exerceram tão eficientemente.

Dois ilustres brasileiros receberam o facho da administração do Instituto. Está êle em mãos seguras para prosseguir a sua trilha de vitória.

O General DJALMA POLLI COELHO, prestigiosa figura do Exército brasileiro, é por todos conhecido. Bastariam os trabalhos que realizou à frente do Serviço Geográfico e da Comissão de Estudos da Mudança da Capital Federal para consagrá-lo a admiração do País. E o Secretário-Geral do C. N. E., WALDEMAR LOPES, antigo e dedicado servidor do Instituto, elevado às atuais funções pelo merecimento próprio e competência excepcional, é bem uma síntese das qualidades e virtudes do técnico brasileiro.

Assim, num ambiente de intensa cordialidade e de absoluta confiança, sob direção firme e capaz, iniciamos os trabalhos da XI Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Que ela seja tão fértil em trabalhos realizados e tão fecunda em benefícios como as anteriores, são nossos votos.

Em agradecimento, discursou, pela ala geográfica, o Engenheiro VICTOR PELUSO JUNIOR, Delegado de Santa Catarina. Pela ala estatística, falou o Sr. JOSÉ LOPES DOS SANTOS, Delegado do Piauí, cuja oração damos abaixo:

“Por estranho que pareça, coube ao Delegado do Piauí, nesta Assembléia, a honrosa incumbência de falar em nome dos Senhores Delegados regionais aqui reunidos.

Afigura-se-me um paradoxo tenha cabido ao representante de um Estado pequeno — uma das menores Unidades da Federação — falar em nome dos representantes dos demais Estados, sobretudo se se levar em conta que o orador, pela falta de experiência e de conhecimentos, longe está de desincumbir-se fielmente da tarefa que ora lhe pesa sobre os ombros.

Mas, se por um lado eu me sinto deslocado, procurando desempenhar uma tarefa que a outros, de inegável cultura e saber, devia ter sido cometida, devo declarar, com sinceridade, que muito me anima, conforta e encoraja, a demonstração que nos é dada neste instante, de que, respirando clima evidentemente democrático, já os pequenos e fracos podem falar entre os grandes, e até mesmo interpretar-lhes o pensamento. E isso, meus Senhores, vale como testemunho de que o Brasil marcha para dias melhores, quebrando, de maneira definitiva, as barreiras e os regionalismos, que só entriaves criavam ao nosso desenvolvimento social, econômico e político.

Aqui estamos para, mais uma vez, acetar os relógios da estatística brasileira, traçando planos, fixando normas e tomando resoluções que, ao lado de outras ditadas pela experiência daqueles que mourejam neste importante setor da vida administrativa do País, certamente, contribuirão para o maior prestígio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tido já em todos os recantos do Brasil como a maior e a mais bem organizada instituição de âmbito nacional, e que vem prestando, sem sombra de dúvida, relevantes serviços à causa pública.

Diretor de Departamento de Estatística, com apenas seis meses de exercício no cargo, não disponho ainda do tirocínio necessário ao fiel desempenho das minhas funções. Todavia, vim para esta Assembléia beber na própria fonte as luzes da experiência e do saber dos doutos, e estou certo de que não serei inúteis os meus passos e os dos meus prezados companheiros e colegas.

Nós, os Delegados regionais membros natos da Assembléia que hoje se inaugura, aqui estamos dispostos a trabalhar e convictos de que as nossas reuniões serão orientadas pelo mesmo espírito empreendedor e cavalheiresco da família ibgeana, que já se caracterizou como responsável direto pelo êxito e brilhantismo de tantas iniciativas superiores levadas a efeito em nosso País, a partir de 1936 até o presente.

É, pois, com real satisfação que, em nome dos meus colegas Diretores dos Departamentos Estaduais de Estatística do Brasil aqui presentes, agradeço, penhorado, a saudação que nos foi brilhantemente dirigida pelo Dr. AFONSO ALMIRO DA COSTA FILHO, e faço votos pelo bom e pleno êxito dos nossos trabalhos.”

AS REPRESENTAÇÕES FEDERAIS

Participaram dos trabalhos da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, os seguintes representantes federais: Sr. RUBENS PÔRTO, Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Sr. AFONSO ALMIRO, Ministério da Fazenda; Sr. RAUL LIMA, Ministério da Agricultura; Sr. GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Tenente-Coronel DURVAL CAMPELO DE MACEDO, Ministério da Guerra; Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, Ministério da Marinha; Major ALVARO BARBOSA, Ministério da Aeronáutica; Engenheiro MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, Ministério da Viação e Obras Públicas; Conselheiro CARLOS ALBERTO GONÇALVES, Ministério das Relações Exteriores; Sr. GERMANO JARDIM, Ministério da Educação e Saúde; Sr. ALFREDO CARDOSO, Distrito Federal; Sr. RAUL ANTUNES MEIRA, Território do Acre; Sr. CLÓVIS PENA TEIXEIRA, Território do Amapá; Sr. CARLOS MENDONÇA, Território do Guaporé; Sr. ARISTÓTELES LIMA CARNEIRO, Território do Rio Branco; Sr. RAUL PINHEIRO MACHADO, órgãos filiados ao Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia funcionou assim constituído:

Tenente-Coronel ALMIR SOUZA MARTINS, Ministério da Aeronáutica; Engenheiro ALBERTO ILDEFONSO ERICKSEN, Ministério da Agricultura; Professores CARLOS DELGADO DE CARVALHO e FERNANDO RAJA GABAGLIA, Ministério da Educação e Saúde; Coronel LANNES JOSÉ BERNARDES JÚNIOR, Ministério da Guerra; Sr EUGÊNIO VILHENA DE MORAES, Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Vice-Almirante ANTÔNIO GUIMARÃES, Ministério da Marinha; Coronel RENATO B R PEREIRA (delegado técnico) e Conselheiro MÁRIO SANTOS (representante espe-



Flagrante do Sr RAUL LIMA, quando discursava, em nome das representações federais da ala estatística, na solenidade de encerramento da XI Sessão da Assembléia-Geral do I B G E

cial), Ministério das Relações Exteriores; Engenheiro PÊRCILES DE CARVALHO, Ministério do Trabalho; Engenheiro ULPIANO DE BARROS, Ministério da Fazenda; Engenheiro FLÁVIO VIEIRA, Ministério da Viação; Engenheiro WALDEMAR PARANHOS DE MENDONÇA, Distrito Federal; Professor ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA, Território do Acre; Professor RAIMUNDO EXPEDITO DO AMARAL, Território do Amapá; Sr MOACIR MIRANDA, Território do Guaporé; Sr MÁRIO LEOPOLDINO SAMPAIO, Território do Rio Branco

AS REPRESENTAÇÕES ESTADUAIS

Tiveram a seguinte composição as delegações estaduais: na ala estatística: Sr LEOLFOLD PERES SOBRINHO, Amazonas; Sr WILKENS PRADO, Pará; Sra HIPÁTA DAMASCENO FERREIRA, Maranhão; Sr JOSÉ LOPES DOS SANTOS, Piauí; Sr THOMAZ GOMES DA SILVA, Ceará; Sr JOSÉ FREDERICO ABBOT GALVÃO, Rio Grande do Norte; Sr LUIS DE OLIVEIRA PERUQUITO, Paraíba; Sra MARIA DO CARMO GOMES, Pernambuco; Sr MARCELO AROUCHA, Alagoas; Sr JOSÉ CRUZ, Sergipe; Sr FELIPPE NERY, Bahia; Sr ANTÔNIO

LUGON, Espírito Santo; Sr HILDEBRANDO CLARK, Minas Gerais; Sr ALDEMAR ALEGRIA, Rio de Janeiro; Sr ALBANO FERREIRA DA COSTA, São Paulo; Sr CARLOS GRADOWSKI, Paraná; Sr ROBERTO LACERDA, Santa Catarina; Sr MAURÍCIO FILCHTINER, Rio Grande do Sul; Sra HORMINDA PITLUGA DE MOURA, Mato Grosso; Sr GERALDO CAMPOS, Goiás

Na ala geográfica: Sr TEMÍSTOCLES GADELHA, Amazonas; Sr JOSÉ COUTINHO DE OLIVEIRA, Pará; Sra MARIA JOSÉ SAMPAIO FREITAS, Maranhão; Sr MANUEL DIEGUES JÚNIOR, Piauí; Engenheiro PAULO FERREIRA e Sr JOSÉ ALVES LINHARES (assessor), Ceará; Sr JOSÉ FREDERICO ABBOT GALVÃO, Rio Grande do Norte; Sr LÉON FRANÇOIS CLEROT, Paraíba; Sr MÁRIO CARNEIRO DO REZO MELO, Pernambuco; Sr FRANCISCO XAVIER COSTA, Alagoas; Sr ALFREDO MONTES DE ARAÚJO PINTO, Sergipe; Engenheiro LAURO SAMPAIO, Bahia; Engenheiro CÍCERO MORAES, Espírito Santo; Engenheiro VALDEMAR LOBATO, Minas Gerais; Engenheiro LUIZ DE SOUZA, Rio de Janeiro; Sr BUENO DE AZEVEDO FILHO, São Paulo; Engenheiro AICEU TREVISANI BELTRÃO, Paraná; Engenheiro VICTOR ANTÔNIO PELUSO JÚNIOR, Santa Catarina; Engenheiro ARQUIMÍNIO TEIXEIRA, Rio Grande do Sul; Engenheiro VIRGÍLIO CORREIA FILHO, Mato Grosso; Sr VALDEMAR CAVALCANTI, Goiás

AS REUNIÕES ORDINÁRIAS

A partir do dia 3, as Assembléias dos dois Conselhos passavam a funcionar, separadamente, em reuniões ordinárias

No auditório da Secretaria-Geral, realizou-se, às 9,30, a primeira reunião plenária do C N E, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO

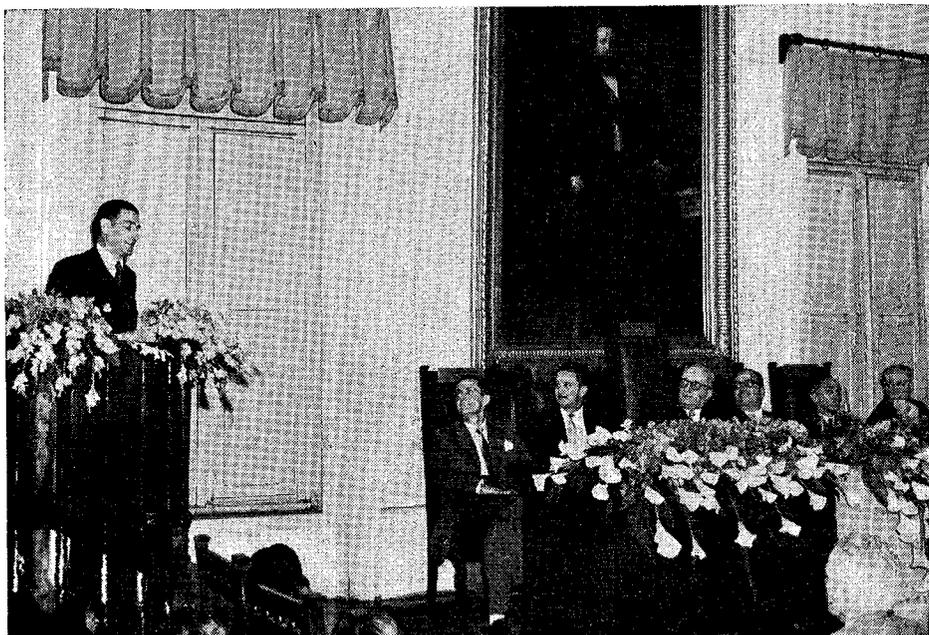
O Sr WALDEMAR LOPES fez uma exposição sobre o plano de trabalhos da Assembléia, dizendo, inicialmente, da satisfação que experimentava por participar dos mesmos na qualidade de Secretário-Geral Prestou homenagem aos seus antecessores, Srs M A TEIXEIRA DE FREITAS e RAFAEL XAVIER, referindo-se, num pleito de saudade, ao nome do Professor CARNEIRO FELIPPE, que foi o diretor do Serviço Nacional de Recenseamento Esclareceu que o programa organizado era de caráter intensivo, com o objetivo de alcançar-se o máximo de rendimento prático em prazo muito curto Sugeriu que, à semelhança do que se fizera na sessão anterior, fôsse abolida a leitura dos relatórios dos Delegados, os quais seriam distribuídos para leitura e exame — sugestão essa que foi imediatamente aprovada Acentuou que as normas básicas de funcionamento da Assembléia-Geral se achavam consubstanciadas no extrato do Regimento cujas cópias mimeográficas haviam sido entregues aos Conselheiros Referiu o fato de, por força de circunstâncias imperiosas, não ter sido possível a distribuição dos projetos de Resoluções com a antecedência recomendada em sessões anteriores da Assembléia Lembrou, nesse particular, que poderia ser adiada para outra sessão a discussão de qualquer projeto que, pela sua natureza e importância, merecesse, no julgamento do plenário, mais detido exame Adiantou que, em vista dos bons resultados

práticos obtidos com a experiência no ano anterior, foram incluídas no programa Mesas-Redondas para livre debate de problemas comuns dos órgãos federais e regionais. Ressaltou que, de acordo com as normas tradicionais, estavam sendo submetidos à apreciação do plenário Projetos de Resolução sobre matéria alheia às atividades propriamente estatísticas do Conselho, mas relacionadas com os seus objetivos culturais.

Em seguida, o Sr. Secretário-Geral declarou que, aproveitando a oportunidade de se encontrarem reunidos diretores dos órgãos regionais, queria prestar-lhes esclarecimentos que alguns deles já lhe haviam solicitado. Referiu-se então ao retardamento que, em alguns

casos, se tem verificado na remessa das quotas do auxílio do Conselho, esclarecendo que isso ocorre em virtude da atual escassez de recursos, decorrente, ainda mais, da demora na entrega, por parte do Tesouro, da subvenção devida à entidade. Aludiu, depois, ao projeto de lei que dispõe sobre a federalização dos órgãos regionais de estatística, em andamento no Congresso Nacional. Informou que a Secretaria-Geral vinha acompanhando a sua marcha, na Câmara dos Deputados, e nas respectivas Comissões, com o máximo interesse e atenção, na conformidade do que ficara assentado na indicação aprovada na Assembléia-Geral do ano passado. Comunicou, ainda, que não fôra possível à Secretaria-Geral dar redação final ao Projeto de Consolidação das Resoluções das Assembléias-Gerais dentro dos prazos previstos na Resolução n.º 466, em virtude de, além de outras circunstâncias, não terem sido baixadas as normas complementares previstas na Lei n.º 756, relativas ao fun-

cionamento autônomo dos dois Conselhos dirigentes do Instituto, normas essas que deviam constar da referida Consolidação, como parte substancial. Sugeriu que o plenário poderia, se assim julgasse conveniente e acertado, baixar uma Resolução, na qual ficassem revigorados os prazos estabelecidos na de n.º 466 e transferida para a próxima sessão de Assembléia-Geral a aprovação da Relação Final de Consolidação em vista. Finalizou formulando votos por que os trabalhos se desenvolvessem dentro de um elevado espírito de cordialidade e compreensão mútua, sem embargo do livre debate e da franca manifestação de pontos de vista, conforme as tradições da Casa.



O Sr. MAURÍCIO FILCHTNER, delegado do Rio Grande do Sul, ao pronunciar o seu discurso de despedidas, em nome das delegações estaduais à Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística

casos, se tem verificado na remessa das quotas do auxílio do Conselho, esclarecendo que isso ocorre em virtude da atual escassez de recursos, decorrente, ainda mais, da demora na entrega, por parte do Tesouro, da subvenção devida à entidade. Aludiu, depois, ao projeto de lei que dispõe sobre a federalização dos órgãos regionais de estatística, em andamento no Congresso Nacional. Informou que a Secretaria-Geral vinha acompanhando a sua marcha, na Câmara dos Deputados, e nas respectivas Comissões, com o máximo interesse e atenção, na conformidade do que ficara assentado na indicação aprovada na Assembléia-Geral do ano passado. Comunicou, ainda, que não fôra possível à Secretaria-Geral dar redação final ao Projeto de Consolidação das Resoluções das Assembléias-Gerais dentro dos prazos previstos na Resolução n.º 466, em virtude de, além de outras circunstâncias, não terem sido baixadas as normas complementares previstas na Lei n.º 756, relativas ao fun-

Em seguida, foram aprovados os seguintes votos: I — de congratulações: a) com o governo de São Paulo, pelo restabelecimento do Departamento de Estatística do Estado — indicação do Sr. ANTÔNIO LUGON; b) com os Srs. General DJALMA POLLI COELHO, Presidente, e WALDEMAR LOPES, Secretário-Geral, pela maneira hábil e eficiente como vêm conduzindo as atividades do Conselho — indicação do Sr. LEOPOLDO PERES SORINHO; II — de homenagem a todos quantos vêm cooperando dedicada e anonimamente, em quaisquer setores de atuação, na obra da estatística brasileira — indicação do Sr. MAURÍCIO FILCHTNER; III — de pesar, pelo falecimento dos Srs. Professor INÁCIO DE AZEVEDO AMARAL, Ministros FIADELFO DE AZEVEDO e OLIVEIRA VIANA, Consultores-Técnicos do Conselho, RAIMUNDO COSTA, Diretor do Departamento de Estatística do Pará, CARNEIRO FELIPPE, Presidente da antiga Comissão Censitária Nacional e Diretor do Serviço Nacional de Recenseamento, João NORBERTO Vi-

CENTE GUANABARINO, DIX-SEPT ROSADO, Governador do Rio Grande do Norte, e seus secretários, NAPOLEÃO LAUREANO e SENADOR EPTÁCIO PESSOA — indicações, respectivamente, dos Srs MOACIR MALHEIROS, RUBENS PÔRTO, GERMANO JARDIM, ANTÔNIO LUGON, RAUL LIMA, ALDEMAR ALEGRIA, JOSÉ CRUZ, LUIZ PERQUITO e LEOPOLDO PERES SOBRINHO O Sr JOSÉ CRUZ informou que propusera o voto de pesar pelo desaparecimento, em circunstâncias trágicas, do Governador rio-grandense do norte e do seu secretário, em nome do Governador ARNALDO ROLLEMBERG O Sr RUBENS PÔRTO solicitou o registro na ata da passagem do terceiro aniversário da morte do Padre LEONEL FRANCA, membro da antiga Comissão Censitária Nacional — indicação essa unanimemente aprovada O Sr General DJALMA POLLI COELHO agradeceu as referências feitas à sua atuação pelo Sr LEOPOLDO PERES SOBRINHO; o Sr JOÃO FREDERICO ABBOT GALVÃO, o voto de pesar pelo falecimento do Governador do Rio Grande do Norte e dos seus secretários; e o Sr ALBANO FERREIRA COSTA, o de congratulações pela restauração do Departamento de Estatística de São Paulo

Na segunda parte da ordem do dia, procedeu-se à constituição das Comissões, servindo como escutinadores, a convite do General DJALMA POLLI COELHO, as Sras HORMINDA PITALUGA DE MOURA, HIPÁLIA DAMASCENO FERREIRA e ISMÁLIA BORGES MEDEIROS Realizado o sorteio, na forma da legislação vigente, ficaram assim compostas as referidas Comissões: I — Comissão de Tomada de Contas, que funcionará na próxima sessão da Assembléa-Geral — Representante do Ministério da Maiaha e os Delegados dos Estados da Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Goiás; II — Comissão de Organização Técnica — Srs Tenente-Coronel DURVAL CAMPELO DE MACEDO, AFONSO ALMIRO, ALBANO FERREIRA COSTA, WILKENS PRADO e D HORMINDA PITALUGA DE MOURA, além do Secretário-Geral, membro nato

A seguir, o Sr General DJALMA POLLI COELHO designou, na conformidade do Regulamento, para funcionarem como membros da Comissão de Redação Final, além do Sr Secretário-Geral, membro nato, os Srs MOACIR MALHEIROS, FELIPPE NERY, ROBERTO LACERDA e MAURÍCIO FILCHTINER

Foi ainda escolhida uma Comissão especial para levar ao plenário do Conselho Nacional de Geografia a manifestação de cordial homenagem da ala estatística, a qual ficou constituída dos Srs MAJOR ÁLVARO BARBOSA, CLÓVIS PENA TELXEIRA, ALBANO FERREIRA COSTA, MAURÍCIO FILCHTINER e D HIPÁLIA DAMASCENO FERREIRA

Outra Comissão, composta dos Srs GERMANO JARDIM, CARLOS GRADOWSKI e THOMAZ GOMES DA SILVA, foi designada, por proposta deste último, para visitar o Sr RAUL BARBOSA, Governador do Ceará, que então se encontrava no Rio

Foram encaminhadas à Mesa, no final da reunião, os seguintes Projetos de Resolução: n° 1 — “determina aperfeiçoamento no plano de apresentação tabular da estatística do ensino primário, tendo em vista os novos ele-

mentos proporcionados pelo Registro Escolar” (do Serviço de Estatística da Educação e Saúde); n° 2 — “sugere providências para a elaboração de notícias históricas da estatística nos estados” (da Secretaria-Geral); n° 3 — “inclui nos Anais do Conselho a “Mensagem da Esperança”, dirigida à Organização dos Estados Americanos pelos Presidentes de quarenta e nove associações culturais brasileiras” (da Secretaria-Geral); n° 4 — “aplaude a criação do Instituto Joaquim Nabuco e sugere a colaboração do C N E aos seus trabalhos” (da Secretaria-Geral); n° 5 — “solicita ao Sr Presidente da República providência a respeito da regulamentação da Guia Nacional de seu nascimento” (da Secretaria-Geral); n° 6 — “reverencia a memória de AURELIANO PORTUGAL pelo transcurso do primeiro centenário de seu nascimento” (da Secretaria-Geral); n° 7 — “submete ao Sr Presidente da República considerações sobre uma petição dos Estatísticos do Ministério da Educação e Saúde” (da Secretaria-Geral); n° 8 — “registra pronunciamentos sobre aspectos da Campanha de Alfabetização e Educação de Adultos que se relacionam com as verificações estatísticas” (da Secretaria-Geral); n° 9 — “assegura cooperação e apoio aos objetivos da União Internacional para o Estudo Científico da População” (da Secretaria-Geral); n° 10 — “formula apêlo ao Poder Executivo para que volte a ser examinado o projeto relativo à Fundação dos Municípios” (da Secretaria-Geral); n° 11 — “recomenda providências para a elaboração das efemérides da estatística brasileira” (da Secretaria-Geral); n° 12 — “dispõe sobre as campanhas estatísticas anuais do plano nacional” (do Delegado do Espírito Santo); n° 13 — “rende homenagem à memória do Professor JOSÉ CARNEIRO FELIPPE, Diretor do Recenseamento Geral de 1940, e determina providências” (da Secretaria-Geral); n° 14 — “registra moção relativa à Fundação do Serviço Social Rural e formula apêlo a favor da criação das primeiras Colônias-Escolas” (do representante do Ministério da Educação e Saúde); n° 15 — “formula ponderações decorrentes da interferência que teve o Instituto no movimento em prol da racionalização litográfica” (do representante do Ministério da Educação e Saúde); n° 16 — “exprime congratulações à direção da Fundação Getúlio Vargas, com referência à iniciativa da Escola Superior de Administração Pública, e formula um voto” (do Delegado de Alagoas); n° 17 — “taduz o regozijo do Conselho pelos pronunciamentos de seu atual Presidente sobre os princípios e a atuação do Instituto” (do Delegado de Minas Gerais); n° 18 — “consigna moção de aplauso à Confederação Nacional da Indústria e à Confederação Nacional do Comércio, a respeito da obra educativa e assistencial que vêm desenvolvendo” (da Secretaria-Geral); n° 19 — “demonstra a necessidade de uma lei orgânica federal para regular as alterações do quadro territorial, judiciário-administrativo, do País” (da Secretaria-Geral);

Mesa-Redonda — Às 15 horas, na sala de reuniões da Secretaria-Geral, foi levada a efeito uma Mesa-Redonda dos Delegados regionais com o Sr RUBENS PÔRTO, Diretor do Serviço de

Estatística Demográfica, Moral e Política, e seus assistentes-técnicos, para debate sobre assuntos afetos ao órgão acima referido. A reunião teve um cunho prático, sendo apreciadas questões que interessavam diretamente à execução das estatísticas que se encontram no campo de competência do S E D M P

Segunda reunião — Realizou-se no auditório da Secretaria-Geral, às 9,30 do dia 4, a segunda reunião, presidida pelo Representante do Ministério da Fazenda, Sr. AFONSO ALMIRO

O Sr RUBENS PÔRTO comunicou que a Mesa-Redonda realizada na véspera apresentara os melhores resultados práticos, salientando o espírito de compreensão e de colaboração de todos os presentes

Por proposta do Sr RAUL LIMA, foram aprovados os seguintes votos: I — de congratulações com o Prefeito João CARLOS VITAL pela criação do Registro de Lavradores e Criadores, no Distrito Federal; II — de regozijo pela presença, no Rio, da Embaixada Universitária de Coimbra, para um trabalho de aproximação cultural, e pela passagem do 35º aniversário da publicação da *Corografia do Brasil*, do Professor MÁRIO DA VEIGA CABRAL; III — de solidariedade fraternal com os governos e população dos Estados do Nordeste assolados pela calamidade da seca, bem como dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em virtude da devastação causada pelo incêndio verificado nas fronteiras das duas Unidades Federativas

A Mesa recebeu a comunicação de que haviam sido escolhidos para Presidentes e Relatores das Comissões de Organização Técnica e de Redação Final, respectivamente, os Srs MAURÍCIO FILCHTNER, AFONSO ALMIRO, ROBERTO LACERDA e D. HORMINDA PITALUGA DE MOURA

O Sr MAURÍCIO FILCHTNER prestou uma homenagem aos antigos Presidente e Secretário-Geral do Conselho, Srs Embaixador José CARLOS DE MACEDO SOARES e M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, bem como aos atuais Presidente e Secretário-Geral, Srs General DJALMA POLLI COELHO e WALDEMAR LOPES. Comunicou, em seguida, que o Governador do Rio Grande do Sul, General ERNESTO DORNELES VARGAS, e o seu secretariado, em particular o Dr MANOEL VARGAS, Secretário da Agricultura, vêm acompanhando com o maior interesse as atividades estatísticas regionais

O Sr ANTÔNIO LUGON comunicou que o governo do Espírito Santo, dando uma demonstração de apoio ao órgão regional de estatística, fizera recentemente a aquisição de equipamento "Multith". Propôs um voto de agradecimento ao Governador JONES DOS SANTOS NEVES, o qual foi aprovado

Na segunda parte da ordem do dia, entraram em primeira discussão os Projetos de Resolução distribuídos na véspera. O de nº 1 teve a sua discussão adiada para depois da Mesa-Redonda sobre problemas de estatística educacional. O de nº 2 foi anexado ao de nº 11, por tratarem de assuntos correlatos. O de nº 5, que despertou o maior interesse, sobre ele se manifestando vários Conselheiros,

para ressaltar-lhe a importância e oportunidade, teve também a discussão adiada para depois da Mesa-Redonda com o Serviço de Estatística Econômica e Financeira. Ainda foi adiada a discussão do Projeto nº 12, para que pudesse depois ser examinado juntamente com o de nº 25, sobre assuntos correlatos. Sobre o Projeto nº 15, o Sr Secretário-Geral fez breve exposição, relembrando os pronunciamentos anteriores do Conselho em favor da racionalização ortográfica e terminando por apresentar uma emenda no sentido de ser anexado ao projeto um parecer emitido pelo Deputado COELHO DE SOUSA, na Comissão de Educação e Cultura, da Câmara dos Deputados, contrário à homologação do último acordo ortográfico. O Projeto nº 19 suscitou amplo debate, do qual participaram os Srs MAURÍCIO FILCHTNER, LEOPOLDO PERES SOBRINHO, CLÓVIS FENA TEIXEIRA, FELIPE NERY, LUIZ PERIQUITO, GERMANO JARDIM, RAUL LIMA, AFONSO ALMIRO e WALDEMAR LOPES. Em resumo, foi encerrada a primeira discussão dos Projetos nºs 2-11, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19

O Sr MARCELO AROUCHA sugeriu que se convidasse o Sr M. A. TEIXEIRA DE FREITAS para participar da Mesa-Redonda, a realizar-se à tarde, sobre problemas de estatística educacional. Essa indicação foi aprovada por unanimidade

O Sr RAUL ARANTES MEIRA propôs que a primeira parte do expediente da sessão plenária do dia seguinte fosse dedicada à comemoração do aniversário da elevação do Amazonas à categoria de Província. Também essa indicação foi aprovada

Foram encaminhados à Mesa, com o número regimental de assinaturas, os seguintes Projetos de Resolução: nº 20 — "assinala os serviços prestados ao Instituto, como Presidente Interino, pelo Dr RUBENS PÔRTO, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política" (do Delegado do Mato Grosso); nº 21 — "formula apêlo ao Departamento de Aeronáutica Civil" (do Delegado do Espírito Santo); nº 22 — "formula apêlo ao Departamento Nacional da Estatística Agropecuária" (do Delegado do Espírito Santo); nº 23 — "sugere modificações no plano de coleta da estatística agropecuária" (do Delegado do Espírito Santo); nº 24 — "dispõe sobre a formação e aperfeiçoamento do pessoal do Conselho" (do Delegado de Minas Gerais); nº 25 — "dispõe sobre a execução das Campanhas Estatísticas" (do Delegado de Minas Gerais); nº 26 — "formula apêlo aos Governos Municipais no sentido de dar perfeita extensão à cobrança do imposto de diversões" (do Delegado de Minas Gerais); nº 27 — "registra e agradece os serviços que ao Conselho prestou, nas funções de Secretário-Geral, o Dr RAFAEL XAVIER" (do Delegado da Paraíba)

Mesa-Redonda — À tarde do mesmo dia, na sala de reuniões da Secretaria-Geral, realizou-se a Mesa-Redonda para debate de problemas relacionados com a estatística educacional. Achavam-se presentes, além dos Delegados regionais, os Srs M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, GERMANO JARDIM e demais Chefes de Seções do Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Por indicação unânime

aceita, assumiu a direção dos trabalhos o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS

Os debates se prolongaram bastante, com a intervenção de todos os presentes. Foi objeto de discussão o Projeto de Resolução n.º 1, conforme ficara assentado na reunião plenária levado a efeito pela manhã.

Teiceira reunião — Às 9,30 do dia 5, realizou-se, no auditório da Secretaria-Geral, a terceira reunião plenária, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO.

O Sr GERMANO JARDIM transmitiu à Casa os resultados da Mesa-Redonda levada a cabo na tarde do dia anterior e na qual foram discutidos os problemas da estatística educacional.

De acordo com a deliberação da reunião anterior, a primeira parte do expediente foi dedicada às comemorações da data em que o Amazonas fôra levado à condição de Província. Fizeram-se ouvir, a respeito, os Srs CLÓVIS PENA TEIXEIRA e WILKENS PRADO, tendo sido aprovado um voto de congratulações com o Governador ALVARO MAIA. O Sr LEOPOLDO PERES SOBRINHO, na qualidade de Delegado do Amazonas, agradeceu a homenagem prestada ao seu Estado.

O Sr JOSÉ CRUZ referiu-se à II Semana de Ação Social, promovida pela Diocese de Aracaju, solicitando a adesão moral da Assembléa à iniciativa e propondo que o Conselho examinasse a possibilidade de publicar os Anais da mesma Semana. O General DJALMA POLLI COELHO declarou, quanto a esta última sugestão, que a Secretaria-Geral estudaria o assunto.

Na segunda parte da ordem do dia, foram apreciados em primeira discussão, os Projetos de Resolução distribuídos na véspera. Após demorados debates, foram encaminhados à Comissão de Organização Técnica os Projetos n.ºs 20, 21, 22, 24, 26 e 27. O de n.º 23 teve sua discussão adiada, por proposta do Sr LUIZ PEREIRO, para depois da Mesa-Redonda marcada para o dia seguinte e dedicada a assuntos de estatística agropecuária. Foram discutidos em conjunto, na conformidade do que deliberara o plenário, os Projetos n.ºs 12 e 25. Por proposta do Sr Secretário-Geral, foi constituída uma comissão composta dos Srs RAUL LIMA, HILDEBRANDO CLARK, ANTÔNIO LUGON e representante da Secretaria-Geral, para estudar a fusão dos dois Projetos.

Foram encaminhados à Mesa, com o número regimental de assinaturas, os seguintes novos Projetos de Resolução: n.º 28 — "solidariza-se com os festejos comemorativos da passagem do IV Centenário da Cidade de Vitória" (do Delegado do Território do Amapá); e n.º 29 — "determina providências no sentido de facilitar aos servidores dos Departamentos Estaduais de Estatística e das Inspetorias Regionais a aquisição de obras sobre estatística e disciplinas afins" (de vários Delegados).

Mesa-Redonda — Às 14 horas, na sede do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, realizou-se uma Mesa-Redonda, sob a direção do Sr AFONSO ALMIRO, para discutir problemas relacionados com o preparo e divulgação de estatísticas que se incluem no

campo de atribuições do referido Serviço. Dos debates participaram todos os Delegados regionais.

Reunião da C O T — Em seguida, na Secretaria-Geral do C N E, reuniu-se a Comissão de Organização Técnica, sob a presidência do Sr MAURÍCIO FILCHTNER. Foram examinados os projetos que constam de sua pauta de trabalhos.

Mesa-Redonda — Às 10 horas do dia 6 reuniram-se, na Secretaria-Geral do Conselho, os Delegados regionais e o Diretor do Serviço de Estatística da Produção, Sr RAUL LIMA, e seus auxiliares diretos, para uma troca de idéias sobre a estatística agropecuária.

Palestra sobre amostragem — No auditório, às 14 horas, o Sr LOURIVAL CÂMARA, que acaba de realizar um curso de estudos nos Estados Unidos, proferiu uma palestra sobre a técnica de amostragem, apresentando informações e ensinamentos em linguagem simples e acessível.

Em virtude das comemorações do Dia da Independência, os membros da Assembléa-Geral tiveram livre o dia 7.

Quarta reunião — Prosseguiram os trabalhos ordinários da Assembléa-Geral com uma sessão plenária, levada a efeito no auditório da Secretaria-Geral, às 9,30, sob a presidência do Sr RUBENS PÓRTO, Vice-Presidente do Instituto, por se encontrar eventualmente ausente o General DJALMA POLLI COELHO.

O Sr AFONSO ALMIRO fez breve apreciação sobre os resultados práticos obtidos com a Mesa-Redonda realizada no dia 5, na sede do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, com a presença do Sr ANDRADE QUEIROZ, Diretor-Geral da Fazenda. Por sua vez, o Sr RAUL LIMA fez comunicação semelhante a respeito da Mesa-Redonda do dia 6, sobre assuntos de estatística agrícola. Os dois Diretores de órgãos federais agradeceram vivamente aos Delegados regionais o espírito de compreensão e de colaboração que demonstraram naquelas reuniões.

O Sr THOMAZ GOMES DA SILVA comunicou que a comissão designada para visitar, em nome da Assembléa, o Governador RAUL BARBOSA se desincumbira da missão, tendo tido oportunidade de ouvir de S. Ex.ª a declaração de que continuava a ser o mesmo defensor dos interesses do I B G E que fôra quando deputado federal.

O Sr ROBERTO LACERDA propôs, sendo aprovados, dois votos: um de louvor ao Sr VIRGÍLIO GUALBERTO, antigo presidente do Instituto Nacional do Pinho, pelo prestígio de que ceicara, durante a sua administração, as atividades do respectivo órgão estatístico; e outro de agradecimento à Presidência do Conselho por haver proporcionado aos Conselheiros a oportunidade de ouvirem a palestra do Sr LOURIVAL CÂMARA sobre os modernos processos de amostragem. Sugeriu, a propósito, que a referida palestra fosse mimeografiada e distribuída entre os presentes. A Mesa informou que a Secretaria-Geral promoveria oportunamente a divulgação do trabalho em causa.

O Sr CLÓVIS PENA TEIXEIRA comunicou que a Comissão Especial incumbida de levar ao plenário do C N G as homenagens coidais

da Assembléa fizera a visita de que se incumbira, tendo sido intérprete da Casa o Sr MAURÍCIO FILCHTNER

Aludindo ainda à Mesa-Redonda levada a efeito no Serviço de Estatística Económica e Financeira, o Sr FELIPE NERY manifestou a sua satisfação pelos compromissos formais então assumidos pelos presentes, relativamente ao levantamento das correntes do comércio exterior Declarou, a seguir, que lhe causara excelente impressão o *Mensário Estatístico* que aquêle Serviço está publicando regularmente

Por proposta do Secretário-Geral, foi aprovado um voto de agradecimento à Assembléa Legislativa do Rio Grande do Sul pela aprovação de um requerimento do Deputado MEM DE SÁ, no qual é formulado um apêlo ao Senado para que seja elevada a dotação orçamentária do Instituto — voto êsse extensivo ao Autor do requerimento

Em seguida, o Secretário-Geral informou que estavam sendo distribuídos exemplares da *Classificação de Mercadorias para Apuração da Estatística do Comércio Interestadual* Congratulou-se com o plenário pela feliz coincidência de o trabalho, cuja elaboração resulta de deliberação da décima sessão da Assembléa ter sido terminada exatamente quando se encontrava ela de novo reunida Ressaltou que se trata de um código provisório de classificação de mercadorias, cuja organização não interfere, de forma alguma, com os esforços que vêm sendo realizados pelo Serviço de Estatística Económica e Financeira no sentido de elaborar a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, trabalho definitivo, de objetivos mais amplos

A Mesa comunicou que o Sr CARLOS MENDONÇA informara não haver comparecido às Mesas-Redondas já realizadas em virtude de estar participando dos trabalhos da Comissão de Estudos Amazônicos, em funcionamento no Ministério da Fazenda Acrescentou que recebera um trabalho encaminhado pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde para exame da comissão designada para estudar a fusão dos Projetos de Resolução n.ºs 1 e 12

Na segunda parte da ordem do dia, foram discutidos os pareceres emitidos pela Comissão de Organização Técnica sobre os Projetos de Resolução n.ºs 2-11 (conjugados), 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 26 e 27 Esses pareceres foram aprovados Em vista disso, os Projetos n.ºs 10, 18 e 26 foram arquivados e os demais encaminhados pela Mesa à Comissão de Redação Final A propósito do parecer referente ao Projeto n.º 8, falaram os Srs MAURÍCIO FILCHTNER, CLÓVIS PENA TEIXEIRA, ANTÔNIO LUGON, D. HORMINDA PITALUGA DE MOURA, AFONSO ALMIRO e ROBERTO LACERDA, havendo o segundo dos Delegados citados apresentado uma emenda Sobre o parecer concernente ao Projeto n.º 9 falaram os Srs MAURÍCIO FILCHTNER e RAUL LIMA, referindo-se a uma emenda apresentada pelo segundo, na qual se prestava especial homenagem ao Professor GEORGIO MORTARA, Chefe do Laboratório de Estatística da Secretaria-Geral Por haver sido aceita a emenda pela C O T, o Delegado do Rio Grande do Sul propôs uma salva de palmas, como preito de

reconhecimento àquele técnico A indicação foi aceita

A Casa rejeitou o parecer da mesma Comissão referente ao Projeto n.º 22, o qual concluía pelo seu arquivamento O Autor do Projeto, Sr ANTÔNIO LUGON, defendeu-o, esclarecendo que a elaboração da Guia Nacional de Exportação possivelmente ainda demoraria O objetivo imediato do Projeto era uniformizar o fornecimento de dados pelo Departamento dos Correios e Telégrafos. A argumentação do Delegado do Espírito Santo foi apoiada pelos Srs CLÓVIS PENA TEIXEIRA e MAURÍCIO FILCHTNER, Tendo em vista a deliberação do plenário, a Mesa encaminhou o Projeto à Comissão de Redação Final

Seguiu-se a primeira discussão dos Projetos n.ºs 1, 5, 23, 28 e 29 Sobre o de n.º 1 falaram os Srs CLÓVIS PENA TEIXEIRA, WALDEMAR LOPES, CARLOS GRADOWSKI, GERMANO JARDIM e MAURÍCIO FILCHTNER Os Srs CARLOS GRADOWSKI, AFONSO ALMIRO e MAURÍCIO FILCHTNER apresentaram emendas ao Projeto n.º 5 êsses dois Projetos, e mais o de n.º 23, foram encaminhados pela Mesa, à Comissão de Redação Final O Sr CLÓVIS PENA TEIXEIRA apresentou um substitutivo ao Projeto n.º 28, solicitando dispensa dos interstícios legais para que, ouvidas imediatamente as Comissões, pudesse o mesmo transformar-se em Resolução no dia em que se comemorava o quarto centenário da fundação de Vitória Os relatores das Comissões pronunciaram-se favoravelmente ao referido substitutivo, que foi aprovado pelo plenário, transformando-se assim em Resolução sob o n.º 467 O Presidente sugeriu que a Casa se congratulasse com a cidade de Vitória na pessoa do Delegado do Espírito Santo Aprovada a sugestão, com uma salva de palmas, o Sr ANTÔNIO LUGON agradeceu essa expressiva manifestação O Projeto n.º 29 recebeu uma emenda do Sr. RAUL ARANTES MEIRA Foi aprovada uma sugestão do Secretário-Geral no sentido de êsse Projeto ser apreciado juntamente com o de n.º 24, em exame na Comissão de Organização Técnica.

O Sr RAUL LIMA solicitou dispensa de interstícios para o Projeto n.º 14 O Sr MAURÍCIO FILCHTNER deu parecer verbal em nome da Comissão de Redação Final, favorável ao Projeto, que, aprovado, se transformou em Resolução, sob o n.º 468 O Sr RAUL LIMA solicitou que se providenciasse uma comunicação, a respeito, ao Ministro da Agricultura e à Câmara dos Deputados.

Foram encaminhados à Mesa, com o número regimental de assinaturas, os seguintes Projetos de Resolução: n.º 30 — “aprova as contas do Conselho Nacional de Estatística” (da Comissão de Tomada de Contas); n.º 31 — “propõe que a Assembléa-Geral de 1953 se realize na Capital do Estado do Paraná” (do Delegado do Estado do Paraná); n.º 32 — “dispõe sobre a adoção de modelos padronizados para as comunicações referentes aos resultados de apuração do comércio interestadual por vias internas” (do Delegado de Santa Catarina); n.º 33 — “registra pronunciamento sobre o I Congresso Brasileiro de Folklore e determina providências” (da Secretaria-Geral); n.º 34 — “representa ao Chefe do Governo a

propósito das garantias jurídico-políticas de que carece a execução normal dos Convênios Nacionais de Estatística" (da Secretaria-Geral); n.º 35 — "exprime congratulações ao Sr Presidente do Conselho por motivo dos seus patrióticos esforços em proi da mudança da Capital da República para o Planalto Central, e formula um voto" (do Delegado do Território do Amapá); n.º 36 — "testemunha apreço e reconhecimento cívico ao Embaixador José CARLOS DE MACEDO SOARES, organizador do I B G E e seu primeiro presidente" (do Delegado da Bahia); n.º 37 — "formula apêlo ao Poder Legislativo para que na criação do Instituto Nacional do Café seja mantida uma Secção de Estatística à altura de suas finalidades" (do representante dos órgãos filiados); n.º 38 — "ressalta as vantagens da localização no Brasil do Centro de Ensino de Estatística Econômica e Financeira e formula um apêlo (do representante do Ministério da Educação e Saúde); n.º 39 — "regista o pronunciamento do Conselho sobre o Projeto de Lei N.º 1182, de 1949, da Câmara dos Deputados" (da Secretaria-Geral); n.º 40 — "estabelece providências para o aperfeiçoamento da Estatística do Registro civil" (do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política); n.º 41 — "sugere medidas para o aproveitamento do Boletim Individual, da estatística de Crimes e Contravenções, por parte das repartições regionais" (do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política)

Quinta reunião — Às 9,30, reuniu-se, no auditório da Secretaria-Geral, o plenário da Assembléa, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO

No expediente foram lidos dois telegramas: um, do Governador JONES DOS SANTOS NEVES, do Espírito Santo, agradecendo o voto de congratulações pela aquisição de aparelhamento "Multilith" para o Departamento de Estatística do seu Estado; e outro, do Sr M A TELXEIRA DE FREITAS, agradecendo as expressões de saudação formuladas pelo Sr MAURÍCIO FILCHTNER, em reunião anterior

O Sr Presidente comunicou que, em Vitória, aonde fôra a fim de assistir às solenidades comemorativas do quarto centenário da cidade, tivera oportunidade de visitar o Departamento Estadual de Estatística, colhendo excelente impressão dessa visita

O Sr RUBENS PÓRTO manifestou o seu regozijo pela presença, na Casa, do Sr ALBANO FERREIRA COSTA, que, por uma circunstância feliz, deixara de viajar num avião que caíra na véspera, em São Paulo. O Delegado paulista agradeceu as expressões de amizade do Vice-Presidente do Instituto

O Sr MAURÍCIO FILCHTNER solicitou ficasse consignado na ata dos trabalhos um voto de agradecimento de tôdas as delegações pelo passelo marítimo e pelo almôço que lhes haviam sido oferecidos na véspera. O Sr Secretário-Geral lembrou que o voto fôsse dirigido em particular ao Ministério da Marinha, na pessoa do seu representante, Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA

Foi aprovado, por proposta ainda do Delegado do Rio Grande do Sul, um voto de congratulações com o Departamento de Esta-

tística e a Inspeção Regional do mesmo Estado pela instalação de mais uma Comissão Municipal de Estatística, localizada no Município de Caxias do Sul

O Sr José Cruz sugeriu que a Secretaria-Geral dirigisse recomendações expressas às Inspeções Regionais e aos Agentes de Estatística no sentido de não fornecerem dados estatísticos nem realizarem inquéritos especiais sem prévia audiência das Juntas Executivas Regionais e dos Departamentos Estaduais de Estatística. Sobre o assunto manifestaram-se os Srs MAURÍCIO FILCHTNER, ANTÔNIO LUGON, FELIPPE NERY, WILKENS PRADO, RUBENS PÓRTO e WALDEMAR LOPES, êste último formulando uma série de ponderações quanto aos compromissos decorrentes dos Convênios Nacionais de Estatística Municipais e sugerindo que o assunto fôsse apreciado quando em discussão no plenário o parecer da comissão especial designada para proceder ao estudo dos Projetos de Resolução n.ºs 12 e 25. O Delegado de Sergipe concordou com a sugestão, solicitando que a sua proposta fôsse encaminhada à referida Comissão

Por indicação do Sr LEOPOLDO PERES SOBRINHO, foi aprovada uma moção de aplausos ao Sr Presidente da República pelos patrióticos propósitos, manifestados em seu discurso do dia 7, de lutar infatigavelmente pela independência econômica do Brasil

Na segunda parte da ordem do dia, foram aprovados os pareceres da Comissão de Organização sobre os Projetos de Resolução n.ºs 1, 5, 19 e 23, os quais foram encaminhados pela Mesa à Comissão de Redação Final. Também foram aprovados os pareceres sobre os Projetos n.ºs 24 e 29, que concluíam pela remessa do primeiro ao exame da Junta Executiva Central e do segundo à Secretaria-Geral. A respeito do Projeto n.º 19, falou o Sr MAURÍCIO FILCHTNER, declarando que mantinha o seu ponto de vista de que a Assembléa não devia legislar sobre a matéria, mas que dera voto favorável ao parecer da C O T em homenagem à própria Assembléa e à direção do Conselho Relativamente ao Projeto n.º 23, o Sr ANTÔNIO LUGON solicitou que fôsse expedidas instruções quanto ao uso do quilo, e não do sacco de 60 quilos, como unidade de medida

Os trabalhos foram interrompidos para que o plenário recebesse a visita de uma Comissão da Assembléa do C N G, introduzida no recinto pelos Srs Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA e FELIPPE NERY, a convite do Sr Presidente. Falou nessa ocasião, em nome dos visitantes o Engenheiro LUIZ DE SOUZA, apresentando as homenagens da ala geográfica do Instituto. Fêz uso da palavra, em seguida, o Sr AFONSO ALMIRO, que traduziu os sentimentos da Casa em relação a expressiva manifestação de cordialidade do C N G

Quando prosseguiram os trabalhos normais, foi discutido e aprovado o parecer da Comissão de Redação Final sobre os Projetos de Resolução n.ºs 2 e 11, conjugados, os quais se transformaram na Resolução n.º 469.

Novamente foram interrompidos os traba-

lhos, para que, de acôido com o programa estabelecido, o Sr JANSEN DE MELO, Diretor do Serviço Federal de Bioestatística do Departamento Nacional de Saúde, realizasse uma palestra sobre os problemas brasileiros de bioestatística. O conferencista foi saudado pelo Sr GERMANO JARDIM.

A reunião teve prosseguimento à tarde, sob a presidência do Sr RUBENS PÔRTO, Vice-Presidente do Instituto, na ausência eventual do Presidente, General DJALMA POLLI COELHO.

Foram postos em disposição e aprovados os pareceres da Comissão de Redação Final sobre os Projetos de Resolução n.ºs 3, 4, 6, 7, 8, 9, 13, 15, 16, 17, 20, 21, 22 e 27, os quais se transformaram em Resoluções sob os n.ºs 470 e 483, respectivamente. Na qualidade de membro da citada Comissão, o Sr Secretário-Geral esclareceu que prevalecera, nos trabalhos da mesma, o critério de dar ao texto a maior sobriedade de linguagem, sem que tal critério importasse evidentemente em qualquer restrição às homenagens constantes de alguns dos projetos aprovados.

Verificou-se, a seguir, a primeira discussão do Projeto n.º 30, de autoria da Comissão de Tomada de Contas. O Sr MAURÍCIO FILCHTNER solicitou dispensa dos interstícios regimentais, tendo em vista que as contas apresentadas já haviam sido minuciosamente examinadas pela referida Comissão e, bem assim, o tradicional zelo com que a Secretaria-Geral aplicava as suas verbas. Na qualidade, ainda, de presidente da Comissão de Redação Final, antecipou o seu parecer favorável à aprovação do projeto com a redação em que se encontrava. O Sr Presidente ponderou que, em se tratando de contas, julgava preferível que a proposição seguisse o ritmo normal fixado no regimento. O Sr CLÓVIS PENA TEIXEIRA declarou que apoiava a sugestão do Delegado do Rio Grande do Sul, uma vez que o referido Projeto era de autoria da Comissão de Tomada de Contas, cabendo assim à de Redação Final apenas apresentar emendas de redação. Aceita pelo plenário a proposta em causa, foi aprovado o projeto, que se transformou em Resolução sob o n.º 484.

Seguiu-se a discussão do Projeto n.º 31, que foi encaminhado pela Mesa à C O T, após haver o Sr CARLOS GRADOWSKI informado de que proposição idêntica — quanto à realização da Assembléia, em 1953, em Curitiba — fôra apresentada no plenário do C N G. Sobre o assunto também se manifestaram os Srs RAUL LIMA e Major ÁLVARO BARBOSA.

Foram submetidos à primeira discussão os Projetos n.ºs 32 a 41, a seguir encaminhados à Comissão de Organização Técnica. O Projeto n.º 32 recebeu emenda do Sr ANTÔNIO LUGON. Quanto ao de n.º 36 o Sr AFONSO ALMIRO solicitou dispensa de interstícios, que foi concedida. Os relatores das Comissões apresentaram pareceres favoráveis à aprovação do Projeto, que, por deliberação do plenário, foi transformado em Resolução sob o n.º 485. Sobre o Projeto n.º 40, o Sr RUBENS PÔRTO declarou que se regosijava em verificar que os pontos de vista da atual direção do

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, quanto à necessidade de entrosar o sistema das Inspetorias Regionais e das Agências Municipais de Estatística com a coleta do registro civil, não divergiam dos do antigo Diretor, Sr HEITOR BRACET, autor de um anteprojeto de reforma do mesmo registro civil. Ainda se manifestaram sobre o assunto os Srs MAURÍCIO FILCHTNER, HILDEBRANDO CLARK, ANTÔNIO LUGON, GERMANO JARDIM e WALDEMAR LOPES.

Foi encaminhado à Mesa um Projeto de Resolução que tomou o n.º 42, com a seguinte ementa: "formula apêlo para que seja baixada a Lei Nacional de Padronização Orçamentária", de autoria do Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

O Presidente comunicou haver falecido uma filha do Sr GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, propondo um voto de pesar e a designação de uma comissão para levar ao representante do Ministério do Trabalho as expressões de condolências do plenário. A indicação foi aprovada, tendo sido designada uma comissão com posta dos Srs RUBENS PÔRTO, CLÓVIS PENA TEIXEIRA e de um representante da Secretaria-Geral.

O Sr CLÓVIS PENA TEIXEIRA propôs que as Resoluções n.ºs 479, 480, 483 e 485, em que eram consignadas as homenagens do Conselho aos Srs General DJALMA POLLI COELHO, RUBENS PÔRTO, RAFAEL XAVIER e Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, respectivamente, fossem entregues aos homenageados antes do encerramento da sessão da Assembléia-Geral. A proposta foi aprovada.

Mesa-Redonda — As 16 horas foi levada a efeito, na Sala TEIXEIRA DE FREITAS, da Secretaria-Geral, uma Mesa-Redonda sob a orientação do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, para debate de assuntos que se incluem na órbita de suas atribuições.

Sexta reunião — Realizou-se às 9,30, no auditório da Secretaria-Geral, a sexta reunião plenária da Assembléia-Geral, sob a presidência do Sr RUBENS PÔRTO, vice-presidente do Instituto.

Foi recebida a visita do Sr JEROCILLO GUEBROS, Governador do Território do Rio Branco, que foi saudado pelo Sr FELIPPE NERY. O ilustre visitante agradeceu as homenagens que lhe foram prestadas, frisando o seu empenho em assegurar a mais estreita cooperação aos trabalhos do I B G E.

Do expediente constou uma carta da família do Ministro FILADELFO AZEVEDO, agradecendo o voto de pesar aprovado pelo plenário.

O Presidente comunicou que a comissão incumbida de apresentar condolências ao Sr GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA desempenhara a sua missão. O representante do Ministério do Trabalho agradeceu a manifestação da Casa.

O Sr MAURÍCIO FILCHTNER referiu-se aos resultados práticos alcançados na Mesa-Redonda da véspera e solicitou um voto de agradecimentos à Presidência do Conselho e à Secretaria-Geral pela realização de tais reuniões, cujo êxito considerava indiscutível. O Sr GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, declarando lamentar não lhe ter sido possível comparecer à citada Mesa-Redonda, acentuou que se rego-

zitava em verificar que a orientação adotada pelo S E P T, relativamente à estatística industrial, fôra apoiada e aceita pelas delegações regionais

Foram aprovados os seguintes votos de congratulações: com o Governador AMARAL PEIXOTO pela forma objetiva e oportuna como vem promovendo a recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro, quer no terreno da produtividade agrícola, quer na campanha da industrialização — indicação do Sr ALDEMAR ALEGRIA; com o Ministro SOUZA LIMA, da Viação, pela criação de uma Comissão Técnica para o estudo e planejamento da recuperação do Vale do Paraíba — indicação do mesmo Delegado; com os Governadores JUSCELINO KUBITSCHEK e LUCAS GARCEZ, pelo mesmo motivo — indicação, respectivamente, dos Srs HILDEBRANDO CLARK e Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA; com todos os Governadores dos Estados e dos Territórios pela prudente orientação que, em geral, vêm imprimindo às respectivas atividades administrativas — indicação do Sr LEOPOLDO PERES SOBRINHO Quanto a essa proposição, o Sr LUIZ PERIQUITO ressaltou as eficientes medidas adotadas pelo Governador JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA para resolver o problema das secas, enquanto o próprio proponente do voto salientou a iniciativa do Governador ALVARO MAIA, de convocar os Governadores dos Estados e Territórios Amazônicos para, em conferência que se realizará em Manaus, estudarem os problemas da recuperação da Amazônia

O plenário aprovou, a seguir, por proposta do Sr FELIPE NERY, um voto de regozijo pela passagem, no dia 13, do 8º aniversário da criação dos Territórios de Rio Branco, Amapá e Guaporé, bem como um outro com o Governo do Amapá pela inauguração, na mesma data, da 5ª Exposição de Animais e Produtos Econômicos O Sr CLÓVIS PENA TEIXEIRA agradeceu a manifestação da Casa

Foi anunciada a presença, no plenário, do Sr RAFAEL XAVIER, antigo Secretário-Geral do Conselho A convite do Presidente, o Sr CLÓVIS PENA TEIXEIRA proferiu uma saudação ao ilustre visitante, entregando-lhe um original da Resolução n° 483, autografada por todos os presentes O homenageado agradeceu a distinção de que era alvo

Mais dois votos foram, em seguida, aprovados por unanimidade, por proposta do Sr RAUL LIMA: de congratulações com a Associação Brasileira de Imprensa pela comemoração do Dia da Imprensa e de regozijo cívico pela criação do Fundo Naval e pelo início de execução dos planos de reerguimento do poder marítimo do Brasil

O Secretário-Geral referiu-se à proposta anteriormente formulada pelo Sr JOSÉ CRUZ, quanto à colaboração do Conselho à 2ª Semana de Ação Social, promovida pelo Bispo de Aracaju, transmitindo a boa impressão que lhe causara o exame dos documentos relativos à 1ª Semana, levada a efeito sob os auspícios da mesma autoridade eclesiástica Propôs, sendo aprovado, que, para dar apoio àquela interessante iniciativa, fôsse recomendado aos órgãos do Conselho em Sergipe que prestassem tóda a colaboração ao seu alcance O Sr JOSÉ CRUZ agradeceu êsse pronunciamento da Casa

Na segunda parte da ordem do dia, foram aprovados os pareceres da Comissão de Organização Técnica sobre os Projetos de Resolução n°s 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40 e 41, os quais foram encaminhados pela Mesa à Comissão de Redação Final O Sr LEOPOLDO PERES apresentou emenda ao Projeto n° 31 Falaram sobre o Projeto n° 32 os Srs ANTÔNIO LUGON, MAURÍCIO FILCHTNER e AFONSO ALMIRO, e sobre o de n° 40, os dois primeiros e mais o Sr RUBENS PÓRTO, êste último para ressaltar o interesse do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política em estabelecer uma situação de harmonia e estreita cooperação com os Departamentos Estaduais de Estatística

Na forma do parecer da C O T, foi encaminhado ao Presidente do Instituto, sob a forma de indicação, o Projeto n° 34

Foram discutidos, a seguir, e aprovados, os pareceres da Comissão de Redação Final sobre os Projetos n°s 1, 5 e 19, que se transformaram em Resoluções sob os n°s 486 a 488, respectivamente

Foi submetido à primeira discussão o Projeto n° 42, em seguida encaminhado à C O T

A Mesa recebeu, a essa altura, os seguintes Projetos de Resolução: n° 43 — “homologa as deliberações das Juntas Executivas do Conselho” (da Secretaria-Geral); n° 44 — “estabelece providências para a aprovação da Consolidação das Resoluções da Assembléia-Geral do Conselho” (da Secretaria-Geral); n° 45 — “formula congratulações à Sociedade Brasileira de Estatística e incorpora aos anais do Instituto um discurso de seu Presidente” (do Delegado de Alagoas); n° 46 — “formula apêlo relativamente ao aumento de salários do pessoal do Instituto” (de um grupo de Delegados); n° 47 — “institui uma comissão especial de Bioestatística e Estatística de Saúde em cada Estado e Território” (do Dr JANSEN DE MELO, Diretor do Serviço Federal de Bioestatística); n° 48 — “recomenda o estudo do Projeto de Classificação de Indústrias, elaborado pelo Serviço Nacional de Recenseamento” (da Secretaria-Geral); n° 49 — “assinala o vigésimo aniversário do Convênio das Estatísticas Educacionais e Conexas” (da Secretaria-Geral)

O Sr JOSÉ CRUZ apresentou suas despedidas à Casa, por ter de regressar ao seu Estado no dia seguinte

Os trabalhos, em virtude do adiantado da hora, foram suspensos, tendo prosseguimento às 14 horas, no mesmo local, ainda sob a presidência do Sr RUBENS PÓRTO Foi então recebida a visita do Sr CARLOS BRANDÃO DE OLIVEIRA, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, introduzido no recinto pelos Srs RAUL LIMA e MARCELO AROUCHA e saudado pelo Sr MAURÍCIO FILCHTNER Em seguida, o ilustre visitante, depois de agradecer as homenagens que lhe eram prestadas, formulou uma série de considerações sobre as relações entre a estatística e o comércio Foram as seguintes as palavras do Sr CARLOS BRANDÃO DE OLIVEIRA:

“As palavras de saudação, expressivamente generosas que acaba de me dirigir o ilustre Diretor do Departamento Estadual de Estatística Sr MAURÍCIO FILCHTNER vieram ainda aumentar, se possível, o sentimento de gratidão e desvanecimento que, já para esta reunião trazia, por força do convite que me fêz o vosso Vice-Presidente, meu muito pre-

sado amigo e colega Sr RUBENS PÔRTO Muito embora reconhecendo não poder trazer-vos, a vós, ilustres especialistas, estudiosos e investigadores de renome, qualquer contribuição técnica ou científica, acedi prazeiroso e honrado, por bem senti a necessidade e as vantagens que, de uma colaboração mais íntima com este egregio colégio de técnicos especializados, advirão para a Associação Comercial, que tenho a honra de presidir

Bem reconhecemos os vossos esforços e os vossos sacrifícios no sentido de proporcionar, não apenas à Administração Pública, mas também às empresas particulares, dados estatísticos abundantes que sirvam de bússola orientadora para as suas atividades, facilitando aos que se acham na direção de empresas produtoras ou distribuidoras de riquezas a tarefa que lhes cabe e dando base sólida às suas decisões Assim, todo o esforço que se fizer com o objetivo de apresentar dados atualizados, constituirá uma contribuição decisiva para as empresas privadas, pois lhes oferecerá índices matemáticos que são preciosos auxiliares de uma administração científica

O vosso Instituto abriga, hoje, a maior equipe de estatísticos do Brasil Os seus técnicos, espalhados por todos os quadrantes da Pátria, devotam-se aos levantamentos estatísticos indispensáveis ao conhecimento perfeito das nossas riquezas e das nossas possibilidades Nas cidades mais distantes, mesmo naquelas que beiram os nossos limites geográficos, encontram-se os funcionários do I.B.G.E preocupados com os problemas econômicos e sociais, fazendo os levantamentos que lhes competem, realizando, assim, tarefa da mais alta valia para a obra de conjunto que estais continuamente empreendendo a fim de proporcionar aos nossos círculos dirigentes dados objetivos, onde, fora da paixão e da demagogia, se torne possível encontrar soluções que se coadunem com a realidade

As vossas publicações constituem, por certo, um bem vasto repositório de dados sobre os mais variados aspectos da vida brasileira.

Nota-se entretanto a escassês, nas atividades privadas, de pessoal técnico capaz de dar aplicação prática e imediata a esses dados O fenómeno tem ligação com a própria estrutura econômica do País, onde predominam as pequenas empresas que não dispõem de recursos suficientes para manter secções de pesquisa estatística, indispensáveis à racionalização das suas atividades

Há, também, por outro lado, o problema da rapidez na obtenção dos dados Os resultados de um inquérito sobre estoques de determinado ramo da produção, por exemplo, precisam ser atuais a fim de bem orientar os distribuidores, no sentido da ampliação ou redução de suas compras A observação das variações mensais de anos anteriores tem, evidentemente, a sua grande utilidade pelas correlações que podem ter com a oferta e a procura das mercadorias do ramo e para o estudo da influência dos fatores sazonais.

O campo que abrangem é imenso, desde a produção aos transportes, desde a moeda, bolsas e bancos, aos preços e às finanças públicas

Antepõem-se ao êxito de vossos trabalhos obstáculos que seriam intransponíveis para homens dotados de vontade menos poderosa Bem avaliamos as dificuldades enormes que, para os vossos trabalhos, representa a imensidão territorial brasileira com as variantes de usos e costumes referentes à vida econômica e com a diversidade da terminologia comercial nas várias regiões.

Outrossim, reconhecemos que essas dificuldades e as críticas, por vezes pouco compreensivas, não vos entibiam o ânimo

Os homens de empresa acompanham as vossas atividades com o máximo interesse, pois os dados proporcionados pela estatística, além de serem elucidativos de problemas concernentes à comunidade, podem, muitas vezes, ser da maior valia para a administração dos negócios particulares Sem dados estatísticos não será possível ao comerciante medir o poder aquisitivo da moeda, ou realizar análises do mercado, para imprimir aos negócios uma direção mais segura, fugindo ao empirismo e ao palpito As empresas de grande porte, pelo me-

nos, é indispensável recorrer aos índices econômicos para poderem formular juízo seguro a respeito das perspectivas dos negócios Quando os índices da produção decaem ou ficam estacionários, ou não crescem na mesma velocidade que os referentes aos meios de pagamento e à moeda em circulação, a tendência, evidentemente, é no sentido de a procura superar a oferta, trazendo, como consequência, o aumento de preços O comportamento de cada um dos índices na conjuntura econômica possibilita ao perito o conhecimento da conveniência ou inconveniência da empresa aumentar ou não os seus estoques, adquirir ou não novos capitais fixos Outro problema importantíssimo, em que o comércio necessita de vossa ajuda é o da reavaliação dos ativos Como saber, sem ela, se o novo valor monetário que se atribui a determinado patrimônio corresponde a uma maior valia real, ou se se trata apenas de um aumento nominal de valor oriundo da desvalorização da moeda?

Inscvem-se no vosso grande ativo de serviços prestados ao País, os recenseamentos de 1940 e 1950. O conjunto de dados obtidos é não só precioso mas mesmo indispensável para o desenvolvimento entre nós da análise dos mercados Muitos esclarecimentos relativos à parte demográfica, como sejam: estado civil, nacionalidade, sexo, idade, ramos de atividade e densidade da população, poderão servir de auxílio aos que pretendam calcular as possibilidades do mercado em determinada região

Os dados proporcionados pelos dois últimos censos dão, por certo, um vigoroso impulso à utilização de dados estatísticos para fins comerciais É do maior interesse para os que lidam com os negócios, uma informação perfeita a respeito da composição dos consumidores, a quem cabe a última palavra na circulação das mercadorias

Com os dados do Censo, a empresa comercial terá facilitada a tarefa de escolher as melhores áreas geográficas para a sua atuação Em igualdade de condições, preferirá a zona de maior densidade demográfica.

Para o estudo do aspecto qualitativo do mercado, os resultados do recenseamento, concernentes às atividades, poderão trazer muitos esclarecimentos sobre o possível poder aquisitivo dos futuros clientes e sobre os artigos de seu interesse

Não poderíamos deixar de destacar, também, dentre as vossas realizações, os "Inquéritos Econômicos" Eles permitem estudo bastante acurado das relações entre as vendas, os impostos e os ordenados e salários E o estabelecimento da relação percentual entre vendas e impostos é evidentemente de grande utilidade para quem projeta uma empresa industrial ou comercial

E, quanto maior a empresa, mais necessários se tornam estudos dessa natureza, pois o início do negócio significa arriscar capitais avantajados e, tanto quanto possível, importa eliminar ou ao menos reduzir ao mínimo esse risco, com a ajuda da pesquisa técnica e científica. Por isso, o progresso da aplicação dos métodos estatísticos está, evidentemente, ligado ao desenvolvimento da acumulação de capitais, pois, só empresas que dispõem de recursos podem comprar esses métodos, empenhando-se em pagar pela segurança que o emprego dos processos científicos proporciona

A medida que nos formos industrializando, ou, em outras palavras, à medida que se forem ampliando as nossas riquezas, mais necessário se tornará o emprego dos métodos científicos de administração

O I.B.G.E constitui para as empresas brasileiras uma fonte inestimável de informações, um auxílio real e eficiente a todos aqueles que desejam dar aos seus negócios uma direção científica, pois que supre uma dessas carências técnicas observáveis nos países em fase de desenvolvimento, como o nosso, tornando-se um foco de racionalização e de propagação de métodos científicos sem os quais os negócios não podem passar além de um certo nível

É realmente tarefa sedutora a de estreitar relações entre os que se devotam às questões técnicas e científicas da estatística, e os homens de negócio, preocupados em resolver problemas oriundos das necessidades verificadas

na realidade quotidiana. Quando êsses dois tipos de homens se reúnem, o teórico e o prático, a ação atinge o máximo de rendimento. Por isso, urge, seja cada vez maior a aproximação dos homens de empresa com os técnicos do I B G E, para que tenham, aquêles, a oportunidade de receber os vossos ensinamentos e ao mesmo tempo de vos transmitir os problemas que os levantamentos estatísticos existentes ainda não possam, eventualmente, esclarecer.

De nossa parte, vos afirmo, somos fervorosos partidários dessa idéia e é esta uma das razões por que aqui viemos vos dirigir estas palavras, pedindo nos relevem a singeleza das considerações.

E ao terminar desejamos testemunhar, ainda uma vez, a nossa admiração pelos vossos patrióticos esforços que tanto têm contribuído para o engandecimento do nosso Brasil e reiterar os nossos mais sinceros agradecimentos pela honra com que nos distingulam, dando-nos esta oportunidade de nos dirigirmos a uma tão culta e seleta Assembléa."

Quando tiveram início os trabalhos normais, o Secretário-Geral solicitou e obteve dispensa dos interstícios regimentais para que entrassem em primeira discussão os Projetos de Resolução n.ºs 43 a 49, distribuídos na parte da manhã. Depois de discutidos, êsses projetos foram encaminhados pela Mesa à Comissão de Organização Técnica. O Sr LEOPOLDO PERES SOBRINHO assegurou sua solidariedade aos objetivos visados no Projeto n.º 46. O de n.º 47 recebeu emendas dos Srs RUBENS PÔRTO e CLÓVIS PENA TEIXEIRA.

Foram encaminhados à Mesa mais os seguintes Projetos: n.º 50 — "dispõe sobre a execução das Campanhas Estatísticas" (da comissão especial designada para estudar a fusão dos Projetos n.ºs 1 e 12); n.º 51 — "consigna votos relativos a um levantamento de documentação rural e publicação de um Calendário Agrícola e Pecuário" (da Secretaria-Geral); n.º 52 — "registra pronunciamento sobre o VI Recenseamento Geral do Brasil" (do Delegado de Alagoas); n.º 53 — "registra a criação da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais e exprime regozijo pela participação do Brasil em sua Junta Coordenadora" (da Secretaria-Geral); n.º 54 — "formula apêlo ao Poder Legislativo no sentido de que sejam retiradas do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho atribuições inespecíficas de um órgão de estatística e que lhe devem ser estranhas" (do representante do Ministério do Trabalho).

O Secretário-Geral solicitou e obteve dispensa dos interstícios regimentais, para que os mesmos fôsem colocados imediatamente em discussão. Quando da discussão do Projeto n.º 50, o Sr MAURÍCIO FLCHTNER manifestou-se contrariamente à aprovação do mesmo, julgando mais convenientes que autorizasse a Secretaria-Geral a promover novos estudos sobre a organização e lançamento das Campanhas Estatísticas e depois de ouvir as Juntas Executivas Regionais, elaborar um conjunto de normas sobre o assunto, as quais fôsem consignadas num Projeto de Resolução que pudesse ser discutida na futura sessão da Assembléa-Geral. Também se declarou contrário ao Projeto n.º 54, havendo o Secretário-Geral prestado, a respeito, alguns esclarecimentos. Os Projetos foram encaminhados pela Mesa à Comissão de Organização Técnica.

Por proposta do Sr RUBENS PÔRTO, foi apoiado um voto de homenagem à memória do Sr JOSÉ FLORINDO DE SAMPAIO VIANA, grande vulto da estatística brasileira, desaparecido há cerca de dois meses.

Encontrando-se no plenário o Sr VIRSÍLIO GUALBERTO, antigo Diretor do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina e ex-Presidente do Instituto Nacional do Pinho, foi convidado a sentar-se à Mesa, sendo saudado pelo Secretário-Geral, que acentuou a valiosa cooperação por êle prestada à obra da estatística, nos vários cargos que ocupou. O homenageado agradeceu a cordial acolhida de que era alvo, bem como o voto de louvor aprovado anteriormente pelo plenário, declarando o seu propósito de sempre servir às boas causas do Instituto.

Sétima reunião — Sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, realizou-se às 9,30 a última reunião plenária da Assembléa-Geral.

O Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, depois de agradecer o voto de regozijo aprovado na véspera por motivo da criação do Fundo Naval e do início de execução dos planos de reerguimento do poder marítimo do País, lembrou que não vinha participando dos trabalhos da Assembléa um grande servidor da estatística brasileira, o Sr RUBEM GUEIROS, antigo Inspetor-Geral, que se encontrava à disposição do Governo do Território do Rio Branco. Propôs, sendo aprovado, fôsse designada uma comissão para transmitir àquele prezado companheiro as saudações do plenário. Foram então designados para tal fim o próprio proponente, e os Srs FELIPPE NERY e CARLOS GRADOWSKI.

O Sr JOSÉ LOPES DOS SANTOS, em nome do plenário fez entrega ao Presidente do original da Resolução n.º 479, autografada por todos os Delegados, pronunciando algumas palavras sobre o sentido da homenagem prestada. O General DJALMA POLLI COELHO agradeceu a expressiva manifestação da Casa, declarando que, ao assumir a direção do Instituto, já o sistema estatístico-geográfico brasileiro gozava do mais alto prestígio nos círculos governamentais e culturais. Referiu-se ao entusiasmo, à verdadeira "mística", que sempre observou existir entre os servidores do Instituto, quer na sede central, quer nas Inspetorias Regionais que visitou, entusiasmo que se revela em dedicações anônimas e invulgar espírito de cooperação.

Em seguida, o Sr RAUL ARANTES MEIRA fez entrega ao Sr RUBENS PÔRTO do original da Resolução n.º 480, igualmente autografada por todos os presentes, tendo o Vice-Presidente do I B G E agradecido a homenagem.

Foram aprovados os seguintes votos: de louvor — ao pessoal do Serviço Gráfico, na pessoa do respectivo Superintendente, Sr RENATO AMERICANO, pela primorosa apresentação das publicações do I B G E (indicação do Sr FELIPPE NERY); de louvor, admiração e agradecimento aos funcionários da Secretaria-Geral que colaboraram nos trabalhos da Assembléa (indicação do Sr MAURÍCIO FLCHTNER); de reconhecimento — ao Ministro CARLOS ALBERTO GONÇALVES pelos serviços prestados, por

longos anos, ao Conselho, uma vez que o representante do Ministério das Relações Exteriores em breve deixará essas funções, por ter sido designado para servir na Embaixada do Brasil no México (indicação do Sr RAUL LIMA); de agradecimento — ao Governador AMILCAR DUTRA DE MENEZES, do Território do Acre, pela prestigiosa assistência que vem dispensando às atividades do órgão estatístico regional (indicação do Sr RAUL ARANTES MEIRA). Quanto a este último voto, o Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA salientou que o Governador AMILCAR DUTRA DE MENEZES fôra membro da antiga Comissão Censitária Nacional e o Presidente deu o seu testemunho do interesse demonstrado por S Ex^a relativamente às atividades do I B G E. O Ministro CARLOS ALBERTO GONÇALVES agradeceu a manifestação de que fôra alvo.

Foi encaminhado à Mesa um projeto de Resolução, que tomou o n^o 55 e no qual se "registra pronunciamento sobre os trabalhos do Laboratório de Estatística." O Secretário-Geral solicitou e obteve dispensa dos interstícios regimentais para que esse projeto pudesse entrar imediatamente em discussão. Examinado a seguir, foi encaminhado à Comissão de Organização Técnica, com uma emenda do Sr DOMINGOS SABOIA.

Foram discutidos e aprovados os pareceres da referida Comissão sobre os Projetos n^{os} 42 a 55. A propósito do Projeto n^o 46, o Presidente informou que acabava de encaminhar ao Presidente da República uma exposição, solicitando o aumento de 20 milhões de cruzeiros na verba destinada ao Conselho, no orçamento do próximo ano.

Após discussão, foram aprovados os pareceres da Comissão de Redação Final sobre os Projetos n^{os} 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 45, os quais se transformaram em Resoluções sob os n^{os} 489 a 511, respectivamente. Quanto ao Projeto n^o 42, o Sr MAURÍCIO FILCHTNER propôs, sendo aprovado, que dêe ficasse constando a citação nominal do Sr João de Mesquita LARA.

O Secretário-Geral comunicou que no dia seguinte, às 14 horas, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, antigo Secretário-Geral e atual Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística, faria uma palestra sobre problemas de aplicação do método de amostragem no Brasil. Em seguida, agradeceu as referências feitas pelo Sr MAURÍCIO FILCHTNER aos funcionários da Secretaria-Geral, salientando que a elas faziam jus todos os servidores, desde os seus auxiliares imediatos até os de categoria funcional mais modesta. Manifestou, por outro lado, o seu vivo rigozijo pelo alto espírito de compreensão e de cordialidade observado durante a Assembléa. Por último, leu a ordem do dia da sessão de encerramento, que se iria realizar no mesmo dia, às 21 horas.

O Presidente designou uma comissão composta dos Srs Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, AFONSO ALMIRO, CARLOS MENDONÇA, FELIPPE NERY e D HORMINDA PITALUGA DE MOURA para, em nome do plenário, efetuar a entrega, ao Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES,

do original da Resolução n^o 485, autografado por todos os presentes.

O Sr MAURÍCIO FILCHTNER solicitou que ficasse consignado em ata a satisfação e os agradecimentos das delegações regionais pela valiosa cooperação que lhes fôra prestada pela representação federal. O Sr AFONSO ALMIRO agradeceu esse significativo pronunciamento.

O Sr JOSÉ LOPES DOS SANTOS declarou que, participando pela primeira vez de uma Assembléa-Geral, experimentara, por vêzes, viva emoção ao verificar o excepcional espírito de compreensão e de cordialidade sempre manifestados por todos os Delegados.

O Sr RAUL LIMA comunicou que o Serviço de Estatística da Produção já podia colocar à disposição dos Delegados regionais os mapas da produção agropecuária, por município, desde 1944.

Foi, por fim, designada uma comissão, composta dos Srs Major ÁLVARO BARBOSA, MAURÍCIO FILCHTNER, FELIPPE NERY e D HORMINDA PITALUGA DE MOURA, para examinar e aprovar a ata da última reunião do plenário.

A SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO

A solenidade de encerramento da XI Sessão das Assembléas-Gerais do I B G E verificou-se no dia 12, às 21 horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO.

Aberta a sessão, foi dada a palavra ao Tenente-Coronel EDMUNDO GASTÃO DA CUNHA, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, que leu o seu discurso-relatório acerca dos trabalhos da Assembléa-Geral do referido órgão. A seguir, coube ao Sr WALDEMAR LOPES, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, ler o seu discurso-relatório sobre os resultados da Assembléa-Geral do C N E, o qual se acha publicado noutra local do presente número da REVISTA.

Em nome das delegações estaduais falaram, formulando despedidas, pela ala geográfica o Engenheiro CICERO DE MORAES, delegado do Espírito Santo, e, pela ala estatística, o Sr MAURÍCIO FILCHTNER, delegado do Rio Grande do Sul.

Em nome das representações federais, discursaram, pela ala geográfica o Comandante ALEXANDRINO DE PAULA FREITAS SERPA, representante do Ministério da Marinha, e, pela ala estatística, o Sr RAUL LIMA, representante do Ministério da Agricultura, que assim se expressou:

"A circunstância de encontra-me, tão a contra-gosto, nesta tribuna, quando já o cansaço vos domina, fortalece dois sentimentos que há muito cultivo e estou certo experimentais solidariamente comigo: o amor à tradição e o horror ao arbítrio.

Dos males da infância e adolescência, tive os mais comuns — como a catapora e o sarrafo — mas não todos, pois permaneci imune ao soneto e ao arroubo oratório. Meti-me em jornal, onde se pede que escreva e não que fale; abandonei os misteres de bacharel e cai na estatística, onde me diziam só haver uma eloquência — a dos números.

Antiorador por natureza, assim dei graças à tradição que confere automaticamente ao mais novo dos membros da Junta Executiva Central a incumbência de falar na instalação

da primeira Assembléa-Geral de que participei e me permitiu escapar, definitivamente no ano passado, de expôr esta deficiência, tão pouco brasileira; em virtude do arbitrio, não escapais de ouvir-me nesta hora final

Se prevalecesse meu ponto de vista, outro costume se tornaria tradição em nosso ritual — a designação do ilustre e caro colega Dr MOACIR SILVA para responder às despedidas das delegações regionais Além de orador saboroso, o representante do Ministério da Viação, ibgeano ardente, tem a distingui-lo, no Rio de Janeiro, esta quase singularidade, da qual elle tira grande proveito literário: é carioca

Todavia, tendo vencido o arbitrio, desta vez cumpre-me agradecer a honra da designação, por peores que tenham sido as intenções e por peores que hajam de ser, como estão sendo, as conseqüências

Recordo-me, neste momento, de tantas solenidades como esta, das vozes ouvidas, da celebração de um cerimonial que onze repetições não gastaram porque há sempre a revigorá-lo a presença de novos companheiros e de sentimentos que se reaquecem

Allás crelo que poucas vêzes a Assembléa terá apresentado tantos estrepantes como na sessão que hoje se encerra Há onze dias atrás, o olhar de velho ibgeano que perpassasse sobre a ala direita deste colendo recinto divisaria uma galeria em grande parte inédita e se encheria de interrogações

Decorridos os trabalhos, todos se tornaram de tal maneira familiares que a cada um podemos facilmente apontar pelo nome ou pelo Estado ou Território que represente, vindo efetivamente amigos Reduzimo-nos todos a um denominador comum, nem mesmo a nossa biotipologia parece mais apresentar dessemelhanças Bronzeados amazônidas, cabeças-chatas nordestinas, louros sulistas, velhos e moços, gordos e magros, parece que todos se fundiram também esteticamente, até os feios, se os havia, tendo ficado menos feios, os bonitos — e as bonitas — se tornado mais simpáticos Também psicologicamente nos deixamos todos emplastar, ou aminorar, pelo assás mencionado e realmente vivo espirito ibgeano, desse espirito que se estabelece no trato cordial e no culto aos ideais comuns e intervem da maneira mais salutar e construtiva nos momentos de aparente discórdia, restabelecendo a harmonia e a compreensão, para vitória do bom senso e em proveito de superiores interesses da Estatística e do Brasil

Ter-se-ão decepcionado os que, ante alguns pronunciamentos mais calorosos, previram cavalgadas gaúchas, pororocas amazonenses, encrespas de ondas e sopras de ventos em fúria Trabalhamos todos lado a lado, decididamente, devotadamente, e foi no trabalho — e não nos silêncios e no marasmo — que estabelecemos esse clima de melhor entendimento e consolidamos ou fundamos estimas reciprocas

Aquele que parecia o mais impetuoso na arrancada, nosso prezado MAURÍCIO FILCHTNER, logo assumiu uma posição de liderança pela cordura militante de que deu provas e acaba de mostrar, mais uma vez, torrentes de generosidade e de afeto

Os componentes da representação federal, em cujo nome tenho a honra de falar-vos, especialmente os diretores de serviços ministeriais que se aproximaram ainda mais de vós em fecundas reuniões de mesa-redonda, estão profundamente agradecidos à boa vontade, à colaboração eficaz e ao cavalheirismo que demonstrastes e expressam integral confiança em vossa diligência no sentido do cumprimento dos objetivos assentados

Somos um povo sentimental, somos, em particular, pessoas sentimentais Ao cabo de alguns dias de trabalhos, nos escassos intervalos de discussão ou atenção sobre os assuntos que nós prendiam, já se ouviam alguns suspiros e referências a entes queridos dos quais vos afastastes Não sei se é verdade que o melhor da festa é esperar por ela, mas, não tenho dúvida de que o melhor da viagem é voltar, mesmo quando se está numa encantadora cidade como esta, durante um doce fim de inverno e cumprindo o dever entre amigos

Tendes razão em suspirar e ansiar pelo regresso Concedel-nos, por isso mesmo, que também tenhamos saudades neste momento de separação

Para muitos de vós, éramos nós simples assinaturas em officios, firmas que talvez com algum rudimento de grafologia procuráveis interpretar Agora, somos criaturas humanas, companheiros fraternos que, por sua vez, daqui em diante, passarão a ver, com os olhos da recordação, a todos vós, nas sedes de vossos departamentos, mais indulgentes para com as nossas impertinências

Com esses sentimentos, caros Colegas, aqui vos desejamos feliz retorno aos vossos lares, fazendo-vos portadores de saudades cordiais aos vossos colaboradores e dos melhores votos de felicidade para vossas famílias

Deus vos acompanhe ”

Antes de dar por encerrada a solenidade, o General DJALMA POLLI COELHO pronunciou as seguintes palavras:

“Chegamos, assim, ao término feliz desta XI Assembléa-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Nesta oportunidade é para mim sumamente grato dizer-vos que, de acôrdo com os discursos que acabamos de ouvir dos dignos Secretários-Gerais, tudo correu muito bem, dentro de um fraterno espirito de colaboração e de amizade

Os resultados que colhestes, em porfioso trabalho de muitos dias, foram igualmente bons Rejubilemo-nos, portanto, com uma e outra dessas cousas Quero declarar-vos aqui que a Presidência do Instituto fará tudo o que estiver ao seu alcance para que as Resoluções tomadas pelos dols corpos deliberativos da Assembléa, sejam efetivamente postas em prática, com a exatidão desejada e nos seus devidos tempos

A Presidência está empenhada, junto ao Governo Federal, no sentido de que sejam ampliados os recursos que o Conselho Nacional de Estatística recebe do Tesouro para a manutenção da Secretaria-Geral, de tal modo que seja possível destinar maior soma de dinheiro à manutenção do sistema nacional de Agências Municipais e de Inspeorias Regionais.

As Inspeorias Regionais, em muitos Estados, carecem de instalações adequadas bem como de veículos em número suficiente para garantir o serviço de coleta As Agências Municipais, especialmente, as Agências-Modelo, precisam também de veículos e de bibliotecas, além de mais alguns funcionários Essas Agências terão de desempenhar um grande papel quando chegar o momento de empregarmos a técnica da amostragem.

No dominio das atividades geográficas, os nossos problemas, estudados nesta Assembléa, revelaram apreciável avanço quanto ao que se está fazendo nos Estados e nos serviços federais, inclusive no Conselho Nacional de Geografia. Ficamos, entretanto, com a consciência nítida de que há muito o que fazer em matéria de produção de mapas Isso nos leva a pensar que é grande e urgente a necessidade de incrementar o programa cartográfico do Brasil Acabamos, mais uma vez, de constar que não temos ainda uma razoável adaptação de nossos trabalhos aos importantes problemas que o atual Governo tem em vista, conforme tem sido anunciado ao País

É preciso, portanto, que, tanto na Estatística como na Geografia, estabeleçamos uma mais perfeita coordenação entre o que estamos fazendo e o que a Nação está reclamando de nós, a fim de não podermos nunca ser acusados de parecermos alheios à vida nacional que, agora mais do que no passado, exige homens práticos, como soluções práticas para os problemas práticos Verifiquei, nesta Assembléa, que isso foi de certo modo o que procurastes fazer Mas julgo necessário que continuemos a pensar em aperfeiçoar a nossa obra cada vez mais

Oxalá, Senhores Delegados, possamos no ano vindouro estar novamente aqui reunidos para constatar os bons frutos da nossa seara atual e para a sementeira de ainda melhores frutos, em beneficio de nossa Pátria

Está encerrada a sessão ”

SEMINÁRIO DE APURAÇÃO MECÂNICA

Como estava previsto, em decorrência de cooperação firmada entre a Organização de Alimentação e Agricultura (F A O) e o I B G E, funcionou, nesta Capital, no período de 6 a 29 de agosto deste ano, um Seminário de Apuração Mecânica, com o comparecimento de numerosos técnicos de diversas Repúblicas americanas, como estagiários

Colaboraram, com a sua reconhecida experiência nesse campo, os técnicos MAX BERSHAD, do Bureau do Censo, dos Estados Unidos, SYDNEY BINDER, do "National Office of Vital Statistics", também dos Estados Unidos, e LAWRENCE WILSON, da "I B M World Trade Corporation"

INSTALAÇÃO DO SEMINÁRIO

A instalação do Seminário, que funcionou no Serviço Nacional de Recenseamento, teve lugar no auditório do Conselho Nacional de Estatística, presentes os Srs General DJALMA POLLI COELHO, Presidente do I B G E, WALDEMAR LOPES, Secretário-Geral do C N E, TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO e PAULO MESQUITA LARA, Diretores, respectivamente, das Divisões Técnica e Administrativa do S N R, LUIS ROSE UGARTE, representante da F A O e grande número de técnicos estrangeiros e nacionais

Pronunciou palavras de boas vindas aos técnicos estrangeiros o Sr WALDEMAR LOPES,



Aspecto da Mesa que presidiu à instalação do Seminário de Apuração Mecânica, no auditório do Conselho Nacional de Estatística, quando discursava o Sr Luis ROSE UGARTE, representante da F A O Vêem-se, a partir da esquerda, os Srs TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, LUIS ROSE UGARTE, General DJALMA POLLI COELHO, Presidente do I B G E, Professor GIORGIO MORTARA, Consultor-Técnico do C N E, e WALDEMAR LOPES, Secretário-Geral desse órgão

Na qualidade de representante da F A O, esteve presente ao Seminário o Sr Luis ROSE UGARTE, Chefe do Escritório dessa Organização na América Latina

Os técnicos estagiários foram os seguintes: ASTHENIO AVERANGA — Bolívia; MIGUEL ANGEL MUÑOZ — Costa Rica; GUILLERMO NAPOLEON FUENTES e LORENZO JIMÉNEZ BARRIOS — Salvador; JOSÉ A GUARDERAS L — Equador; ALVARO AROSEMENA — Panamá; RAÚL MENDOZA A e UBALDO S VARELA BRUN — Paraguai; ENRIQUE HUOT BERROA — República Dominicana; LUIS ALBERTO IMOLA — Uruguai; CARLOS NUÑES GUINAND, JOSÉ A LOPES TERRERO e JOSÉ V MONTESIN SAMPERTO — Venezuela

que se referiu, também, ao elevado significado da estreita e sã cooperação reinante, nos setores estatísticos, entre as nações do continente A seguir, fez uso da palavra o Sr Luis ROSE UGARTE, que assim se expressou:

"Tenho novamente a feliz oportunidade de encontrar-me sob a gentil hospitalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desta vez num empreendimento específico de cooperação técnica relacionada à tabulação dos Censos das Américas, que denominamos, em espanhol, "Laboratório Latinoamericano de Tabulación Censal de Rio de Janeiro"

Sua gestação data, precisamente, de um ano, quando fui convidado pelo Instituto Interamericano de Estatística, como observador internacional de seus censos Desde o primeiro instante, a Direção Técnica dos censos con-

coidou em prestar seu concurso a todos os técnicos em tabulação dos países do continente que se sentissem inclinados a utilizar a experiência dos censos brasileiros A F A O , de sua parte, desejava cumprir da melhor maneira possível seu compromisso de facilitar e estimular não só a comparabilidade internacional do censo agrícola, baseada na enumeração de conceitos uniformes, como também a elaboração mais pronta, mais econômica e mais eficiente dos dados recenseados

Não bastava, entretanto, a boa vontade da F A O , e do Instituto para levar adiante seus propósitos. Era preciso um acôdo internacional, e foi na Conferência Interamericana de Agricultura, de Montevidéu, realizada conjuntamente, em dezembro do ano passado, pela F A O e a Organização dos Estados Americanos, que se fez ressaltar a necessidade dos dados dos censos e das estatísticas permanentes como base substancial, para facilitar o estudo dos problemas de planificação nacional e internacional da produção agropecuária, e se resolveu apoiar toda medida de que resultasse a mais rápida efetivação dos censos

As Nações Unidas e o Instituto Interamericano de Estatística, interessados diretamente nos censos e estatísticas em geral, aderiram imediatamente ao projeto do Laboratório ou Seminário de Apuração, já encaminhado entre o I.B.G.E. e a F A O ; e, finalmente, o Governo dos Estados Unidos e a "International Business Machines Corporation", por intermédio de sua organização, "The World Trade Corporation", acederam com a maior boa vontade, a pôr à disposição do Laboratório a valiosa cooperação de dois de seus mais destacados técnicos, aqui presentes, os Srs LAWRENCE WILSON e SYDNEY BRINDER, respectivamente

Necessitava-se de outro elemento importante — o aspecto financeiro — para tornar realizável o projeto. Felizmente, junto ao programa ordinário das Organizações Internacionais, funciona agora o Programa Ampliado de Ajuda Técnica das Nações Unidas, devidamente racionalizado entre as diversas Agências Especializadas, e é graças a esse programa que, por parte da F A O , foi possível levar avante o Seminário que ora se inaugura

Dez dos países latino-americanos se fazem representar neste Seminário, a saber, além do Brasil: Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Salvador e Venezuela, contando-se, na Delegação deste último, um representante do Banco Agrícola e Pecuario. Foi motivo outros, alheios à reconhecida utilidade deste Seminário, até agora parece improvável a presença dos demais países. Esta circunstância já se havia levado em conta ao projetar-se o Seminário, pois se considerou não importar o número dos que pudessem comparecer, uma vez que valia a pena realizá-lo, já que não era possível encontrar em mais de um ou dois centros a junção de elementos materiais suficientes para uma demonstração adequada como no Brasil, nem era possível tampouco dispor de técnicos de primeira classe por tempo que lhes permitisse permanecer, no mínimo, durante duas semanas em mais de um ou dois países simultaneamente

Não representa este Laboratório um centro de formação propriamente dito. Encontra-se, aqui, pessoal preparado especificamente em tabulação, o qual vem comprovando seus conhecimentos de forma objetiva, inteirando-se pessoalmente do processo censitário que se vem desenvolvendo num país da variedade de recursos e condições como o Brasil; ouvindo dos próprios técnicos censitários brasileiros seus problemas, suas soluções, inclusive seus erros; conhecendo também as opiniões dos técnicos norte-americanos já mencionados; e, fi-

nalmente, consultando os problemas de tabulação que defrontam seus respectivos países

Como a F A O não limita seu interesse à coordenação dos censos agrícolas, na sua qualidade de maior consumidor internacional de dados relacionados à produção agropecuária, vem se preparando desde algum tempo para mudar a ênfase de sua missão cultural pela de um maior progresso das estatísticas agrícolas contínuas. Com este objetivo, acaba de criar-se, em Costa Rica, um Curso de Formação de Estatísticos Agrícolas, de três meses de duração; e agora, em conexão com este Seminário, vai trazer, com a cooperação do Bureau do Censo dos Estados Unidos, um técnico para que colabore na organização de uma tabulação censitária à base de amostras e contínuo desenvolvendo, neste ou noutro país, planos de possível aplicação às estatísticas agrícolas contínuas

É evidente que temos pela frente um trabalho de constante atenção e verdadeiro esforço pessoal para atingir nossos mútuos objetivos. Seu êxito não será obra de alguns organizadores, mas o resultado do esforço de todos. Devemos considerar que este Seminário não se realiza apenas em proveito dos técnicos latino-americanos aqui presentes; o que dele resultar terá repercussão no continente inteiro quanto a censos, e mais ainda, em todos os círculos técnicos da especialização, através dos programas internacionais

Em nome do Diretor-Geral da F A O , e do Chefe de minha Divisão, permito-me deixar expressa a constância do nosso reconhecimento ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por sua ajuda generosa, bem como aos Governos dos países aqui representados pela sua magnífica cooperação, que nos permitiu pôr em execução este modesto esforço a serviço dos interesses estatísticos do continente "

Coloaram, diretamente, na realização do Seminário os seguintes servidores do Serviço Nacional de Recenseamento: palestras — SEBASTIÃO AGUIAR AYRES, Chefe da Subdivisão do Censo Demográfico; VALDECIR FREIRE LOPES, Chefe da Subdivisão de Apuração Mecânica; JOSÉ RUBEN MANTOVANI, Chefe da Secção do Censo Agrícola; ELSON MATOS, Chefe da Secção de Classificação e Apuração, da S A M ; e GILBERTO LIMA, Chefe da Secção de Perfução e Conferência, da S A M . Fizeram exposições práticas sobre a execução dos trabalhos: HIRTOR DA CÂMARA VELOSO, Chefe da Secção de Sistematização do Censo Demográfico; BORIS FEIGHELSTEIN, Chefe da Secção de Codificação do Censo Demográfico; e PAULO FILGUEIRAS, Chefe da Secção de Revisão do Censo Demográfico. Inteira assistência administrativa ao funcionamento do Seminário foi prestada pelo Sr. ARMANDO DE OLIVEIRA PINTO, Assistente da Divisão Técnica do S N R

Compareceu, também, às reuniões do Seminário o Sr. ORO GIRALDES, Chefe da Secção de Mecanização do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura

A "I B M World Trade Corporation", secção do Rio de Janeiro, cedeu gentilmente, para acompanhar os trabalhos do Seminário, na qualidade de tradutor especializado, o Sr. EDUARDO CASTRO ABREU E SILVA

PROFESSOR ALFRED SAUVY

Visitou o Brasil, em julho último, a convite do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação Getúlio Vargas e Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, o Professor ALFRED SAUVY, eminente demógrafo e economista francês

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Demográficos da França, membro do Conselho Nacional Econômico e do corpo docente do Instituto Nacional de Estatística e do Instituto de Estudos Políticos (Universidade de Paris), Vice-Presidente da União Internacional para o Estudo Científico da População, Presidente da Comissão de População do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, membro de várias instituições e organizações internacionais — o Professor ALFRED SAUVY pronunciou, entre nós, uma série de impor-

tares da Demografia"; "Povoamento Racional de um Território"; "Países Superpovoados e Insuficientemente Desenvolvidos"; "Os Fatos e a Opinião"

Por ocasião da conferência que realizou para os membros da Sociedade Brasileira de Estatística, foi o Professor ALFRED SAUVY saudado pelo Professor GIORGIO MORTARA, com as seguintes palavras:

"Ao eminente colega ALFRED SAUVY apresento a saudação da Sociedade Brasileira de Estatística e dos demógrafos brasileiros. A sua presença entre nós é causa de profunda satisfação para os cultores da ciência da população, atestando a atenção que começa a ser despertada no Brasil pelos fatos que essa ciência observa, descreve e interpreta e pelos problemas que ela revela e discute

* * *



Aspecto da mesa, por ocasião da conferência do Professor ALFRED SAUVY, no auditório do IBGE, perante os quadros da Sociedade Brasileira de Estatística

tantes conferências, que versaram temas relacionados à sua especialidade

Em número de nove, e levadas a efeito nas sedes de várias de nossas mais prestigiosas entidades — Ministérios da Educação, do Trabalho e das Relações Exteriores, Fundação Getúlio Vargas, Escola Superior de Guerra, Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, Faculdade Nacional de Filosofia, Sociedade Brasileira de Estatística e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — essas conferências obedeceram aos temas seguintes: "Os Problemas da População — Estado Atual dos Estudos"; "Estado Atual dos Estudos Demográficos"; "Aspectos Sanitários e Culturais dos Estudos Demográficos"; "Aspectos Sociais dos Estudos Demográficos"; "Organização dos Serviços Estatísticos na França"; "Aspectos Mili-

Outras disciplinas sociais, como, por exemplo, a maior parte dos ramos da ciência econômica, concernem a assuntos de imediato interesse para indivíduos, grupos ou classes. Suas pesquisas são encorajadas e acompanhadas pelos interessados, obtendo largas facilidades para seu desenvolvimento

Mas a ciência da população, embora trate de assuntos vitais para todos, não interessa diretamente a ninguém, pois que não oferece perspectivas de conseguir ganhos ou de evitar perdas. Desprezada, assim, pelo "homo economicus" e pela empresa, ela ficou a Cinderela entre as ciências sociais; e os próprios auxílios que ela obteve dos governos foram amiúde destinados a desfigurar os resultados das suas pesquisas para fins políticos antes do que a servir à causa da verdade

É, portanto, especialmente benemérito o cientista que, renunciando a atividades mais estimadas e remuneradas, dedica a sua existência aos estudos demográficos, para conquistar, no interesse da nação e da humanidade,

conhecimentos novos e aperfeiçoar e retificar os antigos. Este é o caminho que escolheu ALFRED SAUVY, alargando-o com a tenaz vontade e esclarecendo-o com a alta inteligência

* * *

Saído da Escola Politécnica, ele iniciou a sua carreira, em 1922, como estatístico na "Statistique Générale de la France", que atingia seu período de máximo prestígio sob a direção genial de LUCIEN MARCH, dignamente continuada por MICHEL HUBER

Aprofundando a sua cultura nos domínios demográficos e econômico, ele ficou habilitado a preparar a importante contribuição à "Encyclopédie Française", sobre os aspectos demográficos da espécie humana, publicada em 1935, e a assumir em 1937 a direção do "Institut de Conjoncture", que manteve até 1945

Esta função, impondo-lhe desviar parte do seu trabalho para outros domínios, aparentemente retardou a atividade de SAUVY como demógrafo, mas de fato acabou por avançá-la, pois que lhe deu ensejo para ampliar a sua visão das múltiplas e íntimas relações existentes entre os fenômenos demográficos e os econômicos, que ele expôs em brilhante síntese no livro *Richesse et population*, em 1944

É do mesmo ano a obra de divulgação científica, *La population, ses lois et ses équilibres*, que resume em pequeno volume e em forma simples os resultados do esforço de um limpo intelecto para chegar a uma visão de conjunto das uniformidades demográficas; e é do ano seguinte a outra obra de divulgação *Bien-être et population*. Entre as contribuições de SAUVY para a ciência da população, cumpre ainda lembrar a sua colaboração no tratado de demografia compilado sob a direção de LANRY, especialmente assinalada pela redação do importante capítulo sobre a natalidade

Mais diretamente ligados com a experiência do observador dos movimentos econômicos são outros trabalhos desse período, entre os quais se salientam o ensaio sobre a conjuntura e a previsão econômica, de 1938, e a obra de divulgação sobre o mesmo assunto, de 1944, como também um estudo sobre as estatísticas e a organização profissional

Quando, em 1945, a abnegada obra de propaganda científica de um grupo de estudiosos foi coroada pela constituição do "Institut National d'Études Démographiques", SAUVY foi escolhido como primeiro diretor desse Instituto, a cujas organização e ação ele dedicou desde então a sua admirável energia. A coleção da revista *Population* e as publicações avulsas revelam apenas uma parte do trabalho desenvolvido pelo Instituto para o progresso dos estudos demográficos

Entre as valiosas contribuições do eminente diretor para a citada revista, quero lembrar apenas, pela sua importância para orientação da política nacional, a análise das necessidades e possibilidades de imigração na França do pós-guerra. Entre seus outros estudos demográficos, solienta-se a comunicação "Développements récents des études de statistique démographique", apresentada em 1949 à sessão de Berna do Instituto Internacional de Estatística, síntese reveladora da extensão e da profundidade da cultura do Autor no domínio demográfico

Entre os trabalhos sobre problemas econômicos, limitar-me-ei a recordar o estudo sobre as perspectivas da economia francesa, de 1946, e a análise das trocas internacionais em relação à rigidez das estruturas nacionais. E não posso deixar de recordar o ensaio de psicologia política e social, publicado em 1949, sobre o poder e a opinião, que põe em evidência a necessidade imprescindível da informação objetiva e completa para a existência de uma verdadeira democracia

* * *

Há vários tipos de demógrafos

Um esgota suas energias buscando laboriosamente o caminho através do árido deserto dos métodos e nem chega a ver de longe a vistosa floresta dos fatos

Outro, explorando essa vastíssima floresta, perde-se no labirinto dos seus recantos e nunca consegue atingir a saída

Outro, ainda, perseguindo miragens de síntese, que lhe escapam como nuvens dispersas pelo vento, tropeça e cai no chão, onde não cuidara firmar os pés

São estes, todos, demógrafos incompletos. Seu trabalho não é inútil, mas deixa insatisfeitos os próprios autores e os que queriam com eles aprender

Nosso hóspede, pelo contrário, é um demógrafo completo; orienta-se com igual segurança no deserto dos métodos, na floresta dos fatos, na atmosfera das teorias. A segregação artificial da demografia no largo domínio da ciência social — segregação necessária nas fases da observação e da descrição — desaparece na sua ampla visão de conjunto, que nos revela as interdependências dos fenômenos estudados pela ciência da população e dos pesquisados nos demais setores das ciências da sociedade

Essa amplitude de visão tornará mais interessantes e mais proveitosas para os ouvintes as conferências do Professor SAUVY às quais teremos o privilégio de assistir

* * *

Professor da Universidade de Paris, Membro do Instituto Internacional de Estatística, Vice-Presidente da União Internacional para o Estudo Científico da População, Presidente da Comissão da População das Nações Unidas, ALFRED SAUVY ocupa hoje uma posição de destaque entre os cultores da ciência da população, não somente no meio nacional como também no internacional

A Sociedade Brasileira de Estatística está certa de que a sua visita ao Brasil servirá para tornar mais largamente conhecida e apreciada a obra desse grande demógrafo, já tão estimado e querido em nosso meio científico. Mas espera, ainda, que uma centelha do entusiasmo que anima esse incansável pesquisador dos fenômenos sociais deixe um traço quadrouro da sua passagem, avivando o fogo da paixão para os estudos demográficos entre os moços, que estão iniciando a sua carreira científica, e entre os menos moços, que, tendo-se encaminhado por essa via, desanimaram e pararam, diante da indiferença dominante a respeito destes estudos de imenso alcance para a ciência e para a vida social

Ao regressar ao seu país, o Professor ALFRED SAUVY enviou ao I B G E uma mensagem de despedida assim redigida:

"França e Brasil, eis as verdadeiras Nações Unidas. E duas outras nações que se dizem grandes, as maiores, poderiam vir ao país de OSWALDO CRUZ tomar algumas lições de humanidade e, também, de humildade

E a Imensa Bondade dos Generosos Espíritos que fazem da terra carioca uma região mais abençoada ainda pelos homens do que pela natureza deveria espalhar-se um pouco sobre o universo. Eis a verdadeira "assistência técnica" de que o mundo mais necessita

Tentarei, de minha parte, recolher esta inesquecível lição e envio a GERMANO JARBEM e seus compatriotas minha saudação comovida e fraternal

Saibam eles que o avião que vai arrancar-me à terra do Brasil não poderá, apesar da sua potência, levar-me integralmente"

CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Com o objetivo de promover a valorização técnico-profissional indispensável para atender às necessidades gerais do País, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social, o Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 87, I, da Constituição, baixou, a 11 de julho deste ano, o seguinte Decreto, que tomou o n.º 29 741:

"Art 1.º — Fica instituída, sob a Presidência do Ministro da Educação e Saúde, uma Comissão composta de representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, para o fim de promover uma Campanha Nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior

Art 2.º — A Campanha terá por objetivos:

a) assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficiente para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do País

b) oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamentos

Art 3.º — Para a consecução desses objetivos a Comissão deverá:

a) promover o estudo das necessidades do País em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassês de pessoal em número e qualidade;

b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas competentes, os recursos existentes no País para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais;

c) promover em coordenação com os órgãos existentes o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas, de seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo Governo brasileiro;

d) promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostram indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes;

e) coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por órgãos da administração federal, governos locais e entidades privadas;

f) promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos post-graduados

Art 4.º — Haverá um fundo especial para custeio das atividades da Campanha, o qual será constituído de:

a) contribuições de entidades públicas e privadas;

b) donativos, contribuições e legados de particulares;

c) contribuições que foram previstas nos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e de entidades paraestatais e sociedades de economia mista;

d) renda eventual do patrimônio da Campanha;

e) renda eventual de serviços da Campanha

Art 5.º — As contribuições de entidades públicas ou privadas serão utilizadas, no mínimo de 50% de seu valor, em programas de interesse direto para os ramos de atividades das instituições contribuintes

Art 6.º — Os programas de aperfeiçoamento mantidos pelos governos locais e entidades privadas que atenderam aos objetivos da Campanha serão considerados como integrantes do plano nacional de aperfeiçoamento

Parágrafo único — Nesta hipótese, esses programas poderão ser auxiliados pela Campanha, na forma em que ficar determinado segundo os critérios que forem estabelecidos pela Comissão instituída no Artigo 1.º

Art 7.º — A Comissão proporá ao Presidente da República, até 31 de dezembro de 1951, a forma definitiva que deve ser dada à entidade incumbida da execução sistemática e regular dos objetivos da Campanha

Parágrafo único — A Comissão proporá igualmente todas as medidas julgadas indispensáveis ao desempenho de suas funções, inclusive a requisição de servidores públicos civis, na forma da legislação em vigor

Art 8.º — O Presidente da Comissão baixará as instruções necessárias à organização e execução da campanha

Art 9.º — Os dirigentes dos órgãos da administração pública, das autarquias e sociedades de economia mista deverão facilitar o afastamento dos seus servidores selecionados para o programa de aperfeiçoamento instituído neste Decreto

Art 10 — O Banco do Brasil facilitará cambiais para as Bolsas concedidas, e, na medida das possibilidades, a transferência dos salários e vencimentos dos beneficiários do programa de aperfeiçoamento

Art 11 — Os membros da Comissão não perceberão remuneração especial pelos seus trabalhos, mas serão considerados como tendo prestado relevantes serviços ao País

Art 12 — Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação "

PROFESSOR FRANK YATES

A convite do Instituto Agronômico de Campinas, esteve nessa cidade, em julho e agosto deste ano, onde organizou e dirigiu um curso de Estatística, em regime de seminário, o Professor FRANK YATES, Chefe do Departamento de Estatística de Rothamsted, na Inglaterra

Especialista de renome mundial nos domínios da amostragem estatística, principalmen-

tudo Agrônomo de Campinas, obedeceu às diretivas a seguir:

1 Papel desempenhado pelo Departamento de Estatística de Rothamsted no planejamento e coordenação dos programas relativos aos ensaios de campo

2 Desenvolvimentos recentes no delineamento fatorial e seu emprego em séries coordenadas de experimentos



O Professor FRANK YATES, ao pronunciar a sua conferência sobre amostragem aplicada ao censo, no auditório do Conselho Nacional de Estatística Vê-se, à mesa, o General DJALMA POLLI COELHO, Presidente do IBGE

te nos setores da pesquisa agrícola, autor de obras consagradas sobre o assunto, criador da maioria dos delineamentos modernos, atualmente em uso, na matéria, O Professor FRANK YATES pronunciou, no dia 29 de agosto, a convite do IBGE e da Sociedade Brasileira de Estatística, uma conferência subordinada ao tema "Métodos de amostragem aplicados ao censo"

O programa que o Professor FRANK YATES cumpriu, nos seminários realizados no Insti-

3 Aplicações agrícolas dos métodos de levantamento por amostragem

4 Alguns problemas de teoria estatística

5 Planejamento de experiências de rotação e outros experimentos de prazo longo

6 Problemas relativos à seleção de plantas

7 Coordenação de métodos experimentais e de levantamentos "Operational Research"

CURSO DE ESTATÍSTICA MATEMÁTICA

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, dando continuidade ao seu programa de difusão dos conhecimentos científicos, promoveu a realização de mais um curso de Estatística Matemática, de nível médio, sob a direção do Professor JOÃO LYRA MADEIRA, com a colaboração do Professor RIO NOGUEIRA

O curso, constante de vinte aulas, ministradas no auditório do IBGE, foi iniciado no dia 26 de junho do ano corrente, obedecendo ao seguinte programa:

1 Recordação matemática

2 Elementos de cálculos das probabilidades

- | | |
|--|--|
| <p>2 1 Fundamentos Teoremas básicos Função de repartição e densidade de probabilidades Exemplos</p> <p>2 2 Variável aleatória Teoremas fundamentais; aplicação e algumas distribuições conhecidas</p> <p>2 3 Funções geratrizes Função característica Aplicação ao caso de uma soma de variáveis aleatórias Funções geratrizes de momentos de algumas distribuições conhecidas (GAUSS, etc)</p> <p>2 4 Desigualdade de TCHEBYCHEFF Lei dos grandes números</p> <p>2 5 Relação entre a função característica e a função de repartição Exemplos e aplicações Teoremas limites no caso de uma soma de variáveis aleatórias (Enunciado e aplicações)</p> <p>2 6 Estudo sucinto dos esquemas de BERNOULLI, POISSON e LEXIS Aplicações</p> <p>3 Amostragem</p> <p>3 1 Universo, Amostra Amostragem aleatória irrestrita Número de amostras</p> | <p>possíveis no caso de universos finitos Amostra aleatória restrita (Amostra estratificada)</p> <p>3 2 Estudo sucinto da distribuição das médias: suas características Momentos Uso da função geratriz de momentos e da função característica</p> <p>3 3 Estudo sucinto da distribuição das variâncias e de outras distribuições por amostragem</p> <p>4 Testes de hipóteses</p> <p>4 1 Princípios básicos Tipos de erros e seu controle Nível de significância Curva característica do teste Potência do teste</p> <p>4 2 Estudo especial das várias formas do teste χ^2</p> <p>4 3 Estudo do teste de STUDENT Aplicações</p> <p>4 4 Estudo do teste F Aplicações</p> <p>4 5 Noções sobre testes seqüenciais. Curvas características e tamanho médio da amostra Aplicações</p> |
|--|--|

VISITA AO SERVIÇO GRÁFICO DO I. B. G. E.

Em companhia do General DJALMA POLLI COELHO, Presidente do I B G E, visitou o Serviço Gráfico da entidade, em julho último, o Coronel BURTON C ANDRUS, Adido Militar à Embaixada dos Estados Unidos. Estiveram presentes, também, o Coronel LANNES JOSÉ BERNARDES JÚNIOR, Diretor do Serviço Geográfico do Exército, e os Capitães CARLOS ALBERTO BRA-

GA COELHO e AMAURY BARROSO, este último Ajudante de Ordens do General POLLI COELHO.

Recebidos pelo Sr RENATO AMERICANO, Superintendente do Serviço Gráfico, percorreram os ilustres visitantes todas as dependências desse órgão, manifestando, à saída, a excelente impressão recolhida.



Flagrante da visita do Coronel BURTON C ANDRUS ao Serviço Gráfico do I B G E. Da esquerda para a direita, vêem-se o Sr RENATO AMERICANO, Coronel B C ANDRUS, General POLLI COELHO, Coronel LANNES J. BERNARDES JÚNIOR e Capitães C A BRAGA COELHO e AMAURY BARROSO.

CENSO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA

Ao entrar em funcionamento, em 8 de setembro de 1947, a Comissão Executiva de Defesa da Borracha deliberou realizar, anualmente, censos da indústria do gênero, dos quais os primeiros, relativos aos anos de 1946 e 1947, tiveram caráter experimental, dada a complexidade de tais inquéritos.

Em 1948, realizou-se investigações mais minuciosas, aproveitando-se, já então a experiência colhida. Distribuíam-se, nessa ocasião, 120 questionários entre os estabelecimentos fabris, conseguindo-se o recolhimento de 72

Inquérito mais amplo e mais aperfeiçoado,

entretanto, foi o levado a efeito, a partir de julho de 1950 até o primeiro trimestre de 1951, e referente ao ano de 1949. Contou a Comissão, dessa vez, com a cooperação do I B G E, através do Conselho Nacional de Estatística, o qual, por meio de sua rede de agências muito contribuiu para o êxito do empreendimento, na distribuição e coleta dos questionários.

Dos 160 questionários distribuídos, 136 foram preenchidos e restituídos. Em virtude de terem encerrado suas atividades tieze estabelecimentos, verifica-se que apenas onze deixaram de responder.

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

Proseguiu a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, durante o período relativo ao presente número da REVISTA, no mesmo ritmo de trabalho últimamente seguido. A primeira reunião efetuada em julho, teve lugar no dia 6, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, tendo o Secretário-Geral, Sr. WALDEMAR LOPES, proposto, com aprovação da Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Ministro OSVALDO FURST, representante do Brasil em Costa Rica. Salientou o Sr. WALDEMAR LOPES o interesse que sempre dispensava o extinto às realizações do Instituto, bem como o apoio e assistência que dava, nos países em que servia, invariavelmente aos Estatísticos que por eles passavam. Proseguindo com a palavra, o Secretário-Geral comunicou a próxima chegada, ao Rio, do Professor ALFRED SAUVY, da Universidade de Paris, Diretor do Instituto de Estudos Demográficos da França, membro do Instituto Internacional de Estatística e Presidente da Comissão de População das Nações Unidas, o qual, em viagem cultural, a convite do I B G E, Fundação Getúlio Vargas e Universidade do Brasil, deveria pronunciar uma série de conferências sobre temas de sua especialidade. Comunicou, também, o Sr. WALDEMAR LOPES, a presença, em Campinas, do Professor FRANK YATES, Estatístico inglês mundialmente conhecido pelos seus trabalhos de experimentação agrícola e membro da Subcomissão de Amostragem Estatística das Nações Unidas. Dado o significado da vinda do ilustre investigador ao Brasil, a Junta autorizou a Secretaria-Geral do Conselho a convidar o Professor YATES a pronunciar uma conferência no Rio, sob os auspícios do Instituto e da Sociedade Brasileira de Estatística.

Voltando a falar, o Sr. WALDEMAR LOPES comunicou que uma Comissão do Instituto Interamericano de Estatística, da qual participava o Sr. TULO HOSTILIO MONTENEGRO, Diretor-Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, como representante do Brasil, ia visitar, dentro dos próximos dias, em nome daquela entidade, o Uruguai, o Chile e o Peru, para assentar providências relativas à execu-

ção dos respectivos censos nacionais. A respeito das Assembléias-Gerais do Instituto, em 1951, informou que havia sido assinado decreto transferindo, para 1º de setembro, a realização das mesmas. Comunicou, também, que o Ministro das Relações Exteriores solicitava o pronunciamento da Junta acerca da participação do Brasil, na XXVII Sessão do Instituto Internacional de Estatística, que se realizará em Nova Delhi, na Índia, em dezembro do ano corrente. Tendo em vista dificuldades de ordem financeira, o Secretário-Geral sugeriu fossem ouvidas as repartições e entidades especializadas quanto à possibilidade de designarem representantes seus, por conta das próprias verbas, para integrar a delegação brasileira àquela Sessão. A Junta aprovou a sugestão. Ao encerrar os trabalhos, o General DJALMA POLLI COELHO, transmitiu a excelente impressão que lhe haviam deixado os serviços do Instituto em Minas Gerais, onde estivera recentemente.

No mesmo dia, voltou a reunir-se a Junta, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, para tratar de assuntos censitários. O Sr. TULO HOSTILIO MONTENEGRO, Diretor-Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, prosseguiu a comunicação, iniciada na sessão anterior, relativa à sua participação nas reuniões promovidas pelo Instituto Interamericano de Estatística, em Washington, em junho, último. Focalizou, de maneira especial, os trabalhos do Comitê do Censo das Américas de 1950, que foi extinto, atribuindo-se parte das suas funções a um Subcomitê criado na Comissão de Coordenação das Estatísticas Nacionais. Referiu-se, ainda, aos trabalhos da C O T A relacionados aos censos predial-domiciliário e agrícola, levantamentos relativos às características da população e elaboração do atlas censitário. Comunicou, também, a próxima publicação da *Síntese do Censo Demográfico do Distrito Federal*, com os resultados definitivos. Fazia-se necessário, porém, para isso, o pronto pronunciamento da Comissão instituída na Prefeitura local, para a fixação dos quadros urbano, suburbano e rural. Por último, fez ciente a Casa de que, na

qualidade de membro de uma Comissão Especial constituída pelo Instituto Interamericano de Estatística, deveria viajar para alguns países da América, com o objetivo de assentar providências quanto à realização dos respectivos censos nacionais. Foram distribuídos dados a respeito da área e população do Estado da Paraíba, em 1º de julho de 1950, por Municípios; população das cidades e vilas, na mesma data, dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Ceará; e designação de sedes municipais, com os nomes que tinham em 1º de setembro de 1940, referentes aos Territórios Federais e aos Estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Na reunião seguinte, efetuada no dia 13 do mesmo mês, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, a Junta, por proposta do Sr RAUL LIMA, aprovou um voto de pesar pelo passamento do Governador do Rio Grande do Norte, ocorrido na véspera, em desastre aéreo.

O Sr SEBASTIÃO AIRES, da Divisão-Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, comunicou que o Sr TULO HOSTILIO MONTENEGRO, Diretor daquela Divisão, viajara, conforme estava assentado, para alguns países da América, integrando a Comissão Especial instituída pelo I A S I, e que já se encontravam apurados os dados que devem figurar na *Sinopse do Censo Demográfico do Distrito Federal*, de acordo com o esquema aprovado. Foram distribuídos dados referentes à população das cidades e vilas, a 1º de julho de 1950, dos Territórios Federais e dos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

Voltou a reunir-se a Junta no mesmo dia, assumindo a direção dos trabalhos o Sr RUBENS PÔRTO, Vice-Presidente do Instituto, em virtude da ausência eventual do Presidente, General DJALMA POLLI COELHO, que se achava em viagem de inspeção aos serviços da entidade, no Estado de São Paulo. Presente à reunião o Professor ALFRED SAUVY, eminente demógrafo francês, Presidente da Comissão de População do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Demográficos da França e membro de numerosas entidades e organizações científicas e culturais de âmbito internacional, o General DJALMA POLLI COELHO acentuou que a sua vinda ao Brasil se devia à feliz iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e do I B G E, com a cooperação de outras instituições, e tinha como objetivo a realização de seminários e conferências, a primeira das quais fôra ouvida com o máximo agrado, na véspera, no auditório do Ministério da Educação. Em seguida, pediu ao Sr GERMANO JARDIM que saudasse o ilustre visitante. Com a palavra, o Sr GERMANO JARDIM formulou, em francês, as boas vindas ao Professor SAUVY, que agradeceu, prometendo transmitir, posteriormente, aos demógrafos brasileiros algumas observações sobre a experiência censitária francesa.

O Sr SEBASTIÃO AIRES, da Divisão-Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, comunicou que, de acordo com os entendimentos anteriores, promovidos pelo Sr RAUL LIMA em virtude de autorização da Junta, aquele órgão está colaborando na experiência de amostragem com base nos questionários do censo agrícola. Referiu-se, a seguir, aos trabalhos de preparo da *Sinopse do Censo Demográfico do Distrito Federal*, anunciando que os mesmos se achavam em fase conclusiva.

Presente à reunião, o Professor GIORGIO MORTARA, Assessor-Técnico do Conselho, fez distribuir o n.º 6 dos Estudos Demográficos do Laboratório de Estatística, intitulado "O Aumento da População do Brasil no decênio sucessivo ao Censo de 1940", pronunciando, em francês, um resumo do aludido trabalho, especialmente destinado ao Professor SAUVY. Este, após agradecer a gentileza do Professor MORTARA, passou a fazer a sua exposição sobre a execução de recenseamentos na França. Antes, porém, frisou o seu regozijo por ver que não apenas a população do Brasil está crescendo, mas que, também, estão progressivamente melhorando os meios de observação estatística do desenvolvimento demográfico do Brasil. Teve também expressões altamente elogiosas aos trabalhos realizados pelo Professor GIORGIO MORTARA, quanto à reconstituição dos dados sobre a população brasileira.

A reunião seguinte ocorreu no dia 27, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO. O Sr SEBASTIÃO AIRES, da Divisão-Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, comunicou que esse órgão havia sido visitado pelo Sr H S CARPENTER, do Bureau Internacional do Trabalho, interessado em assentar providências relacionadas ao preparo da contribuição brasileira ao glossário de ocupações que está sendo elaborado pelo Bureau. A este respeito, manifestou-se o Sr GASTÃO MARTIN PINTO DE MOURA, que prestou esclarecimentos sobre as medidas assentadas entre o Ministério do Trabalho e o Sr H S CARPENTER.

Participou o Sr SEBASTIÃO AIRES que a Divisão-Técnica do S N R havia concluído o plano da *Sinopse do Censo Demográfico*, que deverá ser editada para cada Unidade da Federação. Esclareceu que, dentro de mais alguns dias, seriam enviadas ao Serviço Gráfico da entidade os originais da primeira sinopse, quanto ao Distrito Federal, esperando se encaminhar, à impressão, em ritmo mensal, os originais relativos aos Estados e Territórios. Havendo o Sr RUBENS PÔRTO observado que a divulgação dos resultados do Censo Demográfico estava sensivelmente adiantada, em relação ao desenvolvimento dos trabalhos do Censo Econômico, o Sr OVIDIO ANDRADE, Chefe do Serviço dos referidos Censos, presente à reunião, salientou as dificuldades que assinalaram a coleta dos Censos Econômicos. Prestou, em seguida, esclarecimentos acerca dos trabalhos de apuração, referindo-se à necessidade de uma definição do que deva ser considerado como "resultados gerais e provisórios", esclarecendo ser possível divulgar, no prazo legal, a sinopse dos Censos comercial, Industrial e

dos Serviços, bem como dados resumidos do Censo Agrícola

Foram distribuídas tabelas referentes à população, em 1º de julho de 1950, das cidades e vilas do Estado de Minas Gerais.

Nova reunião ocorreu no dia 3 de agosto, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO O Sr AFONSO ALMIRO, representante do Ministério da Fazenda, distribuiu exemplares do primeiro número do *Mensário Estatístico*, correspondente a julho e editado pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, publicação destinada a divulgar não só as estatísticas do referido Serviço mas também os dados apurados pelas seções especializadas dos diferentes órgãos do Ministério da Fazenda. Foi aprovado um voto de congratulações pelo aparecimento de *Mensário Estatístico*

O Sr RAUL LIMA comunicou haver aproveitado a presença, na capital do País, de vários diretores de sociedades cooperativas, para solicitar a cooperação dessas entidades com os Agentes de Estatística, principalmente no que se refere ao Caderno D, e com o Serviço de Estatística da Produção, para a organização do cadastro dos lavradores. O General DJALMA POLLI COELHO transmitiu a sua impressão da recente viagem ao Estado de São Paulo, salientando a organização e ordem reinantes nos órgãos regionais do Instituto que visitou. Comunicou haver visitado, ainda, a Inspeção Regional de Estatística do Estado do Rio de Janeiro, da qual recolheu a melhor impressão

O Secretário-Geral comunicou haver o Presidente da República, em recente decreto, designado uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, incluindo na mesma o Instituto. A Junta formulou um voto de congratulações com o Governo pela feliz iniciativa. Comunicou, também, a presença, no Brasil, do Sr LUIS ROSE UGARTE, que veio dirigir, na qualidade de representante da F A O e juntamente com o Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, o Seminário de Apuração Mecânica, a instalar-se no Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Instituto e daquele órgão das Nações Unidas. Ainda com a palavra, o Sr WALDEMAR LOPES participou que a direção do Instituto encaminhara, junto ao Ministério das Relações Exteriores, as medidas necessárias ao pronunciamento oficial do Brasil a respeito da localização, no País, de um Centro de Ensino de Estatística Econômica e Financeira, que a Organização dos Estados Americanos pretende instalar, a partir do ano corrente, de acordo com o seu programa de cooperação técnica.

Outras comunicações foram ainda feitas, dentre as quais as de que o Professor FRANK YAPES, no momento em São Paulo, havia aceito o convite que o Presidente do Instituto lhe dirigira, por sugestão da Junta, para pronunciar uma conferência na sede da entidade, sob os auspícios da mesma e da Sociedade Brasileira de Estatística; e que a direção do Instituto já se havia dirigido aos Ministros do Estado e aos Presidentes de órgãos autônomos e instituições privadas interessadas no sentido de obter a designação de repre-

sentantes à XXVII Sessão do Instituto Internacional de Estatística

Após diversas deliberações relacionadas a assuntos ligados à economia interna da entidade, a Junta aprovou as Resoluções n.ºs 364 e 365, referentes a movimentação de recursos e a funções em comissões em Inspeções Regionais de Estatística

A Junta voltou a reunir-se no mesmo dia, desta vez para o trato de assuntos censitários

O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, Diretor da Divisão-Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, comunicou que os originais da *Sinopse do Censo Demográfico* referente ao Distrito Federal, haviam sido enviados ao Serviço Gráfico do Instituto. Informou, ainda, que o S N R tem recebido apreciações sobre o projeto de classificação de indústrias elaborado para servir de base à divulgação dos resultados do Censo Industrial

Nova reunião ocorreu no dia 10, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, havendo o Sr JOÃO DE MESQUITA LARA justificado a ausência do Secretário-Geral, Sr WALDEMAR LOPES, e assumido as funções de Secretário "ad-hoc". Ainda com a palavra, comunicou ter passado, na véspera, por esta capital, o Professor CARLOS E DIEULEFAIT, prestigiosa figura da estatística argentina e colaborador da REVISTA, havendo o Secretário-Geral do C N E levado ao ilustre viajante, em nome do Instituto, as homenagens dos estatísticos brasileiros, numa visita em que se fizera acompanhar pelo Sr GERMANO JARDIM, que representava o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS e a Sociedade Brasileira de Estatística

O Diretor da Divisão-Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento, Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, fez diversas comunicações relacionadas à marcha dos serviços censitários e aos trabalhos do Seminário de Apuração Mecânica, instalado no dia 6, os quais se vinham desenvolvendo normalmente, com a presença, além dos brasileiros, de doze elementos representando oito países americanos. Comunicou, também, que aquele órgão estava estudando, acuradamente, a definição do que se poderia entender como "resultados gerais e provisórios", para fins de divulgação do Censo Agrícola, com o objetivo de possibilitar o cumprimento da disposição legal que manda publicar os aludidos resultados dentro de dois anos da data do censo

O Sr JOÃO DE MESQUITA LARA submeteu à Casa o processo de consulta a respeito do preenchimento dos questionários do Censo Industrial, por parte das empresas Companhia Nacional Forjagem de Aço Brasileiro "Comfas" e Duco Industrial S A (em liquidação), subsidiária da primeira, uma vez que os contratos pelas mesmas mantidos com o Ministério da Guerra proibem a divulgação de dados sobre a respectiva produção. Depois de tomar conhecimento do parecer da Consultoria Jurídica, a Junta deliberou pedir a opinião do representante do Ministério da Guerra, Major DURVAL CAMPELO

Nova reunião verificou-se no dia 17, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO. O Secretário-Geral propôs um voto de congra-

tulações, o qual teve a aprovação da Casa, com o Tenente-Coronel DURVAL CAMPELO DE MACEDO, representante do Estado-Maior do Exército na Junta, pela sua recente promoção

Informando haver a perspectiva de uma reestruturação dos órgãos do Ministério da Fazenda, o Sr APONSO ALMIRO consultou a Casa acerca da conveniência de qualquer iniciativa de sua parte no sentido de dar nova organização ao Serviço de Estatística Econômica e Financeira. Falaram, a respeito, vários Conselheiros, os quais acentuaram o interesse comum por que o referido órgão viesse a alcançar o mais elevado nível de eficiência, mediante uma reforma corajosa dos seus setores de trabalho

O Sr WALDEMAR LOPES comunicou que regressara a Paris o Professor ALFRED SAUVY, após a série de conferências sobre Demografia pronunciadas no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, a convite de várias entidades culturais. O Professor SAUVY, cuja vinda ao Brasil fôra patrocinada pelo Instituto, dirigiu à entidade expressiva mensagem de despedida

Depois de aprovar o programa de trabalhos da Assembléa-Geral a instalar-se a 1º de setembro vindouro, a Junta adotou diversas deliberações relacionadas à economia interna da entidade

No mesmo dia, realizou-se nova reunião, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, para tratar de assuntos censitários

O Diretor Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, comunicou o prosseguimento normal, com inteira observância do programa estabelecido, dos trabalhos do Seminário de Apuração Mecânica. O Sr WALDEMAR LOPES informou que, por ocasião da recente estada do Diretor da Divisão-Técnica do S N R em Santiago, transmitira, êste, um convite ao Diretor da repartição central de Estatística do Chile para visitar o Brasil e apreciar aspectos da organização estatística nacional permanente e da execução do Recenseamento, consultando a Casa sobre a confirmação do aludido convite. O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO distribuiu um quadro do desenvolvimento dos trabalhos de apuração até julho, bem como um projeto de sinopse do Censo Industrial, esclarecendo que se achavam em preparo projetos de sinopses dos Censos Comercial e dos Serviços, e acrescentando que esperava apresentar, na próxima reunião, uma exposição sobre o plano de divulgação dos resultados preliminares do Censo Agrícola

A reunião seguinte verificou-se no dia 24, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, havendo comparecido, como visitantes, o Sr LUÍS ROSE UGARTE, Delegado da F A O, e os técnicos dos vários países que estavam participando do Seminário de Apuração Mecânica, organizado sob os auspícios daquela entidade internacional, com a cooperação do Instituto

Por indicação do Comandante MANOEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, a Junta aprovou um voto de pesar pelo falecimento da esposa do Sr ALBERTO MARTINS, representante do Ministério da Educação e Saúde

Em nome da Casa, o Sr MOACIR MALHEIROS saudou os participante do Seminário de Apuração Mecânica, em particular o Sr LUÍS ROSE UGARTE, salientando o significado especial do curso que se achava em realização no Serviço Nacional de Recenseamento, como centro de convergência e de encontro de trabalhadores da estatística do continente. Falando, em agradecimento, o Sr LUÍS ROSE UGARTE fez breve exposição sobre a organização e o funcionamento do citado Seminário. Louvou o fato de ter sido escolhido o Brasil para sede do Curso, frisando as excelentes condições em que se vem apurando o recenseamento, graças ao plano estabelecido

O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO fez distribuir aos presentes exemplares mimeografados do projeto da Sinopse dos Resultados Preliminares do Censo Comercial, informando que esperava apresentar em breve o projeto referente ao Censo Industrial

Verificou-se outra reunião, no dia 31, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, destinada ao trato de assuntos censitários

O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO comunicou que se havia encerrado o Seminário de Apuração Mecânica, com resultados plenamente satisfatórios, e que, a respeito, estava sendo preparado um relatório sobre os trabalhos executados. Esclareceu que se achavam em execução as sinopses demográficas dos Estados do Espírito Santo e Sergipe, e que o projeto da sinopse dos censos econômicos, distribuído, para exame prévio, aos órgãos interessados, estava merecendo aprovação por parte dos mesmos

Informou, ainda, que haviam sido concluídos os trabalhos de perfuração que, mediante contrato, vinham sendo realizados no Serviço Nacional de Recenseamento para o Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. O Sr RUBENS PÔRTO, Diretor dêste último órgão, disse que, com a execução da referida tarefa, os trabalhos de apuração, na sua repartição, ficavam em dia

Reuniu-se ainda a Junta, no mesmo dia, sob a presidência do General DJALMA POLLI COELHO, tendo o Sr WALDEMAR LOPES efetuado a leitura do projeto de programa dos trabalhos da Assembléa-Geral e solicitando um pronunciamento da Casa sobre a apresentação, à Assembléa, de Projetos de Resolução a respeito de assuntos que não se referem especificamente às atividades técnicas e administrativas do Conselho. Salientou o Secretário-Geral que se haviam tornado uma tradição os pronunciamentos do plenário sobre temas e problemas relacionados com a situação cultural e social do Instituto. O General DJALMA POLLI COELHO teceu referências a respeito das condições de normalidade e eficiência sob os quais estava funcionando o Serviço Gráfico do Instituto. Foram distribuídos, entre os presentes, exemplares do segundo número do *Mensário Estatístico*, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, e de tabelas do Serviço de Estatística da Produção sobre a matança efetuada nos frigoríficos do Brasil, nos anos de 1948 a 1950

Dedicada ao exame dos assuntos referentes ao Censo, a reunião seguinte, sob a presi-

dência do General DJALMA POLLI COELHO, ocorreu no dia 14 O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO fêz distribuir, entre os presentes, um quadro sôbre o desenvolvimento dos trabalhos de apuração, até o mês de agosto

Nova reunião, dedicada a assuntos censitários, verificou-se no dia 21, sob a presidência do Sr RUBENS PÔRTO, na ausência eventual do General DJALMA POLLI COELHO O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO comunicou que se acham em revisão as provas da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Distrito Federal, encontrando-se em via de conclusão a Sinopse relativa a Sergipe

Continuando com a palavra, o Diretor-Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento informou que estava em preparo o projeto da Sinopse Preliminar do Censo Industrial Foram distribuídos, aos presentes, exemplares do projeto de Sinopse dos Resultados Preliminares do Censo dos Serviços A Junta baixou a Resolução Censitária n.º 24, que "autoriza destaques e suplementações de verbas"

Voltou a Junta a reunir-se no mesmo dia, ainda sob a presidência do Sr RUBENS PÔRTO Foi aprovado, por indicação do Sr GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, um voto de pesar pelo desabamento do teto de um cinema, em Campinas, com a morte de dezenas de pessoas Também por indicação do Sr GASTÃO QUARTIN, a Casa aprovou um voto de congratulações com o Sr RAFAEL XAVIER, antigo Secretário-Geral do Conselho, pela sua recente nomeação

para as funções de Diretor Executivo da Fundação Getúlio Vargas

Presente à reunião, o Professor GIORGIO MORTARA distribuiu exemplares do *Estudo Demográfico n.º 7*, elaborado pelo Laboratório de Estatística referente à "Tábua de sobrevivência para o Distrito Federal, conforme a mortalidade do ano de 1950", formulando a respeito uma série de considerações A Junta baixou, em seguida, diversas deliberações sôbre assuntos relacionados à economia interna da entidade

Novamente reuniu-se a Junta, no dia 28, dessa vez para discussão de assuntos censitários

A respeito da prestação de informações por parte de estabelecimentos que produzem material para fins de defesa nacional, o Tenente-Coronel DURVAL CAMPELO DE MACEDO leu um parecer do Estado-Maior do Exército, no sentido de que as fábricas civis de material bélico devem prestar os informes necessários à estatística brasileira, não devendo ter divulgação, porém, os dados referentes ao referido material

O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO fêz distribuir exemplares do folheto que contém uma seleção dos principais dados do Censo Demográfico no Distrito Federal, bem como de um quadro divulgado pelo Instituto Interamericano de Estatística, apresentando os resultados preliminares do mesmo censo nos vários países do continente

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Realizou-se, no dia 30 de julho último, no auditório do IBGE, a assembléia-geral ordinária da Sociedade Brasileira de Estatística, achando-se presentes numerosos associados

Dirigiu os trabalhos o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, Presidente da Sociedade, que, após esclarecer os objetivos da sessão — discussão e votação do relatório e das contas relativas ao último exercício, bem como o exame de outros assuntos de interesse geral — determinou a leitura, pelo 1.º Secretário, Sr João DE MESQUITA LARA, das proclamações de sócios residentes em vários Estados a associados presentes, numa representação total de 108 integrantes do corpo social Foi lido, também, um telegrama dirigido à Sociedade pelo Professor FRANK YATES, no qual o ilustre Estatístico inglês aceitava o convite formulado pela entidade para a realização de uma série de conferências no Rio de Janeiro O plenário aprovou um voto de pesar pelo falecimento, meses atrás, do Ministro OLIVEIRA VIANA, antigo Consultor-Técnico do Conselho Nacional de Estatística

A fim de orientar os trabalhos referentes à discussão e votação do relatório e contas da Diretoria e parecer da Comissão Fiscal, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS convidou o consócio ALDEMAR ALEGRIA, Diretor do Departamento Estadual de Estatística do Rio de Janeiro, a assumir a presidência da mesa,

iniciando-se, a seguir, a leitura dos referidos documentos, os quais obtiveram unânime aprovação

Voltando a dirigir os trabalhos, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS agradeceu a aprovação que haviam merecido as atividades da Diretoria no último ano social e levou à consideração dos presentes uma proposta, no sentido de ser colocada, em solenidade adequada, na sala da SBE, os retratos dos três Presidentes Honorários da Sociedade, Srs Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, VALENTIM-BOUÇAS e LÉO DE AFFONSECA A proposição mereceu aprovação unânime

O Sr GERMANO JARDIM, Secretário-Geral da Sociedade, falou sôbre os trabalhos da última Sessão da Comissão de População das Nações Unidas, realizada nos Estados Unidos, em junho do corrente ano e informou haver recebido do Presidente da UNESCO comunicação de que deverá aparecer brevemente, publicado pela referida entidade, o *Anuário Estatístico de Educação*, abrangendo dados de 55 países, inclusive o Brasil, e de que, em novembro vindouro, será realizada uma reunião do Comitê para a Padronização dos Estatísticas Educacionais, também de iniciativa da UNESCO, para a qual estava o orador convidado

O Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, antes de encerrar os trabalhos, propôs, com aprova-

ção igualmente unânime, um voto de louvor ao constante apoio e à dedicada e valiosa colaboração oferecidos à Sociedade pelo I B G E, por intermédio do seu Presidente, General DIALMA POLLI COELHO, e do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, Sr VAL-DEMAR LOPES

Foi o seguinte o relatório apresentado pela Diretoria da Sociedade:

"Em obediência ao que dispõe os Estatutos da Sociedade, a Diretoria abaixo-assinada vem submeter à vossa apreciação o Relatório das suas atividades no ano social decorrido de julho de mil novecentos e cinqüenta a junho de mil novecentos e cinqüenta e um, bem como apresentar as contas do último exercício financeiro e o respectivo parecer da Comissão Fiscal

Conferências Internacionais de Estatística — Recebeu a Sociedade, durante o período em exame, diversos convites para tomar parte em reuniões e conferências internacionais de estatística

Da Divisão de População do "Statistical Office" da Organização das Nações Unidas (O.N.U.) e do Serviço de Estatísticas Vitais dos Estados Unidos da América do Norte, foi recebido convite para que a Sociedade prestasse sua colaboração e se fizesse representar no Seminário de Bioestatística, realizado em Santiago, Chile, de setembro a dezembro de 1950. Dada a impossibilidade material de ser enviado um representante oficial, a Sociedade limitou-se a agradecer o convite

A Sociedade de Estatística Alemã honrou a nossa agremiação, convidando-a para a sua Assembléa Anual, bem assim para a "Semana Estatística" e a 50ª Conferência da Associação dos Estatísticos, que foram realizadas em Berlim, no mês de novembro de 1950. Pelos mesmos motivos, deixou a Sociedade de enviar um delegado especial, agradecendo, todavia, o amável convite da sociedade co-irmã

Outro convite com que a nossa entidade foi distinguida veio do "Institute of Social and Economic Research" do "University College of the West Indies", de Mona, Jamaica, para um Curso de Amostragem que ali foi realizado pelo Doutor FRANK YATES, em janeiro do ano corrente. Devido às mesmas dificuldades, limitou-se a Diretoria a agradecer a lembrança do referido convite

Do Instituto Internacional de Estatística, a que está filiada, recebeu a Sociedade convocação para se representar na 27ª Sessão dessa prestigiosa entidade, a realizar-se em Nova Delhi e Calcutá, Índia, no vindouro mês de dezembro. A Diretoria está providenciando a fim de que representantes da Sociedade possam comparecer a essa importante reunião, integrando a delegação brasileira. Na hipótese de não ser possível a viagem de delegados próprios, então a nossa agremiação se fará representar ao citado certame internacional por um membro da delegação brasileira. A Diretoria, entretanto, empenhará esforços para afastar os óbices de natureza financeira que estão dificultando a constituição de delegação própria. Isto porque, devendo realizar-se no Brasil, possivelmente em 1955, uma sessão conjunta do Instituto Internacional de Estatística, Instituto Interamericano de Estatística e outras entidades culturais e como à Sociedade, por certo, caberá parcela apreciável da responsabilidade pela organização dos certames, a observação dos trabalhos levados a efeito em Nova Delhi e Calcutá poderia ser bastante proveitosa. Confia a Diretoria que o espírito público das pessoas e intuições a que recorrerá para a obtenção de recursos e facilidades possibilitará a organização de uma delegação, embora modesta

Relações Internacionais — Continua a Sociedade a fortalecer e a ampliar os laços de amizades e cooperação com entidades estatísticas internacionais

Foi concretizada este ano, finalmente, ve-lha aspiração da Diretoria, qual seja a da

filiação da Sociedade ao Instituto Internacional de Estatística (I.S.I.) Segundo a comunicação que nos dirigiu recentemente a direção do I.S.I., a nossa proposta de filiação recebeu a melhor acolhida da parte daquela prestigiosa instituição, merecendo despacho favorável o pedido por nós formulado

Filiando-se a essa entidade de âmbito mundial, poderá a nossa Sociedade ampliar ainda mais as suas relações com as entidades co-irmãs, contribuindo para maior difusão dos trabalhos e serviços estatísticos brasileiros

Filiada, desde 1946, ao Instituto Interamericano de Estatística (I.A.S.I.), continua a Sociedade a colaborar, dentro de suas possibilidades, com esse importante órgão coordenador da estatística continental

A pedido da I.A.S.I., a Diretoria dirigiu, no ano passado, uma circular aos associados, comunicando-lhes a realização, em 1951, em Washington, de um Curso de Amostragem, sob o patrocínio daqueles Institutos e da Organização das Nações Unidas (O.N.U.), ao qual poderiam os nossos sócios se candidatar

Dos dezenove associados que se apresentaram, doze tiveram o seu pedido de inscrição aceito pelo I.A.S.I. e pela O.N.U. Contudo, devido o fato de não ter sido conseguidas as prometidas "bolsas de estudo", infelizmente nenhum dos candidatos apresentados pela Sociedade pôde seguir viagem para os Estados Unidos

A Diretoria está informada de que, no segundo semestre do corrente ano, virá ao Brasil o Professor FRANK YATES, conhecido estatístico inglês, a convite do Instituto Agrônomo de Campinas. Há o pensamento de aproveitar a estada do ilustre mestre no Brasil para realizar, nesta capital, sobre o patrocínio da Sociedade conferências sobre os levantamentos estatísticos por amostras, matéria em que é especialista o Professor YATES

A Sociedade, por outro lado, continua a permutar publicações com diversas entidades congêneres de vários países

Centro de Estudos de São Paulo — Dos Centros de Estudos da Sociedade, nos Estados, somente o de São Paulo prossegue funcionando normalmente, sendo justo realçar o seu valioso trabalho no sentido do desenvolvimento dos estudos pertinentes à estatística e suas aplicações

Dentre as muitas atividades do aludido Centro, cumpre destacar, principalmente, o seu programa de ciar, nas sedes municipais daquele Estado, Bibliotecas de estudos especializadas, em colaboração com as Prefeituras, Câmaras Municipais e particulares

O Centro Paulista tem recebido valiosas contribuições financeiras de particulares, destinadas a esse fim, já tendo sido possível inaugurar seis das Bibliotecas programadas, a saber: Biblioteca de Estudos Cel. Raul Furquim, em Bebedouro; Emilio Peduti, em Botucatu; José Marcellano, em Limeira; Júlio de Mesquita, em Campinas; Gastão Vidigal, em Ribeirão Preto e Abelardo César Vergueiro, em Franca. Consta ainda do programa do Centro de São Paulo a criação de Bibliotecas de Estudos nas cidades de Santos, Bauru, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Barretos, São Carlos, Araçatuba, Taubaté, Guaratinguetá, Mogi Mirim, Itapetininga e outras cidades paulistas

Essa meritória iniciativa do Centro de São Paulo, que vem obtendo o melhor apoio da parte dos círculos intelectuais paulistas, tem sido bastante louvada pela Diretoria, não só pelos seus alevantados propósitos, como também por estar continuamente focalizando o nome da Sociedade

Prêmio BULHÕES CARVALHO — Não foi realizado, em 1950, o Concurso BULHÕES CARVALHO, instituído pela Sociedade e destinado a premiar os melhores trabalhos apresentados sobre estatística

Face à limitada e pouco expressiva concorrência do Concurso realizado em 1948, bem assim por ter estado ausente do país, durante

quase todo o ano de 1950, o Senhor VALENTIM BOUÇAS, que favorece parte dos recursos destinados ao prêmio, a Diretoria julgou mais acertado deixar para o ano vindouro a organização de nova prova.

Recenseamento de 1950 — Foi assegurado pela nossa agremiação, dentro de suas possibilidades, inteiro apoio ao último Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1º de julho de 1950.

Além de promover, anteriormente, "mesas redondas" de especialistas a fim de discutir e sugerir medidas concernentes àquela operação censitária, bem assim de designar representantes oficiais às reuniões do Comitê do Censo das Américas de 1950, realizadas em Washington, Bogotá e nesta Capital, a Diretoria empenhou-se, também, em oferecer toda a cooperação aos trabalhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principalmente no que se referiu à parte de preparo da opinião pública.

Nesse sentido, em diversas circulares da Secretaria, se fez um concitamento aos associados pedindo-lhes que colaborassem eficientemente da melhor maneira possível, para o completo êxito do último Recenseamento, quer divulgando seus objetivos, quer auxiliando a população no preenchimento dos questionários. Por outro lado, a Secretaria colaborou na publicidade do grandioso empreendimento, através de "comunicados à imprensa" por ela elaborados e distribuídos pelo Serviço Nacional de Recenseamento.

Assim, julga a Diretoria ter prestado modesto auxílio aos dirigentes do I B G E para a execução do último Recenseamento.

Esperanto — A Sociedade participou, ativamente, em um dos mais significativos movimentos culturais levados a efeito, no Brasil, nos últimos tempos. Em colaboração com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Liga Brasileira de Esperanto, promoveu, junto às instituições culturais de maior projeção no País, a redação de um "Memorial", dirigido ao Conselho Diretor da Organização dos Estados Americanos, com o objetivo de obter o patrocínio da prestigiosa entidade internacional para o maior desenvolvimento do uso do Esperanto no Hemisfério Ocidental.

O "Memorial" em causa, subscrito por quase uma centena de instituições e redigido dentro do mais elevado espírito de compreensão e solidariedade humana, visa a obter, de modo especial, o ensino oficial do Esperanto em todos os países da América, a edição de publicações de circulação internacional no idioma auxiliar e o seu uso obrigatório nas assembleias, conferências e congressos interamericanos.

A Diretoria deseja, nesta oportunidade, registrar sua confiança em que o apêlo da inteligência brasileira encontrará a esperada ressonância na Organização dos Estados Americanos, que não se negará a vincular seu nome a êsse movimento em prol da criação de poderoso instrumento para a maior compreensão entre os homens.

Professor ALFRED SAUVY — O Diretor da hipotecou o apoio da Sociedade à feliz iniciativa da Fundação Getúlio Vargas — à qual se associaram, também, o I B G E e a Faculdade de Ciências Econômicas — tendente a obter a vinda ao Brasil do Professor ALFRED SAUVY, eminente demógrafo francês.

Dos entendimentos havidos com as demais instituições, resultou ser considerada a Sociedade, oficialmente, patrocinadora da viagem do Professor SAUVY e do ciclo de conferências que o mesmo deverá pronunciar no Brasil, embora não tivesse concorrido, pelos motivos que foram então expostos e aceitos, com ne-

nhum auxílio pecuniário. O fato é auspicioso, pois o nome da Sociedade ficará vinculado à interessante e proveitosa iniciativa, que deverá ter grande repercussão nos meios técnicos e culturais do país.

De fato, o Professor ALFRED SAUVY é conhecido mundialmente, em virtude de suas atividades estatísticas, principalmente no setor da demografia, da sua ativa participação em certames internacionais e dos estudos sobre as matérias de sua especialização. Como Presidente da Comissão de População do Conselho Econômico e Social da O N U, Vice-Presidente da União Internacional para o Estudo Científico da População, membro do Conselho Econômico da França, Diretor do Instituto de Estudos Demográficos da França e Professor de Demografia Econômica, o futuro visitante tem podido desenvolver uma ação perdurável no campo da estatística e demografia.

O Professor SAUVY, além da participação em "mesas redondas" e seminários e da visita aos serviços de estatística, pronunciará no Brasil pelo menos dez conferências, sobre os seguintes temas: "Os Problemas da População — Estado Atual dos Estudos", "Estado Atual dos Estudos Demográficos", "Aspectos Sanitários e Culturais dos Estudos Demográficos", "Aspectos Sociais dos Estudos Demográficos", "Organização dos Serviços Estatísticos na França", "Aspectos Militares da Demografia", "Povoamento Racional de um Território", "Países Superpovoados e Insuficientemente Desenvolvidos", "O Ótimo de População e a Teoria da Dominação" e "Os Fatos e a Opinião".

Vocabulário Brasileiro de Estatística — O Professor MILTON DA SILVA RODRIGUES, principal autor do *Vocabulário Brasileiro de Estatística*, elaborado sob o patrocínio da Sociedade e do I B G E como base para os estudos destinados ao preparo do glossário definitivo, ficou autorizado a publicar nova edição do referido trabalho, com a devida menção, em nota introdutória, ao papel que as duas entidades acima desempenharam com o objetivo de conseguir o preparo do *Vocabulário*, bem assim a circunstância de que ainda não se trata do texto definitivo do mesmo.

Segundo carta que o citado Professor MILTON RODRIGUES dirigiu à Sociedade, deverá aparecer, dentro em breve, nova edição do referido *Vocabulário*, observadas as disposições acima e com as modificações que o autor julga necessárias.

Edições de compêndios — A Diretoria da Sociedade, por intermédio do seu Presidente, promoveu entendimentos junto ao Professor MARCELLO BOLDRINI, com o objetivo de ser feita tradução, para o vernáculo, de sua importante obra *Statistica — Teoria e Metodologia*.

O aludido autor aquiesceu em ceder ao I B G E os direitos autorais da edição brasileira de seu trabalho, o qual deverá ser editado brevemente por essa entidade. O I B G E, por seu turno, vem de convidar a Diretoria a indicar um membro da Sociedade para se desincumbir da tarefa de tradução da mencionada obra, tendo a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística pôsto à disposição da Sociedade a importância de Cr\$ 15 000,00 (quinze mil cruzeiros), destinada à remuneração da tradução do referido trabalho.

A citada importância já foi recebida pela Sociedade e a Presidência da entidade entrou em entendimentos com o Dr. HERTOR ELOI ALVIM PESSOA, pedindo-lhe a aceitação da tarefa em questão.

Graças, assim, à generosa acolhida dada pelo Professor BOLDRINI ao pedido da Sociedade e, sobretudo, à colaboração sempre exis-

tente entre a entidade e o I B G E , a bibliografia estatística brasileira se enriquecerá, dentro em breve, de mais um importante tratado

Ainda no setor das atividades culturais, deve ser mencionada a iniciativa do Presidente da Sociedade dirigindo ao Professor LUIGI GALVANI um pedido com o objetivo de conseguir que esse ilustre estatístico e matemático escrevesse um trabalho de matemática para estatísticos, especialmente destinado a estudantes brasileiros

O mencionado Autor ficou interessado na proposta formulada, sendo de esperar que dentro de pouco tempo a referida obra esteja concluída

Publicações — De comum acôrdo com o I B G E , a Secretaria da Sociedade distribuiu entre os associados algumas publicações divulgadas por aquela instituição, dentre as quais são dignas de especial menção as seguintes: *O Homem e a Sociedade*, do Professor MARCELO BOLDRINI; *A Estrutura da Economia Agropecuária do Brasil e a Produção Agrícola nos Anos de 1945 a 1949* (Estatística Agrícola n.º 1) e *Estudos Sobre as Línguas Estrangeiras e Aborígenes Faladas no Brasil* (Estatística Cultural n.º 2)

Quando a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, órgão oficial da Sociedade, foram distribuídos, durante o período em exame, os números 40, 41, 42 e 43, correspondentes ao último trimestre de 1949 e aos três primeiros trimestres de 1950

Como se observa, infelizmente continua sendo editada e distribuída com atraso a publicação oficial da Sociedade, o que se deve, principalmente, ao excesso de trabalhos urgentes no Serviço Gráfico do I B G E , ligados ao último Recenseamento A espectativa, porém, é de que dentro em breve fique normalizada a situação, com a distribuição dos números em atraso

Justo será realçar, mais uma vez, a cooperação inestimável do I B G E . no que toca às atividades culturais da Sociedade, quer editando a REVISTA sem nenhum ônus para a agremiação, quer concedendo aos associados, através dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia, desconto de 50% na aquisição das publicações por eles editadas Esta concessão, que muito tem concorrido para o desenvolvimento das atividades culturais da entidade, tem possibilitado aos sócios a fácil aquisição de valiosas obras

Reunião da Diretoria — Durante o ano social ora encerrado, a Diretoria reuniu-se apenas uma vez, para tratar de assuntos de administração normal e de interesse da Sociedade

Motivos diversos, principalmente a continuada ausência desta Capital de alguns dos seus membros e a convocação de outros para importantes cargos e missões na administração pública, impediram se reunisse a Diretoria maior número de vezes

Vale registrar, todavia, que tal fato não influiu na boa marcha dos serviços da Sociedade, visto que a Presidência e a Secretaria atenderam a contento a administração da entidade

Quadro Social — Graças ao trabalho feito pela atual Diretoria no sentido de elevar o número de sócios, o quadro social da nossa agremiação conta atualmente com 1 099 (um mil e noventa e nove) associados

Faz-se mister ficar expressamente registrado que o desenvolvimento que vem apresentando o quadro social se deve, em grande parte, ao esforço dos Senhores Inspetores Regionais do I B G E , que têm conseguido, nas respectivas Unidades da Federação, número apreciável de aderentes Igualmente proveitosa, neste particular, tem sido a cooperação dos associados No entanto, podem eles, ainda, ampliar seus esforços, inscrevendo maior número de pessoas

O quadro abaixo consigna, por Unidade da Federação, o número atual de sócios da entidade, discriminando os que residem nas Capitais e os que moram no interior

Número de Associados em 30-6-1951

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | TOTAL DE SÓCIOS | SÓCIOS DA CAPITAL | SÓCIOS DO INTERIOR |
|-----------------------|-----------------|-------------------|--------------------|
| ESTADOS | | | |
| Amazonas | 27 | 27 | — |
| Pará | 18 | 16 | 2 |
| Maranhão | 6 | 6 | — |
| Piauí | 13 | 10 | 3 |
| Ceará | 27 | 13 | 14 |
| Rio Grande do Norte | 18 | 18 | — |
| Paraíba | 28 | 20 | 8 |
| Pernambuco | 27 | 27 | — |
| Alagoas | 14 | 11 | 3 |
| Sergipe | 12 | 12 | — |
| Bahia | 90 | 24 | 66 |
| Minas Gerais | 54 | 46 | 8 |
| Espírito Santo | 8 | 6 | 2 |
| Rio de Janeiro | 35 | 29 | 6 |
| Distrito Federal | 393 | 393 | — |
| São Paulo | 148 | 135 | 13 |
| Paraná | 53 | 30 | 23 |
| Santa Catarina | 5 | 2 | 3 |
| Rio Grande do Sul | 78 | 47 | 31 |
| Mato Grosso | 16 | 9 | 7 |
| Goiás | 20 | 12 | 8 |
| TERRITÓRIOS | | | |
| Guaporé | 3 | 3 | — |
| Acre | 2 | 2 | — |
| Rio Branco | 3 | 3 | — |
| Amapá | 1 | 1 | — |
| BRASIL | 1 099 | 902 | 197 |

Situação Financeira — A situação financeira da Sociedade, muito embora o ativo disponível se eleve a apenas Cr\$ 28 711,30 (vinte e oito mil setecentos e onze cruzeiros e trinta centavos), deve ser considerada satisfatória É que a aludida quantia não inclui as contribuições sociais devidas pela maior parte dos associados, relativas ao exercício corrente e aos anteriores

Devido o atraso que se verifica no aparecimento e na distribuição das publicações, principalmente da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, tem sido norma sistemática da Secretaria e da Tesouraria atrazar o recebimento das contribuições dos associados, a fim de evitar as constantes reclamações dos mesmos A experiência demonstra, com efeito, ser prudente essa orientação, pois o não recebimento das publicações constitui motivo de dificuldades ao trabalho dos cobradores da Sociedade, quer nos Estados, quer no Distrito Federal

Com o objetivo de regularizar da melhor forma a situação de cada sócio junto à Tesouraria da entidade, a Secretaria fez um levantamento da atual situação dos associados relativamente às suas contribuições, tendo encaminhado ao representante da Sociedade, em cada Unidade da Federação, a lista completa dos sócios ali residentes, com a discriminação das contribuições devidas, pedindo ainda que fossem tomadas as providências cabíveis a fim de que, dentro de breve prazo, estejam todos os sócios perfeitamente quites com a Tesouraria Por outro lado, em circular que será enviada a todos os consórcios, será solicitada a cada qual a liquidação de suas respectivas contribuições sociais

O quadro a seguir consigna as importâncias que a Sociedade ainda arrecadará este ano em cada Unidade, discriminadas as quantias relativas às Capitais e ao Interior

Contribuições sociais a receber
(Exercícios de 1951, 1950 e anteriores)

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | CONTRIBUIÇÕES DA CAPITAL Cr\$ | CONTRIBUIÇÕES DO INTERIOR Cr\$ | TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES Cr\$ |
|-----------------------|-------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| ESTADOS | | | |
| Amazonas | 3 900,00 | — | 3 900,00 |
| Pará | 510,00 | 60,00 | 570,00 |
| Maranhão | 1 140,00 | — | 1 140,00 |
| Piauí | 1 200,00 | 180,00 | 1 380,00 |
| Ceará | 1 440,00 | 1 740,00 | 3 180,00 |
| Rio Grande do Norte | 1 440,00 | — | 1 440,00 |
| P Paraíba | 1 800,00 | 600,00 | 2 400,00 |
| Pernambuco | 2 460,00 | — | 2 460,00 |
| Alagoas | 1 320,00 | 300,00 | 1 620,00 |
| Sergipe | 1 440,00 | — | 1 440,00 |
| Bahia | 2 775,00 | 4 110,00 | 7 185,00 |
| Minas Gerais | 5 250,00 | 840,00 | 6 090,00 |
| Espírito Santo | 620,00 | 60,00 | 680,00 |
| Rio de Janeiro | 3 960,00 | 840,00 | 4 800,00 |
| Distrito Federal | 46 405,00 | — | 46 405,00 |
| São Paulo | 17 580,00 | 1 260,00 | 18 840,00 |
| Paraná | 3 360,00 | 1 500,00 | 4 860,00 |
| Santa Catarina | 300,00 | 120,00 | 420,00 |
| Rio Grande do Sul | 3 840,00 | 2 580,00 | 6 420,00 |
| Mato Grosso | 1 080,00 | 420,00 | 1 500,00 |
| Goiás | 1 740,00 | 480,00 | 2 220,00 |
| TERRITÓRIOS | | | |
| Guaporé | 300,00 | — | 300,00 |
| Acre | 360,00 | — | 360,00 |
| Rio Branco | 420,00 | — | 420,00 |
| Amapá | — | — | — |
| BRASIL | 104 640,00 | 15 390,00 | 120 030,00 |

Exame das Contas — Foram recebidas este ano, pela Sociedade, as contribuições que o Senhor VALENTIM BOUÇAS vinha destinando à nossa agremiação e que, por motivo de sua prolongada ausência do País, deixaram de dar entrada na Tesouraria no último exercício. A importância total recebida foi de Cr\$ 35 500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos cruzeiros), dos quais Cr\$ 25 500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos cruzeiros) se referem à ajuda oferecida pelo antigo Presidente da Sociedade para a manutenção da Secretaria da entidade durante os meses de julho de mil novecentos e quarenta e oito a dezembro de mil novecentos e quarenta e nove, e Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros) como sua parte no pagamento do Prêmio Bulhões Carvalho de 1948, fato minuciosamente relatado no último Relatório da Diretoria

Faz-se mister fique registrado, mais uma vez, o profundo agradecimento da Sociedade à valiosa contribuição de ordem financeira a ela oferecida pelo Senhor VALENTIM BOUÇAS, que sempre se tem mostrado um Amigo sincero e dedicado da nossa agremiação

As contribuições sociais arrecadadas durante o período em exame atingiram a Cr\$ 15 610,00 (quinze mil e seiscentos e dez cruzeiros), tendo sido computados juros a favor da Sociedade no montante de Cr\$ 1 297,40 (um mil e duzentos e noventa e sete cruzeiros e quarenta centavos). As receitas realizadas no exercício, por conseguinte, somavam Cr\$ 16 907,40 (dezesseis mil novecentos e sete cruzeiros e quarenta centavos)

Conforme demonstra o quadro anterior, as contribuições sociais devidas pelos associados de todo o País e relativas aos anos de 1951, 1950 e anteriores, atingem à apreciável soma de Cr\$ 120 030,00 (cento e vinte mil e trinta

cruzeiros) Tal importância, depois de arrecadada pelos nossos representantes e cobradores, virá reforçar consideravelmente as reservas financeiras da Sociedade

Constituem, por seu turno, parcelas da conta de débito Cr\$ 33 795,00 (trinta e três mil e setecentos e noventa e cinco cruzeiros) referentes a despesas feitas pela Secretaria, com o pagamento de vencimentos do seu Auxiliar e outras menores, e Cr\$ 4 000,00 (quatro mil cruzeiros) correspondentes ao pagamento de duas anuidades da Sociedade devidas ao Instituto Interamericano de Estatística (I A S I)

Notas Pessoais — Deixou a direção do I B G E., em 31 de janeiro de 1951, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que exerceu a Presidência da aludida entidade desde a sua instalação, em 1936, e cuja ação foi decisiva não só para a criação do atual sistema estatístico brasileiro, mas também, e principalmente, para o seu desenvolvimento e consolidação. O eminente homem público é credor da gratidão dos estatísticos brasileiros tanto pela criteriosa e proveitosa atuação que teve à frente do I B G E quanto pelo constante e integral apoio que sempre dispensou às atividades da nossa Sociedade, da qual, aliás, foi também Presidente efetivo e é Presidente honorário

O Presidente da Sociedade, atendendo a essas circunstâncias, apresentou ao Embaixador MACEDO SOARES, por telegrama, as homenagens de profundo respeito, reconhecimento e admiração dos estatísticos brasileiros pela obra científica, técnica, educativa, administrativa e potitótica que Sua Excelência deixou realizada no sistema nacional dos serviços geográficos e estatísticos

Para Presidente do I B G E o Senhor Presidente da República houve por bem nomear, em abril último, o Senhor General de Brigada, Técnico, DJALMA POLLI COELHO, antigo Diretor do Serviço Geográfico do Exército e representante do Estado-Maior do Exército junto ao Conselho Nacional de Geografia. Ao apresentar a Sua Excelência as congratulações da Sociedade pela honrosa investidura, o Presidente teve oportunidade de exprimir ao ilustre oficial superior a certeza que alimentavam os estatísticos brasileiros de que a sua capacidade científica e o seu comprovado patriotismo assegurarão ao I B G E a continuidade da obra realizada sob a supervisão do Embaixador MACEDO SOARES

O Presidente da Sociedade teve nova oportunidade para firmar a confiança que os estatísticos brasileiros depositavam na ação do Senhor General DJALMA POLLI COELHO quando, em nome daqueles e da Sociedade, saudou no dia da sua posse, em sessão solene realizada no I B G E

Deve constituir motivo de justo orgulho para os estatísticos brasileiros o fato de muitos dos seus Colegas, membros da Sociedade, terem sido chamados para ocupar elevados postos na administração do País. Justo é destacar, entre o nome desses sócios, o de João CARLOS VITAL, 1º Vice-Presidente da Sociedade, nomeado para o cargo de Prefeito do Distrito Federal. A Diretoria renova a esse e aos demais Colegas os seus melhores votos por que obtenham o maior êxito no desempenho dos elevados cargos que estão ocupando

A Diretoria sente-se prazerosa em registrar a eleição de alguns consócios para organizações internacionais. Sem desejar alongar a relação, do que poderia resultar omissões, cumpre o dever de mencionar a eleição dos Senhores RAFAEL XAVIER e TULO HOSTILIO MONTENEGRO, respectivamente para o Instituto Internacional de Estatística e Instituto Interamericano de Estatística. A entrada desses Colegas para instituições internacionais de tão grande prestígio significa, por certo, que as atividades dos estatísticos brasileiros já vão tendo maior repercussão fora das fronteiras nacionais e merecendo dos especialistas um acatamento que até há pouco tempo constituía exceção

O Senhor RAFAEL XAVIER deixou a Secretaria Geral do I B G E., sendo substituído pelo Senhor WALDEMAR LOPES. A Sociedade, se tem a lamentar a saída do primeiro, que sempre lhe assegurou o máximo apoio, não pode deixar de regozijar-se com a nomeação do segundo. A atuação de WALDEMAR LOPES, já como Diretor do órgão oficial da Sociedade, já como Diretor da Secretaria-Geral do I B G E., tem se caracterizado sempre por ampla e desinteressada cooperação com a agremiação e por um desejo constante de proporcionar à estatística e aos estatísticos brasileiros aqueles mesmos aperfeiçoamentos para cuja consecução a Sociedade foi criada. Cumpre registrar, outrossim, haver o Senhor WALDEMAR LOPES sido eleito representante do Brasil na Comissão para o Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais, recentemente criada pelo Instituto Interamericano de Estatística (I A S I).

Conclusão — A Diretoria, ao submeter o presente Relatório à consideração da ilustre Assembléa-Geral da Sociedade, reconhece não ter sido avultada a sua contribuição ao acervo das atividades e iniciativas da nossa entidade. Sem falsa modestia e com toda franqueza, julga mesmo que talvez lhe tivesse sido possível executar um programa de trabalho de maior amplitude em benefício da agremiação. Condições eventuais concorreram, entretanto, para impedir a consecução desse objetivo. Cada membro da Diretoria, entretanto, excusando-se pelo fato, conta poder, nos exercícios futuros, contribuir da maneira mais eficiente para o engrandecimento da Sociedade.

Dando continuidade ao seu plano de expansão cultural, a Sociedade Brasileira de Estatística continua a cumprir, nos Estados, através dos seus Centros de Estudos, um programa de elevado alcance não só quanto ao desenvolvimento profissional, no campo específico da Estatística, como no concernente à aquisição de conhecimentos úteis.

Ainda este ano, o Centro de Estudos de São Paulo inaugurou, no interior dessa Unidade da Federação, mais duas bibliotecas instaladas, respectivamente, a 2 de junho e 14 de julho, em Ribeirão Preto e Franca. A biblioteca de Ribeirão Preto, que recebeu o nome de GASTÃO VIDIGAL, em homenagem do homem público recentemente desaparecido, teve a sua instalação assegurada por doações oferecidas pelos funcionários do Banco Mercantil de São Paulo S A, de cuja Diretoria fôra membro o vulto homenageado durante longos anos.

A biblioteca que o Centro de Estudos da S B E em São Paulo fêz instalar em Franca recebeu importantes doativos da família e amigos de outro expressivo vulto paulista, também não há muito desaparecido, ABELARDO VERGUEIRO CÉSAR, cuja memória foi igualmente homenageada com designação do seu nome para a nossa biblioteca.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Macapá — O Serviço de Geografia e Estatística realizou, há pouco, mais um censo da cidade de Macapá, apurando aumento superior a dez por cento sobre os resultados do Censo de 1950.

Minas Gerais — Retomando a publicação do seu boletim trimestral, o Departamento Estadual de Estatística divulgou, em o número referente a abril-junho de 1949, amplo repertório de dados acerca de numerosos aspectos da vida do Estado, com alargamento do plano habitualmente seguido, incluindo séries novas e relativas ao movimento comercial e bancário de Belo Horizonte.

— Organizado pela Divisão de Documentação e Informações do D E E, foi entregue à publicidade o folheto intitulado *Alguns Dados Estatísticos de Belo Horizonte*, reunindo as situações demográfica, econômica, social e administrativa.

São Paulo — Na sessão do dia 28 de maio deste ano, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou um voto de júbilo pelo transcurso, a 29 do mesmo mês, do décimo-quinto aniversário do Instituto e "Dia do Estatístico e do Geógrafo".

Rio Grande do Sul — O Governador ERNESTO DORNELLES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 87, inciso II, da Constituição do Estado, de 8 de julho de 1947, baixou, a 31 de julho último, o seguinte Decreto, que tomou o n° 1846:

"considerando os compromissos assumidos pelo Governo do Estado na Convenção Nacional de Estatística, realizada a 11 de agosto de 1936, na Capital da República;

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística é a entidade superior que, no Estado, superintende, coordena e desenvolve os serviços de estatística do Rio Grande do Sul, como órgão local do Conselho Nacional de Estatística;

considerando que se acha desatualizada e incompleta a relação dos membros da J E R E., a que se refere o Artigo 5° do Decreto n° 370, de 25 de agosto de 1943;

Art 1° — Superintenderá e coordenará os serviços de estatística do Rio Grande do Sul a Junta Executiva Regional de Estatística, como órgão do Conselho Nacional de Estatística, resolvendo com inteira autonomia as matérias da economia interna do Sistema Regional.

Art 2° — Constituirão a Junta Regional de Estatística:

I — o Diretor-Geral do Departamento Estadual de Estatística, como presidente nato, os Assistentes-técnicos e os Chefes de Serviço do mesmo Departamento;

II — o Inspetor da Inspetoria Regional de Estatística Municipal;

III — um representante da Secretaria do Interior e Justiça;

IV — um representante da Secretaria da Fazenda;

V — um representante da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio;

VI — um representante do Estado-Maior da 3ª Região Militar;

VII — o Diretor da Diretoria de Estatística Educacional da Secretaria de Educação e Cultura;

VIII — um representante do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem;

IX — um representante da Viação Férrea do Rio Grande do Sul;

X — um representante da Administração dos Portos de Estado;

XI — um representante do Departamento Estadual de Saúde;

XII — um representante do Instituto Cousirat Araújo;

XIII—o Chefe da Secção de Estatística Policial-Criminal e Judiciária da Repartição Central da Polícia

Art 3.º — Poderão fazer parte da Junta representantes de outros setores da Administração Estadual, entidades autárquicas e paraestatais, que mantenham ou venham a criar serviços organizados de estatística, reconhecidos pela Junta Executiva Regional de Estatística

Art 4.º — Exercerá as funções de Secretário da Junta Executiva Regional de Estatística um dos membros da mesma pertencente ao quadro técnico do Departamento Estadual de Estatística, que será eleito pela referida Junta

Art 5 — A Junta Executiva compete:

I—cumprir e fazer cumprir a Convenção Nacional de Estatística e as deliberações de caráter geral do Conselho Nacional de Estatística, quei oriundas da Assembléa-Geral, quer da Junta Executiva Central;

II—sugerir ao Governo do Estado alterações de regulamentos ou quaisquer providências que os serviços de estatística aconselham para seu aperfeiçoamento orgânico;

III—representar, em tempo oportuno, às autoridades competentes, para que na legislação e nos planos ou normas dos serviços públicos não se incluam dispositivos que prejudiquem de qualquer forma, os processos de elaboração estatística do Estado e do País;

IV—propor aos órgãos governamentais competentes as providências necessárias ao normal

desenvolvimento do serviço, visando especialmente a amplitude, eficiência e perfeição dos registros de levantamentos automáticos;

V—fixar os planos de colaboração entre o Departamento Estadual de Estatística e os outros órgãos filiados;

VI—designar comissões técnicas especiais para organização de planos de serviços e aperfeiçoamento dos existentes, bem como para encaminhar estudo dos assuntos e resoluções que devem ser submetidos à Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Estatística;

VII—propor, a quem de direito, as medidas julgadas necessárias à melhoria dos registros públicos ou particulares, a que a estatística precise recorrer

Art 6.º — A Junta Executiva Regional reger-se-á pelo Regimento Interno elaborado pela Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Art 7.º — Os membros da J E R E perceberão a gratificação mensal, que lhes fôr fixada em lei

Art 8.º — A Junta Executiva Regional reunir-se-á ordinariamente, na primeira quarta-feira de cada mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo presidente

Art 9.º — Este Decreto entrará em vigor a 1.º de julho do corrente ano, revogadas as disposições em contrário "

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS

Tabira — A Câmara Municipal, na sessão de 10 de maio dêste ano, aprovou uma moção de aplausos à Agência de Estatística lo-

cal pelos serviços prestados ao Município, desde a sua instalação

NAIR LOURENÇO DA SILVA

Com o súbito falecimento, no dia 30 de agosto último, da Sra NAIR LOURENÇO DA SILVA, perdeu o Laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística um dos seus mais antigos e dedicados elementos

Tendo pertencido ao quadro de servidores do Serviço Nacional de Recenseamento e colaborado na realização do Censo de 1940, a Sra NAIR LOURENÇO DA SILVA passou a integrar, logo depois, o então Gabinete-Técnico do S N R, sob a direção do Professor GIORGIO MORTARA, de quem se tornára, com o correr do tempo, auxiliar eficiente e de inteira confiança Com a criação do Laboratório de Estatística do C

N E, continuou o Professor MORTARA, colocado à testa do novo órgão, a contar com a experiência e o zelo de NAIR LOURENÇO DA SILVA Não só em seu setor de trabalho, como também em toda a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, onde gozava de real estima, causou profunda consternação o brusco passamento de NAIR LOURENÇO DA SILVA

Ao sepultamento, compareceram representantes da alta direção do I B G E, bem como dirigentes e grande número de servidores do Conselho Nacional de Estatística Entre os presentes, contavam-se os Srs M A TEIXEIRA DE FREITAS e esposa, e o Professor GIORGIO MORTARA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

(Repartições Centrais em 30-IX-1951)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Diretor — *RUBENS D'ALMADA HORTA PÔRTO*

Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda

Diretor — *AFONSO ALMIRO*

Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura

Diretor — *RAUL DO RÊGO LIMA*

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Diretor — *GASTÃO MARTIN PINTO DE MOURA*

Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Ministério da Educação e Saúde

Diretor — *ALBERTO MARTINS*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

| | |
|--------------------------|---|
| Território do Acre | — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor — <i>Raul Aiantes Meira</i> |
| Território do Amapá | — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — <i>Clóvis Penna Teixeira</i> |
| Território do Guaporé | — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — <i>Carlos Augusto de Mendonça</i> |
| Território do Rio Branco | — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor — <i>Aristóteles Lima Carneiro</i> |
| Amazonas | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Leopoldo Peres Sobrinho</i> |
| Pará | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Orion Klautau</i> |
| Maranhão | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Hipátia Ferreira</i> |
| Paraíba | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>José Lopes dos Santos</i> |
| Ceará | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Thomaz Gomes da Silva</i> |
| Rio Grande do Norte | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>João Frederico Abbot Galvão</i> |
| Paraíba | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Luis de Oliveira Periquito</i> |
| Pernambuco | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Paulo Acioli Pimentel</i> |
| Alagoas | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Marcelo Aroucha</i> |
| Sergipe | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>José Hermenegildo da Cruz</i> |
| Bahia | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Felippe Nery do Espírito Santo</i> |
| Minas Gerais | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Hildebrando Clark</i> |
| Espírito Santo | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Antônio Lugon</i> |
| Rio de Janeiro | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Aldemar Alegria</i> |
| Distrito Federal | — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor — <i>Guaracy Lopes de Souza Castro</i> |
| São Paulo | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Albano Ferreira da Costa</i> |
| Paraná | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Alcides Vieira Arcovende</i> |
| Santa Catarina | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Roberto Lucena</i> |
| Rio Grande do Sul | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Maurício Filchtner</i> |
| Goias | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Geraldo Campos</i> |
| Mato Grosso | — Departamento Estadual de Estatística
Diretor — <i>Hominda Pitaluga de Moura</i> |

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 1900 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Criada em 5 de abril de 1940, em sucessão à entidade fundada, sob a mesma denominação, em 16 de dezembro de 1931

OBJETIVOS

a) Ampliar e fortalecer as relações existentes entre os estatísticos brasileiros, desenvolvendo-lhes o espírito de classe e unindo-os por laços de solidariedade e cooperação; b) focalizar e esclarecer, pela discussão e trabalho em comum, as questões compreendidas nos limites da estatística e das suas aplicações; c) difundir as finalidades dos levantamentos estatísticos, bem como a sua necessidade e utilidade, e promover o estudo da estatística em geral; d) valorizar, no domínio internacional, a obra da estatística e dos estatísticos do Brasil.

Para alcançar êsses objetivos, compete à S.B.E.: a) promover e convocar periodicamente, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as Conferências Nacionais de Estatística; b) organizar, de forma que estimule e oriente o trabalho pessoal, cursos de estatística e suas aplicações; c) pleitear a inclusão do ensino elementar da Estatística nos programas da instrução primária, secundária e profissional; d) apresentar, aos órgãos superiores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sugestões referentes ao aperfeiçoamento da estatística nacional, bem como pleitear junto ao Poder Público a adoção das medidas necessárias à realização das suas finalidades; e) realizar sessões, conferências, congressos, exposições, viagens e investigações, com o fim de divulgação ou aperfeiçoamento do método estatístico e de suas aplicações; f) manter intercâmbio cultural com as associações congêneres de outros países.

CATEGORIAS DE SÓCIOS

Duas são as categorias de sócios: coletivos e individuais. São sócios coletivos as instituições filiadas ao I.B.G.E. e as associações, companhias ou sociedades admitidas na forma dos Estatutos. Os sócios individuais podem ser: a) honorários; b) beneméritos; c) benfeitores; d) correspondentes; e) efetivos; f) fundadores. As contribuições dos sócios individuais, quando efetivos ou fundadores, são de Cr\$ 5,00 mensalmente; os sócios coletivos estão obrigados a contribuir com a anuidade de Cr\$ 360,00.

A REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, órgão oficial da S.B.E., é remetida gratuitamente aos membros do seu quadro social.

DIRETORIA

Eleita em Assembléa-Geral de 31 de julho de 1950

Presidente — M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

1.º Vice-Presidente — JOÃO CARLOS VITAL

2.º Vice-Presidente — JORGE KINGSTON

Secretário-Geral — GERMANO JARDIM

1.º Secretário — JOÃO DE MESQUITA LARA

2.º Secretário — A. CAVALCANTI DE GUSMÃO

1.º Tesoureiro — JORGE NASCIMENTO CASTRO

2.º Tesoureiro — JOSÉ ROCHA CAMPOS

Comissão Fiscal — Comandante MANUEL RIBEIRO ESPINDOLA, Major DURVAL MAGALHÃES COELHO e MÁRIO ORLANDO DE CARVALHO

Comissão de Redação — LOURIVAL CÂMARA, AFRÂNIO MELO e ERNANI TIMÓTEO DE BARROS

Tôda a correspondência destinada à S. B. E. deve ser remetida — A/C da Secretaria-Geral do I. B. G. E. — Av. Franklin Roosevelt, 166. — Distrito Federal.